

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MICHELE DE FREITAS FARIA DE VASCONCELOS

**A INFÂMIA DE QUINCAS: (RE)EXISTÊNCIAS DE CORPOS EM TEMPOS DE
BIOPOLÍTICA**

Porto Alegre

2013

MICHELE DE FREITAS FARIA DE VASCONCELOS

**A INFÂMIA DE QUINCAS: (RE)EXISTÊNCIAS DE CORPOS EM TEMPOS DE
BIOPOLÍTICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de pesquisa: Educação, Sexualidade e Relações de Gênero

Orientador: Fernando Seffner

Porto Alegre

2013

CIP - Catalogação na Publicação

VASCONCELOS, Michele de Freitas Faria de

A INFÂMIA DE QUINCAS: (RE)EXISTÊNCIAS DE CORPOS
EM TEMPOS DE BIOPOLÍTICA / Michele de Freitas Faria
de Vasconcelos. -- 2013.
237 f.

Orientador: Fernando Seffner.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-
Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

1. Corpo. 2. Masculinidades. 3. Clínica. 4. Saúde
mental/CAPS. 5. Álcool e outras drogas. I. Seffner,
Fernando, orient. II. Título.

MICHELE DE FREITAS FARIA DE VASCONCELOS

**A INFÂMIA DE QUINCAS: (RE)EXISTÊNCIAS DE CORPOS EM TEMPOS DE
BIOPOLÍTICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Aprovada em: 28 de fevereiro de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Fernando Seffner
Presidente da Banca – Orientador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul/PPGEDU

Profa. Dra. Dagmar Elisabeth Estermann Meyer
Universidade Federal do Rio Grande do Sul/PPGEDU

Prof. Dr. Ricardo Burg Ceccim
Universidade Federal do Rio Grande do Sul/PPGEDU

Profa. Dra. Simone Manieri Paulon – Suplente
Universidade Federal do Rio Grande do Sul/PPGPSI Social

Profa. Dra. Liliana da Escóssia
Universidade Federal de Sergipe/PPGPSI Social

Prof. Dr. Luis Antonio Baptista
Universidade Federal Fluminense/PPGSI e PPGEDU



Dedico esta tese a Adriano Augusto (*in memoriam et in corde*), por ter
segurado em minha mão.

“Perdoa eu te dar isto, mão que seguro, mas é que não quero isto para mim! [...] Toma o que eu vi: pois o que eu via com um constrangimento tão penoso e tão espantado e tão inocente, o que eu via era a vida me olhando. Como chamar de outro modo aquilo horrível e cru, matéria-prima e plasma seco, que ali estava, enquanto eu recuava para dentro de mim em náusea seca, eu caindo séculos e séculos dentro de uma lama – era lama, e nem sequer lama já seca, mas lama ainda úmida e ainda viva, era uma lama onde se remexiam com lentidão insuportável, as raízes de minha identidade. Toma, toma tudo isso para ti, eu não quero ser uma pessoa viva! Tenho nojo e maravilhamento por mim, lama grossa lentamente brotando” (LISPECTOR, 2009, p. 56).

AGRADECER E ABRAÇAR¹

O percurso que desembocou na escrita desta tese foi desenhado por múltiplos pés, múltiplas mãos, múltiplos corpos. Depois da dor e da delícia de caçar, por entre pensamentos, caminhos para compor essa jornada em palavras, é tempo de agradecer.

Entrego primeiramente esta tese ao mar e dele nada peço, só agradeço: Odoyá! Aproveito também para aqui saudar Manoel e o acompanhamento sempre delicado e sempre belicoso de meu processo de escrita e formação acadêmica. A você devo o encontro desta escrita com 'Quincas Berro Dágua'. Agradeço a você e a Pretinha a acolhida na vossa casa no último momento de pesquisa de campo e as manhãs em que nos debruçamos sobre os 'problemas' do meu projeto já qualificado.

Agradeço a Fernando Seffner, meu orientador. Em 2008, fui para Porto Alegre por ocasião de um colóquio sobre acompanhamento terapêutico. Um pouco antes, já interessada em fazer seleção para doutorado, 'deu na veneta' de fuçar o GEERGE/UFRGS e, interessada no tema 'masculinidades', me deparei com o 'Lattes' do Fernando. Na foto, parecia uma criatura sisuda, deu até receio. Mas escrevi assim mesmo para ele. Marcamos uma conversa e, a partir dali, encontrei o acolhimento daquele dia e de sempre, junto ao deboche que lhe é peculiar, as boas risadas que ele me tira, mas tira de qualquer pessoa, e as desconcertantes perguntas que ele me fazia e me faz, as quais renderam boas formulações por entre os campos da educação e da saúde.

À Capes, pela bolsa de estudos por meio da qual pude morar em Porto Alegre e me debruçar no doutorado.

Aos colegas orientandos do Fernando. O masculino aqui é proposital, pois, na ocasião de minha entrada no grupo de orientação, eu era a única mulher. Lembro que, no primeiro encontro, ao discutirmos nossas pesquisas, tinha a impressão de que meu problema era o mais 'careta' da face da terra. Agradeço aqui mais de perto ao Zago, ao Charles, ao Cláudio, ao Magnor, ao Gustavo e, com eles, a tod*s *s demais colegas que foram se somando ao longo desses quatro anos. Quero aqui registrar um especial agradecimento pelo edredom que vocês me deram, gesto carinhoso de aquecimento de minha estada por essas bandas

¹ Gerônimo (2007).

gaudérias. Ao Zago e ao Charles, toda minha gratidão pelo cuidado que disponibilizaram tão de perto na minha chegada a este alegre porto, regada ao humor do Felipe.

Agradeço também a*s outr*s colegas, professor*s e, em especial, a*s amig*s que fiz na Faced e, em particular, no GEERGE. À Dagmar, professora por mim muito admirada que, ao longo desses anos, se tornou uma querida amiga. A você agradeço a acolhida, a generosidade e a confiança no estágio docente, momento de suma importância para minha formação. Até hoje não acredito que você e o Sacchi incluíram na ementa da disciplina Educação, Saúde e Corpo, em articulação com o tema da vulnerabilidade, o tema da redução de danos. A essa confiança nos saberes e fazeres d*s alun*s só tenho a agradecer! Foi por meio do estágio também que encontrei com Patrícia Balestrin, pois ela era a estagiária da disciplina no semestre anterior ao meu. Com Pat, agradeço o “abraço do braço do mar com a mão da maré” (LENINE; QUEIROGA, 2006), a força do encontro entre mares que deságuam no colo de Yemonjá, os cafés, as risadas, os choros, a amizade tecida num dia a dia cheio de afeto e cuidado. Com você por perto, meu corpo em Porto Alegre começou a florir tal qual os ipês na rua em dias de primavera. Muito obrigada, mesmo! À Pat agradeço também o desembocar do encontro com Eliane e seus desenhos, linda. Desse estágio também desenrolou o início do meu encontro com Jeane. Num semestre posterior em que ela era a estagiária, eu e Dagoberto (na ocasião, mestrando no EducaSaúde) fomos convidad*s a discutir em sua turma o tema da redução de danos. Depois disso, por intermédio do Zago, nos encontramos algumas vezes em Porto Alegre. Porém, nossa amizade se fortaleceu mesmo no Planalto Central. Bem que o Felipe tinha razão: eu precisava lhe encontrar, grande parceira. Encontrar você, Kel, Mayza e Vando foi para mim uma grande e surpreendente surpresa, dessas que a vida nos reserva quando se menos espera. Como diria você, “não vou mentir, não tenho precisão”: amo vocês de paixão. A você Jeje, minha mais tenra gratidão, pelo cuidadoso e mais que valioso acompanhamento da tese, em cada capítulo, em cada e-mail, em cada escuta, em cada troca, em cada ligação no celular quando eu já não aguentava mais. Preciso agradecer também pela escrita em trio (você, eu e Dag), processo que me rendeu boas pistas para a tese. Lembrei de você de novo: “vá se lavar, que vou lhe usar”. Usei vocês, usei a força de nosso encontro, inclusive acadêmico. E ele se presentifica aqui na tese. Obrigada a vocês duas!

Agradeço ainda ao encontro com Simone Paulon e, por meio dela, com o grupo de pesquisa Intervires (PPGPSI/UFRGS). A você, amiga querida, implicada implicante (nos

termos de Heliana Conde), minha gratidão pela acolhida, pela grande parceria que foi sendo tecida ao longo desses anos por meio de risadas, ‘causos’, idas ao Zero de Conduta e à Barcelona, escritas compartilhadas. Agradeço ao cuidadoso acompanhamento junto ao projeto de qualificação, às tantas idas surpresas ao meu apartamento para me tirar do grude com o projeto e me fazer pelo menos almoçar, por abrir a porta de sua vida acadêmica e de sua casa junto às gostosuras cozinhadas pelo Evandro e pelo grande amigo que ele se tornou. Essa ‘mimosa’ aqui é louca de pedra por essa ‘Simoneto’ aí. Estou com receio de esquecer alguém, mas quero nomear *s parceir*s do tempo em que estive mais de perto no Intervires: Rafa, André, Loiva, Francis, Cecília, Renata, Stellita, Vânia, Vera, muito, muito obrigada!

Por falar em Intervires, quero agradecer à amizade ‘debutante’ com Alice Grasiela, amiga de fé, irmã camarada que, ao passar umas férias em Porto Alegre, foi parar na praia de Torres num encontro do Intervires e resolveu ali ficar. Amiga, a você agradeço por me sentir conectada, por preencher minha vida de alegria, em todas as suas esquinas, por insistir em repetir: “diga aonde você vai, que eu vou varrendo” (risos).

Quero agradecer também à dona Jodite, ao Rodrigo e à Gabi pelo cuidado, pelo carinho, pelos tantos dias, almoços e jantares compartilhados. Agradeço também a Lampião, Flecha (cachorros), Luna e Yoda (gata e gato) que neste exato momento me acompanham, como o fizeram por todo esse tempo de escrita: Yoda atrás do computador, lugar quentinho. Vez por outra, eis que reluz uma pata a me atrapalhar, pedindo carinho. Lampião e Flecha, um de cada lado da cadeira. Luna deitada em cima da minha barriga quando vou descansar um pouco no sofá e quando vou dormir. Lembrei de Nise da Silveira ao dizer que “onde há gatos, há saúde mental” – pelo menos uma escrita em saúde mental aqui houve...

Agradeço, sobretudo, à grande parceria com Dago. A você, meu amor, toda minha gratidão pela paciência nesses últimos meses, por tomar a frente dos afazeres da casa e também do trabalho. Também agradeço pelo roubo que fiz de suas discussões encarnadas sobre corpo. Muito do que está nesta tese devo ao assistir e compor com seu trabalho e às nossas discussões diárias, à nossa subjetividade SAMU (risos). Desejo com força que a vida sempre nos ponha em encontro e que ele seja sempre assim como é: alegre, ouriçado e contagiante. Modupé!

Por meio do Dago, agradeço ao Ceccim e ao uso do conceito por vocês dois inventado de “diários de navegação/cadernos de formação” e a você, Ceccim, por ter cedido

ao pedido do Fernando de nos disponibilizar a versão do projeto com suas anotações para a banca. Com elas, briguei e vibrei ao longo de muitos dias; com elas, reforcei e atualizei muitas linhas de argumentação. Nesse sentido, agradeço muito sua contribuição nesse processo.

Aproveito para agradecer a*s outr*s membr*s da banca: a Lili, de quem não tenho um pingão de vergonha de dizer que sou 'pupila', grande professora da UFS em tempos de graduação. Por meio dela, agradeço também a Maurício e a Teresa Nobre, com *s quais, em suas minuciosas correções em tempos de pouco investimento em trabalhos de alun*s de graduação, aprendi o gosto de escrever e o gosto pelos caminhos teórico-conceituais que são os meus hoje, e por isso não há palavras que possam expressar meu corpo em agradecimento! Minha saudação também ao Antonio Baptista, pois é sempre uma alegria desconcertante lê-lo.

Quero saudar ainda minha amiga Célia, pela paciência das conversas monofásicas sobre a tese que sempre surgiam entre o trio Jeane, eu e Celita. Pela força dada, pelo "gruda aqui" em nossas viagens de avião. Grudei mesmo, pois achei no seu ombro um acalanto. Um salve a Bel, Very e Carlos e a todo o cuidado que tiveram comigo e Dago nos tempos de Brasília. Quero também agradecer à disponibilidade e os bons retornos das amigas, porretas 'mentaleiras': Gabi Barreiros, Mariana Schorn, Cecília na leitura do artigo sobre Quincas. Quero também registrar aqui o colorido da presença de vocês nessa caminhada pela vida afora. Ah, um muito obrigada também pela leitura da Paloma por intermédio da Mari.

Minha gratidão a Tereza Ester, minha mãe, pela sua bela força, pela sua irreverência, pelo amor compartilhado; ao meu irmão Rodrigo, pela amizade tecida ao longo do decurso de nossas vidas, pela parceria mesmo quando não se tem água para beber em casa porque eu estou 'toda tese' (risos). À Maria Eduarda, Duda, minha sobrinha, pelo compartilhamento de tantas tardes nessa 'finaleira', ela fazendo a tarefa de casa e eu, adivinhem, a tese. Pelas suas idas a Porto Alegre e a Brasília, que me fizeram suportar a saudade. Pelos afetos inomináveis e imprevisíveis que compartilhar a vida com você faz em mim brotar, por sempre me convidar para brincar com a vida. A Dudu, meu padrasto, pelas tardes musicais na varanda-paráiso do Mosqueiro, por sempre me sinalizar que eu preciso 'descarregar' a tese. A Lu, por abrilhantar minha casa e meu cotidiano com seu corpo 'casa cheia'.

Minha gratidão à presença, mesmo a milhas de distância geográfica, do meu pai. Com ele, a presença dos meus muito queridos avôs Antônio e da minha tão apaixonante

avó Ruth (*in memoriam et in corde*). Quero agradecer e abraçar minha vovó Terezinha com quem, ainda bem criança, aprendi o gosto por estudar, pelo qual compus muito do que tracejei da vida. Amo vocês!

Quero, ainda, agradecer ao grupo acompanhante desta pesquisa: Priscila, Antonia, Roberta, Mairla, Alison, Adriano. Ao cuidadoso trabalho de transcrição com um *plus* de ‘sacadas’ de Andrea e Dani e à sensibilidade e disponibilidade de meu grande parceiro Saulo na feitura das fotos que compõem esta tese. Por meio dessas pessoas, quero agradecer a*s profissionais do CAPS ad e do PRD e também a*s usuáři*s pela acolhida e participação no processo de pesquisa. Sobretudo, quero agradecer à força de uma política da amizade tecida por entre interstícios institucionais, a qual faz brotar cenas tão vigorosas de acompanhar, cenas que trouxeram consigo a perturbação do que parece óbvio no terreno do cuidado em álcool e outras drogas bem como de modos instituídos de fazer pesquisa. Agradeço à força do encontro com o que de nós se furtou à iluminação nesse processo e se fez desejo fabulador de acompanhar a tessitura de corpos nascentes sob a luz do luar. Acho que sim: abraçamos o mar na lua cheia! Encontramo-nos, pelo menos em lapsos de instantes, com o ilimitado mar. A isso, só tenho a agradecer a companhia! Ogun Yê!

RESUMO

A pesquisa que deu vida a esta tese teve como objetivo seguir rastros da construção de corpos inseridos num Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e outras Drogas (CAPS ad) de Aracaju, Sergipe, particularmente, em seus arranjos de masculinidades. A tentativa foi a de forjar um corpo de pesquisa e de escrita bem ali entre o mandato de produzir corpos normalizados, identificados, generificados e a teimosia em resistir desses mesmos corpos submetidos a tal mandato, inclusive do próprio corpo do cuidado. As perguntas que nortearam esta pesquisa foram: que insistências, que (re)existências experimentam corpos num cenário de cuidado em álcool e outras drogas? Que (re)existências experimentam corpos num contexto biopolítico de face neoliberal, em que o exercício de poder pretende encerrar a produção da vida e dos corpos humanos numa dimensão empresarial, fabricando corpos e sujeitos empreendedores de si? Os campos teóricos que fundamentaram a pesquisa foram os estudos foucaultianos, alinhavados por algumas questões e conceitos de Nietzsche, Deleuze e Guattari operados no campo da saúde pública, em particular, o da saúde mental, bem como no dos estudos de gênero e sexualidade. Para a montagem metodológica, inspirou-se em questões propostas pelo método etnográfico, em discussões da escola francesa de análise institucional e em pistas apontadas pela cartografia. Os dados foram produzidos por meio de: 1) cadernos de formação desenhados durante o trabalho na rede de saúde mental aracajuana e no CAPS ad em particular, bem ali onde um processo de trabalho se constituiu como uma paisagem de formação e pesquisa; 2) diários de campo; 3) entrevistas individuais com usuários/as e profissionais; 4) grupos focais com usuários/as e profissionais; 5) roda de conversa com usuários de álcool e outras drogas numa praça da cidade; e 6) realização de uma oficina de “contação de histórias”. Foi pactuado um modo coletivo de acompanhamento da pesquisa e produção de análises por meio da formação de um grupo pesquisador composto por duas profissionais do CAPS ad, duas profissionais e um profissional do Projeto de Redução de Danos e um usuário. Os seguintes eixos funcionaram como focos para a produção de análises: corpo, gênero, sexualidade, cuidado em ad; arranjos corporais, arranjos de gênero e sexualidade; arranjos terapêuticos em articulação com arranjos pedagógicos; CAPS como um território de ensino e formatação corporal; CAPS como território de (des)aprendizagens corporais, abertura dos corpos para a variância, para composição de novas formas, inclusive do corpo do cuidado; projetos terapêuticos como projetos pedagógicos; projetos terapêuticos-pedagógicos de gênero. A partir desse itinerário de pesquisa, se o que se quer é resistir ao biopoder por meio de um acompanhar a potência dos corpos, sinaliza-se a importância da composição de uma clínica da experimentação, clínica artesanal, menor; clínica das passagens, da (des)aprendizagem, da abertura dos corpos para outras rotas, outras formas.

Palavras-chave: Corpo. Masculinidades. Clínica. Saúde mental/CAPS. Álcool e outras drogas.

ABSTRACT

The research which has brought the present thesis to life was aimed at following traces of the construction of bodies involved in a public alcohol and drug rehab center called 'Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e outras Drogas/CAPS ad' in the city of Aracaju, Sergipe, mainly in their arrangements of masculinity. The attempt was to form a body of research and writing right in between the mandate of producing normalized, identified, generalized bodies and the stubbornness of these bodies – submitted to such mandate, including that of the caring body itself – in resisting. The questions which the research was based upon were: what insistences, what re-existences do these bodies experience in a care scenario of alcohol and drugs? What re-existences do these bodies face in a neoliberal biopolitical context, in which the exercising of power is intended to extinguish the production of life and human bodies in a corporate context, manufacturing bodies and subjects that are entrepreneurs of themselves? The theoretical fields which served as fundamentals for this research were the Foucaultian studies, complemented by some issues and concepts of Nietzsche, Deleuze and Guattari operated in the field of public healthcare, particularly in mental health, as well as gender and sexuality studies. The methodological foundation was inspired by questions and issues posed by the ethnographic method, in discussions of the French school of Institutional Analysis and also clues and leads pointed out by cartography. Data were obtained by means of: 1) study notebooks used during the work at the City of Aracaju's mental healthcare network, especially at CAPS ad, right in the place where the work began to build the grounds for further studies and research; 2) field diaries; 3) one on one interviews with patients and professionals; 4) focus groups with patients and professionals; 5) informal conversation circle with alcohol and drug users at a city square; and 6) "story telling" workshop. A collective research monitoring and analysis system was agreed on, one which was formed by two CAPS ad professionals, three Damage Mitigation Project professionals and one patient. The following guidelines served as analytical directions in the process: body, gender, sexuality, alcohol and drug care; bodily arrangements, gender and sexuality arrangements; therapeutic arrangements in articulation with pedagogical arrangements; CAPS as a teaching and body formation territory, CAPS as a bodily (un)learning territory; the opening of bodies to variance, to the composition of new forms, including the caring body; therapeutic projects as pedagogical projects, therapeutic-pedagogical projects of gender. Based on that research direction, if the intention is to resist biopower by means of keeping up with the potency of bodies, the importance of the composition of an experimentation clinic, a smaller handcrafted clinic; the clinic of passages, of (un)learning, of the opening of bodies to other routes, other forms, becomes noticeable.

Keywords: Body. Masculinities. Clinic. Mental Health/CAPS. Alcohol and other Drugs.

LISTA DE SIGLAS

ad – Álcool e outras drogas

APAC – Autorização para Procedimento de Alto Custo

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CAPS ad – Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e outras Drogas

CAPS i/ad – CAPS infantil/álcool e outras drogas

CsO – Corpo sem Órgãos

GF – Grupo Focal

HIV/AIDS – Vírus da Imunodeficiência Humana/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

HUSE – Hospital de Urgência de Sergipe

ISC – Instituto de Saúde Coletiva

NISAM – Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Saúde Mental

ONG – Organização Não Governamental

PRD – Projeto (Programa) de Redução de Danos

RD – Redução de Danos/Redutor* de Danos

SAMU – Serviço de Atenção Móvel de Urgência

SM – Saúde Mental

SUS – Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

ISSO É SÓ O COMEÇO.....	16
1 O CORPO QUEER DA PESQUISA.....	21
1.1 Do quebra-cabeça das cenas pinçadas em campo, eis que surge um objetivo de pesquisa.....	34
1.2 Por uma ética do descaminho dos corpos.....	39
1.3 Inspirações norteadoras da montagem metodológica.....	44
1.3.1 <i>Do método etnográfico, a inspiração de construção de um plano de experimentação do estranhamento.....</i>	<i>45</i>
1.3.2 <i>Da análise institucional, a inspiração da pesquisa-interferência: o método como estratégia político-afetiva.....</i>	<i>48</i>
1.3.3 <i>Da cartografia, a inspiração de construção de um plano de experimentação com e entre corpos.....</i>	<i>52</i>
1.4 Procedimentos/instrumentos metodológicos.....	53
1.5 Alguns norteadores para a construção dos movimentos de análise.....	59
2 O MERCADO DE CARNES.....	64
2.1 “Povo marcado, povo feliz”: da produção de corpos infames.....	67
2.2 A face <i>tanathos</i> da biopolítica.....	69
2.2.1 <i>Cena pinçada do campo de pesquisa.....</i>	<i>70</i>
2.2.2 <i>Cena retirada de um jornal eletrônico e que foi notícia do Jornal Nacional.....</i>	<i>73</i>
2.3 A carne que vai à mesa do capital.....	78
2.4 A carniça.....	90
2.5 Existiria alguma maneira de fazer viver mortos-viventes?.....	93
3 CUIDADO COM OS CORPOS INFAMES.....	106
3.1 Para se conduzir condutas: de como projetos terapêuticos transmutam-se em projetos pedagógicos.....	109
3.2 O território CAPS: entre o ensino como formatação do corpo e a (des)aprendizagem como sua abertura.....	128
3.3 (Re)existências de corpos.....	139
3.4 (Re)existências do cuidado.....	151

4	MASCULINIDADES INFAMES.....	160
4.1	Pedagogias de gênero e de sexualidade.....	160
4.2	O CAPS ad como território de ensino em que se praticam pedagogias de gênero e de sexualidade.....	167
4.3	Vibrações do conceito de gênero.....	174
4.4	Desterritorializações e (des)aprendizagens de gênero e sexualidade no CAPS ad.....	179
4.5	Quincas... ..	184
	ARRASTADA.....	208
	REFERÊNCIAS.....	212
	APÊNDICE A – Roteiros dos grupos focais.....	225
	APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	234
	ANEXO A – Documentos da Secretaria Municipal de Saúde de Aracaju, quanto à realização da pesquisa no Caps ad.....	235

ISSO É SÓ O COMEÇO²

Aqui chegamos, enfim,
A um ponto sem regresso,
Ao começo do fim de um longo e lento processo.
(LENINE, 2011).

Como se constrói um problema de pesquisa? De onde ele surge? Não se sabe bem ao certo. Linhas heterogêneas, emaranhadas, irreversíveis, num percurso sem começo nem fim, parecem compô-lo e também bifurcá-lo. Como dar contorno a um problema de pesquisa? Que linhas seguir, que cursos e que focos manter? O que se sabe é que, borrando uma certa paisagem insossa e ainda hegemônica de pesquisas ditas científicas, um problema instigante tende a estar implicado com “artes do vivível” (CORAZZA, 2002). O que se sabe também é que um problema de pesquisa vigoroso tende a se configurar a partir de questões ‘dispersas’, singulares, circunstanciais, não generalizáveis e que impedem simplificações, as quais, num dado campo de pesquisa, pululam como fagulhas saltitantes a contrariar o que parece óbvio e ‘natural’ em certos cenários, inclusive em certos modos de fazer pesquisa.

O problema que deu vida a esta tese foi gestado por entre um percurso labiríntico pela rede de saúde mental de Aracaju, Sergipe. A partir de uma itinerância que vem sendo experimentada desde 2000, ele se teceu fiando uma conexão entre dois temas que pareciam estar ‘dispersos’ nessa rede: álcool e outras drogas e gênero, sobretudo, arranjos de masculinidades. Bem recentemente, no terreno da saúde mental, o primeiro tema tem sido bastante explorado, já o segundo permanece aparecendo nesse cenário de modo pontual e secundário e tende a figurar como sinônimo de ‘mulher’.

A partir desse itinerário, produziu-se o seguinte objetivo de pesquisa: seguir rastros de construção de corpos inseridos num Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e outras Drogas/CAPS ad de Aracaju, Sergipe, particularmente em seus arranjos de masculinidades: corpos de profissionais³ e de usuári*s⁴, mas também o corpo institucional e do cuidado.

² Lenine (2011).

³ Nesse texto, sob a alcunha ‘profissionais’ está-se abrigando tanto gestor*s (do CAPS ad e do Projeto de Redução de Danos) e técnic*s do CAPS ad quanto trabalhador*s do PRD. Mesmo sabendo que cada uma dessas funções institucionais está sujeita a encomendas diferenciadas, a partir das quais se tecem modos distintos de ser, de fazer e de habitar o serviço, modos estes que, muitas vezes, tendem a conflitar entre si, optei aqui por não abordar tais questões, na medida em que elas levariam para a consideração de outros campos problemáticos e para a escolha de outros objetivos de pesquisa, os quais incorreriam, nesse momento, num

Formulando o objetivo como questão, tem-se: no CAPS ad em que se desenvolveu a pesquisa, que montagens corporais são desenhadas, que arranjos de masculinidades habitam os corpos?

Seguindo trajetórias de corpos habitantes de um CAPS ad, a tentativa foi de forjar um corpo de pesquisa bem ali entre o mandato de produzir corpos normalizados, identificados, generificados e a teimosia em resistir desses mesmos corpos submetidos a tal mandato, inclusive do próprio corpo do cuidado. Entendendo corpos como espaços de tensão entre formas de sujeição e forças de experimentação, a pergunta norteadora da pesquisa foi: que insistências, que (re)existências experimentam corpos num cenário de cuidado em álcool e outras drogas? A partir de uma pista nietzscheana (2008), optei por tomar o corpo como ponto de partida, fazer dele o fio condutor das análises. A proposta foi, pois, a de tentar detectar e acompanhar algumas paisagens corporais e de cuidado, a força de (re)existência de alguns movimentos tracejados por corpos habitantes do CAPS ad de Aracaju, Sergipe.

À guisa de nortear a leitura, explicitarei abaixo os sentidos que estavam ocupando e me ocupando no momento de organização dos capítulos que compõem esta tese, os quais penso que, como num jogo de amarelinha, podem ser lidos em ordens outras das que optei aqui.

O capítulo 1, 'O corpo queer da pesquisa', trata das circunstâncias de inscrição da pesquisa. Nele, tentei desenvolver uma análise de implicação com a rede de saúde mental aracajuana e, em particular, com o campo do cuidado em ad aí desenvolvido. A partir desse movimento analítico, apresentei a construção do problema de pesquisa, valendo-me, para isso, de cenas vividas ao longo da trajetória no terreno da saúde mental de Aracaju. Além disso, indiquei o caminho ético-metodológico tracejado nesta tese, explicitando os procedimentos utilizados para a produção e análise dos dados, bem como os eixos de análise constituídos.

No capítulo 2, 'O mercado de carnes', expus o campo de pesquisa, articulando-o com o campo mais amplo do cenário biopolítico neoliberal. Para isso, utilizei-me do belo texto

afogar-se na sobreimplicação (LOURAU, 2004), o que dificultaria o desenvolvimento de análises ou na escrita de outra tese.

⁴ Nesta tese, utilizou-se asterisco (*) em lugar de o/a, no sentido de ir de encontro a uma linguagem que tende a universalizar o masculino sem, contudo, manter-se fazendo uso da dicotomia masculino/feminino, por meio da qual também se tende a fixar e essencializar maneiras de fazer gênero em apenas duas extremidades. A tentativa foi de, também pela escrita, experimentar um "desfazer o gênero" (BUTLER, 2007), tornando "explícita sua natureza de final aberto" (GATE, 2012, p. 8).

foucaultiano ‘A vida dos homens infames’, como também textos, livros e aulas de Michel Foucault que dizem respeito aos seus estudos sobre biopolítica e governamentalidade. Nesse percurso, o objetivo foi o de discutir o aparecimento de novos corpos infames no contexto do capitalismo financeiro, em que se governa a vida e as condutas humanas para o mercado. No momento em que a arte econômica passa a funcionar como critério de razoabilidade das condutas, aquel*s que falharam ou não se engajaram em fazer de seus corpos empresas, aquel*s que não se assumiram como autoempreendedores de si mesmos figuram como novos infames, indicando o limite do humano e sua dignidade. Nesse sentido, *s que fazem uso abusivo e prejudicial de álcool e outras drogas são infames e o objetivo das práticas de cuidado em ad oferecidas por políticas públicas – como, por exemplo, a de saúde mental – tende a ser o de trazê-l*s à luz do poder e produzir marcações corporais, modos de governo de seus corpos, posto que não se pode haver zonas de ingovernabilidade.

No capítulo 3, ‘Cuidado com os corpos infames’, o objetivo foi discutir a tendência de engajamento do cuidado em ad com práticas de governo das condutas. Desse modo, o cuidado tende a figurar como um conjunto de práticas especializadas no empreendimento de formatação corporal. Nessa direção, projetos terapêuticos traduzem-se em pedagogias corporais. Mas o corpo, como já foi dito, é espaço conflitivo entre desejos de formatação e forças de experimentação. Entendendo o próprio cuidado em ad como um corpo, no sentido de que se trata de uma montagem que se faz por meio dessa tensão entre formatação e experimentação, pensei o CAPS ad como: território de ensino engajado com o objetivo de corrigir, conduzir condutas de usuári*s rumo ao engajamento na economia social de mercado, reabilitando-*s socialmente; mas também como um território de (des)aprendizagens, em que práticas clínicas artesanais se tecem no encontro entre corpos, abrindo-os para outras itinerâncias e montagens corporais, de profissionais, de usuári*s, inclusive do próprio cuidado.

Na medida em que gênero é entendido nesta tese como norma regulatória fundamental no processo de feitura de corpos organizados e governáveis, no capítulo 4, ‘Masculinidades infames’, a finalidade foi destacar, das pedagogias engajadas na formatação de corpos e que compõem o corpo do cuidado em ad, as pedagogias de gênero e de sexualidade. Todavia o olhar de gênero aqui proposto, por meio inclusive do que o campo ia apontando, intentou ampliar o escopo de análise: se utilizei a categoria gênero para indicar no CAPS ad processos de formatação corporais, também a mesma foi por mim usada para

rastrear movimentos de (re)existências corporais, arranjos que, ousando habitar zonas fronteiriças, parecem funcionar debochando das formatações do ‘isso ou aquilo’, do ‘masculino ou feminino’, ao mostrar que elas mesmas também não passam de montagens que não têm nada a ver com ‘naturezas’ e ‘essências’. Trata-se sempre de fabricações corporais, o que significa que tais formatações podem ser desfeitas. Em outros termos, entende-se que o corpo pode abrir-se a outros ensaios e à encarnação de formas originais, inclusive em suas feitura de gênero, mesmo ali em terrenos afeitos ao cerceamento de tais formas, como o do cuidado produzido no seio de políticas públicas.

Vale dizer, ainda, que cada um dos quatro capítulos desta tese se inicia com uma imagem pinçada do registro fotográfico de um momento do campo de pesquisa (roda de conversa com usuários de álcool e outras drogas numa praça da cidade) realizado por Saulo Coelho⁵.

No mais, o desejo é de que a escrita tenha conseguido conservar, ao menos um pouco, ao menos um tanto por meio do qual consiga reverberar na leitura, a perturbação, os descaminhos produzidos pelo encontro com vidas infames habitantes do CAPS ad.

⁵ Disponível em: <<http://www.flickr.com/photos/saulocoelho/sets/72157629822164154>>.



1 O CORPO QUEER DA PESQUISA

Um corpo não cessa de ser submetido aos encontros, com a luz, o oxigênio, os alimentos, os sons e as palavras cortantes – um corpo é primeiramente encontro com outros corpos. (PELBART, 2003a, p. 46).

Que linhas, que dobraduras, que “artes do vivível” estão implicadas na construção e na análise de um problema de pesquisa? Um problema de pesquisa nunca está dado: nem de antemão nem *a posteriori*. Linhas enredadas, tortuosas, imprevisíveis, que “nunca repetem sua própria forma” parecem tecê-lo e, nessa tessitura – sem desconsiderar a importância de manter cursos e conservar alguns focos –, se apresentam mil pontos, dos quais se pode bifurcar: eu, você leitor*, o próprio problema de pesquisa (CORAZZA, 2007, p. 107). Como que lidando com um quebra-cabeça cuja imagem não é estática, as peças não são simétricas nem seu encaixe definido aprioristicamente, buscou-se seguir marcas de encontros sutis e singulares que se entrecruzam, produzindo um problema de pesquisa...

Escrevo de um lugar, um lugar marcado por diferentes posições assumidas, compondo uma paisagem labiríntica que vem sendo tracejada desde 2000, um caminho de encruzilhadas. Estudante de psicologia; estágio extracurricular numa clínica psiquiátrica; estágio curricular em psicologia institucional/análise institucional em um CAPS de Aracaju, Sergipe, psicóloga em dois; militante da luta antimanicomial – com receio de, atuando há algum tempo no interior de máquinas estatais, me deparar com a ‘militonta em mim’, ao me engajar com o modo-de-ser-indivíduo e um conseqüente tarefismo fatigante transfigurado num ativismo de práticas automatizadas e naturalizadas, ao hastear bandeiras identitárias, ao brigar por um modelismo da saúde mental (SM) (COIMBRA; NASCIMENTO, 2007; VASCONCELOS; PAULON, 2012) –; professora substituta, lecionando a disciplina ‘Psicologia e Instituições de Saúde Mental’ do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS); pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Saúde Mental (NISAM) do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA); membro do coletivo gestor de saúde mental da rede psicossocial de Aracaju. Por entre esse trajeto de múltiplas entradas e saídas, gesta-se um corpo pesquisador, corpo compósito na e pela rede de saúde mental aracajuana, por entre encontros e desencontros que ali experimentou...

Se para algum*s esse modo de inserção-implicação com o campo a ser pesquisado pode, no que se refere à pesquisa científica, trazer o receio de não se conseguir o devido

distanciamento – para não se falar, ainda, mesmo que de forma camuflada, numa pretensa neutralidade – aqui, compartilha-se do entendimento de que esse ‘pesquisar inserida’ responde ao desejo de, no bojo do funcionamento estatal, tentar produzir porosidade, ensaiar resistir-criar, a partir e por entre os espaços que se tem ocupado. Como cientistas, como pesquisador*s, “são nossas práticas que estão afirmando ou negando certos modelos, produzindo, enfim, os mais diferentes objetos, sujeitos e saberes que estão neste mundo” (COIMBRA, 2011, p. 255-256). Dessa forma, colocar em análise como vêm se dando nossas interferências nos espaços por nós habitados parece consistir num modo de resistir, de bifurcar, de desestabilizar cenas instituídas, inclusive nos modos de fazer pesquisa.

Parece ser exatamente esse movimento que Lourau (1995) indica ao apontar a necessidade de analisar a implicação d* analista. Foucault (2001b, p. 13), por sua vez, vai assinalar que, respaldad* numa suposta neutralidade garantida por seu olhar de cientista, * pesquisador* produz verdades que costumam ser legitimadas:

[...] é então que sua posição pode adquirir uma significação geral, que seu combate local ou específico acarreta efeitos, tem implicações [...]. Ele funciona ou luta ao nível geral desse regime de verdade, que é tão essencial para as estruturas e para o funcionamento de nossa sociedade.

Diante disso, indica-se a importância de se colocar em análise o lugar que ocupamos como cientistas, “nossas práticas de saber-poder enquanto produtoras de verdades – consideradas absolutas, universais e eternas – seus efeitos, o que elas põem em funcionamento, com o que se agenciam” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2007, p. 29). Em outras palavras, “participamos da produção daquilo que supostamente apenas investigamos – o que não constitui uma falha a eliminar, mas uma problematização a ser acolhida, exposta e debatida” (RODRIGUES, 2010, p. 191).

A partir desse processo de pesquisa-inserção, por entre experimentações clínico-institucionais e de pesquisa na rede de saúde mental aracajuana, se abriram mil campos para um problema de pesquisa que nascia. Desconstruindo, então, a ideia de um campo previamente bem delimitado em que a pesquisa se desenrolaria, teceu-se novamente a teia do acaso⁶ na constituição de um ‘novo’ problema de pesquisa...

Mas, no percurso desses ‘mil campos’, onde pousar a atenção? Que território de observação, de pesquisa e de escrita construir? “Na realidade, entra-se em campo sem

⁶ Como indica Foucault (2004a, p. 59), “é preciso aceitar introduzir a casualidade como categoria na produção dos acontecimentos. [...] introduzir na raiz mesma do pensamento o *acaso*, o *descontínuo*, e a *materialidade*”.

conhecer o alvo a ser perseguido; ele surge de modo mais ou menos imprevisível, sem que saibamos bem de onde. [...] Algo acontece e exige atenção.” (KASTRUP, 2009, p. 40 e 42). Alvo-movente. Para pinçar acontecimentos⁷ que irrompem na cena instituída, desestabilizando-a, parece ser preciso ativar uma atenção rasteira, capaz de detectar pontas de um processo em curso. Numa atitude receptiva, a atenção parece ser tocada por algo. Uma atenção à espreita, um rastreio, “uma seta no alvo, mas o alvo na certa não te espera” (MOSKA, 1997).

Desse percurso na rede de atenção psicossocial aracajuana, destacarei cinco cenas que compõem uma memória intempestiva, que nada tem a ver com um passado de ressentimento. A força dessa memória ativa, viva, bailarina convoca um desejo de intervir sobre o tempo, este do qual faço parte, em favor de um tempo porvir. As cenas que aqui serão postas em relevo parecem auxiliar a tecer o problema de pesquisa. Cenas analisadoras⁸ que saltam de um cotidiano aparentemente ‘chapado’, falando por si, ao menos para aquel*s e aquilo em nós que almeja viver movimento, descolando o cotidiano de um quadro de automatismos, rotinas, congelamentos. Logo ali no cotidiano, abre-se um terreno afeito a descontinuidades, agitações, movimentações, ali onde as coisas acontecem: no que parece ‘pequeninho’, nos fazeres e dizeres corriqueiros, nas relações que se estabelecem e nos estabelecem, nos corroem e nos potencializam, nas coisas ‘triviais’, no que as pessoas tendem a desqualificar. Logo ali, borra-se o caminho do ‘bem’, caminho do extraordinário e do extraordinariamente reto e generalizável para os corpos. Logo ali, mobilizam-se afetos, aflições, desejos, gesta-se um corpo de pesquisa...

1) Em 2000⁹, por meio do estabelecimento de uma parceria entre a organização não governamental chamada Luz do Sol e a Secretaria Estadual de Saúde de Sergipe, foi

⁷ De acordo com Foucault (2001b), acontecimento refere-se a situações que produzem uma inversão no arranjo de forças vigente; é quando algo emerge, desestabilizando paisagens instituídas, afetando uma quantidade considerável de corpos e produzindo algo absolutamente imprevisível no interior do plano. Daí Foucault associar acontecimento a novidade, a contrafluxo. Marcar acontecimentos diz respeito, assim, a espreitar emergências, rupturas, fazendo surgir, no estrato histórico, uma singularidade.

⁸ ‘Analisador’ é um conceito da Análise Institucional, o qual diz respeito a situações, arranjos de forças que colocam algo (uma instituição, um dispositivo, uma encomenda) em análise. Ou seja, analisador “é o que, em determinada situação, catalisa forças e irrompe na cena instituída desestabilizando formas e modos de funcionamento já dados” (BENEVIDES, 2002, p. 175), pondo “em análise as relações percebidas como naturais e até mesmo necessárias” (COIMBRA, 2001, p. 25).

⁹ Mediante municipalização e respaldando-se na Política Nacional de Saúde Mental, ao longo dos anos 2000, Aracaju foi desenvolvendo projetos e implantando outros CAPS. Nos dias atuais, o município dispõe de uma rede bem estruturada de serviços de saúde mental (um CAPS I, um CAPS i/ad, três CAPS III, quatro residências

inaugurado o primeiro Centro de Atenção Psicossocial da cidade: CAPS Arthur Bispo do Rosário. Nesse mesmo ano, iniciei meu primeiro estágio extracurricular em saúde mental. Tal experiência ocorrera numa clínica psiquiátrica, na ala feminina destinada aos casos agudos, gradeada e trancada durante as 24 horas do dia. Ali, sob a alegação de manter as internas ‘seguras’, não se tinha luz, não se tinha colchão, ao menos um som, uma televisão, não se tinha nada. Sob a alegação de não se perturbar a tranquilidade do lugar, vetaram as estagiárias de levar um sonzinho portátil e, com ele, música à ala. Mas sob que alegação caberia o fato de não se ter sabonete nem escovas de dentes nos banheiros, que justificativa poderia se dar para as usuárias não terem acesso às suas próprias roupas? *“Isso aqui é o regime militar, por isso eu moro nessa caixa de fósforos azul”*¹⁰, um dia uma interna me disse.

De acordo com Wacquant (2001, p. 10), “as duas décadas de ditadura militar continuam a pesar bastante sobre o funcionamento do Estado e sobre as mentalidades coletivas”. A esse mesmo respeito, Coimbra e Brasil (2009, p. 56) afirmam que a lógica discriminatória e preconceituosa que deu “sustentação à violência contra aqueles que se opuseram ao regime militar” nos dias atuais se generalizou: “a tortura hoje é generalizada e sistemática. [...] a violência se ampliou, intensificou e compõe, como uma rede que pulsa ativamente, o conjunto das relações sociais. O medo continua se impondo e sendo um componente ativo de controle social”.

Bem ali na ala, estávamos mesmo vivendo sob vestígios do regime militar, e aquela jaula cercada por azulejos azuis era mesmo do tamanho de uma caixa de fósforos. Esse tamanho, as grades, a assepsia daquele lugar misturada aos fortes odores emanados pelos corpos das internas também vestidas de azul ou nuas, essa atmosfera parecia figurar como um campo de tortura para os corpos delas, para os corpos nossos e o da faxineira que, limpando depressa o lugar, parecia ‘louca’ para dali sair.

terapêuticas, assistência ambulatorial, retaguarda de uma urgência mental e do SAMU). Mais informações sobre a política de saúde mental e os serviços CAPS, ver Brasil (2004a, 2004b).

¹⁰ Daqui em diante, utilizarei grifo em itálico para indicar que estes são fragmentos de fala retirados da pesquisa de campo, a qual não se iniciou com a inserção no CAPS ad nem mediante o propósito de se fazer a pesquisa de doutoramento, mas diz respeito a todo um percurso de inserção na rede de saúde mental aracajuana. Ao longo dessa trajetória, a qual “constitui um cenário espontâneo de trabalho-formação” (MACHADO, 2011, p. 16), foram produzidos registros que dizem de “um processo de trabalho que se fez pesquisa” (ibidem, p. 49), bem como da indissociabilidade entre trabalho e formação. Esses registros que Machado intitula “diários de navegação/cadernos de formação” (ibidem, p. 16) foram utilizados juntamente com os dados produzidos por meio da pesquisa propriamente dita, contribuindo sobremaneira com o processo de feitura do problema de pesquisa, bem como com a construção das linhas de análise seguidas.

2) Em 2001, um ano depois, como requisito da disciplina 'Psicologia e Práticas de Saúde', desenvolvi a parte 'prática' num serviço substitutivo de saúde mental, qual seja: visitar o serviço, acompanhar, mesmo que pontualmente, sua rotina e entrevistar uma profissional de psicologia do lugar. Fui então ao CAPS Arthur Bispo, o único existente na cidade até então.

No decorrer da entrevista com a psicóloga, observei usuári*s conversando num pátio frente a um portão sem cadeado. Logo em seguida, um usuário chamado de 'Gigante' – de 'fato' ele era enorme – adentra a sala com um sorriso estampado no rosto e uma vida nos olhos, almejando discutir alguns assuntos com ela, sua técnica de referência. Tal situação me mostrara 'outra' loucura, fora da agudez da crise, fora do hospital e de seus efeitos cronificantes. No lugar dos jalecos brancos e das camisas de força químicas e morais que faziam, na clínica supracitada, de tod*s – profissionais e intern*s – qualquer um*, ou seja, que tendiam a enrijecer, amortizar e homogeneizar os encontros que por ali se davam, no CAPS, um mundo de possibilidades e de afetos parecia tilintar, alguns ali pulsando, prestes a se territorializar em mim, no Gigante, na psicóloga. Eu me apaixonara pela loucura desinstitucionalizada, pelo menos pela possibilidade que ali se anunciava, pelo que nela havia de potência disruptiva, pelo que nela havia daquela saúde frágil, literária, fabuladora de mundo, de alianças monstruosas, ofertadora de devires que uma "gorda saúde dominante tornaria impossíveis" (DELEUZE, 1997, p. 14). Uma saúde fora das órbitas carcerárias e biomédicas. Essa loucura, até então, eu ainda não conhecia.

Reparem, não estou querendo dizer com isso que os serviços CAPS possibilitam, todos os dias e em todas as suas ações, o emergir de paisagens preñes de vida. Estou apenas relatando um momento de resistência, em que um processo de singularização (GUATTARI; ROLNIK, 2000) entrou em cena, afetou meu corpo, desestabilizando crenças, valores, modos de entender, experimentar, perceber, sentir a loucura e com a loucura, modos tão articulados com uma certa configuração coletiva que tende a capturar processos como esses supracitados, mesmo e, sobretudo, dentro dos CAPS, esses espaços ainda tão rançosos, tão atravessados pela lógica manicomial e por práticas terapêutico-pedagógicas interessadas na formatação de corpos, mesmo que muitas vezes de forma sutil e sorrateira. Mas, naquele momento, quando o Gigante abriu a porta com um sorriso largo nos lábios, produziu-se uma porosidade... Experimentou-se na pele a desinstitucionalização como contágio cultural, como transvaloração (PAULON, 2006), como um movimento de

desestabilização de formas, de virada do avesso de valores e lógicas identitárias e dicotômicas que nos fazem tão humanos/as, demasiadamente humanos/as¹¹ (NIETZSCHE, 1998).

3) Composição de uma cena de pesquisa. Entre 2006 e 2008, desenvolvi o mestrado no Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da UFBA, na linha de pesquisa ‘Ciências Sociais em Saúde’, articulando os temas saúde mental e relações de gênero e de sexualidade. Na dissertação – a qual tem como título ‘Loucos e homossexuais: consumidores como outros quaisquer. Um estudo sobre modos de subjetivação de relações homoeróticas¹² em um CAPS de Aracaju-Sergipe’ (VASCONCELOS, 2008) –, a construção do problema de pesquisa partia da constatação de alguns efeitos do processo de institucionalização do movimento antimanicomial que, ao ser tomado de assalto pelo Estado, tende a se desprender dos fluxos que justificariam seu valor de institucionalidade e a se burocratizar. Tais efeitos são sentidos no cotidiano dos serviços substitutivos de saúde mental aracajuanos...

CAPS são serviços que surgem na esteira das tentativas de operacionalização dos princípios e diretrizes da luta antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica brasileira. ‘Legado’ da primeira, as bandeiras de desconstrução do modelo médico-psiquiátrico enunciam a retirada do caráter apriorístico, atemporal, universal e unifatorial do processo saúde-doença-cuidado; e problematizam/desnaturalizam, com isso, a noção constructo delimitada pelos termos doença mental/periculosidade/incapacidade/isenção de direitos/tratamento via confinamento, o que inspira o debate sobre a segunda. Trata-se de um processo de questionamento que vem acompanhado da elaboração de propostas de transformação do modelo asilar clássico, vislumbrando novas possibilidades, novas formas de entendimento e atendimento à loucura, através da desconstrução do espaço físico e simbólico do hospício/manicômio (AMARANTE, 1995; VASCONCELOS; BARBOSA; MORSCHER, 2007; VASCONCELOS, 2008).

Mediante a municipalização do sistema de saúde brasileiro, possibilitou-se o início de um longo e árduo processo, ainda em curso e respaldado por leis, de substituição do modelo

¹¹ O uso aqui de os/as foi proposital. E assim o foi quando se tratou de acentuar marcações corporais realizadas por meio de tecnologias de poder.

¹² Com base na perspectiva foucaultiana (2001a), usa-se o termo “erótica” no sentido de desnaturalização do “dispositivo sexualidade”. Do mesmo modo, utiliza-se a concepção “homoerótica” na direção de problematizar a essencialização da concepção “(homo)sexualidade”, por meio da qual práticas que se situam fora do registro da heteronorma tendem a ser traduzidas como desvio, anormalidade, como doença (homossexualismo). Mais informações a esse respeito, vide o capítulo ‘Masculinidades infames’.

asilar, de fechamento dos hospícios, hospitais e clínicas psiquiátricas e de implantação de um novo modelo assistencial, centrado na implantação de serviços CAPS. Nessa direção, os CAPS foram preconizados pelo Ministério da Saúde para garantir um cuidado de base territorial, funcionando como organizadores das redes municipais de atenção em saúde mental (BRASIL, 2004a, 2004b).

Com a Reforma Psiquiátrica e a mudança no modelo assistencial, surge a proposta de uma política – Política Nacional de Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas – e, junto com a mesma, de um CAPS específico voltado para o cuidado de pessoas com transtornos causados pelo uso prejudicial e/ou dependência de álcool e outras drogas, CAPS ad. A perspectiva é a de prestar assistência para usuári*s de drogas que necessitem¹³ de cuidados em saúde, buscando-se, sobretudo, suplantar a exclusão, a estigmatização, o isolamento, bem como a individualização e a biologização da problemática complexa das drogas (BRASIL, 2004a, 2004b).

Entretanto, superar o legado asilar – carcerário, iatrogênico e segregatório – do antigo modelo não é processo simples! Apesar de parecermos estar ‘abertos’, assim como parecem os CAPS, muros invisíveis, jalecos mentais, manicômios daqui, dali, de lá, de qualquer lugar insistem em circunscrever a diferença em quadros modelizantes, prevenindo possíveis contaminações.

Em outros termos, parece que a análise do funcionamento dos CAPS deve ser realizada levando-se em consideração as maneiras como estamos habitando o contemporâneo, as novas formas de poder, as novas políticas de subjetivação que nele se engendram. Ou seja, a fim de não se perder de vista o objetivo de desinstitucionalização – entendendo-a como um movimento de transvaloração, visto que sua radicalidade aponta para modificações substanciais em nossa tábua de valores e, por isso, não a restringindo à mera desospitalização¹⁴ (PAULON, 2006) – e sua relação com a implantação dos serviços

¹³ Ressalte-se que os CAPS ad surgem no bojo de um campo de disputa de regimes de verdade sobre uso de álcool e outras drogas e cuidado em ad. Lembremos aqui do filme ‘Bicho de sete cabeças’ (2001): o pai de Neto, depois de encontrar um cigarro de maconha em seu bolso, o interna em um hospital psiquiátrico. A partir do processo de internamento, produz-se um corpo ‘doente’ e, de internação em internação, este corpo doente se cronifica. A sinopse nos parece assertiva: “uma viagem ao inferno manicomial”, da qual ele não retorna. Cabe perguntar: por fazer uso – e um uso esporádico – de maconha, Neto precisava de cuidado? Mais ainda: daquele tipo de ‘cuidado’? Pois bem, aquele ‘drama’ não aconteceu e não acontece só em filmes.

¹⁴ Nesse sentido, Rodrigues (2009, p. 205) questiona se ainda nos lembramos da desinstitucionalização e do que a mesma reflete: “uma transformação radical, nos âmbitos epistemológicos, teórico, cultural, jurídico e da ação cotidiana, relativas aos modos de pensar, perceber, viver, sentir a loucura e com a loucura”, ‘a’ drogadição e ‘com a’ drogadição.

CAPS, talvez se tenha que não perder de vista que tais serviços são gestados no cenário das “sociedades de controle” (DELEUZE, 1992). Nessa mesma direção, o alerta deleuziano desponta como importante:

[...] a crise do hospital como meio de confinamento, a setorização, os hospitais-dia, o atendimento a domicílio puderam marcar de início novas liberdades, mas também passaram a integrar mecanismos de controle que rivalizam com os mais duros confinamentos. Não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas. (ibidem, p. 220).

Diante de tais considerações, ao se colocar em análise os modos de funcionamento de um CAPS, parece ser preciso perguntar: que lógicas, que subjetivações, valores, poderes, dizeres, fazeres e prazeres estariam ali circulando? Que relações de força estariam sendo configuradas? A que outros muros estaríamos presos? Que modos de resistência são ali ensaiados?

Em aliança com Benevides (2003), pode-se dizer que é importante uma certa institucionalidade que garanta e legitime as conquistas efetivadas mediante delineamento de uma política de saúde mental de cunho substitutivo ao modelo asilar. Todavia, paradoxalmente, “corre-se o risco de que a necessária institucionalidade dos CAPS se transforme em institucionalização cronificada e cronificadora, reproduzindo o asilamento do qual se quer escapar” (BENEVIDES, 2003, p. 199). Na mesma direção, Oliveira e Passos (2007, p. 271) consideram

[...] o perigo de uma modulação da relação de tutela operada pelo antigo manicômio para o controle cronificado dos serviços ditos “abertos”. Vislumbramos a modulação da série *doença mental – tutela – manicômio* para outra que pode ser não menos perversa: *doença mental – controle – serviços abertos*.

Ainda conforme Oliveira e Passos (2007), tal processo de modulação da doença mental-tutela-manicômio para doença mental-controle-serviços abertos fornece pistas para se colocar em análise formas de cronificação que tendem a atravessar os CAPS:

a) Cronificação d*s usuári*s, que tendem a permanecer pres*s, ainda que por muros invisíveis, como na produção de dependência em relação aos serviços. Talvez seja apenas nestes espaços que se sentem cidadãos/ãs, consumidores/as, pelo menos, de políticas públicas. Diante disso, vão ali permanecendo anos a fio, assim como ocorria nos asilos e parecendo orgulhosos/as dessa condição: “*vou fazer sete anos de CAPS, sou um dos mais antigos aqui*”;

b) Cronificação d*s profissionais, que tendem a não colocar em análise seus modos de atenção e de gestão, naturalizando-os, dissociando-os e construindo um certo modelismo em saúde mental que tende a interceptar devires e reificar modos de atenção e de gestão;

c) Cronificação do cotidiano dos serviços, por meio de sua automação, da promoção de uma ‘grade’ de atividades estereotipada e com frequência inalterada. Dessa forma, as atividades desenvolvidas acabam por se desprender do sentido das oficinas terapêuticas na conformação de um cuidado psicossocial, qual seja: espaços que deveriam ser o ‘coração’ do serviço, dado o objetivo de se criar, por meio delas, novos territórios existenciais, utilizando-se, para isso, do trabalho, da arte, de afazeres cotidianos. Em outros termos, construir novos territórios mediante estabelecimento de outras conexões entre produção desejante e produção de vida material que não as estabelecidas e empobrecidas pelo capitalismo. Sobre isso, destaque-se o seguinte fragmento de fala:

[...] Esse CAPS precisa funcionar como CAPS. [...] Esse CAPS que teria de ter um quadro de ofertas interessante, uma oferta de atendimento individualizada, uma oferta de oficinas, as oficinas não só ocupando espaço e tempo, mas [...] e possibilidades de cuidado. As oficinas, elas com outro, elas vêm com outra função, com outra oferta, entendeu? Uma oferta pensada, planejada, um CAPS planejado.

Ao invés disso, tende-se a utilizar os espaços das oficinas terapêuticas como locais automatizados e serializados, os quais parecem funcionar para se exercitar e se resgatar um dado tipo de participação social engajada justamente com a lógica capitalista. Desse modo, as oficinas passam a funcionar como espaços para ‘ocupar a mente’ e, de forma ‘pragmática’, recuperar uma dada cidadania, mediante mera adaptação ao “mundo em que vivemos” (RAUTER, 2000; OLIVEIRA; PASSOS, 2007).

Cabe ainda aqui o assinalamento de Lobosque (2003, p. 18), de que o nascimento do que se intitula clínica dá-se “nos hospitais psiquiátricos, nas fábricas, nas prisões, nos reformatórios, ou seja, justamente naquelas instituições criadas para disciplinar [os corpos humanos], tratando de reeducá-los, adestrá-los, adequá-los”. É nesse sentido que a maioria dos profissionais de saúde, inclusive no contexto da Reforma Psiquiátrica, tem empregado a palavra ‘cuidado’: articulando e subsumindo o objetivo de promover saúde à promoção do ajustamento social; de incluir ao de adaptar, normalizar.

d) Cronificação da rede de saúde mental, “produzida pela inexistência ou fragilidade da rede de atenção em saúde mental” (OLIVEIRA; PASSOS, 2007, p. 272), ao não se operar a

ideia de acentralidade e conectividade de uma rede que se quer aquecida e, se assim não o for, esfria e se burocratiza. Dessa forma, não se articulam os diferentes serviços e os diferentes sujeitos e coletivos que formam tal rede, não se garante uma efetiva abertura dos CAPS, que tendem, assim, a possuir porta de entrada, mas muitas vezes não possuem porta de saída. No que se refere aos pontos de estrangulação da rede, é importante dizer que a falta de conexão se dá dentro mesmo da própria rede de saúde mental e de saúde de modo mais geral. Tal cronificação é produzida também pela ausência de articulação do sistema de saúde com outras instâncias, como educação, justiça, escola, trabalho, assistência social etc.

Todo esse entorno cronificado e cronificante parece operar no sentido de coadunar com a produção e a reificação de um 'cuidado tutelar', a partir do qual se capturam corpos codificados em certas condutas e procedimentos. Desse modo, o espaço de experimentação, que possibilitaria a produção de outras saúdes e subjetividades que não as tuteladas, se encurta, se encurrala (VASCONCELOS; MENDONÇA-FILHO, 2009). E assim infantilizam-se corpos de crianças, adolescentes e idosos, loucos e usuáries de drogas, corpos que precisam de tutela institucional realizada pelo Estado, mercado, escola, família, asilo, serviços de saúde de maneira geral.

A partir de tais considerações, vivendo os efeitos cronicidade supracitados no cotidiano da rede de saúde mental aracajuana, a tentativa foi de fazer da análise de modos de subjetivação das relações homoeróticas uma forma de equivococar o 'rosto' identitário da política de saúde mental. No bojo da Reforma Psiquiátrica, compondo-se com políticas identitárias, tende-se a focar as problematizações na loucura, na forma como ela vem sendo entendida, produzida e 'tratada'. Diante dessa focalização, temas como o da sexualidade e, especificamente, das relações homoeróticas tendem a habitar esse terreno de modo subterrâneo, o que pode ser comprovado pela escassez de produções acadêmicas¹⁵ destinadas a colocar em análise os modos de subjetivação de tais relações em serviços de saúde, de maneira geral, e em saúde mental e CAPS, de modo particular.

¹⁵ No que se refere a estudos que tenham como mote a relação entre serviços de saúde e práticas homoeróticas, basta fazer uma pesquisa na internet, visitando os sites de busca mais reconhecidos pela comunidade acadêmica, para perceber que tais estudos costumam se restringir à relação "homossexualidade e HIV/AIDS". A esse respeito, Facchini (2004, p. 36), problematizando a questão da visibilidade de tais relações nos serviços de saúde de modo ampliado, afirma: "Penso que deveríamos refletir em que medida a própria relação entre homossexualidade e saúde não permanece 'no armário', ao menos no que diz respeito a questões que não envolvam o HIV/AIDS. [...] trata-se da necessidade de estender a mesma visibilidade que se deu à questão do HIV/AIDS a outras questões de saúde presentes no cotidiano dos sujeitos que têm práticas não heterossexuais".

Na pesquisa da dissertação, a sexualidade, os modos de subjetivar relações homoeróticas funcionaram, então, como analisadores que forçavam a instituição Reforma Psiquiátrica, e o estabelecimento CAPS em que a pesquisa se desenvolveu, a falar. Ou seja, entendi os discursos, fazeres, poderes e afetos que circundam tais modos como algo que explode, enunciando e desestabilizando paisagens institucionais instituídas. De maneira geral, a dissertação compôs-se de reflexões a respeito de conceitos, teorias, metodologias e políticas identitárias, as quais constroem corpos discrepantes, corpos que se desviam das normas regulatórias estabelecidas por uma forma de poder que os constroem como corpos anormais, corpos perturbadores da ordem 'natural' do mundo humano. Mais que isso, num percurso conceitual, teórico-metodológico, empírico, clínico-político, sobretudo, afetivo, as análises apontaram outras direções, outras formas de tradução e de relação com tais corpos e com seus movimentos. Da dissertação, indicaram-se questões, senão como limites, como sinalizadoras de caminhos a serem perseguidos na pesquisa de doutorado:

i) Na dissertação, a análise da singularidade dos corpos focou-se na pesquisa da atuação articulada de marcadores sociais (sobretudo, corpos sexuados, generificados, sexualizados e psiquiatrizados). Dito de outro modo, o estudo teve como foco o plano de organização dos corpos (plano dos marcadores sociais identitários). Na tese, o objetivo foi o de tentar compor um plano de análise bem ali no encontro com os corpos, buscando por pontos de inflexão, lugares onde os corpos ousam novas rotas e experimentações, vazam, esparramam, vivem "os limbos felizes de uma não identidade" (FOUCAULT, 2006d, p. 88), ensaiam novas formas, (re)existem.

ii) Na arena da saúde mental, a produção de um cuidado antimanicomial às pessoas com transtornos mentais graves, severos e persistentes é questão discutida abundantemente. Ultimamente, compondo um cenário de 'circo midiático' em torno da dita 'epidemia' de crack, o tema da atenção a usuáři*s de drogas também tem sido bastante abordado, o que tem gerado um campo de tensão no próprio interior das redes de saúde mental, isso para não falar das questões que as extravasam.

Se o que pretendemos com nossas práticas assistenciais é dar vida à ideia de uma clínica antimanicomial, nos encontramos, então, num momento de interrogar o cuidado em ad que tem sido produzido no bojo da Reforma Psiquiátrica. Perguntar, pois, com a finalidade de não seguir - pelo menos não apenas - repetindo o que está dado, mas de produzir novos caminhos para o cuidado em ad.

Nesse ponto do texto, quero destacar uma passagem de Michel Foucault (2010c, p. 299-300), em que ele diz: “Minha opinião é que nem tudo é ruim, mas tudo é perigoso. Se tudo é perigoso, então temos sempre algo a fazer. [...] Acho que a escolha ético-política que devemos fazer a cada dia é determinar qual é o principal perigo”. Perguntar, pois, como modo de tentar localizar e incidir sobre alguns perigos atuais para o movimento da luta antimanicomial e, em particular, para um cuidado em ad que se quer antimanicomial. Quais os perigos inscritos nos modos de fazer e pensar um cuidado em ad nos dias de hoje? Um deles parece se localizar justamente na encruzilhada entre, por um lado, um falatório sobre cuidado em ad, o qual tem se produzido articulado a exigências de normalização e tutela de condutas discrepantes, trazendo consigo posicionamentos que fazem recrudescer a ‘olhos nus’ nossos tão estimados desejos de produzir um cuidado em liberdade e, por outro, termos avançado, porém, parece que a passos lentos, na qualificação de um cuidado em ad que se quer antimanicomial. O próprio movimento antimanicomial parece ter se ocupado/cuidado pouco dessa questão. Agora, ele é convocado a participar desse falatório, posicionando-se.

Nesse sentido, talvez seja relevante perguntar: na esteira desses anos de investimento na construção de CAPS ad em articulação com Programas de Redução de Danos (PRD), tal investimento tem sido acompanhado por uma discussão e elaboração pormenorizada a respeito das especificidades clínico-político-institucionais colocadas ao se almejar desenhar uma atenção psicossocial a*s usuáři*s de ad? Como operar esse cuidado? Que cuidado se almeja operar? Que redes de cuidado têm se produzido? No campo do cuidado em ad, que estratégias clínicas podem resistir ao desejo de tutela e formatação de corpos?

Ainda no período do mestrado, passei a compor o NISAM. Nele inserida, participei da pesquisa ‘Articulando experiências, produzindo sujeitos, incluindo cidadãos: um estudo sobre as novas formas de cuidado em saúde mental na Bahia e em Sergipe, Brasil’ (NUNES et al., 2005). Na fase de trabalho de campo de tal pesquisa, inseri-me no CAPS ad de Aracaju, Sergipe, sob a justificativa de que, no que se referia à rede de SM aracajuana, este era o ponto da rede que, até então, eu tinha menos contato. Ali, entre os meses de novembro de 2006 e janeiro de 2007, passei duas semanas, de segunda a sexta-feira, manhã e tarde, por entre observação participante, produção de diário de campo, entrevistas individuais com

gestor*s, trabalhador*s, usuári*s e realização de grupos focais com trabalhador*s. Nesse período, duas cenas ganharam relevo pelo que em mim elas convocavam de desejo de interferência:

4) Dois técnicos chamaram as pesquisadoras (éramos duas) para participar de uma abordagem que iriam realizar junto a um usuário recém-inserido que havia feito uso de ‘substância’ dentro do CAPS. A abordagem traduziu-se em penalização do usuário, alegando que ele havia sido influenciado por uma *“alma sebosa”* (termo que utilizaram para se referir a outro usuário do serviço), que *“no CAPS não se deve confiar em ninguém”*. Um desses técnicos, inversamente, em momento anterior de assembleia com usuári*s, havia dito que o CAPS era *“uma grande família”*, que, por isso, *“devemos ser solidários uns com os outros”*. Destaquem-se relatos de dois usuários que, na ocasião da pesquisa do NISAM, também se referiam a intervenções culpabilizadoras e individualizantes, avesso do convite à ‘solidariedade’ feito na assembleia:

Me chamaram pra direção e me orientaram, né? Eu não andar com colegas que fazem parte aqui do, do CAPS, usuários, pra eu evitar de andar com usuários que frequentam aqui o CAPS também, né? Fui chamado atenção. Não sabe que a pessoa é viciado, e vê que a pessoa vacilou? Acho que poderia mais... conversar numa boa sem tá olhando com olho feio, sem tá, sem tá humilhando, desfazendo, né? Deveria ter outra forma dele se expressar, conversar, né? Sem humilhar, sem tá olhando com a cara feia, sem desfazer da pessoa.

5) A próxima cena fez pousar a atenção no tema ‘relações de gênero e sexualidade’, mais precisamente masculinidades e heteronorma. Um profissional me perguntou se é melhor ser amado ou odiado. Ele prosseguiu relatando que um usuário, sempre que bebe, chega lhe fazendo declaração de amor, de admiração. Ele diz: *“Ainda por cima, na frente de [verbaliza o nome de um outro profissional]”*. Minutos depois, ele levanta a camisa e, mostrando o peito para um usuário, pergunta-lhe: *“Você acha que devo depilar ou prefere peito cabeludo?”*. O usuário irrita-se, diz que não é do *“babado”* e sai resmungando. O técnico fica, então, cochichando com outra profissional. Eu lhes indago sobre o que estão conversando e ele responde: *“Não é nada não, é a perversidade desses usuários [...]. Este aí, quando está bêbado, a traseira é de todo mundo”*. De quem é a perversidade mesmo?

Essas duas últimas cenas narradas parecem apontar para a conformação de uma determinada paisagem de cuidado. Nela, o cuidado em álcool e outras drogas parece participar de um processo mais amplo de marcação e organização de corpos, nesse caso

particular, daqueles que fazem usos entendidos como ‘indevidos’: uso ‘indevido’ de álcool e outras drogas como também uso ‘indevido’ de gênero. Nela, o cuidar parece articular-se com a necessidade de formatar corpos, de culpabilizar sujeitos e seus corpos, individualizá-los, corrigir/(re)abilitar suas condutas, trazê-los para a claridade do mundo humano, um mundo regulado por normas de gênero, um mundo supostamente sem drogas. Para tanto, tais corpos são identificados como anormais (FOUCAULT, 2001c), como vidas indignas de serem vividas, posto que ultrapassaram um possível pré-estruturado para os corpos humanos, precisando, por isso, ser reconduzidas, normalizadas.

Em outros termos, tachados como usuários de CAPS e de álcool e outras drogas, os corpos tendem a sufocar numa emboscada cujos limites identitários são dados do seguinte modo: de um lado, a humanidade, à qual se pretende, com o tratamento, que eles retornem a fazer parte, colando-se à forma-Homem, corpo sexuado e generificado, heterossexual, trabalhador, consumidor, empreendedor de si; de outro lado, estão acoplados à identidade-abjeção (LOURO, 2004, 2007; BUTLER, 2007), ‘dependente químico’, corpo usuário de álcool e outras drogas, que diz da animalidade desses corpos. Mas é só isso? O CAPS ad e o cuidado ali oferecido funcionam apenas como ambientes normalizadores de condutas? Procurando pelas vibrações do corpo e da vida, do corpo do cuidado desenvolvido em um dado CAPS ad, um corpo se fez pesquisa de doutoramento, a qual desembocou nesta escrita...

1.1 Do quebra-cabeça das cenas pinçadas em campo, eis que surge um objetivo de pesquisa

A partir dessas cenas pinçadas por entre experimentações vividas na rede de saúde mental de Aracaju, em particular, no CAPS ad; das anotações articuladas às práticas que observei e exerci no campo de atuação profissional e de pesquisa; e de uma dada perspectiva teórico-conceitual-metodológica que será aos poucos apresentada nesta tese, uma paisagem de pesquisa vai se constituindo, um problema de pesquisa vai tomando forma. A pesquisa que deu vida a esta tese focou, então, no objetivo de seguir rastros da construção de corpos inseridos num Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e outras Drogas (CAPS ad), particularmente, em seus arranjos de masculinidades: corpos de profissionais e de usuári*s, mas também o corpo institucional e do cuidado. Formulando o

objetivo como questão, tem-se: no CAPS ad em que se desenvolveu a pesquisa, que montagens corporais são desenhadas, que arranjos de masculinidades habitam os corpos?

No CAPS ad, o escopo foi, então, o de buscar as linhas de composição, a tessitura dos territórios existenciais desses corpos. Empreender a análise, fiando a conexão entre dois temas: álcool e outras drogas e gênero, sobretudo, jogos de masculinidades. Nos dias atuais, no terreno da saúde mental, o primeiro tema, como já foi dito, tem sido superexplorado, já o segundo, na melhor das hipóteses, aparece na cena apenas como tema pontual e secundário. Pensar as bordas da política de saúde mental, do CAPS e do cuidado, por meio dos temas álcool e outras drogas (ad) e gênero, seguindo trajetórias de corpos habitantes de um CAPS ad, eis, pois, a intenção.

A tentativa foi, então, a de forjar um corpo de pesquisa bem ali entre esse mandato de produzir corpos normalizados, identificados, generificados e a teimosia em resistir desses mesmos corpos submetidos a tal mandato, inclusive do próprio corpo do cuidado. Entendendo gênero como uma norma regulatória fundamental no processo de feitura de corpos organizados, mas também entendendo corpos¹⁶ como espaços de tensão entre formas de sujeição e forças de experimentação, a pergunta norteadora da pesquisa foi: que insistências, que (re)existências experimentam corpos num cenário de cuidado em álcool e outras drogas? Seguindo um rastro nietzscheano (2008), optei por tomar o corpo como ponto de partida, fazer dele o fio condutor das análises. A proposta foi, pois, a de tentar detectar e acompanhar algumas paisagens corporais e de cuidado, a força de (re)existência de alguns movimentos tracejados por corpos habitantes do CAPS ad de Aracaju, Sergipe.

Mas, para analisar a feitura de corpos habitantes do CAPS ad, por que utilizar a análise das relações de gênero, sobretudo dos jogos de masculinidades ali tramados?

Num levantamento realizado em agosto de 2007 pela coordenação junto a*s profissionais e a documentos (atas de reuniões técnicas, de reuniões de equipes de referência, prontuários, registros de acolhimento inicial) do CAPS ad pesquisado, tinha-se que: dos 187 usuáři*s cadastrad*s, 174 eram homens e 13 mulheres, o que dava uma porcentagem de 93% e 7%, respectivamente. No CAPS ad, observei ao longo dos cinco anos

¹⁶ No capítulo 'Cuidado com os corpos infames', desenvolvi com mais detalhes o conceito de corpo, fundamental na escrita desta tese. Pensando-o como espaço conflitivo, jogo entre submissão e subversão, mais do que o corpo biológico e da linguagem, a busca foi por arranjos corporais, montagens constituintes e constituídas por uma multiplicidade de forças e formas heterogêneas sempre em relação num dado espaço e tempo. Dessa forma, esta tese tentou se afastar da busca por uma pretensa unidade constitutiva do eu, da consciência, da identidade, do corpo.

de inserção (2006, 2007, 2008, 2009 e 2012) conflitos de gênero e, principalmente, conflitos entre as pessoas que se reconhecem como pertencentes ao chamado 'gênero masculino': conflitos entre gerações; conflitos entre usuários de álcool e usuários de outras drogas, sendo que os primeiros costumam reproduzir uma postura preconceituosa face aos segundos: *"eu bebo cachaça, mas não sou drogado"*; conflitos decorrentes de diferenças/desigualdades no que se refere à sexualidade etc. Foram percebidas, ainda, dificuldades de inserção no serviço de jovens, mulheres, homossexuais e travestis.

Além disso, paralelamente a um 'rosto' ainda hegemônico de masculinidade, articulada ao corpo-sexuado do homem heterossexual, viril, trabalhador, consumidor, másculo, 'encorpado', sadio, 'chefe' de família, que controla e domina sua 'fêmea', que só ele a trai ou pode traí-la, que controla o uso que faz das drogas, observei, no cotidiano desse mesmo serviço, movimentos de resistência, muitas vezes microscópicos, sutis, subterrâneos, movimentos que ensaiavam a composição de novos rostos masculinos...

Nesse cenário em que a maioria esmagadora de usuáři*s compõe a categoria 'homens', costumava-se ouvir a palavra 'gênero' em momentos muito pontuais, em que a mesma vinha colada à categoria 'mulheres', como um sinônimo de tal categoria. Surgia nas discussões sobre 'violência de gênero', restringida às abordagens sobre agressões físicas e verbais que as usuárias sofriam pelos homens, sobretudo pelos seus maridos, alguns também usuários de drogas e do CAPS. Em outros termos, nesse contexto 'masculino', a relação entre arranjos de masculinidades e uso de drogas, bem como entre jogos de masculinidades e o uso do serviço, não parecia ali ser posta em discussão, a não ser de modo muito pontual ou secundário, especialmente nesses momentos de agressão contra mulheres.

Registre-se que, em decorrência de todo um processo histórico-político-epistemológico¹⁷, o conceito de 'gênero' tendeu a se construir como sinônimo da categoria 'mulheres'. No campo da saúde isso não foi diferente: gênero tendeu e ainda tende a se restringir à noção constructo mulher-mãe-dominada, não se abarcando a complexidade das questões que circulam tal conceito. Desse modo, as discussões de gênero costumam se desenvolver restritas ao departamento 'saúde da mulher', e este vem visitar, de vez em quando, o CAPS. Nessa direção, estudar arranjos de masculinidades, entendendo gênero como categoria analítica de poder não restrita à mulher, nem muito menos à relação entre

¹⁷ Mais informações a esse respeito, ver capítulo 'Masculinidades infames'.

homens e mulheres, mas como um operador de análises de políticas públicas – de saúde em particular e dos modos de cuidado aí forjados –, as quais tendem a ser tecidas também de modo generificado, pareceu ser um caminho de pesquisa interessante.

Acompanhando as indicações de algumas feministas, que desenvolvem suas discussões em terrenos pós-estruturalistas (CORRÊA, 2001; LOURO, 2004, 2007; BENTO, 2006; BUTLER, 2007; MEYER, 2008; PARAÍSO, 2011), num momento em que as normas de gênero ainda são imprescindíveis na montagem dos corpos humanos e de suas identidades, parece ser fundamental problematizar a forma como se vem utilizando a categoria gênero em pesquisas e nas políticas sociais, nesse caso particular, nas políticas de saúde: os modos de uso de tal categoria têm funcionado a favor ou como modo de resistir à naturalização de regimes de verdade que apontam um “lugar ‘natural’ e fixo para cada gênero” (LOURO, 2007, p. 32), escamoteando-se, assim, as relações de poder que estiveram e estão em exercício na produção e reiteração de tais regimes? Parece que enquanto o gênero funcionar como um vetor de subjetivação, colado a determinadas fôrmas masculinas e femininas, se permanecerá discutindo, descrevendo e reificando – inclusive nas pesquisas – papéis e funções de homens e mulheres, e não se discutirão os atravessamentos de gênero nas políticas sociais, inclusive as de saúde mental, generificação que tende a se refletir também nos modos de cuidado ali produzidos, no CAPS ad em específico.

Em outros termos, naturalizando-se o gênero, não se desenvolverá, a partir de tal categoria, um trabalho de análise, intervenção e (trans)formação nos serviços de saúde de modo geral, e de saúde mental, em particular, junto a trabalhador*s e usuári*s, junto a tod*s e cada um* de nós. A partir do entendimento de que há um atravessamento de gênero na produção do cuidado em ad e de que a incorporação de formas específicas de subjetivar feminilidades e masculinidades se reverte em práticas específicas nos serviços de saúde e no CAPS ad pesquisado em particular, parecia ser interessante produzir ali, com a pesquisa, espaços coletivos de discussão sobre gênero, ensaiando outros modos de uso de tal categoria. Nesse sentido, outra pergunta norteadora foi: qual pode ser a força de um olhar de gênero na produção de análises sobre a construção de corpos habitantes de um CAPS ad e seus movimentos de (re)existência? Em particular, qual pode ser a força de um empreendimento analítico que pretende investigar arranjos corporais a partir da lente do gênero, pousando a atenção sobre a produção de masculinidades?

Na direção de tentar responder tais perguntas, o estudo concebeu a categoria gênero e os jogos de masculinidades ali tramados como analisadores. Isto é, entendi os dizeres, fazeres, poderes e prazeres que circundam tais jogos como algo que explode, enunciando e desestabilizando paisagens instituídas: paisagens corporais, institucionais e terapêuticas, compreendidas como espaços de produção simultânea de saúde e de subjetividade, buscando seus ranços, bem como suas originalidades. Em outros termos, a produção de análises sobre tais arranjos e experiências de masculinidades traduziu-se numa tentativa de procurar por fissuras de rostos de masculinidades, em particular, e da forma-Homem, de modo geral, à qual todos os corpos tendem a se tecer acoplados; dos modos de, no CAPS, pensar e praticar cuidado em suas articulações com pedagogias de gênero e de sexualidade; dos modos de ali se entender e se relacionar com corpos que se forjam em discrepância com as normas que fazem o possível pré-estruturado para os corpos humanos.

A finalidade da pesquisa foi, então, a de rastrear a feitura de corpos habitantes de um CAPS ad, particularmente em seus jogos de masculinidades. Nessa direção, é importante afirmar que, na pesquisa e na análise em questão, a categoria 'masculinidade' não equivale nem se restringe aos 'homens'. A partir da perspectiva aqui proposta, ao intentar discutir produção de masculinidades, não focalizo nos homens, mas penso tal produção – arranjos/jogos de masculinidades – na política, no serviço, bem como em corpos classificados como homens e mesmo como mulheres. Nesse sentido, não entendo que os homens, nem os marcadores sociais – identitários, diga-se de passagem – a eles atribuídos (de classe, raça, religião, faixa etária, de gênero, de sexualidade etc.), nem mesmo o humano, ensejem o limite para o jogo performático masculino (BENTO, 2006; BUTLER, 2007). Em outros termos, pretendi analisar como se dá, no espaço do CAPS ad, a negociação de versões que produzem um jogo discursivo sobre masculinidades e um campo experimental. O modo de funcionamento do serviço, o próprio espaço físico, os documentos que ali circulam, *s profissionais e seus modos de cuidados, a forma como se habita o serviço, os movimentos de resistência dos corpos que ali circulam, todo esse entorno encarna, inscreve, prescreve masculinidades e também faz as mesmas vazarem, seguirem outras rotas.

Em linhas gerais, entendendo-se tais arranjos de masculinidades como analisadores de formas de montagem de corpos, o objetivo da pesquisa foi o de seguir a construção de corpos de profissionais, de usuári*s, do cuidado e o próprio corpo da pesquisa, em suas

tramas de captura e resistência a um exercício de poder que os têm como foco. Nesse rastreio, tatear marcas de relações, de vinculações, de afetações que se apresentassem como expressões de resistência, como ensaios de outras rotas para esses mesmos corpos, como alargamentos territoriais, como (re)existências.

1.2 Por uma ética do descaminho dos corpos

Dentro desta noite
Tudo vai girar,
Pode até estar a verdade.
Tudo que eu fizer vai ser para ver aos olhos dela,
Vai sobrar carinho se faltar estrada ou carnaval,
Vai dançar até a verdade.
(CAMELO, 2011).

Mas como dar vida, como fabricar um corpo para uma pesquisa que almeja seguir movimentos de corpos em resistência? Como desprender o pesquisar de engrenagens que, ao identificar-petrificar e pretensamente fazer conhecer tais movimentos, contribuem para aniquilá-los, vampirizando sua potência? Como escapar dessa visão engegueirada? De que ferramentas dispor para seguir corpos ali no silêncio, no subterrâneo, em territórios outros de onde parece advir sua potência?

Como, por meio da pesquisa, ao invés de coadunar com o processo de enlatar, vender e consumir formas de vida – inclusive formas de pesquisar –, se agenciar a movimentos que trazem consigo a possibilidade de descaminhos de formas de vida tão naturalizadas, fazendo-as variar? Como dar vida, dar uma forma à pesquisa “sem sede de forma, sem sede de verdade” (PELBART, 2003a, p. 51), mas com sede de encontros alegres, prenes de vida em abundância? Como liberar a pesquisa de procedimentos de valorização e organização de corpos e fazer da mesma uma experimentação do que pode um corpo de cuidado em ad, do que podem corpos habitantes de um CAPS ad? Como “pensar uma maneira outra de estar ali onde parecia tudo consumado” e consumido, ao se seguir mapas-subjetividades de usuários de álcool e outras drogas? (ibidem, p. 195). Como forjar, ativar, fazer da pesquisa um corpo fabulador de mundos? Como “reencontrar as forças do corpo e o corpo do informe?” (ibidem, p. 51). Como construir um corpo de pesquisa que possibilite o escamar de

[...] algumas “evidências”, ou “lugares-comuns”, no que se refere à loucura, à normalidade, à doença, à delinquência e à punição; fazer juntamente com muitos outros, de modo que certas frases não possam mais ser ditas tão facilmente, ou que certos gestos não mais sejam feitos sem, pelo menos, alguma hesitação; contribuir para que algumas coisas mudem nos modos de perceber e nas maneiras de fazer; participar desse difícil deslocamento das formas de sensibilidade e dos umbrais de tolerância. (FOUCAULT, 2006e, p. 347)?

Nesse sentido, a excentricidade de corpos que não se deixam nominar “não é para ser integrada nem muito menos ‘tolerada’” (LOURO, 2004, p. 7). Dessa forma, eis o que almejei e almejo com o empreendimento da pesquisa: posicionar-me na contramão de posturas politicamente corretas que solicitam a tolerância ao discrepante, ao ‘excêntrico’, desde que a possibilidade deste excêntrico hibridizar seja barrada, desde que o mesmo seja identificado e normalizado. Ao contrário, no encontro com esses corpos, resistindo à sede de formas e identidades que toma nossos corpos “toxicômanos de identidade” (ROLNIK, 1997), “afetar, deixar-se afetar, voltar a acreditar no mundo, [...] resistir ao intolerável” (PELBART, 2003a, p. 55). Com o corpo da pesquisa, estranhar o que é posto como intolerável (LOURO, 2004), aquilo que Lourau (1995) denomina de interferência: produzir uma perturbação no que parece óbvio, no que aparece na cena instituída como não passível de se tolerar. A partir desse posicionamento, intolerável passa a não dizer respeito ao que a maioria das pessoas acha que é. Ao contrário, vestígios do intolerável parecem se localizar justamente no que para muita gente não o é, e sim ‘normal’, colocado no plano do aceitável.

Nessa direção, o objetivo de encontrar esses corpos ‘excêntricos’ não se traduziu como uma curiosidade sociológica, mas como uma questão ética. Se esses corpos discrepantes são iluminados pelo poder, não por outro motivo a não ser o de mostrar sua indignidade, o limite que não pode ser ultrapassado; se suas vidas são, assim, tidas como “vidas infames”, vidas “que são como se não tivessem existido, vidas que só sobrevivem do choque com um poder que não quis senão aniquilá-las, ou pelo menos apagá-las, vidas que só nos restam pelo efeito de múltiplos acasos” (FOUCAULT, 2006a, p. 210); na tentativa de posicionar-me contra o objetivo de marcá-los e identificá-los, a finalidade foi a de procurar por seus rastros, pelas marcas que deixam, fazendo desestabilizar formas dadas. No encontro com esses corpos, tentou-se exercitar uma ética traduzida pela resistência à reificação de práticas de identificação. Em vez de iluminá-los pelo poder, marcar a singularidade de tais corpos e o que pode se produzir bem ali no encontro com os mesmos.

Em outros termos, compor uma ética como tentativa de abandonar o “respeito vaidoso e desatento às engrenagens produtoras da luminosidade que pretensamente faz conhecer o seu objeto” (BAPTISTA, 2010, p. 104). Abandonar tal respeito reverencial e compor uma ética de pesquisa que não se confunde com alguma moral, lembrando que os valores morais funcionam como arrimo do instituído, sustentáculo da lógica civilizatória decadente (PAULON, 2006). Uma ética que possibilite transpor o limite de experimentar apenas o condicionado pela sociedade da qual se faz parte, uma ética “que possui em sua emergência a força de uma conspiração, da invenção de um pouco de possível em um mundo do qual se procura regular/gerenciar a vida na forma de uma mortífera ordem” (RODRIGUES, 2009, p. 205). Uma ética que não se reduz ao pedido de assinatura de termos de consentimentos esclarecidos, os quais tendem a funcionar muito mais como salvaguarda de pesquisador*s. Uma ética que não deseja demonizar nem salvar vidas e, sim, entendida como um movimento singular e coletivo de afirmação-criação da vida e dos corpos, nem que para isso seja preciso arriscar a vida de alguns territórios existenciais. Uma ética que emerge justamente dessa sensibilidade ao intolerável. E é intolerável que um corpo seja alijado de sua potência para caber em fôrmas político-culturais-institucionais-subjetivas; é intolerável que as vidas humanas sejam vampirizadas, servindo de alimento para o exercício de poder dos nossos tempos.

Na tentativa de reposicionar o intolerável, foi preciso exercitar uma atenção que, vez por outra, pousava no perigo divino e maravilhoso dos encontros com o imprevisível, uma atenção aos movimentos que dobram a esquina do poder (VELOSO; GIL, 2007) e não se deixam por ele iluminar e identificar. Atenção “à voz ainda não dita, à matéria informe, aos gestos sem mensagem a enviar que habitam a escuridão do anonimato” (BAPTISTA, 2010, p. 104). Em outros termos, em vez de ansiar por verdades claras e narrativas finalizadas, o objetivo foi experimentar narrar bem ali no encontro com corpos que se tecem no escuro fascinante da noite¹⁸, onde as vidas não se deixam dizer, pesquisar a noite dos corpos...

Na noite, lugar onde elas deveriam ter ficado, esboços de imagens, prenúncios de experimentações do existir são incansavelmente criados por lutas invisíveis porque a vida não as dá sossego. Essas lutas podem ser vistas no corpo que pulsa sem

¹⁸ Aqui cabe uma prudência, que temo não ter tido de forma suficiente: a de não se deixar levar por uma visão romântica da noite, como lugar dos instintos, onde desejos inconfessáveis acontecem. Para isso, como apontou Antônio Baptista na banca de defesa, citando Baudelaire, é preciso tirar da noite “toda carga adjetivante”, para rastrear ali algo da ordem do impessoal, pensar a noite como “uma tela onde brotam aos milhares seres desaparecidos aos olhos familiares”.

dono, nos rastros de uma ausência, no gesto suspenso por êxtase ou dor, nas frases cortadas pelo espanto, ou nas narrativas interrompidas por falta de ar. São enfrentamentos noturnos nos quais nada se acomoda em geografias imóveis ou no tempo pacífico dos calendários. Neste espaço, onde a forma de algo vivo se faz no desassossego, a violência do encerramento de qualquer história é inexistente. Ali, entre sombras e escuridão, a felicidade e a barbárie desconhecem um único formato e a palavra derradeira. Imagem e forma ignoram a perenidade da essência, assim como a função de representar ou evocar alguma coisa. Neste território noturno, a estética é inseparável de uma ética. Nada está terminado e ninguém, humano ou inumano, ousa dizer, sou ou não sou. (ibidem, p. 105).

Ética noturna “do inacabamento de existências” (ibidem, p. 104). Ética como um exercício de experimentação de um dar forma à vida (FOUCAULT, 2006c), como exercício crítico do instituído e como experiência de crise das formas vigentes. Ética *queer*. *Queer*, essa esquisitice, essa excentricidade, essa monstruosidade, esse in-terminado e incerto trabalho de se fazer, esse espaço-tempo afeito à experimentação, que habita até orelhas:

A moral não é queer. Nem a lei. Nem o direito. Isto é certo. Mas a certeza tampouco é queer. O governo nunca é queer. Mas dizer ‘nunca’ não é nada queer. Nada? Cuidado! O gay talvez seja queer. Ah, ‘talvez’ é sempre queer. Sempre? Não, isso não é queer. Mas deixemos de tanta cautela (isso, sim, é queer). [...]. O capital é ocioso dizer, não é. Dono de banco até pode ser gay, mas queer é que não será. [...]. Vamos deixar logo claro (mas cuidado com a clareza: luz demais espanta o queer): os ‘ismos’ são todos irre recuperáveis para o queer. O demônio, ninguém é mais queer do que ele. Já o outro, sei não. Tão severo, tão justiceiro, que deixa a gente em dúvida. [...] Se a autora é queer? Ninguém sabe. Ninguém viu. Às vezes ela é, outras não. Em noites de lua cheia, é certo que ela vira queer. (SILVA, nas orelhas do livro de LOURO, 2004).

O objetivo foi, assim, o de encontrar a noite desses corpos “infames” usuários de álcool e outras drogas e usuários de CAPS (FOUCAULT, 2006a), a noite do corpo de profissionais, a noite do corpo do cuidado, a noite do corpo da pesquisa e da escrita. Encontrar a noite, aquele espaço em que o corpo se verga, (re)existe, resiste ao exercício de um poder que intenta reiteradamente marcá-lo, delimitá-lo, extrair sua força para alimentar-se. Então, a busca foi – e ainda é – por zonas em que se abre a possibilidade de experimentação desse corpo ‘estranho’-*queer*-vibrátil, lama úmida, que brota lentamente a remexer, com essa lentidão insuportável, raízes identitárias (LOURO, 2004; BUTLER, 2007; ROLNIK, 2006; LISPECTOR, 2009). Num CAPS, na feitura do corpo do cuidado em ad, rastrear trajetos corporais em ensaios existenciais, seguir linhas que compõem uma resistência ativa, a qual diz respeito justamente à potência dos corpos, das vidas, de sua capacidade de diferir, de contagiar, de produzir alianças, de fabular mundos, de (re)existir bem ali no seio desse

momento histórico-político de segregação, homogeneização e “perda-de-mundo” (PELBART, 2003a).

Há linhas de fuga, há singularidades atrevidamente construídas; há, enfim, vida pulsando nos mais diferentes territórios, por mais que sejam estigmatizados, rotulados, desqualificados ou mesmo negados. Há rupturas sendo produzidas por mais microscópicas, pequenas e invisíveis que sejam. (COIMBRA, 2001, p. 254).

Nessa mesma direção, assinala Foucault (2006e, p. 14):

[...] os historiadores de nossa sociedade, de nossa civilização buscaram, sobretudo, penetrar no segredo íntimo de nossa civilização, em seu espírito, na maneira como ela constitui sua identidade, nas coisas às quais ela concede valor. Em contrapartida, estudou-se muito menos o que nossa civilização rejeita. Pareceu-me interessante tentar compreender nossa sociedade e nossa civilização através de seus sistemas de exclusão, de rejeição, de recusa, através daquilo que elas não querem, seus limites, a obrigação em que se encontram de suprimir um certo número de coisas, de pessoas, de processos, o que elas devem deixar soçobrar no esquecimento.

Deleuze (1992, p. 189), por sua vez, afirma que “talvez seja até preciso dizer que em muitas formações sociais não são os senhores, mas antes os excluídos sociais, que constituem focos de subjetivação”. “Talvez sejam esses grandes restos minoritários que o controle não sujeitou, os únicos em condições de realizar enfrentamento” (FERREIRA NETO, 2000, p. 112). Talvez no encontro com esses restos, se experimente compor um território coletivo de resistência, arrancar o grito sufocado, acordar devires-minoritários¹⁹ que em nós hiberna: se “uma minoria não tem modelo, é um devir, um processo. [...]. Todo mundo, sob um ou outro aspecto, está tomado por um devir minoritário que o arrastaria por caminhos desconhecidos, caso consentisse em segui-los” (DELEUZE, 1992, p. 224).

Dessa forma, a ousadia anunciada por meio do encontro com usuáři*s de álcool e outras drogas e do CAPS ad e com tantos outros filhos abortados do contemporâneo foi a de que, desse percurso, se desenrolasse o descaminho de corpos que ousam sair dos trilhos do extremamente reto e certo. O descaminho, o borramento de algumas coisas bem delimitadas que supostamente sabemos, conhecemos. O descaminho de modos de conhecer, de pensar, de viver, de conviver, de habitar o contemporâneo. Escrevo, então, como alguns outros corpos – ainda bem! –, não para significar esse mundo, “mas para cartografar, mesmo que sejam regiões ainda por vir” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 13).

¹⁹ O devir não é a produção de um objeto transformado, mas uma aliança mestiça, monstruosa; é sempre fruto de misturas e composições heterogêneas, movimento em que não há reversibilidade (DELEUZE; GUATTARI, 1997a).

Em última análise, estou aqui tomando o sentido foucaultiano (2006c) de ética: o engajamento num movimento singularizante de dar corpo, de dar forma à vida. Por meio da montagem do corpo da pesquisa e da escrita, a tentativa foi, então, a de experimentar o caminho sem bússolas do rastreio de regiões por onde a vida transborda os quadros de referência e de inteligibilidade, mantendo, pelo menos por fagulhas de instantes, os corpos abertos, inclusive os da própria pesquisa e escrita, ao irrepresentável e ao indizível, àquilo que está, ainda, por acontecer na política de saúde mental, na política de álcool e outras drogas, nos serviços de saúde, nos CAPS ad e nas formas de pensar masculinidade, gênero e sexualidade nesses serviços, na cidade, nas ruas, na vida. Nesse sentido, esta pesquisa e esta escrita não se esgotam aqui; se esgotarão um dia?

1.3 Inspirações norteadoras da montagem metodológica

A lógica do vento
 O caos do pensamento
 A paz na solidão
 A órbita do tempo
 A pausa do retrato
 A voz da intuição
 A curva do universo
 A fórmula do acaso
 O alcance da promessa
 O salto do desejo
 Agora e o infinito
 Só o que me interessa
 (LENINE, 2009).

Mas, que ‘estranho’ método permitiria acompanhar corpos também ‘estranhos’? Que montagem metodológica possibilitaria seguir a vibração de corpos, experimentando, com eles, “o desconforto da ambiguidade, do ‘entre-lugares’, do indecível”? (LOURO, 2004, p. 8)? Como construir um método que permita acompanhar não formas institucionais dadas nem fôrmas subjetivas, mas derivas, linhas, margens, mapas-subjetividade em pleno processo de se fazerem? Como desenhar uma metodologia que implique o esforço de evitar simplificações reducionistas, cedendo lugar a desenhos de pesquisa que indicam o desafio de se superar o isolamento, o especialismo e comprometer-se com as pessoas, produzir zonas de contágio e aliança?

Queering o método: a partir das perguntas acima colocadas, se teceu um processo metodológico alquímico (CORAZZA, 2007), afeito à mistura de disciplinas – ou se preferir, mistura antidisciplinar – de métodos, de sujeitos e de procedimentos. Montagem processual, a partir do que o campo foi sinalizando, por meio da qual se pôde acompanhar paisagens corporais pelas quais a própria pesquisa se constituiu. Uma vez que a investigação focou no rastreamento de processos de criação, que se desdobram no e desdobram o campo pesquisado, seguir essa movência solicitou a composição de um método também processual, “próprio à imanência e à experimentação” (LAZZAROTTO, 2009, p. 63). A respeito dessa processualidade metodológica, apontam Paulon e Romagnoli (2010, p. 12): “a construção de um caminho de conhecimento (methodo) de quem queira acompanhar processos que são da ordem do invisível e do plano das sensações precisa ser inventada, cuidadosamente delineada, singularmente desenhada a cada passo”.

Para dar vida a tal experimentação, para “sair do armário científico” (GASTALDO, 2012, p. 12), apenas uma ressalva: “uma condição *sine qua non* para o rigor de qualquer estudo qualitativo” é “fruto da congruência teórico-metodológica do estudo” (ibidem, p. 11). É justamente na conexão entre teoria e método, bem como “na criação de conhecimento contextualmente específico” que Denise Gastaldo (ibidem, p. 12-13) situa a relevância de pesquisas qualitativas pós-críticas: “uma abordagem teórico-metodológica flexível, inserida em contextos específicos que falam das micropolíticas do cotidiano [...] um exercício simultaneamente rigoroso e político permeado pelas relações de poder que pretende estudar”. Em outros termos, a partir dessa ideia de um rigor situado na conexão entre teoria e método, assim como no engajamento da pesquisa com o objetivo de interferir em práticas de educação e de saúde e povoar o hiato entre academia e vida, entre acadêmic*s, formulador*s de políticas de saúde, trabalhador*s e usuári*s do Sistema Único de Saúde (SUS), produziu-se uma montagem metodológica pouco afeita ao caráter normativo dos métodos de pesquisa.

A fim de dar corpo a tal experimentação, inspirei-me em questões propostas pelo método etnográfico, em discussões da escola francesa de Análise Institucional e em pistas apontadas pela cartografia.

1.3.1 Do método etnográfico, a inspiração de construção de um plano de experimentação do estranhamento

A grande pista dada por meio do método etnográfico foi a de construção de um plano de experimentação do estranhamento que traz consigo a grande guinada acerca do olhar sobre o outro, próximo ou distante. Sobre isso, aponta Geertz (2001, p. 84):

Compreender aquilo que, de uma dada maneira ou forma, nos é estranho e tende a continuar a sê-lo, sem aparar suas arestas com vagos murmúrios sobre a humanidade comum, sem desarmá-lo com o indiferentismo do ‘a cada cabeça sua sentença’, e sem descartá-lo como encantador, adorável até, mas sem importância, é uma habilidade que temos de aprender duramente.

A questão que se coloca é de que modo ativar um olhar-desejo de encontrar o outro sem representá-lo, mas deixando-se afetar e ser afetado, sentindo na pele a violência decorrente do encontro com o outro, com forças do fora, permitindo-se diferir. Estranhamento de encruzilhada, afetação, movência entre familiar e forasteiro. No encontro com o outro, abre-se a possibilidade de habitar a própria cultura como um estrangeiro, gaguejando valores, normas, regras, visões, percepções, sensibilidades (DELEUZE, 1992). Lembremos que aqui se entende a própria empreitada da desinstitucionalização como incessante questionamento dos valores que conformam nossas culturas (PAULON, 2006).

Nesses termos, convoca-se uma etnografia imanentista, que pense de forma não identitária, “de maneira radicalmente inovadora e subversiva a relação entre ‘nós’ e os ‘outros’” (COCCO, 2009, p. 15); que pense a cultura como “campo de luta e contestação em que se produzem sentidos múltiplos e nem sempre convergentes” (MEYER, 2008, p. 17) sobre as coisas que compõem o mundo; que afirme “a ‘verdade’ da relação e não a relatividade do verdadeiro [...]: comparar diferentes modos de relação e não adotar uma posição transcendente de contemplação das diferenças” (COCCO, 2009, p. 196-197); que situe, enfim, a pesquisa não mais num âmbito circunscrito por fronteiras entre culturas diferentes, ou identitárias, “mas numa zona de contato mais ou menos extensa, composta de relações, interações e comportamentos temporários e interconectados, nômades” (ibidem, p. 59).

Dessa maneira, pode-se vislumbrar o próprio ato de pesquisar como produtor desse plano de estranhamento, como produtor de interferência, intercessor de devires. A esse respeito, Barros e Kastrup (2009, p. 56), inspirando-se em Caiafa (2007), afirmam que uma

característica central do método etnográfico “é o fato do pesquisador se incluir, de uma forma problemática, na pesquisa. Isto envolve, além de um nível de convivência, o problema do tipo de posição assumida e da relação que estabelece com os participantes”. Assim, a ida a campo envolve a produção de um plano de análise coletiva produzido por um certo afastamento do que é familiar. Se o objetivo é construir um plano de experimentação de um estranhamento, é necessário produzir uma ruptura na regularidade e na continuidade do pensamento e da vida. A situação da pesquisa caracteriza-se, assim, pela construção de uma zona problemática, espaço de atrito que, no encontro e na afetação entre corpos, impulsiona a vida e o pensamento a habitar novos espaços, a arriscar o não familiar, o novo, a diferir. Essa dificuldade em jogo no trabalho de campo, em vez de se traduzir em agruras, pode ser entendida como o grande empreendimento metodológico: forçar um pensamento intempestivo, “fruto da violência de uma diferença posta em circuito” (LAZZAROTTO, 2009, p. 61).

Nessa mesma direção, Ferreri e Nobre (2010, p. 264) assinalam a relevância de se fazer “uma reflexão sobre o lugar do acontecimento e da regularidade no curso da investigação [...], na qual se aponta a importância da sensibilidade do pesquisador” no momento de produção das análises, buscando por registrar não somente falas e gestos esperados, previstos, determinados, repetidos, saturados; mas, sobretudo, rastrear gestos, vozes, paisagens corporais, narrativas singulares. Isso porque alguns gestos, vozes, falas ‘dispersas’ no campo, que se pronunciam de forma imprevista, podem gerar, inesperadamente, redirecionamentos das análises produzidas, incidindo diretamente na construção do problema de pesquisa e no desenvolvimento do estudo. Aliada a isso, seguiu também as sugestões de Rodrigues (2010, p. 193), as quais vão na contramão da utilização de relatos orais meramente para ratificar hipóteses previamente construídas e apontam para a parcialidade dos relatos orais em contraposição à busca por representatividade: “cada nova narrativa é capaz de modificar significativamente as conclusões de uma investigação”. Além disso, a autora aponta no caminho para a montagem de narrativas singulares e locais, indo na contramão da busca pela reificação de um mundo tecido por generalizáveis e teleológicas narrativas. Ao invés disso, ela se dirige a

[...] um mundo em que nada é o “uno” ou o “o” porque se compõe à moda do mosaico ou da costura de inelimináveis diferenças, nada harmônicas e jamais totalmente pré-fixadas. Há, é claro, diagramas que incidem nas pedras do mosaico ou retalhos do *patchwork* no sentido de estabilizá-los; mas tais diagramas

tampouco totalizam “um” ou “o” real social. São somente “do” real, por mais que cheguem eventualmente a obter convergências de tal monta que nos sintamos tentados a reduzir diferenças a meros avatares de uma *Grande Narrativa*. (ibidem, p. 196).

Nesse sentido, Rodrigues (ibidem) se articula com Ferreri e Nobre (2010), posto que aponta para a necessidade de preservação de “uma desejável dispersão”, o que, dentre outras coisas, diz respeito ao movimento de “deixar-se interceptar pela oralidade”, uma vez que esta, ensejando-se num dado contexto local e dizendo de funcionamentos cotidianos, é composta por porções do mosaico que se furtam à submissão à grade das grandes narrativas.

A partir de tais considerações, ensaiando uma escrita menos afeita a concluir uma narrativa e mais preocupada com desdobramentos e multiplicação de sentidos, pude pensar o CAPS e seu entorno como zona de experimentação e criação, espaço em que alguns gestos e algumas vozes que ali aparecem de forma descontínua, algumas relações estabelecidas, alguns encontros que ali se dão, podem estilhaçar as dicotomias sujeito e objeto, profissional e usuáři*, fazendo com que trabalhador*s e pesquisador*s, só por uma noite, na noite, esvaziem a posição de servidores do Estado e da razão, encarregados diretos por corpos infames e trilhem o horizonte de “uma cosmologia radical da alteridade” (COCCO, 2009): intervindo sobre o outro, abrem seus próprios corpos para flechadas de afeto que pedem composição entre corpos, ligas de desejo, pegadas de fluxos sobre corpos que se fazem outros (ROLNIK, 2006).

1.3.2 Da análise institucional, a inspiração da pesquisa-interferência: o método como estratégia político-afetiva

Tomando de empréstimo – Deleuze diria que ‘roubando’ – da análise institucional em sua vertente francesa conceitos e procedimentos, tais como análise de implicação, interferência e analisadores, propus-me a desenhar um caminho de pesquisa que, desse modo, pode ser chamado de análise-interferência. Ressalte-se que o ponto-chave do método institucionalista é justamente a interferência/implicação d* observador*-analista, sua arte, sua estratégia para investigar o que se propõe. Nessa direção é que se pensa a interferência como caminho de pesquisa, “lá onde conhecer e fazer se tornam inseparáveis”

(PASSOS; BARROS, 2009, p. 30), bem ali no ponto de tensão entre o desejo de interferência no funcionamento cotidiano do espaço pesquisado e o compromisso de desenvolver uma pesquisa acadêmica. Nesse percurso de pesquisa, há, então, o explícito interesse de manter o enfoque da relação de reciprocidade e simultaneidade entre ‘produção de conhecimento’ e ‘interferência’ no processo estudado. Esse é o paradoxo de práticas de pesquisa que envolvem algum tipo de ‘ação social’, o qual não se pretende escamotear, mas habitar:

[...] temos outras urgências: não basta relativizar na pesquisa, como o antropólogo cultural; fazer dos documentos monumentos, como o historiador; conectar em rede, como o sociólogo, embora tenha sido em tais bibliotecas que aprendemos a suspeitar da maior parte do que é dito (e instado a fazer, pensar e ser) nas nossas. Somos necessariamente *interventores diretos* no campo social, dotados de “poderes que podem favorecer ou matar definitivamente a vida”, mesmo quando agimos em nome de verdades científicas restritas ou locais. (RODRIGUES, 1998, p. 45).

Por meio do que se intitula pesquisa-interferência (LOURAU, 1995), o movimento de pesquisa visa, assim, à constituição de um dispositivo com capacidade analítica e potencial de interferência nas relações cotidianas. O objetivo é que as verdades construídas deixem de ser meramente propriedade de especialistas e passem a servir às pessoas diretamente vinculadas aos processos sociais em questão (MENDONÇA-FILHO; VASCONCELOS, 2010).

Ressalve-se que a finalidade não é a de “engendramento daquilo que ao fazer-se ‘objeto’ se vê sujeito às ações de algum outro e/ou outrem” (RODRIGUES, 2010, p. 191); não é a de conscientização de alienados; tampouco é de “libertar a voz não ouvida e impeli-la a identificar-se” (BAPTISTA, 2010, p. 104), subsumindo-a à claridade da razão instrumental; nem mesmo é a de que especialistas funcionem como seus porta-vozes e representantes. O intento é, sim, o de produzir alianças, contágios, análises coletivas, apostando na importância de reativar os saberes locais, fazendo ruir o lugar imaculado do especialista e o seu poder de produzir, garantindo-se objetividade por meio de um método previamente calculado, verdades irrefutáveis, posto que científicas, sobre o mundo a serem compartilhadas (FOUCAULT, 2001b):

Que tipo de saber vocês querem desqualificar no momento em que vocês dizem ‘é uma ciência’? Que sujeito falante, que sujeito de experiência ou de saber vocês querem ‘menorizar’ quando dizem: ‘eu, que formulo este discurso, enuncio um discurso científico e sou um cientista’? (ibidem, p. 172).

O objetivo é, então, o de focar nos saberes e nas práticas locais: saberes descontínuos que tendem a ser dominados, não qualificados e não legitimados pelos

discursos englobantes, hierarquizantes e totalizantes produzidos por algumas práticas científicas, ainda hegemônicas, teme-se dizer.

Em outros termos, a pesquisa e o método que lhe dá vida são concebidos aqui como estratégias político-afetivas (MENDONÇA FILHO; VASCONCELOS, 2010). Estratégias políticas, uma vez que não se tratam de meros procedimentos prático-instrumentais, a partir dos quais se é capaz de produzir 'verdades' sobre um mundo predeterminado. As definições de método, ou de metodologia, em uma pesquisa, em um trabalho de campo, são sempre simultaneamente políticas e técnico-científicas, justamente na medida em que não se tem como separar a produção de conhecimento do interesse em produzi-lo. Desse modo, penso ser importante explicitar os interesses em jogo na produção de conhecimento. Ou seja, se estamos sempre implicados naquilo que pesquisamos, naquilo que escrevemos, naquilo que analisamos, parecer ser fundamental desenvolver a análise de tais implicações, "análise das implicações com as instituições em jogo numa determinada situação" (COIMBRA, 2001, p. 21-22).

Pesquisa e método são também pensados como estratégias afetivas, na medida em que o afeto não se trata de "um sentimento pessoal, tampouco uma característica, ele é a efetivação de uma potência de matilha, que subleva e faz vacilar o eu" (DELEUZE; GUATTARI, 1997a, p. 21); afeto é "aquilo que faz a composição dos corpos", inclusive de pesquisa (NEVES; HECKERT, 2010, p. 163). Qual foi, pois, a estratégia político-afetiva posta em ação na tessitura desta tese? Quais foram o interesse e a posição político-afetiva? Como, a partir de uma experiência, produzir verdades que sejam condizentes com os compromissos na rede de relações a partir da qual essa experiência me afeta? "Que teu afeto me afetou é fato, agora faça-me o favor" (ANITELLI, 2003). O método é, pois, a estratégia para explicitar essa questão, colocando em funcionamento espaços-tempos de análise coletiva das implicações e crítica às instituições, às lógicas que nos orientam na ordenação de nossas relações, abrindo, assim, espaço para ampliação de territórios existenciais.

A partir de tais considerações, pode-se dizer que a pesquisa-interferência insere-se num movimento mais amplo de re-orientação da pesquisa em ciências sócio-humanas, um movimento de afastamento de pretensões essencialistas, universalistas e fundamentalistas. A pesquisa passa, então, a se mover segundo algumas marcas específicas: a) foco na dimensão local dos eventos sociais, nas atividades mais 'ordinárias' da vida cotidiana; b) compromisso com o circunstancial, tanto da pesquisa quanto do pesquisador* e do modo de

conceber o problema de pesquisa; c) aproximação e compromisso com as pessoas inseridas no contexto pesquisado; e d) operacionalização da interferência através de dois dispositivos inseparáveis: o dispositivo analítico e o articulacional, ou seja, o pesquisar como uma atividade híbrida, porosa, como experimentação, negociação e composição – entre pessoas, entre espaços e paisagens, a do pesquisador e a do seu campo de estudo – e não como interpretação de uma realidade circunscrita e dada *a priori*. Desse modo, a análise pode possibilitar o surgimento de novas práticas, subjetividades nascentes, novos mundos. Em últimos termos, o que se busca é a dessujeição d*s pesquisad*s mas também d*s própri*s pesquisador*s e de seus métodos (RODRIGUES, 2010).

Dito isso, torna-se claro que, por meio do que se intitula pesquisa-interferência, visa-se ao desenvolvimento de uma capacidade analítica e, com ela, de um potencial de interferência nas relações cotidianas, no sentido de compor com a pesquisa um campo de ativação do desejo, o qual pode tensionar os interesses institucionais (MENDONÇA FILHO; VASCONCELOS, 2010). Cabe aqui definir desejo e instituições, termos tomados de empréstimo da socioanálise francesa em articulação com a esquizoanálise. Dessa maneira, entende-se o desejo como produção coletiva:

[...] não é um negócio secreto ou vergonhoso como toda psicologia e moral dominantes pretendem. O desejo permeia todo campo social [...]. Por não querer me atrapalhar com definições complicadas, eu proporia denominar desejo a todas as formas de vontade de viver, de vontade de criar, de vontade de amar, de vontade de inventar uma outra sociedade, outra percepção do mundo, outros sistemas de valores. [...] O desejo, em qualquer dimensão que se considere, nunca é uma energia indiferenciada, nunca é uma função de desordem. Não há universais, não há uma essência bestial do desejo. *O desejo é sempre o modo de produção de algo, o desejo é sempre o modo de construção de algo.* (GUATTARI; ROLNIK, 2000, p. 215-216).

A noção de desejo passa, assim, “de produto de acontecimentos passados ao registro da produção eminentemente social, desejo que se constrói nos encontros” entre corpos (ROCHA; AGUIAR, 2010, p. 75). Corpo é desejo. Entre o corpo do orgânico e da linguagem (BARONE, 2009), há o corpo do desejo; “é ele e por ele que se deseja. Não somente porque ele é o plano de consistência ou o campo de imanência do desejo; mas inclusive quando cai no vazio da desestratificação brutal, ou bem na proliferação do estrato canceroso, ele permanece desejo” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 28-29), ainda que desejo de aniquilar e de aniquilamento. Nesse sentido, torna-se clara a relação entre fôrmas desejantes e formas institucionais (PAULON, 2006). As instituições, por sua vez, são entendidas aqui como lógicas

que visam a regulamentar a vida. Através delas se objetivam e se legitimam valores, se reificam práticas, se naturalizam objetos. A finalidade foi, pois, por meio da pesquisa, tensionar interesses institucionais, entendendo por instituição não como “o estabelecimento ou o local geográfico, mas relações e campos de força instituídos – percebidos como naturais – que se opõem constantemente a outros campos de força instituintes” (COIMBRA, 2001, p. 21), ou seja, como um conjunto de lógicas que visam arregimentar valores, identidades, regulamentando as condutas humanas. Tensionar, então, interesses institucionais para, dentre outras coisas, problematizar a naturalização dos objetos ‘Reforma Psiquiátrica’, ‘CAPS’, ‘cuidado’, ‘clínica’, ‘corpo’, ‘gênero’ e ‘masculinidade’. Ao contrário, entendendo tais objetos como correlatos de práticas histórico-políticas e éticas; assim, não estão dados de uma vez por todas, podem bifurcar...

1.3.3 Da cartografia, a inspiração de construção de um plano de experimentação com e entre corpos

Olhar de toupeira contra a encegueirada visão ativa, substancialista e transcendental, na busca por linhas que tecem novidades, por marcas de acontecimentos singulares que cavam buracos e explodem logo ali na cena instituída do cotidiano da pesquisa, movimentando-o. Uma atenção à espreita (FOUCAULT, 2001b; KASTRUP, 2008, 2009), emboscada construída com paciência. Numa pesquisa que se quer interferência e que quer procurar por movimentos de resistência corporais, não se trata de categorizar um terreno de modo estático e extenso como numa topologia quantitativa, mas de, pacientemente, rastrear seus relevos, acompanhar processos, “marcar caminhos e movimentos” (DELEUZE, 1992, p. 48), compondo um mapa acêntrico, aberto, que se tece, se faz e se desfaz acompanhando os movimentos de transformação da paisagem pesquisada (ROLNIK, 2006).

Ressalte-se que a finalidade foi a de tramar a construção de uma habitação coletiva, de um território singular e comum, fazer da pesquisa uma disposição de composição, um aprender e fazer com, zona de entrelaçamento entre produção de conhecimento e produção de subjetividades, sendo “sempre pelo compartilhamento de um território existencial que

sujeito e objeto de pesquisa se relacionam e se codeterminam” (ALVAREZ; PASSOS, 2009, p. 131).

Dessa forma, a relação com os participantes deve ser de agenciamento, entendido como cofuncionamento: “uma composição de corpos envolvendo afecção mútua: [...] agir com eles, escrever com eles” (BARROS; KASTRUP, 2009, p. 57), criar processos e procedimentos, inclusive de escrita, que deem visibilidade ao movimento de construção coletiva do conhecimento, criando-se, assim, textos híbridos e polifônicos, sem nenhuma pretensão de homogeneidade. A aposta foi, assim, a de ensaiar um desfazer do objetivo de interpretação sobrecodificadora e generalizante da experiência de campo, para mergulhar no plano de experiência, intentando a construção de “um método-pensamento em que a experiência singular com os outros não se separe da experimentação com a própria escritura” (ibidem, p. 72).

Em última análise, a tarefa central do cartógrafo é a de dar língua às forças que pedem passagem (ROLNIK, 2006). Para tanto, é preciso não temer gaguejar e seguir movimentos de territórios existenciais. Tendo essa tarefa como uma pista importante para o desenvolvimento da pesquisa, com o objetivo de seguir a produção de corpos, ensaiei acompanhar mapas-subjetividade; conhecer, interferir e habitar um território existencial coletivo, inclusive de escrita: cartografar (ALVAREZ; PASSOS, 2009). “Quando o escrever se dá na eminência entre a prescrição e o acontecer, encontramos o dedilhar de uma cartografia” (LAZZAROTTO, 2009, p. 62).

1.4 Procedimentos/instrumentos metodológicos

Conforme já assinalado, a inserção no campo e a produção de dados para esta pesquisa iniciou-se antes mesmo da intenção da pesquisa de doutoramento propriamente dita, bem ali onde trabalhar se faz processo de formação (MACHADO, 2011). Esse percurso começou, então, em 2006, no NISAM e a fase de pesquisa de campo no CAPS ad; passando, em 2007 e 2008, pela inserção como apoiadora institucional²⁰ nesse mesmo serviço; em 2009, inserida durante duas semanas, já mediante a pesquisa de doutorado propriamente dita, para testagem de instrumentos-piloto de grupos focais e entrevistas individuais; e em

²⁰ Mais informações sobre esse processo de experimentação do apoio institucional no seio da gestão, ver Vasconcelos e Morschel (2009).

2012, quando estive inserida no CAPS ad ao longo do mês de maio, mediante autorização do Núcleo de Educação Permanente e do Coletivo Gestor de Saúde Mental da Secretaria de Saúde de Aracaju-Sergipe (Anexo A). Nesse momento, a entrada no campo deu-se por meio da apresentação do estudo e o consequente consentimento da Coordenação Municipal de Saúde Mental, do CAPS ad e do Projeto de Redução de Danos (PRD), bem como dos profissionais do CAPS ad e do PRD para a realização da pesquisa²¹, complementando a produção de dados construídos ao longo desse itinerário, tendo-se como foco de imersão a produção de conversas mais estruturadas com trabalhador*s, usuári*s e gestor*s, bem como de caminhos coletivos de análise.

Aqui cabe afirmar que, “a partir do problema de pesquisa e da orientação teórica” (GASTALDO, 2012, p. 11), foi necessária a flexibilização de ferramentas tradicionais de pesquisa, atualizando-as a partir dos caminhos indicados pelo campo. Desse modo, como fontes de produção de dados, foram utilizados os seguintes procedimentos, os quais o próprio campo foi indicando como viáveis:

1) Dois diários de campo²² produzidos no curso da pesquisa do NISAM, em seu projeto intitulado ‘Articulando experiências, produzindo sujeitos, incluindo cidadãos: um estudo sobre as novas formas de cuidado em saúde mental na Bahia e em Sergipe, Brasil’ (NUNES et al., 2005).

2) Quatro ‘diários de navegação/cadernos de formação’ produzidos durante o trabalho na rede de saúde mental aracajuana e no CAPS ad em particular, onde um processo de trabalho se constituiu como uma paisagem de formação e pesquisa (MACHADO, 2011).

A elaboração desses diários envolveu observação, participação e registro de atividades terapêuticas grupais (oficinas e grupos), de espaços de discussão e gestão coletiva (assembleias com usuários, reuniões de equipe e de equipes de referência²³), outras

²¹ Como na ocasião não estavam ocorrendo assembleias com usuári*s, o consentimento e a parceria d*s mesm*s foram tecidos ao longo desse momento de inserção. Nesse sentido, a vinculação anterior com algum*s del*s foi fundamental.

²² Seguindo os rastros de Lazzarotto (2009), aqui se entende por diário de campo uma produção com a qual se busca enunciar matérias de expressão. Na pesquisa em apreço, tais matérias foram pinçadas a partir da inserção num certo campo de práticas institucionais de cuidado em álcool e outras drogas, espreitando analísadores.

²³ Registre-se que a equipe do CAPS ad é dividida em miniequipes multiprofissionais de cuidado, tendo-se por base a repartição do território geográfico no qual residem *s usuári*s. Cada equipe tem, assim, como objetivo construir junto com usuári*s e sua família, ou seja, tem como escopo gerenciar/efetivar projetos terapêuticos de usuári*s alocados nessas regiões adstritas pelas quais ficaram responsáveis, sendo para el*s referência na produção do cuidado.

atividades de rotina e festivas, bem como de espaços informais (conversas informais com usuáři*s, profissionais e familiares, observação do fluxo de interações, de dizeres, fazeres e (des)afetos que circulavam nos espaços de convivência do serviço).

3) Uma entrevista individual com um usuário, uma entrevista individual com um técnico²⁴, um grupo focal (GF) com usuáři*s²⁵, todos realizados em 2009, com fim de testagem dos roteiros que estavam sendo produzidos.

4) Em 2012, entrando num contexto de franca cisão entre as equipes do Projeto de Redução de Danos (PRD) e do CAPS ad e entre esta e a gestão do serviço, com receio de não conseguir produzir análises densas em decorrência de sobreimplicação com o campo pesquisado, intentei constituir um território coletivo de análise de implicação.

A fim, então, de pesquisar ‘com’, de tentar produzir coletivamente um campo de pesquisa e suas linhas de análise-interferência, nos espaços de reunião da equipe técnica do CAPS e do PRD²⁶, apresentei a pesquisa e houve pactuação de um modo coletivo de acompanhamento da pesquisa²⁷. A partir de tal negociação, foi formado um grupo pesquisador composto por duas profissionais do CAPS ad, duas profissionais e um profissional do PRD e um usuário²⁸. Esse grupo, articulado a um considerável número de técnic*s do PRD interessad*s na pesquisa²⁹, se reuniu seis vezes – sendo que o último encontro não se teve a presença das profissionais do CAPS ad – a fim de discutir sobre a pesquisa, pactuar, conhecer e atualizar coletivamente os instrumentos de produção de dados. Tal grupo acompanhou todos os espaços instituídos de produção de dados e se encontrou após os mesmos no sentido de ir construindo, também de forma coletiva, e durante o processo mesmo da pesquisa, caminhos de análise.

²⁴ Ambas as entrevistas tiveram o formato aberto, sem perguntas pré-estruturadas, conformando-se como uma conversação sobre os temas corpo, relações de gênero (em especial, arranjos de masculinidades) e sexualidade, uso de álcool e outras drogas, trajetória no CAPS e produção do cuidado.

²⁵ Desse grupo focal, participaram apenas homens.

²⁶ Espaços de frequência semanal.

²⁷ Assinale-se que eu almejava também apresentar a pesquisa em assembleia com usuáři*s e ali decidir coletivamente *s usuáři*s que participariam do grupo de acompanhamento. Entretanto, nessa fase da pesquisa, o espaço da assembleia, que costumava ser de frequência semanal, tinha sido interrompido há mais de um ano. Por conta disso, tive que negociar a participação, a indicação de um usuário – discussão difícil, diga-se de passagem – com este grupo de acompanhamento.

²⁸ Saliente-se também que – num momento de ‘racha’ entre as equipes do CAPS ad e do PRD, bem como entre gestão do CAPS e sua equipe – a composição e o funcionamento desse grupo de acompanhamento da pesquisa envolveu a emergência de muitos conflitos, os quais se tentou arduamente gerir de maneira coletiva. Na tese, não abordei essa questão em profundidade, posto que incorreria em rumos que, se tomados, acredito que desembocariam na construção de outro problema de pesquisa e na escrita de outra tese.

²⁹ Nessa fase da pesquisa, o PRD era composto por 16 técnic*s, com uma presença de seis a sete nas reuniões de pesquisa.

5) Cada membro desse grupo de pesquisa e ainda algum*s profissionais do PRD produziram diários de campo que foram também utilizados no processo de construção de análises. Ao todo, foram produzidos oito diários de campo produzidos por um usuário, dois membros do CAPS ad; quatro membros do PRD e por mim, a partir da inserção no cotidiano do serviço, tendo-se como ponto de ancoragem o rastreamento de paisagens corporais e, em particular, de arranjos de masculinidades.

Esses registros contemplam aquilo que costuma ficar ‘de fora’ da pesquisa, que é tido como não científico – ou, numa versão mais *soft*, aquilo que pode ser considerado, mas que é visto como menos importante, de pouca relevância para muitas pesquisas –, aquilo que é tido como ‘subjetivo’, do sujeito, d* pesquisador*. Isso porque tendem a focar no ‘pequeninho’, no circunstancial, no cotidiano, no ‘trivial’, nas coisas que parecem óbvias, nos desenhos que em campo são construídos, inclusive por meio do movimento da pesquisa apresentando, com isso, a implicação d* analista com os vieses e as potencialidades dela decorrentes.

Todavia, nesta pesquisa, entendo que é justamente esse percurso de construção de um corpo pesquisador coletivo, do pesquisado, da pesquisa que deve ser descrito e analisado, pois é desse movimento que surgem as metas de pesquisa, e não através de reflexões apriorísticas e objetivos pré-fixados. Os diários de campo devem, pois, ser analisados, e assim o foram, visto que justamente marcam a processualidade dos caminhos de pesquisa e das análises, mapeiam desenhos de produção coletiva de conhecimento, de coemergência do sujeito e do objeto de pesquisa. Nesse sentido, tais registros são de uma potência inigualável para a produção de descrições e análises que se querem densas e que almejam seguir processos, acompanhar a eclosão de acontecimentos que arejem cotidianos. Dessa forma, utilizei exaustivamente os diários de campo que foram produzidos.

6) A partir das experiências de trabalho e pesquisa anteriores, percebi que, em CAPS, o movimento de apropriação e a construção da ‘realidade’ e de sentidos para a mesma, bem como a desconstrução de sentidos instituídos, tende a ser muito grupal, o que indicava que técnicas de produção de dados que levem em conta a dimensão coletiva na própria construção dos mesmos são bastante relevantes e promissoras para o desenvolvimento da pesquisa. Nessa direção, nessa etapa da pesquisa não fiz entrevistas individuais, focando-me

na realização de quatro grupos focais³⁰, abarcando os temas corpo, relações de gênero (sobretudo, jogos de masculinidade) e sexualidade, uso de álcool e outras drogas, trajetória no CAPS ad e produção do cuidado: dois com profissionais do CAPS ad; um com profissionais do PRD; e um com usuáři*s. Burlando as prescrições numéricas para um grupo focal, partindo do que o campo ia apontando como possibilidades, num dos grupos focais com profissionais do CAPS ad, participaram quatro pessoas e, no outro, duas; no GF com o PRD, participaram 15 pessoas; no GF com usuáři*s, participaram 19 pessoas. Todos foram acompanhados por no mínimo dois membros do grupo de pesquisa, os quais também participavam da discussão.

Na construção do roteiro de facilitação dos grupos focais (Apêndice A), além de perguntas sobre os temas acima citados, utilizei também cenas e fragmentos de falas retirados da inserção no campo de 2006 a 2012, não os datando e nem identificando ‘protagonistas’. A finalidade foi a de que a discussão eclodisse a partir do vivenciado no cotidiano do serviço, de cenas e falas pinçadas dos diários de navegação e de campo que focassem nos temas visados. Em outras palavras, a tentativa foi a de, assim, constituir diferentes planos de discussão e análise coletivas, compostos por movimentos de reflexividade tanto da pesquisadora e do grupo de pesquisa como dos narradores dos grupos focais, borrando a função de meros informantes (RODRIGUES, 2010).

Vale dizer que eu tinha a finalidade de fazer um grupo focal com familiares, porém, nesse CAPS em particular, observa-se pouca circulação de familiares. Desde 2006, não se realiza grupos de familiares semanalmente. Diante desse contexto, não houve grupo focal com familiares.

7) Numa praça da cidade, realização de uma roda de conversa³¹ com cinco usuários de álcool e um de outras drogas. Registre-se, ainda, que acompanhei duas duplas de redutor*s de danos em abordagens a usuáři*s – em sua maioria não vinculad*s ao serviço – realizadas fora do CAPS. Foi assim que me deparei com uma roda de usuários que se encontram diariamente para beber numa praça, segundo os mesmos, há mais de 20 anos.

A partir da experimentação da transformação desse encontro não planejado “em complexas formas de interação” (GUESSER, 2003, p. 164), em espaços privilegiados de

³⁰ Para a realização dos grupos focais, li e solicitei a assinatura de termos de consentimento (Apêndice B).

³¹ Para essa roda de conversa, lançando os temas pertinentes para essa pesquisa, também realizei leitura e pedido de assinatura de termos de consentimento (Apêndice B).

produção de sentidos operados por práticas conversacionais, fiz um pedido aos usuários e à redutora presente, a qual compunha a dupla responsável pelas ações nessa roda: solicitei a realização, ali na praça, de uma roda de conversa com eles sobre os temas da pesquisa e que a mesma pudesse ser gravada. Além disso, pedi para fazer registro fotográfico³², por Saulo Coelho, um parceiro jornalista que acompanharia o grupo nesse outro dia. Eles/a aceitaram. No dia marcado, uma semana após a primeira ida, estava chovendo, e consegui conversar com seis usuários.

8) Realização de um único momento da oficina de 'Contação de Histórias' (nome dado pelo grupo acompanhante da pesquisa). Seguindo experimentações anteriores ocorridas entre 2007 e 2008, com a oficina, o objetivo era ensaiar a construção daquilo que Foucault (2001b) chama de “contramemória”, ou seja, a partir de narrativas de histórias de vida de usuáři*s, buscar por outras formas de narrar a história, de construir e habitar coletivamente um território existencial junto a zonas de silenciamento e segregação, na composição com histórias invisibilizadas (COIMBRA; LEITÃO, 2009). Em outros termos, a finalidade era produzir, no interior do CAPS, um espaço em que essas histórias e memórias clandestinas, ao invés de manterem-se apagadas na busca pelo caminho da retidão humana, pudessem vir à tona, rasgando o objetivo ‘terapêutico’ de resgatar a memória limpa e reluzente d*s cidadã*s de bem que um dia, nos recônditos do passado, ess*s usuáři*s de ad e de CAPS foram. Uma oficina de histórias de vida, cujo objetivo é pensar a história não como narrativa do superado ou do que precisa ser recuperado, mas a força da história dessas ‘umas’ vidas, vidas singulares como ponta de lança nos embates do presente (DELEUZE, 1992). Em última análise, almejava criar um espaço grupal em que essas histórias pudessem ser contadas, em que homens e mulheres pudessem “sair da clausura do individualismo, [...] romper com o silenciamento [...] devolvendo à história sua dimensão fundamentalmente coletiva” (KNIJNIK, 2009, p. 64).

A intenção era realizar a oficina semanalmente, ao longo de dois meses, entre abril e maio. No entanto a autorização da área de Educação Permanente da Secretaria Municipal de Saúde para entrada no campo demorou um pouco. Ainda era preciso aquecimento do grupo acompanhante da pesquisa, o qual pensou e facilitou a atividade. Além disso, compondo uma paisagem de “*dificuldades de comunicação e atropelos*”, no dia e horário em que foi agendado o segundo encontro, marcou-se outra atividade no serviço, com uma equipe da

³² Registro disponível em: <<http://www.flickr.com/photos/saulocoelho/sets/72157629822164154>>.

secretaria que iria discutir sobre tuberculose, a qual precisava contar com a presença de tod*s usuári*s, na medida em que *s mesm*s se conformam como “grupo de risco” para tal doença.

Apesar e com todo esse entorno, a oficina irrompeu com força a cena instituída e pareceu funcionar como analisadora de um contexto e de um momento de (des)cuidado que assolava o CAPS naquele momento, bem como da possibilidade de se trilhar outras rotas, se constituir outros modos de ali se relacionar e cuidar. Num mesmo momento de nítido conflito e segregação entre redutor*s de danos e trabalhador*s do CAPS, produziu-se um espaço de porosidade, um ambiente afeito à mestiçagem, bem ali no fundo do serviço, debaixo da amoreira, lugar mais ventilado e que, naqueles dias, ficava trancado para conter o risco de drogas adentrarem por cima dos muros. Naquele dia, quase todos os profissionais e usuári*s que estavam no serviço participaram da oficina – mesmo que algum*s parecessem estar ali a fim de ‘vigiar’ o que ia acontecer – contrariando um cenário compartimentado de usuári*s *“sem ter o que fazer”*, *“estamos muito ociosos”*, de técnic*s do CAPS em uma sala e redutor*s em outra, do ‘cada um no seu quadrado’, suas histórias se misturavam, compunham vozes, forças e cenários polifônicos. *“É a primeira vez que acontece isso, geralmente são um, dois técnicos, raramente acontece de estar todo mundo junto”*.

O final da oficina parecia ter se conformado uma assembleia, problemas apareciam e eram discutidos, sobretudo dizendo respeito à falta do espaço de assembleia, à falta de oficinas e de oficinas que fizessem sentido para *s usuári*s. Um*s profissionais reclamavam de esse final ter se transmutado em assembleia, outros vibravam. *s usuári*s pediam pela continuidade da oficina, mesmo depois da pesquisa, o que depois de alguns poucos encontros e de encontros tocados, especialmente, pelo PRD, não logrou êxito. O pedido d*s usuári*s, a orientação clínico-política que *s mesm*s apontavam se esvaía mais uma vez nos conflitos entre as equipes e entre a equipe do CAPS ad e a gestão. *“No final disso tudo, quem perde mesmo é o usuário”*.

A partir de todo esse processo de composição de dados, pode-se afirmar que a pesquisa se constituiu num cenário coletivo e polifônico, tecido por entre uma costura clínico-institucional-metodológica-ética, na articulação entre trabalho, formação, pesquisa, clínica, interferência e produção de conhecimento.

1.5 Alguns norteadores para a construção dos movimentos de análise

Conforme afirma Félix (2012, p. 59), “organizar material empírico não é uma tarefa simples”; consiste num trabalho artesanal demorado, movimento de idas e vindas, de construção de vários ensaios e âmbitos de focalização, aprendizagem de desapego, pois, apesar de se seguir várias linhas que o campo vai apontando, é preciso manter cursos que vão dando robustez ao problema de pesquisa elaborado. Esse trabalho vai sendo tecido por entre o objetivo de agrupar o que se repete, aqueles pontos de saturação das falas, essas que costumam dizer do terreno do instituído e o exercício de uma “atenção flutuante” (KASTRUP, 2009), que rastreia as denominadas “falas dispersas” (FERRERI; NOBRE, 2010; RODRIGUES, 2010), gestos e paisagens corporais “dispersas”, ali onde explodem singularidades. Este é o demorado movimento: pinçar gestos, vozes, falas que vão construindo junto com o percurso teórico um certo plano de análise por meio do qual se produzam narrativas singulares e não finalizadas, respostas circunstanciais, provisórias e parciais para os objetivos propostos e, sobretudo, perguntas, mesmo que muitas não sejam respondidas, pelo menos não agora, não aqui, mesmo que esse movimento, para muit*s, não seja ‘digno’ de uma tese, pois perguntar é onde tudo começa e não se finaliza, pois perguntar abre caminhos e estilhaça certezas claras e razoáveis, ao estilo de Foucault, ao estilo de Butler³³, estilos que, de tão fascinantes, se tenta roubar, se ensaia fazer uso.

Desse percurso ‘zigue-zagueante’, é preciso destacar algumas questões que parecem importantes para dar o tom do processo de feitura do texto:

1) Ratificação do entendimento d*s informantes e suas narrativas como participando do processo de construção das linhas de análise. Ou seja, esta tese diz de uma reflexividade coletiva e não focalizada na pesquisadora.

2) Indo na contramão de preceitos éticos que costumam ser acionados para respeitar as vozes, identificando-as, num movimento paradoxal de exigência de não se revelar os nomes para preservar o anonimato d*s informantes, protegendo-*s, ao mesmo tempo em que se prescreve o apontamento de identidades institucionais, optei aqui por assumir o risco

³³ Sobre a escrita butleriana, afirma Salih (2012, p. 11): “Ao ler os textos de Butler, notamos que fazer perguntas é o seu estilo preferido, mas apenas muito raramente ela lhes dá resposta. Às vezes, essa tendência de enfileirar uma questão atrás de outra pode parecer desconcertante, mas não se trata propriamente de um defeito estilístico, mas de entender a escrita como um processo no qual a origem e o fim são rejeitados como sendo opressivamente – e talvez mesmo violentamente – lineares ou ‘teleológicos’ (isto é, movendo-se em direção a um fim ou a um resultado final)”.

de, mesmo confundindo algumas vezes * leitor* e a leitura, não explicitar os lugares de onde as vozes falam. Dessa forma, não assinaei se os fragmentos de fala utilizados foram proferidos por trabalhador*s – tampouco os dividi em categorias profissionais – ou por usuári*s.

Para tanto, parti dos seguintes itinerários foucaultianos (2003b): a) do entendimento de que há condições históricas para o aparecimento de um discurso relativas a formações não discursivas (instituições, processos socioculturais, econômicos, midiáticos, políticos, afetivos etc.); b) do entendimento de que as coisas ditas encontram-se imbricadas com dinâmicas de poder, de saber e de produção de verdades incrustadas num dado espaço e num dado tempo, as quais possibilitam um determinado exercício de poder. Nesse sentido, “os fios discursivos não podem ser aleatoriamente interpretados, eles estão ali, os fios formam desenhos”, que acompanham “a movência das vontades de verdade, das interdições e de todos os outros procedimentos de controle do discurso instaurados pelos sujeitos, na história” (KHALIL, 2004, p. 222).

Em outros termos, Foucault convida a observar com exatidão o que é dito, a permanecer no nível dos próprios discursos, para analisar as condições de possibilidade que lhes possibilitaram emergir em momentos e lugares específicos. Dessa forma, ao lado da afirmativa de que não se pode falar de qualquer coisa, em qualquer época, o teórico pontua que “não importa quem fala, mas que o que ele diz não é dito de qualquer lugar”³⁴ (FOUCAULT, 2007, p. 142). Em última análise, desses itinerários foucaultianos deriva a opção por não identificar as falas.

3) Como não se trata da descrição de paisagens estáveis, mas da composição, inclusive por meio da narração, de terrenos de análise instáveis e belicosos, bem ali entre o corpo formatado e sua capacidade de gênese, como que compondo uma imagem em movimento, utilizei, ao longo do texto, o artifício da montagem de cenas. Em outras palavras, construí imagens cênicas pinçadas por entre o cotidiano do funcionamento de um CAPS ad, na medida em que essas parecem trazer a força desse discorrer processual da

³⁴ Note-se que, ao longo de uma mesma entrevista, ou mesmo no decorrer de uma resposta a uma mesma pergunta, as falas coadunam com discursos hegemônicos bem como vão na direção de romper com os mesmos, de modo a ratificar que o centro da análise não deve se situar na identidade de quem fala, mas nas posições que ocupa ao falar sobre determinada coisa, nas relações de forças, nas condições de emergência de um discurso.

pesquisa, de “um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem” (ROLNIK, 2006, p. 23).

4) Esboço dos seguintes eixos, que funcionaram como focos para a produção das análises (FÉLIX, 2012): corpo, gênero, sexualidade, cuidado em ad. Arranjos corporais; arranjos de gênero e sexualidade; arranjos terapêuticos em articulação com arranjos pedagógicos. CAPS como um território de ensino e formatação corporal; CAPS como território de (des)aprendizagens corporais, abertura dos corpos para a variância, para composição de novas formas, inclusive do corpo do cuidado. Projetos terapêuticos como projetos pedagógicos; projetos terapêuticos-pedagógicos de gênero.

5) Aliança com outras linguagens que não só as ditas ‘científicas’, na tentativa de forjar um corpo de sustentação para essa experimentação de encontros que forçam a diferir, em zonas de risco entre o mortífero e o embrionário (PELBART, 2004). Em outros termos, o ensaio foi o de dar corpo a uma política textual afeita a alianças entre linguagens estranhas, fazendo da própria escrita um território de estranhamento, de derivas, de contágio criativo, de uma contaminação que toda linguagem se acomete quando ousa se aliar a outras linguagens. Desse modo, a escrita se fez corpo em composição com a língua d*s informantes, d*s teóric*s, com a música, a poesia, a literatura, com línguas felinas das forças do afeto e com linguagens que nem se deixam nominar.

Nesse capítulo inicial, tentei desenvolver uma análise de implicação e, a partir dela, a construção do problema de pesquisa e a apresentação do caminho ético-metodológico do qual me vali nesta tese. A seguir serão apresentados os demais capítulos, tecidos num daqueles momentos de encurralamento, em que a escrita se fez encontro de encruzilhadas, por meio da qual se fez possível respirar; num daqueles momentos em que é preciso escrever para não sufocar, é preciso gritar, mas um grito que não seja panfletário, ou pelo menos não apenas, um grito que procure por saídas por entre palavras e linguagens e procure alianças. O momento de finalização desta tese, o refinamento de seus capítulos se deu “num daqueles momentos da vida nos quais a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir” (FOUCAULT, 2003a, p. 13), a respirar, a continuar insistindo na possibilidade de (re)existir, mesmo quando e porque se está no limite do cansaço, numa zona de esgotamento, desacreditando e se desencantando do mundo. Nessa zona mesmo, forças armazenadas teimam em acontecer...



2 O MERCADO DE CARNES

*A carne mais barata do mercado é a carne negra
 Que vai de graça pro presídio ou para debaixo do
 plástico
 E vai de graça pro subemprego e pros hospitais
 psiquiátricos
 A carne mais barata do mercado é a carne negra
 Que fez e faz história
 Segurando esse país no braço (meu irmão)
 O gado aqui não se sente revoltado
 Porque o revólver já está engatilhado
 E o vingador é lento
 Mas muito bem intencionado
 E esse país vai deixando todo mundo preto
 E o cabelo esticado
 Mas mesmo assim ainda guarda o direito
 De algum antepassado da cor
 Brigar, sutilmente, por respeito
 Brigar, bravamente, por respeito
 Brigar por justiça e respeito
 De algum antepassado da cor
 Brigar
 (YUKA; JORGE; CAPPELETTI, 2002).*

Nos idos dos anos 1980, ainda bem pequena, recém-chegada em Aracaju, acompanhada d*s av*s, costumava ir até lá comprar carne. Íamos ‘a pé’, pela mesma rua em que uma vez ‘levei carreira’ de bêbado. Fica bem pertinho da casa onde morávamos. Um amplo estacionamento, com algumas poucas arvorezinhas saindo de buracos no cimento, compõe a parte da frente da construção. Para entrar, um portão gradeado, de mais ou menos uns quatro metros de altura, coberto por tinta gasta que não encobre pontos de ferrugem, vai até o teto, situando-se bem à direita da parede, como se querendo não existir ali entrada ou pelo menos produzindo um desejo de ali não adentrar, ares carcerários. O ar pesa ainda mais por conta do pé direito extremamente alto da edificação, ares de gaiola. Logo à frente desse portão de ferro, outro portão similar. Entre os dois, um corredor ao lado esquerdo, onde se encontram uma portaria, um banheiro e alguns cômodos. Passando o segundo portão, tem-se um grande vão que lembra um galpão. Não fossem as telhas de Eternit e o calor nordestino que elas fazem amplificar, o pé direito alto e as paredes descascadas, sujas de poeira grudada e mofo, junto ao fedor de ‘limpeza malfeita’, combinado com os fortes odores que exalam das carnes, um azedo misturado com um nada leve toque de cheiro de produto de limpeza, esse enorme vão evitaria uma sensação de que

se vai sufocar. No seu canto esquerdo, dois banheiros e, à sua frente, três mesas retangulares de mais ou menos três metros de comprimento por um de largura, feitas de azulejos brancos onde se costuma expor as carnes...

Em algum momento entre o fim dos anos 1980 e início dos 90, esse lugar foi fechado, sendo reativado em 2003. Entre 2006 e 2007, a menina, então com 28 anos, tornou a frequentá-lo. Ali, uma cena re-atualizava minha infância, deixando-me “de cara, mas foi só por pouco tempo que o malgrado desatento despertou minha atenção. Será o Benedito que o argumento, sem metáfora, só movimento caiba na canção” (POLAYNE, 2009a): carnes continuavam expostas nas mesmas mesas de azulejos brancos. Carnes não mais de gados abatidos para o consumo humano. Carnes, agora, humanas em exposição, abatidas pelo mercado de consumo. Carne humana? De que ‘espécie’? Humanos?

As carnes expostas já não eram as mesmas, embora o espaço utilizado continuasse o sendo. Nele, foram realizadas algumas poucas reformas, sobretudo referentes à instalação de salas construídas por meio de divisórias de madeira formicada. Nesse espaço ‘reformado’ já não se trata mais do antigo mercado municipal de carnes, ali funciona agora o Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e outras Drogas (CAPS ad). A respeito dessa transmutação da destinação do lugar e das carnes ali em exposição, destaquem-se os seguintes fragmentos de fala³⁵:

[...] quando eu cheguei aqui, eu olhava pra isso aqui e eu tinha pavor, eu detestava. E assim, eu tinha uma rejeição muito grande a essas pessoas deitadas aí, porque pra mim era bem isso, era um bocado de gente. Isso aqui era, era um mercado de carne e é carne morta que vende em mercado. [...]. Me incomodava, aquele incômodo de você tá jogado ali naquela, naquilo ali, [...] a falta de atividades e as pessoas jogadas nesse calor e aí sai uma pessoa que tá suada e o suor com doenças que você nem sabe o que pode ter e aí vem outra e deita em cima, olhe isso aqui era...

[...] A minha primeira impressão nessa chegada foi a mesma de quando eu vim ainda na graduação, e entrei no CAPS pela primeira vez. Que são esses homens deitados na mesa que a gente sabe que costumava ser um mercado de carnes [...]. E aí, quando eu vi, só consegui imaginar aqueles homens, carne, né? Pedacos de carne. Isso des-subjetivou demais, assim... Você ter aquela impressão de homens deitados em cima do balcão, mas claro, isso uma visão primeira, uma primeira impressão, negativa, que foi a primeira que veio naquele momento e foi a primeira que veio nessa como

³⁵ Conforme já registrado no primeiro capítulo, utilizei grifo em itálico para indicar quando se trata de fragmentos de fala pinçados do campo.

trabalhadora do serviço. Até porque meu horário é a partir de uma hora, depois do almoço. E é a hora que eles estão deitados mesmo.

“Homens deitados em cima do balcão”, “pedaços de carne” que ali, no CAPS ad, põe-se à mostra nas mesas brancas. No balcão de azulejos brancos, essas carnes habitantes da noite, invisíveis (invisibilizadas) para muitos (por muito) de ‘nós’ (em nós), são postas à luz. Para que alguma coisa de suas vidas chegasse até nós,

[...] foi preciso, no entanto, que um feixe de luz, ao menos por um instante, viesse iluminá-las. Luz que vem de outro lugar. O que as arranca da noite em que elas teriam podido, e talvez sempre devido, permanecer é o encontro com o poder: sem esse choque, nenhuma palavra, sem dúvida, estaria mais ali para lembrar seu fugidio trajeto. (FOUCAULT, 2006a, p. 207).

Essas “vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas” (ibidem, p. 207), ali deixam rastros: vidas de Josés Carlos, Joões Batistas, Paulos, Ananias, Roses, Adrianos... Vidas dessa gente da escuridão, que parece arriscá-las até o fio da navalha, e muitas vezes ultrapassando esse fio, para não sucumbir ao sonho luminoso do progresso contínuo, de um futuro que se faz desde sempre traçado em pormenores, mediante uma gestão calculada de todos os riscos, de um porvir estático, estatizado, mercantilizado, salpicado com pitadas de qualidade de vida. Vidas andarilhas, carnes-força em metamorfoses monstruosas, carnes que perderam a prudência e se lançaram na overdose de abrir-se às intensidades, carnes vivas em sofrimento, carnes maltrapilhas transmutam-se ali em corpos organizados. Em cima das mesas brancas, conversando entre si, jogando cartas e dominó, dormindo, figuram corpos iluminados, nomeados, classificados, ordenados, catalogados, capturados por práticas ‘especialistas’ que os apreendem numa série ‘sem fim’ de etiquetas: usuários/as de drogas lícitas e/ou ilícitas; usuários/as do serviço; trabalhadores/as, vagabundos/as, a maioria esmagadora é de vagabundos/as, salvo os/as que antes ‘disso’, se aposentaram; usuários/as com residência fixa, moradores/as de rua; homens, mulheres; heterossexuais, homossexuais; velhos, adultos, alguns/umas poucos/as adolescentes; brancos/as, negro/as; classe média baixa, pobres, ‘pobres de marré deci’. Ricos/as parecem não se expor a essa mesa.

Práticas, inclusive discursivas, circulam naquele espaço, fazendo com que determinados aspectos desses corpos – virtualidades ainda sem rosto (VEYNE, 2008) – se convertam em marcadores sociais, que funcionam como definidores desses corpos,

proibindo-lhes quaisquer nomadismos ou hibridações, tentando, obstinadamente, interceptá-los:

Algo inominável ganha carne quando irradiado pela luz da razão. Um ato impessoal, um gesto ao acaso transformam-se, tocados por esta luz, em forma legível e subordinam-se aos desígnios da precisão. O que antes era informe, ambíguo, agora reluz [...] com a clareza pertinente aos limites de um corpo. A carne produzida por essa luminosidade ganha vida, não por meio daquilo que a faz pulsar, mas por meio de uma definição clara, delimitada por fronteiras definitivas. (BAPTISTA, 2010, p. 103-104).

Por meio do objetivo de organização desses corpos, o serviço CAPS parece articular-se a um outro mercado, ainda de carnes. Quem cuida desse mercado? Quem cuida da carne? Cuida para que(m)? Como a carne que se vendia outrora se transfigura na carne que se cuida agora? As carnes, o que elas buscam naquele mercado e naquela exposição? O que encontram entre os azulejos brancos? O que o branco desses mesmos azulejos conta dos ‘novos’ cortes que ali se operam? Que espécie de luz aí se produz? Por que é tão importante que essas carnes sejam iluminadas e organizadas? O que vislumbramos nas práticas, discursivas e não discursivas, “onde a noite é sabotada por uma poderosa iluminação?” (ibidem, p. 105). Por que essas carnes, essas vidas, esses corpos infames – que não existem senão pela necessidade de indicar o limite do humano, de marcá-los, inclusive discursivamente, de modo a torná-los indignos da memória humana – tendem a ser “‘sufocados’ (como se sufoca um grito, um fogo, um animal); [qual] a razão pela qual se quis impedir com tanto zelo os pobres de espírito de passearem pelas estradas desconhecidas”, pela noite? (FOUCAULT, 2006a, p. 205).

2.1 “Povo marcado, povo feliz”³⁶: da produção de corpos infames

A economia de poder que floresce na modernidade das sociedades ocidentais – modulando-se na contemporaneidade e ampliando seus territórios de intervenção (geográficos, sociais, culturais, simbólicos, existenciais, planetário) – tem a vida humana como alvo. Trata-se de um campo de relações de poder que se desdobram positivamente sobre a vida, empreendendo sua gestão, fazendo-a entrar no domínio de cálculos explícitos. Nesse campo, intitulado biopoder (FOUCAULT, 1999, 2001a, 2001b), há uma “tomada de

³⁶ Ramalho (1991).

poder do homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico” (FOUCAULT, 1999, p. 286), um encarregar-se politicamente do “simples fato de viver comum a todos os seres vivos”, ou seja, da *zoé*, da “vida nua” (AGAMBEN, 2002, p. 3). “Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político” (FOUCAULT, 2001a, p. 134). Ao tomar como objeto a vida, a política passa a ser “imaneente ao plano de existência biológica” (FARHI NETO, 2010, p. 129). Em outros termos, com o nascimento do biopoder, se dá a “transformação da vida em um elemento político por excelência, o qual teria de ser administrado, calculado, gerido, regrado e normalizado” (DUARTE, 2009, p. 41). Na medida em que o exercício de poder vai passar a situar-se no nível da própria vida e suas intervenções recairão sobre seres vivos, essa forma de poder, para funcionar, precisará tocar o corpo: “é o fato do poder encarregar-se da vida, mais do que a ameaça da morte, que lhe dá acesso ao corpo” (FOUCAULT, 2001a, p. 134).

Nessa direção, o biopoder, antes de tudo, investiu e investe na carne, no biológico, no somático, no corporal: por meio de suas tecnologias disciplinares³⁷ (anátomo-políticas) e de regulação populacional³⁸ (biopolíticas da espécie humana), “o poder penetrou no corpo, encontra-se exposto no próprio corpo” (idem, 2001b) e produz efeitos sobre ele. O corpo, como “realidade biopolítica”, demanda a intervenção de um poder capilar e “toda uma cadeia política vem entrecruzar-se com a trama do cotidiano” (idem, 2006a, p. 215). O objetivo dessa economia de poder é, então, investir, capturar, gerir, modelar, nomear, registrar, avaliar, classificar, produzir o corpo, individual e social.

De acordo com Agamben (2002, p. 130), “a democracia moderna nasce propriamente como reivindicação e exposição deste ‘corpo’: [...] deverás ter um corpo para mostrar”, mesmo que se trate de um corpo ‘anormal’. Em outros termos, sob a voga de uma dada democracia da representação e do consenso e de uma “cidadania da sujeição”³⁹ (CARVALHO, 2009), parece que, para se obter reconhecimento como sujeito de direitos, é preciso ter um corpo para mostrar, mesmo que se trate de um corpo a ser reabilitado e mesmo que essa reabilitação nunca venha. A partir da exposição corporal, se deverá confessar a indignidade de uma vida que se desviou do caminho seguro prescrito para os/as cidadãos/ãs de bem...

³⁷ Mais detalhes sobre o funcionamento do poder disciplinar, ver Foucault (2001a, 2001b, 2004b).

³⁸ Mais detalhes sobre o funcionamento dos mecanismos reguladores da população, ver Foucault (2008a).

³⁹ Essa discussão é desenvolvida com mais profundidade no capítulo ‘Cuidado com os corpos infames’.

Dessa forma, fabricam-se vidas infames, que são iluminadas apenas para serem registradas, descritas, sondadas, ouvidas para serem marcadas como signos da abominação. Assim, fabricam-se corpos “abjetos” (LOURO, 2004; BUTLER, 2007), os quais parecem apontar as fronteiras e os limites, indicando “o espaço que não pode ser atravessado” (LOURO, 2004, p. 18): totalidades de anormalidade, dependentes de “traduções oficiais” que insistem em capturar/aprisionar/integrar a noite dos corpos em discursos e práticas institucionais, identificando-os, petrificando-os, iluminando-os, opondo-os a ‘nós’ e aos nossos corpos, “totalidades de normalidade” (DUSCHATZCKY; SKLIAR, 2001). Para tanto, a norma, que funciona articulando procedimentos disciplinares e reguladores da população, como matriz supostamente ‘universal’ para os corpos, para a vida,

[...] ao mesmo tempo que permite tirar, da exterioridade selvagem, os perigosos, os desconhecidos, os bizarros – capturando-os, tornando-os inteligíveis, familiares, acessíveis, controláveis –, ela permite enquadrá-los a uma distância segura a ponto que eles não se incorporem ao mesmo. Isso significa dizer que, ao fazer de um desconhecido um conhecido anormal, a norma faz desse anormal, mais um caso seu. Dessa forma, também o anormal está na norma. (VEIGA-NETO, 2001, p. 115).

Vale aqui lembrar que, nas intituladas “sociedades da normalização” (FOUCAULT, 1999), dá-se a coexistência de tecnologias disciplinares e de regulação da população. Em outras palavras, o conjunto de tecnologias normalizadoras é acionado não apenas para fabricar corpos dóceis e úteis, isto é, não apenas para regrar comportamentos individuais, mas, sobretudo, para normalizar a conduta da espécie humana, por meio da gestão calculada da vida do corpo social, utilizando-se, para isso, da observação de taxas de natalidade, morbimortalidade, do estudo das condições de vida, constituindo-se o que Foucault (1999, 2008a) denominou “biopolítica da população”. As figuras do Estado e do poder soberano, postas entre parênteses por Foucault na análise da face disciplinar do biopoder, são aqui importantes de serem abordadas, pois constituem “a instância focal de gestão das políticas públicas relativas à vida da população”, corpo de múltiplas cabeças (DUARTE, 2009, p. 41).

2.2 A face *tanathos* da biopolítica

No curso de 1976-1977 intitulado ‘Em defesa da sociedade’, Foucault (1999) fala de uma preocupação de método, que é cara na construção dos caminhos que segue este texto:

partir da análise das relações de poder, a fim de mostrar como as relações de sujeição⁴⁰ fabricam sujeitos, ou melhor, posições de sujeito. Ou seja, posicionar-se no plano das relações de poder para ver como, histórica e praticamente, os sujeitos se constituem. Estudar as relações de poder,

[...] no interior de práticas reais e efetivas. [...]. Como as coisas acontecem no momento mesmo, no nível, na altura do procedimento de sujeição, ou nesses processos contínuos e ininterruptos que sujeitam os corpos, dirigem os gestos, regem os comportamentos. Aprender a instância material da sujeição. (FOUCAULT, 1999, p. 33).

Nessa direção, a opção foi seguir a tessitura da trama desta escrita, descrevendo duas cenas, nas quais aparece o paradoxo que habita o coração das práticas biopolíticas. Nesse cuidado tão meticuloso, tão sistemático com a vida, esse cuidado que intenta atingir o seu mais fino grão, desponta um paradoxo incontornável.

2.2.1 Cena pinçada do campo de pesquisa

Aracaju, Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e outras Drogas, onde nos anos 1980 funcionava o mercado municipal de carnes, dia 14 de novembro de 2007, por volta das 12h30min. Aos cuidados da equipe técnica, encontrava-se uma usuária que estava em abuso de substância psicoativa. A equipe precisou utilizar contenção mecânica⁴¹ e solicitou remoção pelo Serviço de Atenção Móvel de Urgência (SAMU), a fim de encaminhá-la para a Urgência de um hospital local. Enquanto se aguardava, a usuária, apresentando-se em estado intenso de agitação psicomotora, agredia verbalmente toda a equipe. Num dado momento, conseguiu livrar-se da contenção, apossando-se de um pedaço de madeira, intentando agredir fisicamente outra usuária. Para evitar os riscos de agressão física, a equipe optou pela permanência da contenção mecânica. Diante da contenção e da chegada do SAMU, outr*s usuári*s ficaram apreensiv*s, interferindo no manejo d*s técnic*s e

⁴⁰ No livro 'Biopolíticas: as formulações de Foucault', Farhi Neto (2010) analisa cinco formulações de biopolítica traçadas por Foucault. Ao fazê-lo, aponta saúde, raça, sexualidade, segurança e economia, respectivamente, como princípios de operacionalidade que tornam possíveis modos específicos de sujeição da população atrelados a determinados modos de produção de subjetividade: nas malhas de um poder biomédico, os sujeitos se subjetivam como sujeitos de um corpo; do dispositivo da sexualidade, como sujeitos de um sexo rei; do dispositivo da guerra, como sujeitos pertencentes a uma raça; do dispositivo da segurança, como ovelhas em perigo; da governamentalidade econômica, como empresários de si.

⁴¹ Contenção em que se precisa utilizar de outras ferramentas que não só o corpo e as mãos, como, por exemplo, ataduras.

pedindo que a soltassem e não a levassem para a clínica. Nesse momento, uma auxiliar de enfermagem dirige-se verbalmente à equipe do SAMU, alegando que a crise da usuária fora em decorrência de cuidado 'excessivo' prestado pela equipe...

Outros olhos assistem à cena... Bermudas abaixo do joelho, correntes de metal e anéis, sandálias e pés 'gastos', andar gingado, mancava sempre (o que aconteceu com esse corpo?). A usuária em abuso era sua amiga... A contenção e a presença do SAMU haviam lhe gerado um clima de extrema apreensão, talvez porque também fizesse lembrar das agressões físicas trocadas em casa com o seu irmão, cujas marcas corporais ainda eram visíveis. A gota d'água foi ter presenciando a 'fala' da auxiliar de enfermagem dirigida à equipe do SAMU... Explosão: exalta-se e dirige-se à auxiliar, alegando que a usuária em crise é cidadã e que, por isso, tem o direito de ser cuidada. A auxiliar também se exalta, indo de encontro àquele corpo que resiste à violência ali vivenciada, ao que a auxiliar retruca também violentamente: *"Você pensa que está falando com quem? Você acha que tenho medo de você? Isso não vai ficar assim. Você não me conhece"*.

Removida a usuária em crise, foram realizados os devidos encaminhamentos e esclarecimentos das intervenções realizadas junto a*s usuári*s. Feito isso, a gestora local do CAPS ad solicitou uma reunião com todos *s trabalhador*s presentes no serviço para avaliação do manejo/intervenções. A auxiliar de enfermagem recusou-se a participar, referindo que ia chamar seu marido e que iria para casa.

A reunião foi interrompida quando dois policiais adentraram o serviço, direcionando-se ao corpo que ousou resistir, agredindo verbalmente a auxiliar de enfermagem. Ressalte-se que um dos policiais se apresentava como marido da profissional e que a mesma se encontrava ao seu lado, apoiando a intervenção e dizendo: *"diz agora para ele o que você me disse"*.

O coordenador do Projeto (na ocasião, ainda Programa) de Redução de Danos (PRD) dirigiu-se até os policiais, questionando o motivo de tal abordagem, sem obter resposta. Em vez de um funcionamento 'marido preocupado', o que adentrou o CAPS foi o funcionamento policial: o coronel e seu ordenança. Na cintura, portava uma pistola fora do coldre. Um dedo em riste apontado, produzindo um* bandid* trêmulo* onde se deveria 'ver' um* usuári* sendo cuidad*. O coronel ordenava que repetisse na frente dele o que dissera para a auxiliar de enfermagem, sua esposa.

O coordenador do Projeto de Redução de Danos insistiu para que os militares o acompanhassem até uma sala para conversar e entender o que se passava. A autoridade policial recusou-se a segui-lo, referindo que não sairia do serviço enquanto não quisesse. Os militares foram questionados sobre autorização jurídica para aquela conduta ostensiva, ao que o outro policial responde que a esposa do coronel, a auxiliar de enfermagem supracitada, trabalhadora do CAPS ad, solicitou a presença do marido por ter se sentido desrespeitada e ameaçada. O coordenador do PRD frisou para os militares que aquela prática não era admissível/legal dentro de um serviço de saúde, sobretudo sem nenhuma ordem judicial. Mediante tal colocação, o coronel ressaltou que ele não estava no serviço como policial, mas sim como marido da auxiliar de enfermagem 'agredida'. Seu colega policial tentou mediar a situação, solicitando que o coronel fosse conversar com a equipe em outra sala. A gestora local do CAPS ad foi chamada para acompanhar o ocorrido, reforçando o que já havia sido dito pelo coordenador do PRD e ressaltando que a ação dos policiais estava constringendo e coagindo *s, aproximadamente, 50 usuári*s presentes.

Alegando estar ali como marido, depois de muita insistência, o coronel resolveu sair, entretanto impôs a condição de antes conversar com seu amigo (e disse, assim, o nome de um trabalhador do CAPS ad). A gestora informou que tal trabalhador estava em reunião, e o coronel reiterou novamente que só sairia após falar com o seu amigo. O coronel saudou o trabalhador seu amigo e pediu que ele cuidasse da sua mulher e lhe comunicasse sobre qualquer episódio e dificuldade que pudesse haver dentro do CAPS. Os militares foram acompanhados até a portaria do serviço, quando o coronel, em tom de voz imperativo, disse para o coordenador do PRD e a gestora local do CAPS ad que, se não conseguissem oferecer segurança para os seus profissionais, que *"joguem a toalha"*. O coronel inferiu, ainda, que a gestora deveria ser casada, apontando para outras trabalhadoras, fazendo a mesma inferência e verbalizando que, se a segurança não for garantida, que ao menos seja garantida a entrada dos maridos no CAPS⁴².

⁴² Vale dizer que, no momento de auditoria da Prefeitura Municipal de Aracaju, o advogado de defesa questionou se as duas gestoras (gestora local e apoiadora institucional) sabiam exatamente o que era coldre, se tinham marido e se, por isso, não poderiam entender a posição 'protetora' que o coronel-marido havia tomado.

2.2.2 *Cena retirada de um jornal eletrônico e que foi notícia do Jornal Nacional*

Aracaju, sexta-feira, dia 27 de abril de 2012, após um tiroteio entre policiais e assaltantes, em um bairro da zona norte da cidade, por conta de um roubo de bicicleta, feridos, todos os envolvidos, foram encaminhados para o Hospital de Urgência de Sergipe (HUSE), o maior do estado. Horas depois, um dos policiais que tentava recuperar a bicicleta, irmão de um tenente da polícia militar, não resistiu e morreu. Em torno das 22 horas, logo após ter recebido a notícia de falecimento, o tenente, armado e acompanhado do sobrinho e de outro irmão, ambos também policiais militares, invadiu o HUSE, dirigindo-se a uma das alas, atirando nos três suspeitos de terem matado seu irmão. Os três, já feridos durante o assalto, não resistiram e morreram⁴³.

Tateando uma comparação entre as duas cenas, cabe perguntar: e se *usuári* da primeira cena tivesse extrapolado a agressão verbal, que conduta ‘autorizaria’ no policial que o transfigura em bandido? Que mecanismos, que racionalidade autoriza, compele força à farda, justificando seus excessos? Por meio de que jogo se produzem as práticas, os gestos, os afetos, a sobreposição de papéis, a posição de sujeito homem-policial-marido-irmão que, em nome da defesa da vida dos/as seus/suas, sobrepujando legalidades, se dá o direito de expor vidas à morte, como se a sua vida e a do corpo rendido estivessem num terreno fora de jurisdição?

No mesmo momento em que se edifica o poder de “fazer viver e deixar morrer”, um poder que é exercido do lado da vida, que “é cada vez mais o direito de intervir para fazer viver, e na maneira de viver, e no ‘como’ da vida” (FOUCAULT, 1999, p. 295), um poder imbuído de dar forma à vida, de cuidá-la, de majorar suas forças, logo ali no limite de seu exercício, podem-se localizar paradoxos. Foucault (ibidem) pinça como exemplos a bomba atômica, a fabricação de vírus incontroláveis e universalmente destruidores para dimensionar o paradoxo incontornável que é o de um exercício de poder que é capaz de suprimir a própria vida para assegurá-la. A fim de garantir mais e melhores condições de sobrevivência a uma dada população, tem-se o contraponto da presença contínua e crescente da exigência da morte em massa: “as guerras já não se travam em nome do

⁴³ Informações disponíveis em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/04/28/para-vingar-morte-de-irmao-pm-invade-hospital-e-mata-tres-pessoas-em-aracaju.htm>> e <<http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2012/04/tenente-que-atirou-e-matou-tres-pessoas-em-hospital-se-entrega-em-se.html>>. Acessos em: 10 out. 2012.

soberano a ser defendido; travam-se em nome da existência de todos; populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver” (FOUCAULT, 2001a, p. 129). Em outras palavras, os massacres se tornaram vitais para a gestão da vida e da sobrevivência dos corpos individuais e do corpo social. Tem-se, assim, “o excesso [...] do biopoder sobre o direito soberano”, um excesso que aparece quando é dada a possibilidade humana técnica e política, não apenas de organizar a vida, mas de fazê-la proliferar e, no limite, suprimi-la. Mas como vai se exercer o direito de matar e a função de assassinio no interior do biopoder? Aqui, cabem as perguntas de Foucault (1999, p. 304):

Como um poder como este pode matar, se é verdade que se trata, essencialmente de aumentar a vida, de prolongar sua duração, de multiplicar suas possibilidades, de desviar seus acidentes ou então de compensar suas deficiências? Como nessas condições, é possível para um poder político matar, reclamar a morte, pedir a morte, mandar matar, dar a ordem de matar, expor à morte não só seus inimigos, mas mesmo seus próprios cidadãos?

O cuidado com a vida da população, seu incremento, não se separa, assim, da produção contínua da morte tanto no seu exterior como no seu interior: “são mortos legitimamente aqueles que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros” (idem, 2001a, p. 130). Entendidos como entidades biológicas, os inimigos não são mais para serem derrotados, e sim exterminados. A chave para o exercício da face *tanathos* do biopoder é, então, o racismo.

O racismo é entendido como o meio pelo qual o Estado normalizador pode exercer o velho poder de matar do soberano. Para Foucault (1999, p. 308), o racismo assegura a função de morte na economia do biopoder, por meio da lógica de que “a morte dos outros é o fortalecimento da própria pessoa na medida em que ela é membro de [...] uma população, na medida em que se é elemento numa pluralidade unitária e viva”. Ou seja, o biopoder funciona como um modo de inserir um corte no domínio da vida, o qual o poder se encarregou de gerir: um corte, uma defasagem no seio da população, uma fragmentação entre aqueles que devem viver e os que devem morrer:

[...] ‘se você quer viver, é preciso que o outro morra’. [...] O racismo vai permitir estabelecer, entre a minha vida e a do outro, uma relação [...] do tipo biológico. [...] A morte do outro não é simplesmente minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura. (ibidem, p. 305).

Deixar a vida em geral mais sadia, mais pura, mais povo. Se “o nosso tempo nada mais é que a tentativa – implacável e metódica – de preencher e eliminar a fissura que divide o povo, eliminando radicalmente o povo dos excluídos” (AGAMBEN, 2002, p. 185), o racismo é um meio de forjar esse ‘povo’ sem fraturas, fonte continuamente redefinida e purificada de toda identidade. Trata-se de um racismo voltado aos elementos deteriorados da sociedade: a contrarraça dos delinquentes, loucos, degenerados, anormais. Ele passa, assim, “a exercer um papel ativo no processo evolutivo natural das sociedades” (FARHI NETO, 2010, p. 67). “A humanidade enfim redimida e a raça enfim purificada devem passar pelo mesmo filtro de uma guerra cirúrgica interna, que se opera no próprio corpo da população” (ibidem, p. 76-77).

A especificidade do racismo nas arenas biopolíticas articula-se, assim, às tecnologias de poder, por meio das quais se autoriza a justaposição do velho poder soberano do direito de morte a ser exercido pelos Estados, inclusive em nome da democracia. De acordo com Agamben (2002), a democracia não seria outra coisa que a soberania de um povo rasgado em seu seio desde sempre pela fratura biopolítica fundamental. Nesse sentido, o autor questiona: que outra forma de organização “se revelaria mais eficaz para assegurar o cuidado, o controle e o usufruto da vida nua?” (ibidem, p. 128).

Desse modo, a vida nua é um conceito político que diz dessa zona de interseção entre a decisão soberana dos Estados modernos sobre tal vida – incidindo sobre o ponto em que essa vida cessa de ser politicamente relevante – e a tarefa assumida de zelar pelo corpo biológico da população. É justamente nesse cruzamento que a biopolítica da população converte-se em tanatopolítica: “quando a vida torna-se o valor político supremo coloca-se aí também o problema de seu desvalor” (ibidem, p. 149). Eis o caráter paradoxal da biopolítica: ao passo que instaura o campo de uma vida que precisa ser excessivamente cuidada, organizada, otimizada biologicamente, instaura um excesso do biopoder sobre o poder soberano, a partir do qual se pode matar quem quer que seja, inclusive os seus próprios, se estes constituírem fontes de perigo.

Redefinir-se e purificar-se, nem que para isso seja preciso produzir algumas vidas matáveis. Ressalte-se que, por matar, não se entende apenas o “assassinio direto” (FOUCAULT, 1999, p. 306): por tirar a vida, entende-se aqui expor à morte, multiplicar, para alguns o risco de morte. “Para fazer viver, para incrementar o cuidado purificador da vida, pode-se e, em algumas situações, permite-se deixar morrer” (CANDIOTTO, 2011, p. 87). Em

todo o caso, assassínios diretos não se configurariam em homicídio, já que se tratam de corpos matáveis, sobre os quais qualquer um pode exercer soberania, embora assassinatos aconteceram e acontecem: nas penitenciárias e nos hospitais psiquiátricos de ainda hoje, no cotidiano das ruas de nossas cidades. Por matar, entende-se, sobretudo, pequenos assassínios indiretos, sob a lógica da irreparável exposição de vidas nuas, numa relação de abandono: abandonar ao perecimento aquel*s considerad*s desnecessári*s ou ameaçador*s “da vida que se pretende positivar, ao modo de uma ‘inclusão excludente’” ou ao modo de uma exclusão includente, “banir determinados indivíduos no sentido de que, após abandonados, sejam suspensas suas garantias previstas no ordenamento jurídico vigente. Abandonado, o indivíduo volta a ser capturado por quem o abandona a partir do exterior (*ex capere*) dos limites legais” (CANDIOTTO, 2011, p. 96): forjam-se, assim, vidas nuas entregues à mercê de quem as abandona, ao mesmo tempo exclusas e inclusas, vidas dispensáveis e ao mesmo tempo capturáveis.

Em suas modulações contemporâneas, num momento em que a maioria dos corpos é dispensável por não ter poder/saber de consumo, o biopoder – valendo-se do dispositivo⁴⁴ da soberania, por meio de mecanismos de vigilância, fiscalização e controle – seleciona corpos, criando modos de institucionalização segundo o duplo critério dos que se fará viver e os que se deixará morrer. Num limite, cotidianamente ultrapassado, até se matará. A vida nua que está em relação com tal dispositivo é proclamada sacra, “*Hominis Sacri*”⁴⁵, sem que disso se configure um homicídio: homem sacro é “aquele que o povo julgou por um delito; e não é lícito sacrificá-lo, porém, se alguém o mata, não será condenado por homicídio (AGAMBEN, 2002, p. 196). Vida insacrificável, porém exposta à morte. Eis novamente o

⁴⁴ Foucault, em suas pesquisas, empreende análises de dispositivos concretos: da soberania, biomédico, da sexualidade, da guerra, da segurança. De natureza estratégica, o dispositivo se forma tendo como função responder a uma urgência num dado momento histórico. Compostos por linhas de visibilidade e dizibilidade, dispositivos são máquinas de fazer ver e de fazer falar. Constituem-se como um conjunto heterogêneo, “um conjunto multilinear, composto por linhas de natureza diferente. E, no dispositivo, as linhas não delimitam ou envolvem sistemas homogêneos por sua própria conta, como o objeto, o sujeito, a linguagem etc., mas seguem direções, traçam processos que estão sempre em desequilíbrio, e que ora se aproximam ora se afastam uma das outras. Qualquer linha pode ser quebrada – está sujeita a *variações de direção* – e pode ser bifurcada, em forma de forquilha – está submetida a *derivações*. Os objetos visíveis, os enunciados formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa determinada posição, são como que vetores ou tensores. Por isso, as três grandes instâncias que Foucault vai sucessivamente distinguir, Saber, Poder e Subjetividade, não possuem contornos definidos de uma vez por todas; são antes cadeias de variáveis que se destacam uma das outras. [...]. Os dispositivos têm por componentes linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de força, linhas de subjetivação, linhas de brecha, de fissura, de fratura, que se entrecruzam e se misturam” (DELEUZE, 1996, s/p).

⁴⁵ A sacralidade da vida do *homo sacer* configura-se “a partir de uma dupla exceção que a exclui, incluindo-a, tanto do direito divino, e por isso não pode ser objeto de sacrifício, como do direito dos homens, e por isso se pode dispor dela sem cometer homicídio” (CASTRO, 2012, p. 65).

paradoxo biopolítico: para multiplicar e purificar a vida daquel*s em relação a*s quais se deve fazer viver, deixar muit*s outr*s morrerem nos limites legais ou atuar de maneira homicida em estado de exceção, exercer o antigo direito soberano de matar. “Para defender o valor sagrado e imprescritível de determinadas vidas, outras são deixadas de lado e destituídas de proteção jurídica” (CANDIOTTO, 2011, p. 87). Em nome do cuidado com a vida, muitas são abandonadas e expostas à morte...

- *O nosso amigo Maguila morreu um dia desses ali.*
- *Maguila morreu estagnado de álcool. É, eu sei, Maguila.*
- *De madrugada, morreu.*
- *De madrugada morreu. Porque a casa dele fica bem em frente a esse ponto. Fica em frente ao boneco.⁴⁶*
- *Viu? O boneco são 18... 18 litros de álcool que o tenente tinha lá. Né brincadeira não.*
- *[...] Se abrir a torneirinha tá lá. Se a gente for agora, tá lá.*
- *Tá lá e ninguém paga nada. É 18 litros de álcool que o tenente lá da polícia bota.*
- *Bota todo dia.*
- *Ele que tá matando o povo.*
- *Fez uma promessa de nunca mais beber, que ele bebia muito, né? Aí por causa disso, tá pagando cachaça para todo mundo.*

Parece ter-se o ‘direito’ de matar “o povo dos excluídos” (AGAMBEN, 2008), mesmo quando se paga uma promessa. Forjam-se, para isso, *hominis sacri*: “vidas em íntima simbiose com a morte, sem, por isso, pertencer ao mundo dos defuntos” (idem, 2002, p. 111-112), vidas dispensáveis, sujeitas a um poder de morte, expostas à morte; vidas nuas, carnes matáveis postas “para fora da jurisdição humana” (ibidem, p. 89). Mortos-viventes que foram separados “de seu contexto e, sobrevivendo por assim dizer à morte, são, por isto, incompatíveis com o mundo humano” (ibidem, p. 107). Mediante ‘inclusão exclusiva no Estado’, delimitando a linha que não pode ser ultrapassada, essas carnes matáveis se ligam à função política.

Nos tempos atuais, tal linha não mais se apresenta “como um confim fixo a dividir duas zonas claramente distintas; ela é, ao contrário, uma linha em movimento que se desloca para zonas sempre mais amplas da vida social” (ibidem, p. 128). Dessa forma, vida nua é um conceito político que diz também dessa capacidade de ‘metamorfose’ da vida

⁴⁶ Ponto da “*praça do boneco*”, em que, segundo relatos de usuários, fica ali um posto em forma de boneco de cera com cachaça à disposição.

matável. Hoje, qualquer vida humana pode se tornar desqualificável, descartável. Nesse sentido,

[...] a sacralidade é uma linha de fuga ainda presente na política contemporânea, que, como tal, desloca-se em direção a zonas cada vez mais vastas e obscuras, até coincidir com a própria vida biológica dos cidadãos. Se hoje não existe mais uma figura predeterminável do homem sacro, é, talvez, porque somos todos virtualmente *hominis sacri*. (AGAMBEN, 2002, p. 121).

Em outros termos, é possível que esse limite do qual depende a politização da vida biológica na ordem estatal tenha se alargado, passando a habitar o corpo biológico de cada um de nós, viventes. “A vida nua não está mais confinada a um lugar particular ou a uma categoria definida” (ibidem, p. 146). Acompanhando o movimento dessa linha de demarcação, uma das características da biopolítica contemporânea é a capacidade e necessidade de redefinição continuada do limiar que ao mesmo tempo articula e separa o que está dentro e o que está fora do que denominamos vida humana, digna de ser vivida. Uma vez que a vida nua, vida matável, zona de indistinção entre o homem e o animal, está dentro da cidade e a penetra cada vez mais profundamente, a linha que delimita o que está dentro e o que está fora deve ser continuamente redesenhada, a fim de que se mantenha isolada a vida sacra. Há que se decidir quais serão os ‘novos’ homens sacros...

2.3 A carne que vai à mesa do capital

[...] O governo dos homens pelos homens – quer eles formem grupos modestos ou importantes, quer se trate do poder dos homens sobre as mulheres, dos adultos sobre as crianças, de uma classe sobre a outra, ou de uma burocracia sobre uma população – supõe uma certa forma de racionalidade, e não uma violência instrumental. Consequentemente, os que resistem ou se rebelam contra uma forma de poder não poderiam contentar-se em denunciar a violência ou em criticar uma instituição. [...]. O que é preciso colocar em questão é a forma de racionalidade com que se depara. [...]. A questão é: como são racionalizadas as relações de poder? Apresentá-la é a única maneira de evitar que outras instituições, com os mesmos objetivos e os mesmos efeitos, tomem seu lugar. (FOUCAULT, 2006b, p. 385).

Nos cursos ‘Segurança, território e população’ (2008a), ‘Nascimento da biopolítica’ (2008b), ‘Do governo dos vivos’ (2011) e ‘A hermenêutica do sujeito’ (2006c), Foucault analisa as relações de poder como relações de governo, entendendo governo de modo amplo, como a arte de conduzir as condutas humanas. Nessa direção, ele tece a noção de governamentalidade para estudar o problema do governo de uns pelos outros.

Governamentalidade é entendida como um campo de relações de poder referentes às técnicas de governo em jogo na formação do Estado moderno: “essa forma bem específica, embora muito complexa de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 2008a, p. 143). A noção de governamentalidade opera, então, como instrumento para a análise da “racionalidade das práticas de controle, vigilância e intervenção sobre fenômenos populacionais” (DUARTE, 2011, p. 55).

Veiga-Neto (2002), por sua vez, tece a noção de governo justamente para abordar o conjunto de técnicas estatais de exercício de poder, as quais, no entanto, não se restringem a procedimentos executados por um *staff* que ocupa uma posição central no Estado, mas estão distribuídas por todo o tecido social. Em última análise, pode-se definir governamentalidade como uma multiplicidade de técnicas de governo da população, as quais deram materialidade ao Estado moderno. Ou seja, técnicas de direção de condutas que se conformam num quadro e com instrumentos estatais, procedimentos pelos quais a conduta humana é conduzida por meio de uma administração estatal, enfim, uma governamentalidade da população. Nesse panorama, a população é entendida como

[...] uma variável que depende de um certo número de fatores [...] que podem ser artificialmente modificáveis. [...] Esta não é concebida como uma coleção de sujeitos de direito, nem como conjunto de braços destinados ao trabalho; é analisada como um conjunto de elementos que, por um lado, se liga ao regime geral dos seres vivos (nesse caso, a população é do domínio da “espécie humana” [...]) e, por outro lado, pode dar ensejo a intervenções concertadas, refletidas e calculadas (por intermédio das leis, mas também das mudanças de atitude, de maneira de fazer e de viver). [...] E, para administrar essa população, é necessária, entre outras coisas, uma política de saúde capaz de diminuir a mortalidade infantil, de prevenir as epidemias, de fazer baixar as taxas de endemias, de intervir nas condições de vida, para modificá-las e impor-lhes normas. (FOUCAULT, 2008a, p. 493-494).

Na contramão de análises fundamentalistas, Foucault (ibidem, p. 9), diz que o Estado “não é um monstro frio, é o correlato de uma certa maneira de governar”. Mais adiante, ele afirma: “O Estado é uma prática. [...] não pode ser dissociado do conjunto das práticas que fizeram efetivamente que ele se tornasse uma maneira de governar, uma maneira de agir, uma maneira também de se relacionar com o governo” (ibidem, p. 369). Nesse sentido, Foucault aponta que “o que há de mais importante [...] para a nossa atualidade, não é portanto a estatização da sociedade, mas o que eu chamaria de ‘governamentalização’ do Estado” (ibidem, p. 145). Foi justamente a governamentalização do Estado que o permitiu

sobreviver; “graças a essa governamentalidade que é ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado, já que são as táticas de governo que, a cada instante, permitem definir o que deve ser do âmbito do Estado e o que não deve” (FOUCAULT, 2008a, p. 145). Em última análise, em contextos liberais, dá-se a emergência de um Estado de governo, o qual tem por objeto a população como novo sujeito político: “os sujeitos de direito sobre os quais se exerce a economia política aparecem como uma *população* que um governo deve administrar” (idem, 2008b, p. 30).

Se o Estado “nada mais é que o efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas” (idem, 2008a, p. 106), há um redesenho da função estatal na governamentalidade (neo)liberal. No curso ‘O nascimento da biopolítica’, Foucault (2008b) analisa justamente as estratégias pelas quais a governamentalidade (neo)liberal racionaliza e põe em prática o direcionamento, a delimitação dos comportamentos, a regulação dos modos de agir humanos.

De acordo com Farhi Neto (2010), o uso mais amplo e atual da noção de biopolítica dá-se justamente nesse cenário, por meio da articulação entre arte política e ciências econômicas. A biopolítica é entendida aqui como “governo da população pelo Estado, mediante a vigilância, o controle e a manipulação de algumas variáveis econômicas; a biopolítica é o governo econômico, que concebe e opera a população a partir de sua economicidade natural” (ibidem, p. 183). Nesse contexto, “o Estado entrega ao mercado, ou pelo menos divide com ele, a gestão dos aspectos biológicos da população – entre outros, a saúde e o patrimônio genético” (ibidem, p. 183).

Nessa direção, “o novíssimo biopoder não atua mais apenas segundo o eixo dos exageros do poder soberano estatal em sua ânsia de governamentalidade – a qual, por certo, nem por isso desapareceu, apenas se transformou –, mas atua segundo o eixo flexível do mercado” (DUARTE, 2009, p. 45). Em outros termos, aqui o exercício do poder já não se encontra mais exclusivamente na dependência das ações do poder estatal soberano que faz viver e deixa morrer certas parcelas da população. Para a biopolítica, em sua face neoliberal, o que importa, acima de tudo, é “governar para o mercado” (FOUCAULT, 2008b).

A liberdade de mercado como princípio organizador e regulador do Estado instaura um Estado sob a vigilância do mercado e uma economia de mercado como modelo para o Estado. Assim, o mercado passa a funcionar como novo lugar de produção de verdade, um importante instrumento de governamentalização da população, o grande parâmetro a partir

do qual se pode administrar a conduta, a gestão dos comportamentos populacionais. Desse modo, a presença e a atuação especificamente estatais na modelização dos comportamentos individuais e populacionais já não são decisivas. O mercado de concorrência, atuando de modo descentralizado, encarrega-se desse ofício de forma bastante eficaz, conformando-se como instância privilegiada de produção de subjetividades (DUARTE, 2009). Surtis processos de governo são, assim, postos em exercício. Novas tecnologias de sujeição, tecidas por entre Estado e mercado, são postas em cena...

Nesse panorama, dá-se a emergência de uma nova arte de governar “o menos possível, [...] entre um máximo e um mínimo, e mais para o mínimo do que para o máximo”, dá-se um burilamento da razão de Estado, que desponta agora como “razão de Estado mínimo” (FOUCAULT, 2008b, p. 40). Desenvolvem-se, assim, práticas apoiadas num regime de verdade que faz funcionar a alegação de que “sempre se governa demais” como princípio de autolimitação do governo estatal. A partir de tal alegação, a racionalidade da governamentalidade de caráter (neo)liberal é marcada pela desconfiança e pela exigência de justificação legal de sua legitimidade. Dessa forma, é sempre em nome da segurança da sociedade⁴⁷ que se coloca a necessidade e a legitimidade de novas tecnologias de governo da população.

De acordo com Foucault (2008a, p. 14), o acionamento do dispositivo da segurança “é uma certa maneira de acrescentar, de fazer funcionar, além dos mecanismos propriamente de segurança, as velhas estruturas da lei e da disciplina”. Transformações recentes nas sociedades ocidentais tratam da “emergência de tecnologias de segurança no interior, seja de mecanismos que são propriamente mecanismos de controle social, como no caso da penalidade, seja dos mecanismos que têm como função modificar algo no destino biológico da espécie” (ibidem, p. 15). Ainda de acordo com o autor, o funcionamento do dispositivo da segurança não se dá a partir de impedimento ou obrigação, mas de um

[...] distanciar-se suficientemente para poder apreender o ponto em que as coisas vão se produzir [...] tomá-las no plano da sua realidade efetiva. [...] Em outras palavras, a lei proíbe, a disciplina prescreve e a segurança, sem proibir nem

⁴⁷ De acordo com Foucault (2008b), a sociedade civil surge como correlato necessário ao Estado. Num espaço de soberania povoado por sujeitos econômicos, por que é preciso haver um governo? É justamente em nome da sociedade, de sua segurança que se governa, que se intervém. É também em nome dela que o governo (neo)liberal tende a se autolimitar. A governamentalização estatal é, assim, a governamentalização da chamada sociedade civil. É nessa direção que se assiste a uma democracia representativa dilatada pela participação de grupos organizados segundo direitos de ‘minorias’, coadunando as mesmas práticas de governo e se configurando como agentes de segurança e organização da população de perigosos (PASSETTI, 2009).

prescrever, mas dando-se evidentemente alguns instrumentos de proibição e prescrição, a segurança tem essencialmente por função responder a uma realidade de maneira que essa resposta anule essa realidade a que ela responde – anule, ou limite, ou freie, ou regule. Essa regulação no elemento da realidade é que é, creio eu, fundamental nos dispositivos da segurança. (FOUCAULT, 2008a, p. 61).

No contexto de operação de dispositivos de segurança, a liberdade é transformada em técnica de governo, elemento indispensável à própria governamentalidade: a liberdade figura justamente como correlato da implantação dos mesmos, versando sobre a circulação de coisas e pessoas: “A ideia de um governo dos homens [...], a ideia de uma administração das coisas que pensaria antes de mais nada na liberdade dos homens [...], de um poder que se pensa como regulação, que só pode se efetuar através de e apoiando-se na liberdade de cada um” (ibidem, p. 63-64). Em outras palavras, agir sobre a população é deixar as circulações se fazerem, controlar as circulações: “o problema dos que governam não deve ser absolutamente saber como eles podem dizer não, até onde podem dizer não, com que legitimidade eles podem dizer não; o problema é saber como dizer sim ao desejo”, como regulá-lo (ibidem, p. 96).

A palavra liberalismo advém justamente da função que a liberdade vem desempenhar nessa nova arte de governar. De acordo com Foucault (2008b, p. 86), a prática governamental desenhada é “gestora da liberdade”, ou seja, consome liberdade: “é obrigada a produzi-la, é obrigada a organizá-la”. Uma vez que a governamentalidade (neo)liberal intervém a fim de maximizar a competição, a produção de liberdade relaciona-se com o imperativo de que todos entrem no jogo econômico. Desse modo, “o liberalismo não é o que aceita a liberdade, [...] é o que se propõe a fabricá-la a cada instante” (ibidem, p. 88). Nessa direção, no seio dessa prática governamental, institui-se uma relação problemática, sempre móvel, “entre produção de liberdade e aquilo que, produzindo-a, pode vir a limitá-la e a destruí-la” (ibidem, p. 87). É nesse sentido que se dá a correlação entre liberdade e segurança: em vez de regulamentar, será preciso gerir. O (neo)liberalismo será, então, uma arte de governar centrada na gestão calculada dos riscos: ao lado da incitação a “viver perigosamente”, estabelecem-se múltiplos mecanismos de segurança; ao lado da liberdade, a segurança⁴⁸.

⁴⁸ É essa mesma dupla exigência que está na base do que Foucault intitula “crises de governamentalidade” (2008b).

Vale dizer que é justamente a conformação de um ‘pacto de segurança’⁴⁹ que tece a condição de aceitabilidade das relações entre Estado e população. Engendra-se aqui um Estado responsável por garantir a segurança e o cuidado da população contra tudo o que pode se configurar como incerteza, acidente, risco, dano. A segurança da população é, justamente, a tarefa do Estado: “Ao ser absorvida pelas formas laicas de governo, a salvação eterna torna-se segurança em vida. A segurança é a promessa que o Estado faz à população, quando se põe a seu serviço” (FARHI NETO, 2010, p. 121). Quando o pacto é desobedecido por parte de cidadãos/ãs, numa solícita disposição a cumprir sua função, o Estado extrapola os limites legais e intervém sobre a vida, utilizando da exceção para combater *s inimig*s intern*s, uma excepcionalidade demandada, inclusive, por parte da própria população. O Estado torna-se, assim, responsável pelo desenvolvimento de mecanismos, por meio dos quais é possível apreender e regularizar eventos aleatórios, os quais podem vir a ameaçar o bem-estar da população: mecanismos de segurança militar e jurídica, de segurança social, de vigilância policial, de penalização e de prevenção a criminalidades, de assistência à saúde e ao desemprego etc.

Nessa direção, a sensação de perigo é condição de possibilidade da governamentalidade (neo)liberal: o medo é “um componente ativo de controle social” (COIMBRA; BRASIL, 2009, p. 56), “a sensação de insegurança por parte da população pode ter sido produzida em vista da manutenção de um poder estatal soberano que, para ser legitimado e se reproduzir, deixa que a desordem aconteça” para melhor governá-la (CANDIOTTO, 2011, p. 94). Em outros termos, permite-se a desordem para administrá-la, expõe-se a vida ao perigo e à insegurança a fim de melhor regulá-la.

O perigo parece aqui funcionar como árbitro entre a liberdade e a segurança dos indivíduos e da coletividade. E, assim, é posta em funcionamento “toda uma educação do perigo, toda uma cultura política do perigo” (FOUCAULT, 2008b, p. 90), em que perigos cotidianos são animados e atualizados, postos em circulação permanente. A lista de inimigos públicos, fontes de perigo, é longa: acidentes de trânsito, colesterol, câncer, cardiopatias,

⁴⁹ Para ratificar que cumpre sua parte no pacto, o Estado tolera a ‘livre’ circulação de um certo grau de incertezas e anormalidades, que se configuram como nuvens de ameaças constantemente anunciadas, mesmo de modo virtual, por conta das quais ele é necessário. A cada vez que uma ameaça é levada a cabo, a cada vez que a segurança da população é posta em risco, ele se vale de uma ação espetacular. Provar que o governo estatal pode agir, firme e rapidamente, está, inclusive, acima da própria legalidade: diante de acontecimentos inusitados, o Estado deve estar a postos para agir, intervindo excepcionalmente. Em outros termos, “são acionados os dispositivos estatais de segurança e sua intervenção na trama da vida cotidiana sempre que houver um acontecimento excepcional” (CANDIOTTO, 2011, p. 92).

epidemias, violência criminosa, armas nucleares e vírus incontroláveis em mãos alheias, imigração, degradação ambiental, invalidez, adições, fome, desemprego, pobreza etc.

Nesse cenário, a multiplicidade da vida humana é entendida como contendo em seu seio um perigo mortal. Os indivíduos e os grupos tendem a experimentar sua vida, seu corpo, seu presente e seu futuro como portadores de riscos, ameaças e perigos. Perigos estão à espreita em seus hábitos e podem se concretizar se forem desleixados. Dessa forma, a essa cultura política do perigo associa-se uma arte de enquadrar como questão de sobrevivência: a ameaça parece estar na própria população que, livre, deve instituir mecanismos que assegurem uma conduta regrada. Dessa forma, num reiterado esforço de se fabricar sujeitos governáveis, arregimenta-se aos mecanismos estatais formas múltiplas de (auto)governamento dos/as cidadãos/ãs. E assim fabrica-se uma cultura e uma educação do perigo ancoradas em “cartografias da carne redesenhadas ao infinito, revelando controles nunca vistos” (SOARES, 2009, p. 67).

As populações contemporâneas parecem desejar o controle das funções e eficácias corporais. Para adiantar-se a possíveis males, descrições e prescrições contra os supostos perigos tendem a ser cada vez mais aceitas. Desse modo, operam-se mensurações dos males, cada vez mais numerosos, localizando-os no interior das carnes, no âmbito da fisiologia, da bioquímica, da genética. Sob esse registro, os sinais do perigo encontram-se escondidos num corpo que, se escavado, examinado, monitorado, revela-os. Em suas carnes encontram-se instaladas ameaças ao bem-estar da população. Tais ameaças e males são quase sempre descritos como resultantes dos desregramentos, dos excessos, dos vícios, das faltas. Em outras palavras, trata-se de apresentar detalhadamente os perigos iminentes que se instalam no cigarro, na bebida, nas comidas, nas drogas e que acometerão os corpos que não se conformarem segundo as prescrições oferecidas pelo “Estado pedagogo”⁵⁰ (ibidem, p. 79).

Por meio da inscrição do corpo “numa moral do esforço” (SANT’ANNA, 2009), acredita-se ser possível desvencilhar-se de tais males. Tal moral indica um caminho seguro em direção à saúde perfeita como resultado de um estilo de vida ativo e de uma ocupação ‘sadia’ do tempo livre. Na corrida pelo corpo são, vendem-se pacotes de prazeres comidos

⁵⁰ Nesse mesmo sentido, Mendonça Filho (2004, p. 279) diz que o Estado é “uma crença operatória. Especificamente crença na existência e relação com um mundo único compartilhado, ao qual se pertence e se obedece, ou mais exatamente, crença em um mundo determinado (obediente) de coparticipação em um universo material e simbólico”.

e regrados, um mundo de prazeres não regulamentados passa a ser vigiado, dando lugar ao lazer e a uma “pedagogia do bem-estar” (SANT’ANNA, 2009). Dessa forma, o corpo passa a ser entendido como “aquilo que precisa ser diariamente superado” (Idibem, p. 92).

Na esteira da fabricação do indivíduo autônomo e de sua liberdade intimizada como efeitos e produtos da atuação governamental, indivíduo subjetivado por uma moral do esforço diário na busca sem fim por um corpo e por uma saúde perfeitas, apimentam-se os procedimentos governamentais no contexto da biopolítica como governo econômico das condutas humanas. No cruzamento das noções de *homo oeconomicus* e ‘capital humano’, desponta-se o entendimento do sujeito empresário de si mesmo, o qual toma a si mesmo como seu próprio capital e seu próprio produtor de rendimentos. Ou seja, já não é mais do sujeito humano como força de trabalho que se está tratando, e sim do sujeito humano como ‘capital-competência’. Regrado e submetendo suas condutas pelo princípio do empreendedorismo, os indivíduos que emergem nesse cenário são presas voluntárias⁵¹ de processos de subjetivação controlados flexivelmente pelo mercado. Ao que Foucault (2008b) denominou “biopolítica neoliberal”, Deleuze (1992) chamou de “sociedades de controle”, as quais nos informam que “a empresa é uma certa maneira de se comportar no campo econômico” (FOUCAULT, 2008b, p. 240), ou seja, que a empresa tem alma⁵², “o que é efetivamente a notícia mais terrificante do mundo. O marketing é agora o instrumento de controle social e forma a raça impudente de nossos senhores” (DELEUZE, 1992, p. 224). No contexto da “uma economia social de mercado” (FOUCAULT, 2008b), das sociedades empresariais de concorrência, do mercado transnacional de capitais, todos devem se preparar para serem assimilados pelo mercado. O investimento é, então, na formação do capital humano. E assim o biopoder prossegue com seu objetivo de produzir, capturar, vender formas de vida, carnes humanas enlatadas, ração do capital, agora financeiro. E a vida segue sendo molestada por meio de processos que a capturam de forma imanente.

⁵¹ Na apresentação do curso ‘Do governo dos vivos’ (FOUCAULT, 2011) por ele transcrito, Nildo Avelino aponta que o consentimento dos governados é o fundamento do poder político legítimo.

⁵² Veiga-Neto (2011) indica que, no momento atual da governamentalidade neoliberal, a ênfase antes posta nos dispositivos de seguridade, os quais multiplicam a fabricação de riscos e têm como alvo o corpo da espécie, é agora colocada nos dispositivos de controle, os quais fabricam públicos, tendo como alvo justamente a alma, a produção de modos específicos de subjetivação. Neste texto, corrobora-se a indicação feita por Farhi (2010), de que as ênfases postas em determinados dispositivos, em momentos históricos diferentes, não quer dizer suplantação de um mecanismo de poder por outro. A posição aqui assumida é por uma imbricação entre tais dispositivos, uma conexão entre os mesmos: disciplina, seguridade, controle.

Em nome do bem-estar da população, pedagogias (se) inscrevem (n)a carne dos indivíduos como uma espécie de antídoto aos perigos, preservando os contornos de um corpo sempre ameaçado que, ao despir-se de sua organização e regramento, pode se tornar vida nua, infame. A cruzada dos empreendedores de si é a da modelação diária de seus corpos, esculpindo e limpando sua carne de todos os vícios. De acordo com Ortega (2008, p. 32), “trata-se da formação de um sujeito que se autocontrola, autovigia e autogoverna”, o qual tem no corpo e na atividade de autoperitagem “a fonte básica de sua identidade”. Trata-se da formação de uma cultura somática, em que a aparência do corpo tornou-se central para a formação da identidade.

Num momento em que “o controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado” (DELEUZE, 1992, p. 224), os empreendedores transmutam-se em policiais não apenas de si, mas “do grupo do qual faz parte, da casa onde habita, do local em que trabalha, da cidade onde vive” (SOARES, 2009, p. 65). Em outras palavras, trata-se da expansão de uma subjetividade policial-empresa, ou seja, da função policial inscrita na conduta das/os cidadãs/ãos. Dessa forma, uma “polícia da vida” começa a se desenhar “quando cada cidadão está convocado a participar, cuidando dos vivos em sua área, das condutas de cada um. [...] Ser tolerante e responsável é o que se espera de cada um” (PASSETTI, 2011, p. 132). Aprofunda-se, assim, a vigilância do corpo e da saúde. Parece ser assim também que se reduz a pressão exercida sobre os serviços públicos, ao mesmo tempo em que segmentos populacionais inteiros – especialmente aqueles privados de todos os recursos e que precisariam da ‘proteção’ e da assistência estatal – são abandonados à lógica do mercado e dos discursos de autoajuda bioidentitária do ‘cada um por si’⁵³, do ‘só depende de você’, do ‘só você pode cuidar de si mesmo’.

[...] Não condeno quem bebeu, tá entendendo? Porque eu sou alcoólatra também. Mas eu tou dizendo que tem controle sim. Agora é difícil, viu? Eu tou com 56 anos, é muito difícil. Não vou enganar nem a vocês nem a mim mesmo. Então, esse autocontrole depende também da pessoa.

Nesse panorama, o discurso do risco desponta como elemento estruturante de bioidentidades e biossociabilidades: “não se trata de assegurar aos indivíduos uma cobertura

⁵³ ‘Cada um por si’ e todas/os contra todas/os no espaço cada vez mais apertado do ‘livre mercado’, no cenário de funcionamento de um “Estado mínimo social e máximo penal”, em que se dá uma banalização do tratamento penal da miséria social, ampliando-se a esfera criminal para abarcar diferentes condutas humanas (WACQUANT, 2001): qualquer um pode se tornar *homo sacer*, caso infrinja a lei.

social dos riscos, mas de conceder a cada um uma espécie de espaço econômico dentro do qual podem assumir e enfrentar os riscos” (FOUCAULT, 2008b, p. 197-198): o indivíduo deve proteger-se dos riscos, administrar como melhor entender sua cobertura de riscos. Subjetivadas por esse discurso, constituem-se as bioidentidades de indivíduos responsáveis e autônomos, portadores de corpos ativos e vigorosos que gozam de um bem-estar pleno e vivem uma vida ativa. No trabalho contínuo de esculpir o corpo e preservar a saúde, é preciso precaução, prevenção extrema, inclusive contra os perigos da falta. Desse modo, a prevenção de doenças e a promoção da saúde parecem tornar-se “um imperativo – *you must*” (SOARES, 2009, p. 66). Aqui, o investimento no corpo saudável e ativo entrelaça diversas formas de governar a vida humana.

Por meio de um cuidado policial das condutas, estas são agora regradas por uma moral corporal que vai acentuar a vida ativa e contrapor-se à moleza, à preguiça e à falta de vigor. Uma moral que se faz jurisdição, tal como figuram proibições legais e morais acerca do fumo, do uso de certos alimentos e bebidas, até mesmo de certas maneiras de se comportar. Uma moral que é expressão de dispositivos de identificação modelizantes – tais como o educacional, o biomédico, o esportivo, o midiático. Na esteira desses dispositivos – mesmo em se tratando de suas modulações contemporâneas, em que dispensam, para funcionarem, os antigos muros das instituições totais (GOFFMAN, 2001) – “o ‘eu’ se forja em peles” (SWAIN, 2002, p. 325): uma subjetividade individualizada e exteriorizada é forjada, “deverás ter um corpo para mostrar!” (AGAMBEN, 2002, p. 130) e, assim, terás sua liberdade individual garantida. Mostre-me seu corpo e serás livre. E assim cada corpo é compelido à ordem, à saúde, à democracia, ao entorpecimento...

Nosso tempo é ‘tempo das urgências’. Submetidos à exigência por instantaneidade e versatilidade, tudo urge. Somos viciados por instantaneidade, tudo deve ser rapidamente consumido e resolvido. As sociedades de crédito caracterizam-se, então, por se constituírem como ‘sociedades do descarte’, em que se joga fora tudo, posto que tudo se torna obsoleto: valores, estilos de vida, relacionamentos, apego às coisas, identidades, para, logo em seguida, se colar a outras expostas no mercado. Somos “toxicômanos de identidade” (ROLNIK, 1997): deverás ter um corpo e uma identidade para mostrar e, iluminados pelo poder, poderás viver uma vida digna de ser vivida...

Toxicômanos de identidade parecem ser “viciados em gênero” (idem, 1998a). Há que se ter um caminho reto a seguir, há que se colar a uma forma, uma figura, uma identidade

de gênero e de sexualidade, todas/os e cada um/a de nós ‘deve’ ter um corpo-sexuado-generificado, deve ser macho ou fêmea, homem ou mulher, masculino ou feminino⁵⁴. Essas imagens de simetria que consumimos, que circulam em nossos sangues e constroem nossos corpos, “são puro veneno – anestesiaram o corpo, calaram o barulho da vida, travam o desejo” (ROLNIK, 1998b, p. 69).

‘Tempo de adições’. Uma faceta contemporânea da medicalização da sociedade impera ao lado da indústria farmacêutica. Tempo em que a palavra de ordem aos sujeitos e seus corpos é “o domínio químico das peripécias do cotidiano” (COUTO, 2009, p. 45), ou seja, dopar-se para suportar as pressões que o dia a dia lhes impõe. Produz-se, assim, uma “fila agonizante” de doentes crônicos culturais: “corpos dopados” (ibidem, p. 44).

‘Tempo do cada um/a por si e todos/as pela felicidade’, então, nos embalos de Ivete Sangalo e Claudinha Leite, vendedoras de enlatados de felicidade, “não me conte seus problemas” (CAZUZA; REBOUÇAS, 2005) porque “eu quero mais é beijar na boca e ser feliz daqui para frente, sempre” (VAN GOGH; TOM, 2008). Sobre isso, Zaratustra já anunciava: “Aproxima-se o tempo do mais desprezível dos homens, que nem sequer saberá mais desprezar-se a si mesmo” (NIETZSCHE, 2008, p. 41), abandonando as regiões onde era duro viver, alegando, com uma piscadela de olhos, que ‘inventamos a felicidade’. Na obrigação de ser feliz, no nosso tempo, felicidade é extraída das caixinhas de remédio, das tarjas pretas, do uso de drogas lícitas e ilícitas. Nesse contexto de produção em série de sujeitos ressentidos que reagem à vida e à vida de seus próprios corpos, “o entorpecimento se tornou uma maneira de se adequar aos desafios da vida no capitalismo avançado” (COUTO, 2009, p. 45), inaugurando-se e radicalizando-se “o princípio *self-service* das emoções e dos prazeres oscilantes, na consagração do presente marcada pelas urgências” (Ibidem, p. 45), numa tara do agora.

‘Tempo de homens e mulheres endividados/as’. Mas “a maioria de nós é pobre demais para a dívida” (DELEUZE, 1992). Dispensáveis: para os sem poder de compra e de venda, “a única coisa que se coloca na mão [...] para vender é droga; essas pessoas vendem para poder ter algo, comprar aquilo que as pessoas que não vendem drogas também querem comprar” (SIQUEIRA, 2006, p. 58).

⁵⁴ Ressalte-se que o conceito de corpo será trabalhado de forma mais aprofundada no capítulo ‘Cuidado com os corpos infames’ e os de gênero e sexualidade no capítulo ‘Masculinidades infames’.

Nesse tempo de “banalização dos entorpecentes” (COUTO, 2009, p. 49), as drogas, assim como os corpos, tornaram-se mercadoria a ser consumida. Dessa forma, não importa o quanto as coisas fiquem mal, o quanto a vida é miserável, o quanto se pena para sobreviver, elas fazem as pessoas se sentirem ‘sempre’ bem: dopadas. E assim vivemos, dopados e felizes, “uma felicidade que só se sustenta com mais uma dose” (COUTO, 2009, p. 52). E assim seguem muit*s usuári*s do CAPS ad, alternando o vício de álcool e drogas ilícitas com o uso do Rivotril e de outras medicações. Eis o paradoxo contemporâneo: defrontamos com uma escalada do uso de drogas, no sentido da banalização do consumo e, ao mesmo tempo, somos subjetivados por discursos sanitaristas, proibicionistas, moralistas que reiteram o ‘mito’ de uma sociedade sem drogas, sustentando, por exemplo, campanhas que alegam que não devemos nelas nem pensar e, assim, seguimos entorpecidos.

‘Tempo de democracia midiática’, em que não se trataria mais de vigiar e punir a anormalidade, e sim de convertê-la em diversidade biopolítica por meio de uma espécie de inclusão preventiva da discrepância. Não mais – ou pelo menos não só, ou esse já não é mais o foco – a segregação do anormal, mas a adesão voluntária de tod*s; não mais a coerção do disciplinamento, mas a cooptação ao controle; não mais a contenção física dos corpos, mas sua incitação rumo à produção reiterada de consensos.

Trata-se, enfim, dos “nossos tempos sombrios de ‘mobilização total’, de ‘alcoolismo existencial’, da vivência concebida como ‘engorda’ à identidade” (PELBART, 2003a, p. 225), em que se dá a passagem da ênfase na fabricação de corpos dóceis para o foco na fabricação de cérebros flexíveis e articulados, os quais, por sua vez, comandam corpos também maleáveis; em vez de muros, forja-se um campo não territorial atravessado por práticas de sujeição. Um campo móvel, elástico, que opera a céu aberto. Virtualização do panóptico. Um espaço de “diferenças uniformizáveis” (PASSETTI, 2009), um campo de convivência “no confinamento não mais de espaço produtivo, mas de vida”⁵⁵ (idem, 2003, p. 45), em que todos são “convocados a participar”⁵⁶ direta ou indiretamente e incluídos nos fluxos

⁵⁵ Desse modo, aliando-se a ‘antigas’ formas, presenciamos também outros modos de confinamento, dos quais o corpo, em sua célula domiciliar, faz parte: um corpo que pede tudo por *delivery*, que paga suas contas com um cartão, ou ainda melhor, via computador; um corpo que compra, que viaja, que se relaciona via internet sem precisar de deslocamento espacial. Corpo confinado a ser entendido como um empreendimento, um bem, algo a se possuir e a sempre melhorar, uma fortaleza sitiada na qual o indivíduo deve se proteger das inseguranças atuais e dos outros indivíduos.

⁵⁶ Por meio dessa convocatória, não se governa somente a população, mas o corpo planetário: “estamos na era da combinação da estatística como saber de Estado com a propriedade de informações minuciosas sobre pessoas e seus espaços interiores, flora e fauna, superfície e profundidade, a partir de um deslocamento da

eletrônicos de produção e vigilância em procedimentos consensuais democráticos” (AUGUSTO, 2011, p. 29). De acordo com Passeti (2011, p. 130), o neoliberalismo

[...] trouxe a tese da emancipação humana pela economia computo-informacional que funciona pela intensificação produtiva e política de energias inteligentes e redimensionou a democracia representativa em um ritual que depende das mais diversas participações na produção e nos governos da vida social.

Dessa forma, o neoliberalismo constitui-se como uma “‘feira de vidas’, em que empresas e Estado prescrevem como se conduzir” (LAZZARATO, 2011, p. 301). Nesse processo de gestão normalizadora dos modos de vida, o objetivo é, então, extrair produtividade de corpos vivos, nem que para isso sejam alijados da potência de invenção de vida. E assim se formam vidas expostas à mesa do capital: agora, trata-se de ‘fazer sobreviver e deixar sobreviver’. Em nome da sobrevida, da segurança, da ‘qualidade’ de vidas, prazeres diários como uso de álcool e outras drogas devem ser usufruídos com comedimento, seguindo bulas, inscritos no registro da escalada de corpos dopados rumo à felicidade, à atividade, ao bem-estar. Agora, basta a produtividade de zumbis, de sobreviventes, de corpos que, pela participação, cindem-se entre o vivo e a invenção de vida: múltiplas modelagens de gestos, condutas e opiniões, corpos apenas vivos, enlatados que o capital consome.

2.4 A carniça

No momento em que a arte econômica passa a funcionar como critério de razoabilidade das condutas, produzem-se novas desqualificações, desvalorizações, novos aniquilamentos, novos homens sacros...

Aqui se articulam os mecanismos da biopolítica em sua face neoliberal com os excessos do biopoder sobre o direito soberano: em nome da preservação da qualidade de vida de uns, funda-se a impossibilidade da vida de outr*s muit*s, de modo que a face *tanathos* da biopolítica se atualiza.

perspectiva para o espaço sideral” (PASSETTI, 2011, p. 131). Nesse sentido, Passeti (ibidem, p. 131) fala da operação de uma “ecopolítica”, cujo alvo é o planeta: “um controle mais abrangente e sutil que envolve população e meio ambiente”.

Policiamento, formação e tutela da população. Nesses nossos terrenos biopolíticos, a política parece converter-se em polícia: “preocupação com a vida em todos os seus aspectos” (PELBART, 2003a, p. 64). Entre política e polícia, não há mais distinção:

É como se toda valorização e toda ‘politização’ da vida (como está implícita [...] na soberania do indivíduo sobre a sua própria existência) implicasse necessariamente uma nova decisão sobre o limiar além do qual a vida cessa de ser politicamente relevante, é então somente ‘vida sacra’. (AGAMBEN, 2002, p. 146).

Vida sacra é uma vida indigna de ser vivida e, como tal, pode ser impunemente suprimida. Assim, sob o arauto dos discursos da qualidade de vida e do bem-estar da população, sua manutenção e incremento continuam a exigir o aniquilamento e a banalização da vida de uma parcela da população, entendida como perigosa, tornando algumas vidas supérfluas e descartáveis.

Em nome da segurança da população, pode ser que alguns indivíduos morram. No cenário biopolítico contemporâneo, que parcela é essa? Na pergunta de Duarte (2009, p. 49), reside uma pista: “Afinal, o que fazer com aqueles indivíduos e povos que se recusam a assumirem-se como empreendedores de si mesmos?”. Os novos *hominis sacri*, as novas figuras de anormalidade e de criminalidade parecem se fixar naqueles indivíduos e grupos que falharam ou que não se assumem como autoempreendedores de si mesmos. Como os novos lobisomens estão dentro das cidades, precisando, por isso, ser constantemente identificados sob o risco de contaminar a população com sua genética degenerada, a grande fratura passa também a operar separando os/as que são capazes e os/as que não são capazes de policiar a si mesmos/as e às suas pulsões.

Nesse contexto de hiperprevenção, as doenças que acometem o corpo e até mesmo a morte são entendidas como fracasso pessoal, reveladoras de desvios, dos excessos cometidos por um corpo que desrespeitou as regras, que se desviou do reto caminho da vida ativa rumo à saúde perfeita. Sua aparência física, bem carnal, aqui também desempenha um papel nessa exposição do mal:

A sociedade tem medo de encostar perto de um alcoólatra. [...] O mau hálito, entendeu [...] a fisionomia de um alcoólatra quando chega para procurar um emprego é uma imagem muito discriminada, porque a feição quebra do alcoólatra. E quando ele vai procurar emprego, geralmente as pessoas olham muito para isso.

Os indivíduos que falharam na prevenção de riscos à saúde são, então, responsabilizados por suas doenças e culpabilizados por seus sofrimentos (CASTIEL, 2011; ORTEGA, 2008). Individualização, culpabilização, segregação e infantilização⁵⁷ são importantes veículos na tomada de poder da subjetividade, na interceptação de processos de singularização, de recusa aos moldes de viver (GUATTARI; ROLNIK, 2000).

Dessa forma, “quem não procurar uma existência livre de riscos torna-se um desviante, irresponsável, inapto para cuidar de si, que fornece maus exemplos, eleva os custos do sistema de saúde e como consequência não cumpre com seus deveres de cidadão autônomo e responsável” (ORTEGA, 2008, p. 34), trabalhador e homem de família.

[...]. Esses empregos meus, a maior parte eu perdi tudo por causa da cachaça. Irresponsabilidade minha, entendeu? E foi se agravando, entendeu? Aí, quando me separei da minha esposa foi pior.

“Aqueles e aquelas que insistem nessas ações de risco *sujam a carne tão imaculada*”, mancham “a carne que o indivíduo puro vem esculpindo, modelando cotidianamente e que deseja preservar intacta numa espécie de templo da pureza e da juventude, expressão material da moral do esforço” (SOARES, 2009, p. 68). No momento em que vigor do corpo, beleza, juventude, longevidade, saúde como um *plus*, um *superavit* de energia e vitalidade funcionam como os novos critérios que avaliam o valor dos indivíduos e grupos, os inábeis a cuidar de si despontam como as novas figuras de anormalidade: velhos/as, gordos/as, sedentários/as, fumantes, bêbados/as, viciados/as, adictos/as, compulsivos/as, pessoas que vivem com deficiências, pessoas que vivem com HIV, anoréxicas. A carne humana que não se coloca a serviço do capital financeiro, a carne humana que escapa a esse contínuo ‘dar forma’, essa carne humana é podre, é carniça, precisa ser descartada...

[...] Quando você se entrega num espaço assim, é carne morta. [...] É carne morta que vende em mercado.

[...] Parece que o mercado de carnes continuou, as pessoas estão expostas aí. Parece que nenhuma carne tá boa para consumo. Nossos invisíveis, aqui são visíveis, mas são visíveis podres.

⁵⁷ Se a grande força dessa maquinaria de poder está na tomada de poder da subjetividade, na edificação de modos de controle da subjetivação, a vida nos vem enlatada; e se esse ‘nós’ cometer desvios, excessos, aí sim é preciso intervir, tomar a vida de assalto.

Nas mesas de azulejos brancos, invisíveis são iluminados, registrados como corpos indignos, ‘visíveis podres’, infames, uma vez que sua pele exhibe a marca da abjeção, dos excessos, dos desvios, da inabilidade de um cuidar de si que se faz nos registros de uma bioascese. No CAPS ad, encontram-se sujeitos que falharam ou resistiram ao governo mercadológico dos corpos e que, por isso, parecem assinalar zonas de ingovernabilidade. Nesse sentido, caberia perguntar: por que essa necessidade de visibilidade? Nessa visibilidade residiriam outras funções além do escopo – ele mesmo fundamental para o exercício de poder em questão – de apontar o limite de um possível pré-estruturado para os corpos humanos?

2.5 Existiria alguma maneira de fazer viver mortos-viventes?

Um sujeito político não é um grupo que “toma consciência” de si, se dá voz, impõe seu peso na sociedade. É um operador que junta e separa as regiões, as identidades, as funções, as capacidades que existem na configuração da experiência dada, quer dizer, no nó entre as divisões da ordem policial e o que nelas já se inscreveu como igualdade, por frágeis e fugazes que sejam essas inscrições. [...] Uma subjetivação política é uma capacidade de produzir essas cenas polêmicas, essas cenas paradoxais que revelam a contradição de duas lógicas, ao colocar existências que são ao mesmo tempo inexistências ou inexistências que são ao mesmo tempo existências. [...]. A política não é feita de relações de poder, é feita de relações de mundos. (RANCIÈRE, 1996, p. 52).

Em cima dos balcões, encontram-se corpos que flutuam entre vida e morte, encarnações do *homo sacer*, habitantes da zona de indeterminação entre o homem e o animal, vidas que precisam, portanto, ser banidas da comunidade humana. Vidas em suspensão, que excepcionam e extravasam um real pré-fabricado de formas de vida modeladas. Vidas definidas por sua simbiose com a morte, sem, porém, pertencer ainda ao mundo dos cadáveres: mortos-viventes.

A aposta em jogo parece ser, mais uma vez, a decisão sobre essas vidas que podem ser mortas sem que se cometa suicídio ou se pode deixá-las viver. Mas viver de que modo? Sob que condições? Nesse terreno movediço entre vida e morte, para decidir, convoca-se a intervenção do Estado encarnado em práticas de uma saúde policialesca, a qual solicita gentilmente que sujeitos confessem sua (ir)responsabilidade face aos sofrimentos infligidos aos seus corpos desde que se desviaram do caminho da prevenção a todos os riscos, desde que começaram a cometer reiteradamente excessos, ficando à mercê dos perigos dos

prazeres do uso de álcool e outras drogas. Expostos à mesa, práticas de governo iluminam seus corpos, intervêm sobre eles na tentativa de produzir mudanças em seus “estilos de vida” rumo à sua qualificação (BAGRICHEVSKY et al., 2010): qualificação desses corpos e dessas vidas. Mediante o poder de inscrever condutas, tais práticas irão decidir entre a animalização desses corpos, caso eles se mantenham não desejando o cuidado e o arreo e, assim, justificar a sua morte; ou entre a reanimação desses falsos vivos, humanizando-os, restabelecendo sua saúde, mediante vigilância cotidiana, inclusive dos próprios corpos sobre si mesmos e, com ela, sua humanidade, permitindo sua ‘integração’ à cidade, ao mundo humano. “Intervir sobre o falso vivo. Somente o Estado pode fazê-lo e deve fazê-lo. Os organismos pertencem ao poder público” (AGAMBEN, 2002, p. 172). Para essa engrenagem funcionar, é preciso reiterar a crença em um Estado provedor de segurança, alcançando, por meio dela, o voluntariado dos corpos desviantes e de seus encarregados diretos, os/as ‘cuidadores/as’: “apenas os humanos podem decidir o que fazer da natureza, e sobretudo os humanos civilizados” (COCCO, 2009, p. 74).

Nessa direção, Passeti (2003, p. 44) assinala a importância do estímulo e do reforço à participação também desses falsos vivos nos jogos de poder: “a participação imperativa faz crer e faz produzir um indivíduo que precisa mostrar que está vivo. Se não estiver segundo a produção [...] está enquanto agente político de participação democrática [...] de todos (vivos e mortos produtivos)”. Num contexto de uma economia social de mercado, da qual todos devem participar, em que as vidas governáveis são vidas de *hominus oeconomicus*, solicitam-se intervenções estatais nas realidades sociais que escapam a esse modo de governo neoliberal. É preciso incluir/intervir para que não haja o ingovernável, para garantir, àquel*s que não possuem condições mínimas de aderirem às novas práticas educativas empreendedoras, um mínimo de possibilidade de adentrarem o jogo do mercado.

Com essa finalidade, corpos desnecessários são administrados por meio de políticas sociais que, “sem tocar em nada do jogo econômico e deixando, por conseguinte, a sociedade se desenvolver como sociedade empresarial, instaurar-se-ia um certo número de mecanismos de intervenção”, sendo a assistência à saúde um deles (FOUCAULT, 2008b, p. 285). Ao Estado pede-se a positividade de uma tarefa que promova a saúde, a direção das condutas, a obediência também de segmentos da população que se encontram fora do jogo. É nesse sentido que a política social se converte em polícia. Por meio da inserção em tais políticas, o Estado intenta fornecer um entorno diretivo que lhes possa permitir viver de

maneira ‘construtiva’, reduzindo, desse modo, a carga que impõem ao resto da sociedade. O objetivo é o de

[...] fazer respeitar “civilidades” elementares e impor o trabalho assalariado desqualificado e mal remunerado àqueles que não o desejem. Trabalho social e policial obedecem assim a uma mesma lógica de controle e re-educação das condutas dos membros fracos ou incompetentes da classe trabalhadora. (WACQUANT, 2001, p. 47).

Dessa forma, pode-se entender o funcionamento das políticas de inclusão nos dias atuais como a produção de investimentos temporários, visando a educar e formar empresários, ou seja, buscando autossuficiência de segmentos da população considerados de risco. Nesse mesmo sentido, o CAPS ad torna-se um lócus pedagógico, preocupado com a modelagem de corpos desnecessários em corpos autônomos, incluídos na reiterada caminhada de alimentação do capital. Nesse serviço, tais corpos são incluídos para serem gerenciados e assim minimizar os riscos que podem oferecer para a população, para o Estado e para si mesmos. Dessa forma, o objetivo de reinserção social transmuta-se no de defesa social.

- [...] Muita gente desenvolve o alcoolismo, mas muita gente faz isso camuflado. Tem muita, muita, muita gente mesmo, vige, que é da alta mesmo, são alcoólatras, não se dão conta que são e nem admitem que são, mas na verdade são até talvez pior do que, ééé, essa turma que anda caindo na rua...

- A turma da maresia.

- Não, eu digo uma turma que anda...

- Liberalmente.

- [...] ficam fechados, tal, inclusos, vai lá e arrocha...

- [...] Para mim, os piores alcoólatras são [...] os encamufados, né? [...] são as pessoas que têm condições. [...] Mas são liberal porque eles têm um motorista dele, ele se embriaga, entra no carro dele e ninguém vê, entendeu? E nós? Eu, entendeu? Porque não tenho condições, não tenho motorista, então na vista da sociedade, eu sou o pior alcoólatra.

- Quem tá usando crack é a classe média.

- Tem um policial mesmo que usa crack, então que pega propina dos vendedores de crack lá no centro [...].

- Mas a discriminação é maior com quem mora na rua, fuma crack, do que com quem é policial.

- Quem mora na rua é mais discriminado mesmo.

- Porque se chegar na rua e ver com latinha, aí já chega batendo na gente.

O que se aponta com esses fragmentos de falas é para a fabricação de corpos que fazem uso excessivo de álcool e outras drogas, como alcoólatras, como ‘crackeiros’, como perigosos que precisam ser ‘contidos’ para não expor a população a riscos. Quando a

contenção é assistencial, esses corpos se transfiguram em doentes que precisam de cuidados, tendem a ser assistidos, submetidos a uma dinâmica institucional. Os corpos carimbados como alcoólatras e crackeiros tendem a ser aqueles que se mantêm fora da borda das/os cidadãs/ãos contribuintes, entendidos, assim, como párias sociais ou como crianças carentes tomadas aos cuidados de serviços benevolentes formadores de cidadania.

Nesse momento de retirada do Estado social, no jogo de uma crise financeira sem precedentes, a única salvação parece vir do apelo ao Estado. Esse suplemento de vida para o consumo 'doador' aos corpos – consumo, inclusive, de políticas públicas – parece ser impossível de ser recusado. Por meio dele, na maioria das vezes, garantido por meio de leis e decretos, tais corpos podem funcionar ou pelo menos almejar viver como sujeitos, cidadãos e cidadãs, produtores/as e/ou consumidores/as, crentes no capital.

A inclusão de corpos não cadastrados nos bancos de crédito no regime de cidadania, entendida como prática governamental visa, então, a incluir os excluídos como tal, trazê-los para espaços de participação e de convivência social. Tal modo de inclusão, operado mediante aproximação física entre os corpos ativos e os não regrados, não permite que se prossiga falando em 'excluídos' – uma vez que 'estes' também compõem os mapas de intervenção estatal, que as ovelhas desgarradas do controle das condutas devem retornar ao rebanho – nem em exclusão de acesso a redes assistenciais (LOPES, 2011).

Lembremos: foi há bem pouco tempo que o uso abusivo e prejudicial de álcool e outras drogas tornou-se problema de saúde pública. Esse tempo coincide com a emergência da necessidade de purificação do povo da qualidade de vida, liberando-o das sombras do desregramento que instalaria, em seu seio, vestígios de animalidade. Assim, entre a demonização e a vitimização d*s usuári*s de álcool e outras drogas, objetiva-se: 1) Deixá-l*s morrer (torturas e extermínios acometem diariamente esses corpos, nas ruas e nos estabelecimentos que servem para sua carceragem tais como hospitais psiquiátricos, delegacias e penitenciárias):

Escolhi a figura de um homem algemado com muita dor. Eu passei por isso lá em Alagoas.

- Quem nunca foi algemado e espancado em delegacia? É natural. Eu fui também.

2) Ou higienizá-l*s (pelo menos alguns poucos, a fim de atestar a ‘bondade humanitária’ das práticas de governo); 3) Ou, ainda, submetê-l*s a um cuidado com ares carcerários salpicado de tortura, instituindo uma revista militar na entrada de um serviço que, em sua ambiência, já guarda uma atmosfera de cadeia.

Registre-se que, em seus primeiros anos, para entrar no CAPS ad, usuáři*s eram revistad*s pelo vigilante posicionado no portão de entrada do serviço, a fim de observar se *s mesm*s entravam com armas e/ou drogas e, assim, barrar a circulação dessas ‘coisas’ no estabelecimento. A revista foi retirada, mas algum*s técnic*s e usuáři*s permanecem, até os dias atuais, solicitando o seu retorno, alegando que essa prática diminuiria a violência dentro do serviço. Na contramão de tal alegação, quando se discute sobre o assunto, técnic*s que vivenciaram o tempo da revista alegam que, naquele período, era mais comum de serem vivenciadas práticas de violência dentro do CAPS, além disso, *s usuáři*s entravam com mais frequência portando armas e/ou drogas, burlando a própria revista. Destaque-se fragmento de fala que aponta a problemática da revista a *s usuáři*s no CAPS ad:

[...] é a tendência de trabalhar com esses usuários num modelo mais punitivo. Então o ad passou a ser, é, um serviço extremamente normativo, rígido e punitivo [...]. Tinha a revista de usuário que ainda tem, mas só que hoje tem de uma forma mais leve e assim, a gente não consegue acabar por mais que a gente queira, porque o próprio usuário chega na assembleia e diz se sentir inseguro porque alguns colegas chegam armados, então a gente sai, quando a gente vê um usuário mais problemático a gente chega mais junto. Então a gente faz assim: ‘o que é que você tem?’ Eu já vi o vigilante fazer assim: ‘O que é que você tem aí no bolso? Vamos ver!’ Mas não é assim, era rígida de tá olhando detalhe mesmo da entrada deles.

Às vezes, muitas vezes, parece que não basta a obediência, é preciso sofrer. “A tortura torna-se hoje uma técnica de controle cada vez mais generalizada, ao mesmo tempo em que se banaliza sempre mais. [...] e simples formas de humilhação (como as revistas corporais) constituem armas comuns no arsenal contemporâneo da tortura.” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 42).

Purificá-los por meio de intervenções sanitárias, aceitando, assim, sua inclusão em alguns pontos delimitados e insulares da rede humana, tais como os CAPS ad, para que possam ter seus corpos organizados, nomeados, cerceando possibilidades de hibridação e nomadismo, classificados na comunidade humana; para que seus corpos possam se conformar ao governo, estando sujeitos a normas disciplinares e de segurança,

diagnosticando-os e educando-os para práticas comportamentais e de vida consideradas de menores riscos.

Nesse sentido, parece ser importante analisar as práticas e as circunstâncias sócio-históricas nas quais as políticas de inclusão e, de modo particular, as políticas de inclusão de usuários de álcool e outras drogas foram gestadas e pelas quais se constituem. Investigar as práticas discursivas e não discursivas que, no seio de tais políticas, tomam os corpos discrepantes como objeto de conhecimento e controle, transfigurando tais políticas em “políticas de identificação e governo das diferenças” (LARROSA; SKLIAR, 2001, p. 12). Nessa direção, a construção includente ou excludente do outro, ou sua inclusão excludente, fazem parte do mesmo dispositivo: o ‘outro’ vitimizado que deve ser socorrido, integrado, cuidado; ou o ‘outro’ demonizado, o qual se deve temer, perseguir, culpar, expulsar. De uma forma ou de outra,

[...] O Outro só aparece em cena como objeto de ação: reparação, regulação, integração e conhecimento; para o Ocidente e para nós, trata-se, antes de tudo, de identificá-lo, de fazê-lo visível e enunciável, de registrar, detectar e diagnosticar suas semelhanças e suas diferenças, de calibrar sua integração, suas ameaças, suas bondades e sua periculosidade, de legislar seus direitos e obrigações, de regular seus agrupamentos, seus deslocamentos, entradas e saídas. E se o buscamos, o desejamos e o necessitamos é em boa medida para isso, para – atuando sobre ele – fazê-lo intérprete, testemunho, réu e prova da nossa universalidade, para que encarne, também ele, nosso olhar, para que em suas palavras ressoe nossa voz e nossa linguagem. (PLACER, 2001, p. 88-89).

E assim, “esse país vai deixando todo mundo preto e o cabelo esticado” (YUKA; JORGE; CAPPELLETI, 2002). Todos nós, corpos marcados por práticas de sujeição, parecemos partilhar desse ódio ao discrepante, parecemos desejar o clarão das marcas, que nos permitem poder-saber-fazer com quem estamos lidando, inclusive no que diz respeito a nós mesmos, aos nossos próprios corpos. E assim, a potência das nossas vidas e dos nossos corpos é capturada por práticas de dominação e posta a trabalhar em seu favor. E assim, vamos mingando, compartilhando dos ‘novos’ ídolos multiculturalismo, diversidade, tolerância às diferenças, direitos humanos, democracia. E assim, seguem os corpos expostos na mesa de azulejos brancos, desejando, pelo menos dentro do CAPS, ser cidadãos da sujeição, uma vez que sua condição dá-se justamente numa conformação a uma série de lógicas e regras de boa conduta, partilhando conosco desejos de servidão. E assim:

[...] o rio da biopolítica, que arrasta consigo a vida do *homo sacer*, corre de modo subterrâneo, mas contínuo. É como se, a partir de certo ponto, todo evento político

decisivo tivesse sempre uma dupla face: os espaços, as liberdades e os direitos que os indivíduos adquirem no seu conflito com os poderes centrais simultaneamente preparam, a cada vez, uma tácita, porém crescente inscrição de suas vidas na ordem estatal, oferecendo assim uma nova e mais temível instância de poder. (AGAMBEN, 2002, p. 127).

Nesse contexto, práticas de saúde e práticas de pesquisa são facilmente transmutadas em práticas de sequestro. Inquietam-se com a noite dos corpos e, por isso, almejam retirá-los de qualquer zona de sombra. Sobre a mesa branca ou, numa assepsia maior que evitaria ainda mais o contágio, observando-os pelo vidro: a sala em que trabalhador*s costumam passar a maior parte de seu tempo dentro do serviço tem um vidro na parede que dá justamente para o vão onde ficam as mesas. A esse respeito, destaquem-se os seguintes fragmentos de fala:

O prefeito não disse que era para terminar com os manicômios? E por que eles ficam tudo ali na sala e a gente aqui fora? O que é isso rapaz, coloque gente que sabe trabalhar aqui! Eles não sabem não. A prática é aqui no cotidiano e não ali no ar-condicionado.

Tem uma hora que tem tanta coisa para fazer [...]. Os técnicos entram na sala e ficam fechados dentro da sala. E aí é claro o usuário vai entender do jeito dele, vai entender 'Poxa, o cara não vem aqui, o cara não cuida' ou 'o cara age com preconceito'. E assim, claro que também é uma defesa do técnico de chegar e se trepar na sala já que tem tanta coisa para fazer e aí não precisa tá lá.

'Técnicas de aquário' exercitam, então, poder sobre corpos usuários de álcool, outras drogas e de CAPS. Tais práticas incitam contornos, definições, confissões, identidades corporais, produzem sujeitos. Ali, a carne viva (muitas vezes 'em' carne viva) da escuridão ganha contornos corporais, conformando-se à sujeição da claridade, como refere Baptista (2010, p. 104):

[...]. Na noite onde eles habitavam, nada era um, nenhuma diferença se eternizava, nenhuma forma vivia em paz; existiria apenas uma força que nunca ousava dizer seu nome ou sua origem. Delitos, sofrimentos, comportamentos desviantes, sexualidades, ilustrariam a cintilância da verdade encarnada nos agora indivíduos ou sujeitos. Do efeito deste fulgor, um eu concentra, confessa, exhibe a potência do seu contorno. [...] a razão médica, psicológica, jurídica faz falar o que antes era um possível silêncio, um provável ainda não, um por vir, um nada, ou o que a luz da razão não suporta quando confrontada pelo seu próprio brilho. [...] histórias são contadas dissipando a impertinência ou o incômodo do inominável. Seria inocente este aniquilamento?

Quando luz demais parece cegar, quando corpos guiados por saberes e fazeres protocolares e burocratizados esvaem-se em apatia e desânimo, esboça-se um terreno em

que usuári*s e trabalhador*s encurralad*s, uns no calor em cima das mesas, outros em suas salas com ar-condicionado, têm suas pupilas desgastadas. Um*s passam os dias ali “sem fazer nada”:

Gasto dinheiro que eu não tenho, pago passagem para fazer o quê? Por exemplo, hoje não teve oficina. Passamos o dia todinho só sentindo calor, de oito às onze, todo mundo aqui sem fazer nada.

Eu vejo que é um problema que está incomodando muito os usuários. [...] toda vez que eu vejo eles falando, em toda roda que tem... que é da falta de oficinas, que é um componente muito importante do CAPS, pro tratamento.

Outr*s seguem “apagando incêndios” e “enxugando gelo”:

Eu acho extremamente desorganizado o serviço, desde a estrutura do serviço, a parte física, quanto os processos de trabalho. Eu fiquei doente semana passada, quatro dias. Quando eu chego, parece que o mundo de trabalho ficou. Então, assim, parece que as coisas não escoam. E aí as coisas sempre se acumulam. E as tarefas, é... a gente não consegue finalizar as coisas. Por exemplo, a oficina que era pra acontecer, não aconteceu. E aí não acontece e então desorganiza o trabalho do restante. E a gente fica aqui apagando incêndio, e aí chega uma hora que a gente paralisa.

[...]. É... sinto um pouco a ausência de um alinhamento das pessoas que trabalham aqui... E aí também dos profissionais com a coordenação, que acaba... acaba tornando o trabalho um pouco difícil no sentido que você tá tentando resolver algumas situações, é, que... acabam virando rotineiras, sendo que poderiam ser menos desgastantes se tivesse um planejamento, um certo fluxo. E eu acho que esse tipo de coisa acaba desgastando o trabalho.

Do meu ponto de vista é como se você fosse para a guerra com uma faca e o adversário vem com metralhadora, bazuca, tanque de guerra! Eu acho que a gente oferta uma coisa, mas que talvez não dê conta do tamanho da problemática. Por que eu acho que a problemática em si, né?, tem que colocar isso em questão, não é nada simples, requer um alinhamento de várias políticas públicas, fica muito focado só no CAPS ad e no PRD.

Eu acho que o caso todo é assim, de que... de que tudo que a gente tá fazendo já é caô. Eu percebo mais isso pelas falas, não tanto por funcionários aqui do CAPS ad, mas a gente teve um acolhimento para a rede toda e eu já senti um pouco isso e no outro trabalho também, eu escuto também a mesma coisa. Parece que sempre... que nunca... o corpo técnico é suficiente para demanda que existe, sempre acaba virando esse trabalho de enxugar gelo, de apagar incêndio. Não se consegue reforma, tá faltando até produto de limpeza e papel higiênico.

A impressão que dá é que o setor público em alguns pontos não dá conta da demanda. [...] A gente tem a impressão de que sempre poderia ir mais, né?

[...] como a gente idealiza, de como a gente pensa, de como a gente vê... que se tivesse um investimento, poderia, né?, trazer mais resultados, só que esse investimento nunca chega, nem o outro serviço que eu trabalho, os dois tão enxugando gelo.

Passar os dias ‘sem fazer nada’ ou ‘apagando incêndios’ e ‘enxugando gelo’ – seria inocente tal aniquilamento (BAPTISTA, 2010)? A precariedade das políticas públicas, o sucateamento e os *ensimesmamentos* dos serviços públicos e seus cotidianos, a falta de investimentos, a má remuneração d*s que ali trabalham não parecem ser algo que se dá ‘ao acaso’. Ao contrário, parece tratar-se de ‘uma improdutividade produtiva’, ou seja, da instauração proposital de um dado modo de funcionamento de uma política social que deve servir a corpos desnecessários, àqueles que não fazem parte dos bancos de dados dos cartões de crédito, do rebanho de homens e mulheres endividados/as.

Como produzir linhas de escape desse registro? Por que não ousar ir de encontro a esse aniquilamento ‘inocente’, mergulhando na noite dos corpos, habitando zonas de sombras que se perfilam no corpo do serviço, das práticas de cuidado que ali se gestam, dos habitantes que ali circulam, técnic*s e usuári*s? Por que não abdicar do desejo de clareá-las sob a mesa de azulejos brancos? Por que não, bem ali no mercado de carnes, experimentar a abertura de corpos que desejam mais do que se conformar a práticas de sujeição, corpos prenhes de invenção, que desejam outras experimentações? “Essas vidas, por que não ir escutá-las lá onde, por elas próprias, elas falam?” (FOUCAULT, 2006a, p. 208).

A procura suada embaixo das telhas de Eternit, tecida por alegres encontros, mesmo fortuitos, com corpos habitantes de tais políticas, a busca daquela menina transmutada em trabalhadora, gestora, pesquisadora compósita por entre a política de saúde mental aracajuana e o seu mandato de cuidar de corpos usuários de álcool e outras drogas, seu rastreio é por outros modos de funcionamento inscritos em tais políticas, por pontos de resistência à conformidade das condutas, à submissão das subjetividades. Pontos de resistência pululam nas brechas de um cotidiano chapado, nas brechas de corpos feitos de apatia. Bem ali no mercado de carnes, naqueles instantes lampejantes, corpos se abrem, encarnando outros modos de subjetivação, outras maneiras de viver, de conviver que não os prescritos pelas práticas de governo.

Ali, pequenas bolhas de ar suspensas na terra árida da biopolítica neoliberal parecem se formar e fazer respirar, pedindo passagem para outros modos de cuidar e de educar, próximos do que Foucault (2006c), a partir do pensamento grego clássico, denominou *tékne*

toû bíou. Ou seja, um cuidado-educação engajado com a constituição de um *ethos*, a partir da abertura dos corpos para os acontecimentos da vida. Em vez de uma fôrma de ação⁵⁸, um dar forma à vida, uma educação para a vida, entendida como exercício, como prova, como experimentação com força para transfigurar sobrevidas, a vida nua, a *zoé* da qual o governo biopolítico se vale, em vidas que assumem o risco de respirar outros ares menos rarefeitos, constituindo maneiras de viver singulares. Bem ali, funcionando à deriva de formas de sujeição, forjam-se (re)existências... (re)existências da clínica, dos corpos, da vida em regiões fronteiriças e limiares:

As resistências na sociedade de controles contínuos e de comunicação constante ocupam pequenos espaços, promovem minúsculos acontecimentos no limiar de experimentações para além da borda. Esses espaços são compostos de forças vivas e também por acúmulo de desgastes. Trazem consigo apenas reservas de vida e de morte, presença do rompimento inevitável com o uniforme, o consenso e o comum. (PASSETTI, 2009, p. 131).

Um corpo se fez pesquisa por meio do objetivo de “marcar a singularidade dos acontecimentos [...] espreitá-los lá onde menos se esperava” (FOUCAULT, 2001b, p. 15); seguir linhas que irrompem na cena instituída a partir de encontros, relações, afetos e desafetos, problemas que acontecem no cotidiano. Num indispensável demorar-se, farejar o cotidiano e, imerso nele, buscar por insurgências dessas reservas de vida e de morte, matéria-prima para a tessitura de modos de viver e de cuidar desatados de diagramas de poder, não previstos por lei nem pelo modelo psicossocial. Modos estes que se gestam em pausas, nos intervalos de domínio da biopolítica, num espaço alheio ao Estado, à sociedade civil, ao mercado.

Um corpo se fez escrita na procura por essas surpresas, fagulhas cintilantes que agitam o campo de vivências inscritas num CAPS ad, fagulhas que, se encarnadas, podem abrir o corpo e a vida, de modo a não se prosseguir apenas vivo. Foi assim que um corpo se fez pesquisa e escrita com outros corpos: na tentativa de também resistir a inscrições de condutas, buscando por ensaios de existência. O trajeto foi, então, o de escutar e compor com saberes, fazeres e verdades singulares, escritos mediante experimentação de corpos engajados – mesmo que por instantes, mesmo que uma ínfima parte neles –, logo ali entre política e ética, num empreendimento de (des)aprendizagem, de (des)subjetivação, de transvaloração, que os seduzem ao descaminho, abrindo-os para rotas e paisagens noturnas

⁵⁸ Expressão utilizada por Elizabeth Barros (2005), cunhada por Ana Heckert.

(FOUCAULT, 2006c). Bem ali, no meio da noite, o escuro abriga uivos de cães e vozes do vento (RICARDO; MENDONÇA, 1999).

Falas disparatas: *“Meu dia a dia é só comer e tomar cachaça”*. *“Tudo se passa como se o corpo não tivesse mais agente para fazê-lo ficar direito, organizado ou ativo”* (PELBART, 2004, p. 143). Depois de ter quebrado as duas pernas em 2008, inspirado na malandragem do cavalo do Pica-Pau, intitula-se Pé de Pano. Sai e volta com um bodinho⁵⁹. Gestos desatinados que extravasam por todos os lados qualquer nomenclatura e inscrição num quadro de condutas reguladas. Posturas sem sentido, intenção ou finalidade, *“extraviadas’, inumanas, disformes, solitárias, com sua presença impalpável e peso de chumbo”* (ibidem, p. 143): sorrindo e parecendo uivar, urrar, continuamente gesticula mãos cortando o pescoço. *“Eu vagabundo, eu... Eu sou um invisível, um inútil. Não sei, eu sou o vento”*, e *“o vento experimenta o que irá fazer com sua liberdade”*⁶⁰. Clarice Lispector diria que liberdade é pouco, ela queria o inominável que se faz quando o vento chama a liberdade para dançar. Se é tão difícil seguir o vento, ao menos escutar suas vozes, senti-lo passar, dando passagem... Nesses tempos de corpos blindados com armaduras identitárias até o último fio de cabelo, de identidades como próteses de corpos organizados, vale se sentir convocad* pelo experimentar foucaultiano, que diz justamente do risco cheio de centelhas de fagulhas saltitantes de abrir-se, de *“abrir o corpo”* (PARAÍSO, 2011), de, nas brechas de mecanismos governamentais, fazer um corpo com peles mestiças de cão, lobisomem, vento, mar...

Num momento em que a recusa maior do arranjo governamental é para o que há de fera em cada um de nós, talvez vidas destinadas ao desaparecimento possam deixar trilhas para descaminhos. Talvez os corpos infames em cima das mesas brancas, esses seres das ruas, das calçadas, das sarjetas, das noites possam deixar pistas para a tessitura de uma ética da escuridão, em que corpos e vidas podem se abrir ao impossível, ao invivível, ao inominável e ao ilocalizável (FOUCAULT, 2010a). Escavar o desgaste, *“o disparate, a dor, o acontecimento que no gume de seu instante pede significação, muda uma vida, começa a tecer um sujeito”* (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 123), experiências-limite vividas na carne de corpos que habitam o CAPS ad em vez de aniquilá-las, expondo-as ao poder. Num momento em que uma subjetivação pelo medo do contágio se re-edita, desejando purificação, talvez seja possível (re)existir pelo contágio, pela mestiçagem com corpos

⁵⁹ Cachaça ‘barata’ vendida em garrafa de água mineral.

⁶⁰ Guimarães Rosa, poema ‘Turbulência’, de 1936.

andarilhos, com o que de andarilho insiste, resiste em povoar (nossos) corpos. (Des)aprendendo com a noite dos corpos, talvez, quem sabe, se possa injetar vida no CAPS, quem sabe esse serviço e a sobrevivência produzida pela economia social mercadológica possam farejar outros (im)possíveis que não o do regramento econômico-estatal das condutas de usuários/as e trabalhadores/as, que não o da segregação entre mesas e aquários, que não o da hierarquização de seus corpos confinados em identidades de gênero. Vai vida, sopra com força, devesse vento; devesse mar, inunda, rebenta suas represas...



3 CUIDADO COM OS CORPOS INFAMES

No início dos anos 1980, em um dado momento do desenvolvimento de suas pesquisas, na busca por caminhos para extrapolar a crítica de que o sujeito por ele pensado seria efeito apenas de relações de dominação, Foucault (2008a, 2008b, 2006c, 2011) fez um deslocamento na chave de compreensão das relações de poder, entendendo-as, a partir de então, como relações de governo:

[...] tentei esboçar um pouco essa noção de governo que me pareceu ser muito mais operatória que a noção de poder; governo entendido seguramente não no sentido restrito e atual de instância suprema de decisões executivas e administrativas em um sistema estatal, mas no sentido largo e antigo de mecanismos e procedimentos destinados a conduzir os homens, a dirigir a conduta dos homens, a conduzir a conduta dos homens. (FOUCAULT, 2011, p. 53).

Em outras palavras, como se encarregar dos indivíduos e da população, como intervir sobre estes de modo a dirigir suas condutas, como, enfim, gerir suas vidas, isto é assunto de governo, de um governo entendido como arte de gerir condutas humanas. Como já apontado no capítulo anterior, foi justamente no quadro geral dessa noção de governo como operador analítico das relações de poder que o autor pensou o nascimento da racionalidade do Estado moderno (idem, 2008a), bem como a emergência do (neo)liberalismo (idem, 2008b), entendendo-os como artes de governar, como certas maneiras de governar. Para fazer a condução das condutas humanas, tais artes ancoraram-se – e ainda ancoram-se – em técnicas inspiradas na experiência milenar do pastorado cristão: “o pastorado esboça o prelúdio da governamentalidade pela constituição específica de um sujeito que é sujeitado em redes específicas de obediência, que é subjetivado pela extração da verdade que lhe é imposta” (idem, 2008a, p. 243). “Não é o poder, mas o sujeito que constitui o tema geral de minha pesquisa” (idem, 2010b, p. 274).

“O homem ocidental aprendeu, durante milênios, a se considerar uma ovelha entre ovelhas”, sob a condução de pastores (idem, 2008a, p. 174). “O poder pastoral é sem dúvida algo de que ainda não nos libertamos” (ibidem, p. 197). Dito de outro modo, o elemento-chave para fazer a gestão estatal e (neo)liberal das condutas de uma forma eficaz já foi dado pelo exercício de poder pastoral: produzir subjetividades⁶¹ obedientes às finalidades da

⁶¹ “Minhas atividades profissionais no campo da psicopatologia e da psicoterapia, assim como meus engajamentos político e cultural levaram-me a enfatizar cada vez mais a subjetividade enquanto produzida por

economia de poder. Arte de governar entendida, assim, como arte de fazer-se obedecer, eis porque Foucault (2008a) afirma que no poder pastoral encontrava-se o germe embrionário da governamentalidade.

No terreno da governamentalidade, o consentimento daqueles sobre os quais o poder é exercido é fundamental para a legitimidade e o funcionamento do exercício de poder. Dessa forma, o objetivo das práticas governamentais é indexar o exercício do poder sobre a racionalidade dos governados, sobre suas subjetividades. Tal indexação “só será possível se a racionalidade do governado estiver, de algum modo, ajustada ou disposta para a produção de obediência” (AVELINO, 2011, p. 31), para a produção de submissão das subjetividades ao exercício do poder.

Todavia, nesse quadro, o governo das condutas humanas vai exigir não somente atos de obediência e de submissão, mas também atos de verdade, ou seja, um governo das condutas pela manifestação da verdade sob a forma da subjetividade. Em outras palavras, gesta-se um exercício de poder que, ancorando-se em procedimentos pastorais, vai permanecer e atualizar a exigência de que os indivíduos não somente obedeçam, mas sejam obrigados a manifestar em verdade aquilo que são, que digam, que confessem obstinadamente: “eis aquilo que eu sou, eu que obedeço” (FOUCAULT, 2011, p. 76) ou, em versões mais atuais, em que se prima pela produção de bioidentidades (ORTEGA, 2008), ‘mostro-lhes o meu corpo, aquilo que sou, eu que obedeço e participo’. Está-se, pois, falando de reedições de uma sujeição por individualização⁶², de “uma nova forma de poder pastoral” (FOUCAULT, 2010b, p. 281) que prossegue com a procura obstinada de produzir verdades sobre a alma-consciência, o corpo individual e social e, assim, obter capacidade de dirigir as condutas.

Trata-se, pois, de uma forma de poder que subjuga e sujeita, “que faz dos indivíduos, sujeitos [...] ao outro através do controle e da dependência e ligados à sua própria

instâncias individuais, coletivas e institucionais. Considerar a subjetividade sob o ângulo de sua produção [...]. A subjetividade é plural, polifônica, [...] não conhece nenhuma instância dominante de determinação”, ao contrário, uma heterogeneidade de componentes concorrem para sua produção (GUATTARI, 2000, p. 11).

⁶² Destaque-se que desde o pastorado – atualizando-se em técnicas biomédicas, ‘psi’, pedagógicas, bem como de constituição de sujeitos com vontade democrática – a confissão inscreveu-se no seio dos procedimentos de individualização pelo poder político: “a confissão passou a ser uma das técnicas mais altamente valorizada para produzir a verdade. Desde então, nos tornamos uma sociedade singularmente confessanda. [...] confessa-se em público, em particular, aos pais, aos educadores, ao médico, àqueles a quem se ama; fazem-se a si próprios, no prazer e na dor, confissões impossíveis de confiar a outrem, com o que se produzem livros. Confessa-se, ou se é forçado a confessar. Quando a confissão não é espontânea ou imposta por algum imperativo interior, é extorquida: desencavam-na na alma ou arrancam-na ao corpo” (FOUCAULT, 2001a, p. 59).

identidade através de uma consciência ou autoconhecimento” (FOUCAULT, 2010b, p. 278). Duplo sentido de sujeito: “sujeito em uma relação de poder, sujeito em uma manifestação de verdade” (FOUCAULT, 2011, p. 74). E é justamente no momento em que somos chamados a nos constituir como sujeitos, sujeitados a tais exercícios de poder, que “aceitamos o império dos discursos científicos e não científicos que têm por função revelar aquilo o que verdadeiramente somos” (AVELINO, 2011, p. 35). Produzem-se, assim, sujeitos vinculados à verdade do poder. Em última análise, essa racionalidade política “introduziu a exigência, tornada indispensável para o exercício de poder, desse elemento que precedentemente tinha pouca importância: o Sujeito” (ibidem, p. 29).

Na medida em que se trata do esboço e da atualização de uma forma de poder que se configura como uma atividade cuja indexação depende de uma subjetividade, de um eu, um si, pode-se dizer que a governamentalidade tem sua força localizada na tomada de poder sobre a subjetividade (GUATTARI; ROLNIK, 2000). Ou seja, entende-se governamentalidade como uma economia de produção de subjetividades entre Estado e mercado. Disso decorre a alegação foucaultiana (2006c, p. 306) de que “a reflexão sobre a noção de governamentalidade [...] não pode deixar de passar, teórica e praticamente, pelo âmbito de um sujeito que seria definido pela relação de si para consigo”. Há, assim, um encadeamento entre poder, governo e si mesmo: “não há produção de obediência possível sem tecnologias de si, [...] práticas de relação de si consigo produtoras de estados de obediência” (AVELINO, 2011, p. 32). Em outros termos, para realizar a governamentalização das condutas humanas, são necessárias tecnologias de si responsáveis por capturar e produzir certas relações de si para consigo, ancoradas em certas verdades sobre os sujeitos, seus corpos e suas condutas. Lembremos que, em tempos de capitalismo financeiro, o grande clarão de verdade é a fórmula empresa como bula para as condutas humanas.

No sentido aqui exposto da governamentalidade como uma economia de produção de subjetividades, pode-se pensar a condução das condutas como um problema pedagógico; pode-se entender o governo das condutas como se desenvolvendo a partir do acionamento de procedimentos pedagógicos. Na medida em que são necessários investimentos educacionais⁶³ para formar sujeitos governáveis, que, nos dias atuais, se traduzem em

⁶³ Vale dizer que, neste texto, entende-se que tais investimentos educacionais são compostos por todo um conjunto de processos por meio dos quais indivíduos são transformados em sujeitos de uma determinada cultura, em terrenos de capitalismo financeiro, em sujeitos de uma dada cultura somático-empresarial. Tornar-se sujeito dessa cultura envolve um complexo de processos de ensino e de aprendizagem que permeiam

empresários de si ou, ainda, para (re)formar ingovernáveis extraviados, na tentativa de inscrever suas condutas no modelo econômico de existência, o governo das condutas parece traduzir-se em uma pedagogia das condutas.

Em outros termos, é preciso formar capital humano: “é muito mais do lado do adquirido, ou seja, da constituição mais ou menos voluntária de um capital humano no curso da vida dos indivíduos, que se colocam todos os problemas” (FOUCAULT, 2008b, p. 315), requerendo-se, assim, o acionamento de um Estado e de um mercado pedagogos: é preciso produzir fôrmas de ação, ensinar aos indivíduos e à população as condutas concernentes aos jogos de poder. Nesse sentido, se há intervencionismo social permanente e multiforme é justamente como “condição histórica e social de possibilidade para uma economia de mercado” (ibidem, p. 222): uma vez que é preciso formar capital-competência com vistas à “formalização da sociedade com base no modelo da empresa” (ibidem, p. 222), “uma sociedade feita de unidades-empresas” (ibidem, p. 310), deve-se produzir condutas governáveis, ou seja, tais condutas devem traduzir-se em condutas econômicas. Nessa direção, todas as questões de seguridade, de higiene pública, de proteção à saúde e ao bem-estar, de assistência, todas as políticas sociais e seus serviços são entendidos como elementos com possibilidade de incrementar o capital humano, ou seja, como elementos pedagógicos: “porque é preciso ser assim assado” (RICARDO; MENDONÇA, 1999), porque é preciso formar empresários/as de si mesmos/as, porque é preciso alimentar o capital com vidas humanas.

3.1 Para se conduzir condutas: de como projetos terapêuticos transmutam-se em projetos pedagógicos

Eu acho que a rotina, os regimes de atendimento têm que ser preenchidos com atividades terapêuticas, pedagógicas.⁶⁴

O entendimento do governo das condutas como pedagogia parece oferecer uma pista importante para analisar o funcionamento de CAPS ad, em particular, no qual se desenvolveu a pesquisa: o serviço, seu espaço, as prescrições clínico-institucionais que o

muitas instâncias e dimensões da vida em sociedade. Em outras palavras, não se separa aqui educação de socialização.

⁶⁴ Talvez seja importante lembrar novamente de que o uso de outra formatação, com grifo em itálico, foi feito na tese para indicar quando se trata de fragmentos de fala do campo.

regem, as diferentes atividades ali realizadas, as relações entre as pessoas que vivem, convivem e ali circulam, o modo como elas se comportam ali dentro, os saberes e fazeres que ali se desenvolvem, o cuidado ali oferecido, os projetos terapêuticos ali construídos parecem operar como pedagogias, como elementos formadores de condutas: gestos são inscritos nos corpos, processos de ensino-aprendizagem ali se tecem, organizando corpos, constituindo sujeitos⁶⁵, ou seja, formando profissionais⁶⁶ e usuários/as, personagens que ali se encontram, “cada um com uma função, um lugar, um rosto bem-definido” (FOUCAULT, 2010b, p. 285-286).

Perspectivado desse modo, o CAPS ad parece constituir-se como “um território de *ensino*”, tomando-se o ensinar como um processo que diz respeito à transmissão de informação, oferta, explicação, exposição, apresentação de conteúdos, conhecimentos, saberes e fazeres, conceitos, habilidades, competências, culturas, valores, modos de ser e de viver, condutas. Em outros termos, na medida em que ensinar se refere a um processo por meio do qual se busca governar condutas, produzir certas práticas, normalizar, hierarquizar, dividir sujeitos (quem sabe e quem não sabe, quem tem boa saúde e quem está doente, quem segue e quem não segue regras de conduta), o CAPS ad aparece como um território de ensino (PARAÍSO, 2011). Mas o que esse serviço ensina?

O que um serviço localizado num ambiente extremamente quente ensina, quando se tem refrigeradores de ar funcionando ‘a pleno vapor’ nas salas de profissionais? Técnico*s na sala com ar-condicionado, coordenação em outra, técnico*s do Projeto de Redução de Danos em outra – essa localizada ao fundo do serviço –, usuário*s em cima das mesas. O que tal disposição ensina?

O que “*a falta de uma boa limpeza*” ensina a profissionais e usuário*s que ali habitam?

Quando eu cheguei, uma outra coisa que foi muito complicada era que eu me deparei, que pra mim é muito pobre até hoje, é com a questão da higiene. Porque desde que eu cheguei nesse CAPS, a higiene dele é precária. [...] Esse aqui é um ambiente que a gente já naturalizou dessa forma.

A sujeira é de falta de uma boa limpeza, sabe? Não é sujeira de sujo, de lugar onde transitam pessoas, é sujeira incrustada. Eu acho aquele lugar

⁶⁵ “Você será organizado, você será um organismo, articulará seu corpo – senão será um depravado. Você será significativo e significado, intérprete e interpretado – senão será desviante. Você será sujeito e, como tal, fixado, sujeito de enunciação rebatido sobre um sujeito de enunciado – senão você será apenas um vagabundo.” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 22).

⁶⁶ Vide nota 3.

muito feio. A única coisa que não consigo pensar é que ali é um serviço de saúde. É um lugar largado, como se fosse um vão, assim... um vão. [...] Se tem um espaço gigante desses e as oficinas acontecem em salas apertadas, muito pequenas, fedorentas, porque são salas fechadas, e aí junta a sujeira com o cheiro de bebida e de azedo. E não é falta de espaço, sabe?

O que a falta de planejamento e encaminhamentos ensina?

Eu tenho a sensação de que a gente não consegue fechar nada. [...] tem que ter algum direcionamento, tem que ter algo para gente seguir e que a gente compartilhe e que a partir disso a gente feche as coisas, encaminhe. Ô palavra boa: ‘encaminhar’.

Por que, assim, você abre o serviço, joga os profissionais e salve-se quem puder, arrume suas estratégias emocionais de sobreviver nisso, entendeu? Seja usuário também e vamos vivendo! [...] você vem com o objetivo de desenvolver um trabalho sério e não consegue, alguma coisa tá errado e tal e aí você se sente frustrado, né?

- E aí você se sente humilhado o tempo todo. [...] tem toda uma questão salarial mesmo. [...] porque é um trabalho social, é um trabalho de mulher, que são trabalhos mal remunerados geralmente. [...] O fato da gente tá aqui se matando, se matando, todo dia enxugando gelo e quando vê que não funciona, vem alguém de lá de cima, de longe e diz: ‘Você não tá fazendo seu trabalho direito’. Isso tudo é situação de humilhação. Você tá sofrendo todo dia.

Às vezes a gente tem a sensação que às vezes a gente trabalha, trabalha e esse trabalho não dá resultado. Então acontece tudo de uma vez e você não dá conta. Eu tenho essa sensação de culpa às vezes.

Uma das coisas que eu sinto hoje é que a gente poderia, hoje, era pra gente estar em outro nível de cuidado e tratamento aqui, que a gente não tá nem perto ainda de alcançar, porque infelizmente é... tem uma parte aí que tá solta e aí inviabiliza que a gente vá partir pra isso, cê tá entendendo? [...] E aí claro têm dias que eu me sinto naqueles dias que você, bom... boto um atestado⁶⁷ de três dias, não vou de jeito nenhum.

As pessoas sempre estão adoecendo, aquelas que mais gostavam de trabalhar aqui saindo, as oficinas vão deixando de acontecer e mais uma vez estamos passando por cima. O método aqui é extirpar todos os problemas. Vai chegar o momento de extirpar uma equipe inteira. Dois da equipe nova já saíram, usuário problemático também. A gente vai continuar se cortando até quando? [...] Mudaram os atores, mas o texto é o mesmo, só estamos repetindo.

A ausência de um cuidado em rede, o que ensina?

⁶⁷ Em 2012, no primeiro semestre, no mês em que frequentei o CAPS ad durante todas as semanas para ‘complementar’ o desenvolvimento da pesquisa, atestados eram recorrentes, registrados em livro de ocorrência. Em apenas um dia, encontrei quatro registros de afastamentos acompanhados de atestado médico, três tratavam-se de licenças por 15 dias.

Porque eu acho que a gente não pode ficar só aceitando, não, só como receptor, não. Então assim, às vezes fica muito difícil, porque é muito complicado exatamente isso: seu trabalho, você não tem como dar conta sozinho. Porque não adianta. [...] É todo um contexto. Então, se essas partes, né?, não conseguem se somar, é claro que a sua prática acaba ficando esvaziada. [...]. Nesse espaço CAPS, como um ponto dessa relação, desses componentes. [...]. Ninguém enxerga outra coisa sem ser o cuidado, sem ser o CAPS. [...] Mas CAPS não é tudo! [...] Eu acho que só o CAPS e o PRD é que acaba absorvendo o usuário enquanto objeto seu, os outros é... jogam pra gente. [...] Aí essa rede, ela fica fragmentada.

[...] você vê como a coisa não se articula direito, né? Você entra numa de 'então deixe eu resolver' e, quando você vê, você tá tomando conta daqui e você tá impedindo que aquilo se resolva... porque você não está se articulando com a rede.

- Aquilo se resolva... e você está se desgastando, se desgastando... e tem uma hora que estourando.

Culpabilização e individualização, como já mencionado, são instrumentos importantes na tomada de poder sobre as subjetividades (GUATTARI; ROLNIK, 2000). Em contraposição à proposta central de qualquer CAPS de se produzir um cuidado territorial e em rede, “desse cuidado ser essa relação com o território, esse cuidado na comunidade”, a tendência apontada é de isolamento das equipes do CAPS ad e do PRD na assistência à problemática complexa do uso abusivo e prejudicial de álcool e outras drogas. O acúmulo de tarefas junto à exigência de flexibilização das práticas profissionais parece, assim, compor com o próprio funcionamento da racionalidade (neo)liberal e sua política do abandono concentrado, produzindo grandes contingentes populacionais desassistidos e, ao seu lado, profissionais empresários/as de si que creem poder resolver seus problemas para logo ali, ao dobrarem a esquina do cuidado produzido, quando percebem reiteradamente que não conseguem, se culpabilizarem e se frustrarem. Desse modo, “a vida coletiva serializada pode se tornar de uma tristeza desesperadora tanto para os doentes como para os ‘técnicos’” (GUATTARI, 2000, p. 189). “Um ponto sobre o qual jamais se insistirá o bastante é que os médicos, enfermeiros, técnicos em geral, os psiquiatras e psicólogos são igualmente tomados pelo estado de coisa atual, onde doentes e funcionários morrem literalmente de tédio” (GUATTARI, 2000, p. 199). Ao lado da onipotência do/a profissional empresário/a de si, colada ao ‘modo de ser indivíduo’⁶⁸, instala-se a culpa: “por se julgar iluminado, culpa-se, entendendo que tem obrigação de chegar à resolução do problema” (COIMBRA;

⁶⁸ Termo utilizado por Coimbra e Nascimento (2007), cunhado por Regina Benevides Barros de Barros.

NASCIMENTO, 2007, p. 33), para logo em seguida cair no horizonte da frustração, da apatia, do cansaço, do passar os dias engolindo sapo...

Eu tou cansado, sem combustível
 Eu tou sensível, tou suscetível ao meu estado, ao meu
 desgaste
 Eu pago o preço do combustível, eu pago o preço
 De ser sensível, ser suscetível ao meu cansaço
 [...]
 Tou engolindo sapo, tou engolindo sapo.
 Não vejo a hora de estourar. Esse nó na garganta vai
 desatar
 [...]
 Na minha mão nenhuma garantia
 Mas como não tou só nessa peleja, me recolho, me
 acalmo, me dou de bandeja
 E por enquanto
 Tou engolindo sapo
 (SANT'ANNA; LITINHA, 2010).

Nesse espaço, profissionais engolidor*s de sapo e encharcad*s de tédio se encontram com usuári*s também entediad*s, que parecem se dar de bandeja sob as mesas brancas. O que mesmo um serviço de saúde localizado no antigo mercado municipal de carnes, com as mesas em que se costumava expô-las ainda ali, agora com usuári*s 'passando o dia' em cima delas, ensina?

Fico pensando que não é à toa o CAPS ad funcionar aqui. [...] Por que, pelo menos, não retiraram as mesas? Se esse local, essa ambiência me faz me sentir desprezada como trabalhadora de saúde, imagine o usuário...

Tem dias que a gente fica esperando só a hora de ir embora. Fica naquele calor e não faz nada.

- Tem várias atividades aqui que não tá existindo como antigamente. Não tem futebol, serigrafia, passeio ao ar livre. A única oficina que tá tendo aqui é de papel, sei lá o quê, só artesanato.

- E filme.

- E dormir.

- Vem só dormir e comer. Você fica com a cara mexendo o dia todo.

- [...] o CAPS dava gosto. Ninguém ficava aqui parado no corredor não, não tinha essa possibilidade. [...] perdeu a qualidade. Dá vontade até de ir embora.

- E ainda tem de gastar passagem.

- Para mim, é muito difícil chegar do local que eu moro pra cá e ficar sem fazer nada, né? [...] e não ter nada pra fazer, é melhor ficar em casa.

- Outra coisa que significa é a passagem, né mermão? Eu mesmo, eu mesmo fico gastando do bolso pra quando chegar aqui e não fazer nada.

Eu sou nova no serviço, mas na realidade aquela oferta ali [aponta para um quadro de quase dois metros de largura e comprimento, pregado numa parede, em que consta a oferta de atividades por dia da semana e turno] não existe. E aí acaba acontecendo isso ói [aponta para as mesas e os usuários sentados em cima delas].

O serviço é conformado de um jeito que parece que entrando pela porta você já está em tratamento. Não importa muito o que foi fazer lá, ir ao CAPS já é o tratamento.

- Agora essa questão das oficinas que aqui é o que estrutura mais, não é que ocupe o tempo deles, mas é o que faz também eles vincularem. Porque se ele vem pra ficar a manhã toda ali no pátio sem fazer nada e sai, vai vincular no serviço? É como eu tava no treinamento, o professor falou que tava inaugurando uma creche. Eu achei assim meio... que vem pra cá, nham nham e tchau.

- Pegou pesado! Podia ser centro de convivência, mas creche infantilizou mesmo o usuário.

Aqui é o seguinte: muitos irmãos aqui moram na rua e não consegue se livrar das drogas. Por isso eles discriminam muito. A gente pra eles é um pedaço de toco, eu fico só vendo de longe. [...] Como é que um técnico chama um usuário pra fora pra brigar e quer melhora? Como é que outro diz que é foda acordar seis horas da manhã para vir cuidar de pessoas que ficaram na farrá a noite toda bebendo e usando droga? O que é isso, rapaz? É igual mensalão, acaba tudo em pizza. Lazer não vejo nada aqui, não. Venho pra ver se tem alguma melhora. Que oficina é essa? É só conversa fiada. Fazem o usuário brincar que nem criança⁶⁹. Se o cara vem aqui e tivesse a felicidade de fazer alguma coisa, uma computaria, um teatro, como já teve. Mas não tem nada. Fica um olhando pra cara do outro. Um bando de zumbis. Eu não sou zumbi. Melhorou, linda? Eu tou ficando é pior.

“Ir ao CAPS já é o tratamento”. Ir ao CAPS parece ser um modo de manter expostos à mesa do poder os discrepantes que falharam no empreendedorismo de si mesmos; uma maneira de, despendendo um mínimo de recursos e investimentos, governar, educar corpos a fim de garantir condições mínimas para adentrarem o jogo do mercado. *s que falharam em fazer de seus corpos e suas vidas templos empresariais precisam contentar-se com esse mínimo, ir ao CAPS, ter esse lugar disponível parece ser suficiente. E assim um serviço

⁶⁹ Lembrando que aqui a questão diz respeito à infantilização como modo de tomada de poder sobre as subjetividades e, nesse caso particular, de tomada de poder sobre corpos entendidos como precisando de tutela, tal como o corpo da criança e o corpo d*usuári* de ad. Parece ser importante esclarecer isso na medida em que o procedimento de infantilização quer justamente estancar a potência do olhar infantil no empreendimento de desenfeitiçar corpos normalizados. Sobre isso, apontou Antônio Baptista na banca de defesa: “a criança desenfeitiça a sombria casa paterna. Seu olhar tem a violência de enfrentar o mito”. Nessa direção, ele também indica a importância de habitarmos paradoxos e pensar as oficinas terapêuticas como forma de desenfeitiçar a casa ‘saúde mental’.

inaugurado há um pouco mais de dez anos⁷⁰ vê-se mingando junto ao tédio de profissionais e usuáři*s, em meio ao sucateamento e à ausência de uma rede de suporte. Sem “*computaria*”, vai perdendo o viço.

Usuáři*s passam os dias em cima da mesa a reclamar da falta de oficinas. Reclamam também da ausência de espaço de assembleia há mais de um ano⁷¹: “*eu fico só observando e quando eu vejo uma coisa dessas, eu abro logo a minha boca. Por isso que fica só cortando a assembleia*”. Reclamam, até relatam a possibilidade del*s mesm*s retomarem a assembleia, mas não o fazem: “*E se ajuntasse os próprios técnicos de cada equipe? [...] É reunir os próprios técnicos e continuar fazendo*”. A respeito do não funcionamento da assembleia, destaquem-se ainda os seguintes fragmentos de fala:

Nenhum técnico queria sustentar a assembleia. Sem respostas, eles não conseguiriam. A assembleia era só reclamação, só queixa, só queixa. Era só levar porrada dos usuários. A assembleia morreu. Aí foram ficando poucos técnicos, até que os heróis da resistência também desistiram. [...] Os usuários vinham na sala dos técnicos, chamavam e nenhum foi.

Várias coisas acontecem aqui no CAPS porque não tem espaço para falar. Aí se tem qualquer roda, eles despejam, vira assembleia.

A ausência de mobilização de profissionais e usuáři*s para retomada desse espaço coletivo de discussão parece dizer, dentre outras coisas, da feitura de corpos infantilizados, que parecem se contentar com a ‘sina’ de que ir ao CAPS, por si só, basta. “*Uma creche*”, um CAPS-creche. Educar infantilizando, quando a infantilização parece funcionar como importante instrumento na tomada de poder sob as subjetividades (GUATTARI; ROLNIK, 2000). Colados à infantilização, processos de cuidado em saúde também ensinam a silenciar, a adotar uma atitude de passividade. Por falar em creche, tal como uma certa tradição da educação escolar dos corpos sentados e em silêncio, meros receptáculos de informação, no CAPS ad, usuáři*s tendem a passar o dia sobre as mesas de azulejos brancos – às vezes dormindo embaixo das mesmas –, esperando ser chamados para atividades, as quais, em sua maioria, parecem vir formatadas, tendo sido planejadas sem seu envolvimento e sem levar em conta as necessidades e desejos por el*s apontados. ‘Usuário de droga não deseja, não adere ao tratamento’. E, assim, o CAPS parece oscilar entre uma oferta restrita e pouco planejada de oficinas e a exigência de ‘ocupação obrigatória’, de participação d*s usuáři*s

⁷⁰ Este CAPS completou 10 anos de funcionamento em setembro de 2012.

⁷¹ Período entre 2011 e 2012.

na 'grade' de atividades do serviço, sob pena de se alegar que não se está aderindo ao tratamento, sem se levar em consideração as constantes reclamações, tanto de usuáři*s como de profissionais, da automação, da falta de sentido, do tédio de atividades.

[...] usuário de droga só vem pra cá pra não fazer nada ou pra fazer confusão.

Temos atividades. Participar das coisas que estão acontecendo é importante. Isso é importante. Tem usuários que nunca escolhem o que fazer, tão sempre num canto, jogando dominó ou dormindo.

[...] Ele só vem pra o serviço pra lavar roupa, tomar banho, dormir e comer. Não tem documentação, não frequenta as oficinas. [...]. Tem que acordar com ele atividades pra ele participar.

O que um projeto terapêutico pautado no resgate dos laços sociais pela família, pelo trabalho, pela produção de cidadania e autonomia ensina a quem cuida e a quem é cuidado?

- O CAPS ad me fortaleceu e me reviveu porque eu era um ninguém. Eu era um ninguém e ele me tirou do fundo do poço. [...] e até hoje estou aqui e me sinto homem. [...] eu era um lixo e hoje eu sou um homem porque eu era uma pessoa derrubada. Derrubada, totalmente.

- [...] tudo que eu sei, tudo que eu aprendi, através de ser homem, eu aprendi dentro do CAPS. Ser cidadão, correr atrás dos meus direitos.

- [...] no dia a dia dessa conversa com cada um de nós, eles vão ajudando a nós se levantar, a se sentir o mesmo, o cidadão que era antepassado.

- [...] do lixo ao homem, o que vai fazendo sair do lixo? Que características eu preciso para ser isso que vocês chamam de homem?

- Responsabilidade.

- Autoestima, né?

- Força de vontade.

- Vergonha na cara.

- Um homem invejável é aquele que assume suas responsabilidades.

- Anda limpo.

- Pode correr atrás de mulher, mas anda limpo. Não importa que beba, mas tem que se zelar, né?

- E se ele é casado, mantém a responsabilidade com a família.

- [...] trair pode, não é nada demais pular uma cerca... uma vez por ano. Não pode todo dia.

- [...] pode usar drogas cumprindo com seus compromissos. Eu trabalho na minha oficina e uso.

- Ele saber o limite dele, fazer a obrigação primeiro e o que sobrar, ele pode usar droga.

- Desde que mantenha a responsabilidade.

O cidadão participante, o indivíduo crítico, conhecedor de seus direitos e deveres, responsável pelo seu corpo e autovigilante de suas condutas são "avatares que povoam os

territórios das pedagogias contemporâneas” (CORAZZA; SILVA, 2003, p. 11), preocupadas em formar indivíduos empresários de si, unidades-empresa que autopoliciam suas condutas e a dos outros, na busca pela qualidade de vida da população da qual fazem parte. A partir dos fragmentos de fala acima destacados, parece que, no CAPS – assim como em outros serviços que compõem as políticas sociais, chamadas políticas de inclusão – se acionam pedagogias que ensinam uma “cidadania de sujeição”, a partir da qual se produz uma “autonomia regulada” (CARVALHO, 2009), em que a garantia de direitos se faz acoplada ao controle das condutas. Em outras palavras, conquista-se a condição cidadã – esta que faz usuári*s do CAPS ad, por meio das pedagogias ali operadas, ‘voltarem a ser homens’:

[...] por meio de leis que concedem direitos, dentre os quais o de liberdade, cuja garantia está subordinada, entretanto, ao cumprimento de deveres. Ou seja, a condição cidadã não é natural nem libertária, pois está assentada a uma série de regras e lógicas assentadas na boa conduta. (SCHEINVAR, 2011, p. 146).

A partir do objetivo de ensinar boas condutas, pode-se entender a constituição no CAPS ad em que se fez a pesquisa, em 2006, de um *“manual de condutas, com direitos, deveres, punição. [...] Porque não pode ter um serviço pra dependentes químicos sem regras básicas. A partir dessa normatização é que se pode flexibilizar”*. Ao lado do quadro de oferta de atividades para *“ocupar a mente”*, para manter as mentes e os corpos ocupados, ao qual * usuári* precisa aderir para que o tratamento ‘funcione’, suspensões também são prescritas, caso * usuári* desrespeite o manual: *“suspensões são necessárias, às vezes”*⁷². Diante disso, o funcionamento do CAPS ad parece coadunar-se com a expansão de uma subjetividade policial-empresa, ou seja, da função policial inscrita na conduta de cidadãos/ãs. Práticas cuidadoras muitas vezes ali parecem operar como práticas de fiscalização das condutas, responsáveis pela organização dos corpos de usuários/as, no sentido de promover mudança de condutas, fazê-los/as aderir ao manual das boas condutas a favor do mercado e do Estado.

Formam-se ali cidadãos/ãs policiais: na constante suspeita do corpo, superfície onde podem se encontrar expostas marcas, sofrimentos, dores por não se ter seguido à risca as

⁷² Em 2007, no espaço da reunião técnica, discutia-se o funcionamento das suspensões. Se * usuári* fosse peg* fazendo uso de álcool e drogas ilícitas dentro do serviço, se brigasse com outr* dentro do serviço, se viesse portando drogas ou armas, se tivesse relações sexuais dentro do serviço, se agredisse algum* técnic*, estava sujeit* à suspensão. Discutia-se, nessa reunião, o modo de operacionalização desse procedimento: nos dias que * usuári* estava suspenso, nenhum* profissional o procurava, nem era feita nenhuma intervenção. Ao moldes do antigo ‘pôr de castigo para pensar’, o que se ensina?

prescrições, profissionais e usuários/as tornam-se peritos, controladores policiais. ‘Só depende de você deixar de usar ou pelo menos reduzir o uso’, ‘Você tem que desejar se tratar’, são sentenças de autoajuda e autoperitagem bioidentitárias usualmente proferidas no serviço, as quais costumam fazer parte da abordagem a* usuári*. Para se ter autonomia⁷³, é preciso ser responsável, ou seja, faz parte do projeto terapêutico a responsabilização d*s usuári*s – ou seja, daquel*s que falharam na prevenção dos riscos à saúde – traduzida muitas vezes em culpabilização (CASTIEL, 2011), por suas escolhas e comportamentos de risco. É preciso intervir, responsabilizando-*s. E por ter exposto seu corpo ao risco e a danos, tal responsabilização também incorre em infantilização, pois é preciso agora expor seu corpo ao policiamento de outrem, a fim de mudar tais comportamentos de risco por meio da submissão a prescrições de boa conduta:

- É bem isso: aprender a ser homem. É bem... como já saiu creche, maternidade aqui [referindo-se a nomes para o funcionamento do CAPS que saíram na conversa]: ele entrou num estado infantil, sem direitos, mais ou menos...

- Nasceu pelado [risos].

- Virou homem pra sociedade, conhecendo seus direitos. Se já saiu essas palavras aí, né? É um pouco mesmo essa questão de perda de autonomia, realmente o exemplo da falta de autonomia é o bebê, né? Que não tem autonomia, depende muito da mãe, das assistentes sociais, das psicólogas [risos], entendeu? [...] Essa autonomia pra mim, é um conceito muito difícil de entender.

[...] Embora a gente pense que o CAPS está falhando nesse momento, né?, a gente vê também que outros conseguiram alcançar o objetivo, como por exemplo, nesse relato aí. E é isso que a gente realmente queria, né? Que todos virassem, recuperassem essa sensação de autonomia, de que pode realizar suas atividades mesmo usando drogas, mas que elas interfiram o mínimo possível nas suas atividades de trabalho, de família, acho que esse é o objetivo do CAPS. E é pra isso que a gente tem que trabalhar. Mas isso não é só papel da gente, né? Lógico que tem que ter o lado principalmente do usuário, porque é a vontade dele de mudar, de se recuperar que vai influenciar a gente a trabalhar, né?

⁷³ Quando se pergunta pelos objetivos de um CAPS, profissionais e usuári*s tendem a prontamente responder, quase que de forma automática: produzir autonomia. No terreno da saúde mental, produção de autonomia parece ter se transmutado numa palavra de ordem, num clichê da saúde mental, numa “ideia justa” articulada ao ideário neoliberal do empreendedorismo de si, uma ideia que dita modos de percepção, entendimento e atuação, barrando o pensamento (DELEUZE, 1992).

Nessa mesma direção, alguns ‘lemas’, alguns modos de uso da redução de danos⁷⁴ parecem também pactuar com a lógica do empreendedorismo de si: responsabilização pelo uso de drogas, reduzir danos e ter direito ao uso e a dispor do seu próprio corpo, desde que faça um uso que não coloque em risco sua vida nem a dos que se encontram ao seu redor, discussão sobre modos mais saudáveis e responsáveis de uso, “*beber se policiando*”, obter acesso a informações sobre modos menos danosos de usar álcool, por meio das quais “*o sujeito deixa de ser passivo, se responsabiliza pelo uso que faz, pelo seu corpo*”. A esse respeito, ao longo da pesquisa de campo, surgem alguns questionamentos:

- Fico até preocupada com como podem escutar o que vou dizer, mas veja: o que estamos fazendo não é uma maneira de controlar até na hora de enfiar o pé na jaca? Tem que beber assim, tem que usar assado. O Estado entra na sua vida até quando você está querendo enfiar o pé na jaca, você tem que fazer de uma maneira que é ditada por outra pessoa. Daí fico feliz quando o usuário encontra por si sua maneira...

- [...] é a ideia de ajudar o usuário que precisa de ajuda pra mostrar o que é certo. Ideia mesmo pra botar a vida do outro no seu quadrado, dos valores, da normalização. A redução de danos também cai nessa questão que temos de pensar: tem um certo uso mais ‘correto’ da maconha, do crack, do álcool. Às vezes me vejo como agente normalizador do uso de drogas. Mas é melhor que se pense num uso menos prejudicial do que não se pense em nada. Daí acho que temos de colocar em jogo um certo tipo de trabalho em redução de danos. RD não pode ser herói.

“*Me vejo como um normalizador do uso de drogas*”. Um normalizador do uso de drogas parece se situar justamente no jogo entre liberdades individuais e estratégias de segurança. Retomemos aqui algumas questões: Foucault (2008b, p. 61) aponta que a governamentalidade (neo)liberal se situa “no jogo complexo entre interesses individuais e coletivos, entre o equilíbrio do mercado e o regime do poder público, entre direitos fundamentais e independência dos governados”. Nesse sentido, as práticas governamentais zelam para que a mecânica dos interesses não incorra em riscos e perigos nem para os indivíduos, nem para a população. É assim que parece se dar a composição entre estratégias de seguridade bem ao lado da fabricação de liberdades. Duplo constrangimento: individualização e totalização.

Nesse contexto, gesta-se o Estado de direito, formalizando a ação governamental como prestadora de regras econômicas para indivíduos-empresas, ou seja, “um jogo de

⁷⁴ A Política Nacional de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras Drogas (BRASIL, 2003) aponta que o cuidado em ad deve estar pautado na lógica da redução de danos.

empresas regulado por uma moldura jurídico-institucional garantida pelo Estado” (FOUCAULT, 2008b, p. 238). Renova-se, assim, a importância de um intervencionismo judiciário: a lei dá aos indivíduos a possibilidade de se comportarem como querem na forma da livre empresa e ao mesmo tempo regula danos provocados por irregularidades de comportamento. A lei funciona nesse cenário como um importante instrumento de codificação das relações.

Na medida em que é preciso defender a população, as práticas governamentais manipulam interesses, produzindo intervenções para minimizar os riscos aos quais ela pode estar exposta. Foucault (2008a, p. 28) define população como “uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem profunda, essencial, biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem”. Nessa direção, as intervenções vão se realizar sobre o ambiente, ou seja, vão se configurar como ações ecológicas em termos de política social. A esse respeito, afirma Augusto (2011, p. 26):

Trata-se, portanto, não mais de um projeto de normalização do indivíduo, mas de um investimento no ambiente em que vive como meio de produzir obediência pelo cálculo econômico racional de custo e benefício: diversificação de programas de assistência, formação profissional, moradias populares, equipamentos de lazer, complementação da renda, levam os habitantes das chamadas áreas de risco a avaliar que é mais vantajoso obedecer às leis do Estado.

Nesse cenário, a saúde do corpo e a cidadania parecem funcionar como um modo “eficaz e eficiente de promover a fácil condução com base na obediência. Um investimento na inibição de resistências pela cidadania, pela convocação à participação democrática, religião moderna do rebanho, um direito por deveres em nome de todos os homens livres” (PASSETTI, 2003, p. 27). Do mesmo modo, convocadas pelo objetivo de governo das condutas, práticas de cuidado muitas vezes parecem acoplar-se a um ‘cuidado’ estatal-policialesco e movimentos de ‘resistência’ a restringir-se a reivindicações e exigências feitas pela população por um mais Estado social, ou seja, por uma maior intervenção estatal sobre suas vidas. Não nos esqueçamos de que, em tempos biopolíticos, a vida se torna o palco das lutas políticas e sociais:

Foi a vida, muito mais do que o direito, que se tornou o objeto das lutas políticas, ainda que essas últimas se formulem através de afirmações de direito. O “direito” à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades, o “direito”, acima de todas as opressões ou “alienações”, de encontrar o que se é e tudo que se pode ser, esse “direito” [...] foi a réplica política a todos esses novos procedimentos do poder. (FOUCAULT, 2001a, p. 136).

Dito de outro modo, o controle sob a forma de lei – da garantia de direitos⁷⁵, bem como da aplicação de penalidades – fulgura nesse horizonte como a proteção necessária, a qual ninguém, em ‘sã consciência’, poderia abdicar, a qual, todos/as e cada um/a devem exigir. E, assim, assiste-se ao processo de judicialização da vida cotidiana e à produção de subjetividades paranoicas, punitivas, policiaescas, armadas até o topo de identidades que lhes garantem o suplemento para uma vida controlada pelo Estado e pelo mercado.

Todos/as e cada um/a de nós, corpos organizados, corpos marcados pelo poder, corpos governados e governáveis, cidadãos/ãs responsáveis, devemos ao Estado e ao mercado. Primeiramente, devemos ser individualizados, identificados, organizados, únicos, sujeitados, saudáveis. Devemos ser grupos e comunidades delimitados, cujo reconhecimento também advém via luta por identidade. Identidades, mesmo as dissidentes⁷⁶, devem ser reconhecidas – e, desse modo, também advir soberanas – também os corpos ‘resistentes’ devem construir um ‘rosto’ homogêneo. Direitos e deveres: identidade, delimitação, depuração, controle. Devemos ser corpos individuais e sociais que marcham com o Estado e o mercado.

“No CAPS, voltei a ser homem”. O Homem, o homem da razão, possuidor de uma identidade indivisa e soberana, masculino, branco, adulto, heterossexual, trabalhador, viril, ‘encorpado’, sadio, ‘chefe’ de família que tem um nome a zelar e dá esse nome à família, que tem bens e patrimônios a honrar e que honram esse nome, que controla e domina sua ‘fêmea’, que só ele a trai ou pode traí-la⁷⁷, que tem autocontrole sobre o uso que faz de drogas, que faz uso ‘responsável’ de álcool e outras drogas, que tem poder de consumo, de

⁷⁵ A esse respeito, Deleuze (1992, p. 213) questiona: “Os direitos do homem não nos obrigarão a abençoar as ‘alegrias’ do capitalismo liberal do qual eles participam ativamente. Não há Estado democrático que não esteja totalmente comprometido nesta fabricação da miséria humana. A vergonha é não termos nenhum meio seguro para preservar, e principalmente para alçar os devires, inclusive em nós mesmos. Como um grupo se transformará, como recairá na história, eis o que nos impõe um perpétuo ‘cuidado’”.

⁷⁶ Sobre isso, Rolnik faz uma ressalva importante (1997, p. 21): “[...] as ondas de reivindicação identitária das chamadas minorias sexuais, étnicas, religiosas, nacionais, raciais etc. Ser viciado em identidade nestas condições é considerado politicamente correto, pois se trataria de uma rebelião contra a globalização da identidade. Movimentos coletivos deste tipo são, sem dúvida, necessários para combater as injustiças de que são vítimas tais grupos; mas no plano da subjetividade trata-se aqui de um falso problema. O que se coloca para as subjetividades hoje não é a defesa de identidades locais contra identidades globais; é a própria referência identitária que deve ser combatida, não em nome da pulverização (o fascínio niilista pelo caos), mas para dar lugar aos processos de singularização, de criação existencial, movidos pelo vento dos acontecimentos. Recolocado o problema nestes termos, reivindicar identidades pode ter o sentido conservador de resistência a embarcar em tais processos”.

⁷⁷ Sobre isso, registre-se a fala de um usuário numa atividade grupal intitulada ‘oficina de sexualidade’, alegando que não usava camisinha porque só transava com a sua esposa. Quando foi questionado sobre a possibilidade de ela o traír, ele alegou, irritado, que isso era impossível de acontecer.

endividamento, cartão de crédito, que tem casa, endereço fixo, tudo isso lhe concedendo um local de poder e de autoridade como sujeito universal: a humanidade. Deleuze (1992) afirma que essa forma-Homem surge no século XIX e se reedita em contextos contemporâneos: “a forma do homem, a forma-homem, é uma moldagem histórica complexa e mutante” (PELBART, 2003b, p. 32). A ela, tendemos a estar colados, a partir dela, nos subjetivamos. Fixação, identidade, forma, fôrma subjetiva...

Mas o que se opera, o que dá sustentação a essa forma-Homem quando da morte do deus trabalho e de seu modo de culto, a educação? E quando se suspeita de que, através do trabalho, da educação e da segurança, não se melhora a ‘qualidade’ de vida da população? E quando se interroga que não é só – nem sobretudo – saúde o que se produz na rede de saúde? E quando o sexo parece não ser mais o rei definidor maior da ‘identidade humana’? E quando se proclama o direito a ser diferente e a tolerância à diversidade?

Nos dias atuais, assiste-se à modulação de tal forma-Homem, que se flexibiliza para absorver novas demandas e, justamente desse modo, parece manter sua força de captura. Nesse sentido, há a reedição de marcadores identitários e humanitários e, com ela, novos contornos passam a delimitar a forma-Homem. Três termos que compõem tal forma parecem importantes de ser aqui analisados, na medida em que funcionam como ‘ideias justas’, palavras de ordem, imagens-clichê que parecem ditar nossa percepção e governar nossas condutas (DELEUZE, 1992), quais sejam: trabalho, identidade, diversidade/multiculturalismo.

1) Trabalho. Nos dias atuais, só é possível explorar os trabalhadores “pela redução das redes a ‘mercado’, da cooperação a ‘risco’, do trabalho a não trabalho (precariedade e desemprego), dos direitos a crédito” (COCCO, 2009, p. 23). Em tempos de flexibilização e precarização do trabalho e da relação salarial, tempos de desemprego e subemprego, de trabalho informal, tempo em que ainda persistem formas arcaicas de escravidão, o horizonte de inclusão social pelo trabalho parece se desmanchar no ar. Todavia o Estado paternalista-pedagogo, com suas políticas coercitivas com roupagem social, permanece impondo trabalho assalariado desqualificado e mal remunerado a grandes parcelas da população. Dessa forma, o que se desmancha é a ‘miragem’ do pleno emprego alcançado por meio do desenvolvimento econômico, mas a valoração da vida e dos corpos continua a situar-se ao lado do trabalho, o qual segue, assim, como nunca cultuado e ao mesmo tempo precarizado. A esse respeito, afirma Cocco (2009, p. 72): “a questão ‘social’ não é uma

exclusão crescente – o desemprego. A questão ‘social’ é um modo de inclusão – no trabalho – que já não contém os elementos de integração social que caracterizavam o emprego fordista”. Para o autor, nesse cenário,

Ser “trabalhador” é mais importante do que ser “simplesmente” cidadão. É a carteira assinada que torna uma vida digna de ser vivida. Se, durante um tiroteio, morre um “trabalhador”, a comoção pública pode acenar pela arbitrariedade da violência, por vezes policial. Se for alguém que não dispõe desse documento, aparece a figura do “vagabundo”, quer dizer, de uma vida que não é digna de ser vivida. (COCCO, 2009, p. 94).

Do mesmo modo - tal como se desenrola na cena pinçada do campo de pesquisa no capítulo ‘O mercado de carnes’ - se, durante uma discussão, uma trabalhadora, não importa por que, como, nem onde, é agredida por um* vagabund*, esse* vagabund* deve ser repreendido* e punido*. E, se um* vagabund* for agredido* por uma trabalhadora que nega cuidado a uma amiga de* vagabund*, também vagabunda, deve permanecer calado*, posto que vagabund* não precisa de ‘excesso de cuidados’ e sim de uma pedagogia da sentença, traduzida em punição e prescrição, sobretudo quando tiver se exposto ao risco de se desviar de regras de conduta, a partir das quais todo corpo deve se organizar e autopolicar na busca pela saúde e qualidade de vida. Qualquer cuidado é válido, mesmo em ‘excesso’, desde que tal zelo se traduza na prescrição de regras de conduta a serem seguidas.

Este parece, então, ser o preço da inclusão: ‘Vá trabalhar, vagabundo/a’. ‘Eu podia estar matando, roubando, me drogando, mas estou aqui trabalhando. Por que você não faz o mesmo, em vez de ficar aí pedindo no sinal, em vez de ficar na rua perambulando, em vez de ficar guardando carros à noite, ganhando dinheiro fácil, usando drogas e chegando de manhã no CAPS ad apenas para dormir e não aderindo às atividades?’.

[...] minha técnica já cobrando que eu trabalhe. Já vem me repreendendo sem nem me perguntar se eu tou bem. Só porque eu tou andando eu tou bem? Eu preciso melhorar minha autoestima, não tenho família aqui. Tá, ela me ajudou [...] me deu comida, mas já vem me cobrar. [...] Acho que ela devia conversar sobre o que estou precisando, quais meus objetivos. Ela não estudou para isso não? Acho que esse ainda não é o momento pra tanta cobrança. Não quero ficar aqui por muito tempo, acho que não tou mais na idade de ser repreendido daquela maneira.

2) Identidade. Diante da exigência de acompanhar os fluxos do mercado, engendra-se uma política de subjetivação que pede pelo afrouxamento da rigidez do princípio identitário: “não estamos mais sob regime identitário, a política de subjetivação já não é

mais a mesma” (ROLNIK, 2006, p. 18). Todos temos à disposição uma subjetividade flexível, cuja liberdade de experimentação é, inclusive, requerida, insuflada, celebrada. Trata-se, assim, da produção de subjetividades pós-identitárias⁷⁸, pós-fordistas, ou seja, de um modo de subjetivação distinto da política identitária. Este “se caracteriza pela ausência de identificação absoluta e estável com qualquer repertório, pela abertura para incorporar novos universos, a liberdade de hibridação, a flexibilidade de experimentação e de improvisação para criar novos territórios” (ROLNIK, 2006, p. 19). Pode-se dizer, então, que esse ‘novo’ equipamento, essa nova aparelhagem de poder forja novos modos de existência: produzem-se subjetividades condizentes com os valores da descartabilidade, diversificação, instantaneidade.

Todavia, ao mesmo tempo em que se abre um leque de efêmeras e infindáveis possibilidades de ser, tais possibilidades devem ser experienciadas dentro de uma axiomática estatal e mercadológica especificada e especificável. Ou seja, o objetivo central ainda é o de produzir uma homogeneização dos territórios existenciais. A esse respeito, afirma Rolnik (2006, p. 91):

[...] as matérias de expressão, embora fartas e variadas, têm, todas elas, suas etiquetas de valor diariamente reajustadas segundo as oscilações do mercado cultural. A cada lugar do todo, diariamente reciclado, um lugar de linguagem, diariamente reajustado. Ao invés de deixar passar as intensidades, a intenção que predomina é a de se fazer reconhecer no sistema de hierarquização de sentidos e de valores. Fechamento segregativo sutil e implacável: padronização subjetiva.

Em outro texto, a autora (idem, 1997, p. 19) pontua que, em terrenos biopolíticos contemporâneos, com a produção e veiculação de “kits de perfis-padrão” que acompanham a órbita do mercado, não se tem o abandono da referência identitária: “As subjetividades”, indica Rolnik (ibidem, p. 19), “tendem a insistir em sua figura moderna, ignorando as forças que as constituem e as desestabilizam por todos os lados, para organizar-se em torno de uma representação de si dada *a priori*, mesmo que, na atualidade, não seja sempre a mesma representação”.

O CAPS me reviveu. [...] Eu era um lixo e agora eu sou um homem.

Antes ele era lixo, agora é homem. Lixo não presta, tá fora, não tem validade. Ser homem, ter nossa cidadania, direitos e deveres, tem peso. É a

⁷⁸ Se, anteriormente, apontou-se que, em contextos biopolíticos contemporâneos, há a convivência de regimes de poder – disciplinares, de segurança e de controle –, pode-se aqui pontuar a convivência de dois regimes de produção de subjetividades, de duas políticas de subjetivação.

vontade de ser visível: ‘Hoje eu sou homem, hoje as pessoas me enxergam, me veem’. O cidadão visível tem que ser alguma coisa. Exige-se que se assuma um rótulo. Esse processo civilizatório, essa humanização, até que ponto isso é benéfico, né?

Ressalte-se, ainda, o processo de exteriorização subjetiva, da produção de bioidentidades (ORTEGA, 2008), por meio do qual é possível experimentar a máxima ‘mostre-me seu corpo que lhe direi quem és’. Em outras palavras, o processo de padronização subjetiva, “por absorver em boa medida, um conjunto de representações⁷⁹ acerca do que seja [...] ‘o’ corpo, ou a sua forma esteticamente viável” (PIOVEZANI FILHO, 2004, p. 146-147), por produzir formas específicas de experiências corporais, por veicular um conjunto de prescrições, ainda identitárias, de como se relacionar com o seu próprio corpo, o do outro e com o mundo, faz com que se inscrevam nas especificidades de alguns corpos o perigo, o risco, a sujeira, a feiura, a escória. Desse modo, tais corpos inscrevem-se “numa exterioridade, num ‘do lado de fora’, de modo semelhante ao que acontece com a inacessibilidade e com a exclusão promovida por meio das grades, da altura dos muros, das cercas elétricas e, sobretudo, dos condomínios fechados” (Ibidem, 2004, p. 146-147).

Tem coisas que marcaram. Um exemplo: tinha um usuário lá [...] todo mundo dizia que ele era homossexual, né? Ah, que ele dava droga pra outros pra ter relação com ele e tal. Então, ele mantinha a dependência, meio que mantinha a dependência dos outros, pra ter, pra manter relações com ele, né? E aí uma certa vez, ele, tinha um bom tempo que ele já tava bem e a gente já vinha trabalhando a alta dele, né? Porque ele vinha há um tempo sem usar mais, né?, de forma compulsiva, tava controlado. E aí a gente observa que ele tava traficando durante o serviço, né? E aí a gente só deu, né?, o reforço de que ele precisava mesmo. Ele tava bem, então, né?, por questões de pacto, não se pode mesmo, nem fazer uso, nem venda, nem nada dentro do serviço. E ele recebeu alta, por melhora mesmo, né? E aí ele começou a dizer que foi... que recebeu alta porque tavam acusando ele de tráfico lá dentro. Ele chegou um dia lá e começou a agredir um auxiliar de enfermagem. Eu tava num grupo, né? [...] e aí chegaram lá na porta e pediram que eu fosse lá ajudar e aí fui até a porta e aí ele tinha jogado a cadeira no técnico, tava todo agressivo e aí, quando eu cheguei, ele disse: ‘ah, lá vem ele’. [...] Ele tava sob efeito de álcool, né? Bom, aparentemente só de álcool, não tem como saber se... Então, ele começou a gritar que eu tinha o cabelo, que eu tenho o cabelo grande, que eu era viado e aí que eu usava brinco porque eu era gay e aí começou a, né?, a discriminar mesmo e

⁷⁹ Ressalte-se que não se trata apenas da veiculação de um esquema cognitivo, verbalmente transmitido e mais ou menos acessível à ‘consciência’. Mais que representacional ou conceitual, esse padrão é processual e incorporado, ou seja, é produzido por meio de experiências corporais. Lembremos da afirmação foucaultiana (2001b, p. 146), de que a potência do biopoder diz respeito ao fato dela materializar-se em técnicas de subjetivação, atingindo as formas mais regionais e concretas: “o poder penetrou no corpo, encontra-se exposto no próprio corpo” e produz efeitos sobre ele.

a me ameaçar, né? [...] Eu tentei conversar [...] e ele me ameaçando, dizendo que ia me matar, que sabia onde eu andava, né?, e que eu tomasse cuidado e que eu era viado. [...] E aí eu, bom, por questão de cuidado mesmo, de integridade minha, a gente nunca sabe, aí foi quando eu prestei uma queixa. [...]. Aí eu cheguei lá na polícia pra prestar queixa na delegacia, aí tou eu lá prestando queixa e aí o cara chega pra mim e diz assim:

- 'E você é o quê lá?'

Eu digo:

- 'Não, sou trabalhador. Eu trabalho lá'.

Aí ele disse: '

- Peraí, posso lhe perguntar uma coisa?'

- 'Pooode'.

- 'Você com esse cabelão, de brinco, não acham que você é usuário não? Que é drogado também?'

E aí o auxiliar que também tinha sido agredido e também foi prestar queixa comigo, ele é negro, né? Aí, eu disse a ele:

- 'É interessante. Você então quer dizer que meu amigo é escravo? Por conta dele ser negro, por conta de um estereótipo que a gente tem na sociedade? Então você tá me discriminando e isso é crime, né?'

E aí comecei a puxar essa discussão com ele e ele [...] pediu desculpa, tal. Então, assim, é curioso isso, né? Essa coisa do usuário, ou... por você ter, né?, algum... ou cabelo grande, ou optar por fazer uso disso, né?, você, você é discriminado. Um exemplo: agora, tem uma coisa [risos] interessante acontecendo. Tem um mês, eu botei dreads no cabelo, né? [...]. Aí os usuários chega pra mim e diz que eu resolvi...

- 'Agora você não engana ninguém, você fuma maconha'.

[...] E aí eu aproveito muito disso, justamente pra trabalhar essa coisa da discriminação, né? Eu vou dizer:

- 'Ah, porque eu... eu tenho cabelo grande, eu sou viado, porque eu uso dread, eu sou maconheiro? Eu acho que não é por aí as coisas'.

E aí eu acabo usando muito dessas questões... dessas questões ao meu favor, assim eu digo no sentido de estar buscando a discussão, né?.

[...] coloquei dreads sintéticos. E aí era a terceira ou quarta vez que estava indo na unidade de saúde pra fazer reconhecimento de campo com os agentes comunitários, pra fazer a abertura do campo. Fui na copa beber água e duas mulheres, uma branca e uma negra de cabelo alisado, perguntaram?

- 'Esse seu cabelo, como você lava? Você lava? Lava mesmo? De quanto em quanto tempo? Eu acho tão estranho, tão feio, tão esquisito, tão sujo'.

- 'Quer pegar?'

- 'Não, eu morro de medo'.

- 'Do cabelo?'

- 'Quando eu vejo as pessoas com cabelo assim, eu morro de medo, seguro a bolsa'. Não, não, não é preconceito, eu só tenho medo. Você tem coragem de sair assim? Você, uma morena tão bonita'.

- 'Não, eu não sou morena, eu sou negra'.

- 'Com esse cabelo, cheia de tatuagem, de piercing, os drogados não pensam que você é drogado não?'

- 'Se pensarem, isso pode até contribuir para o meu trabalho. Eu, drogado? Dependente? Remédio pra hipertensão é um tipo de droga, sabia? Se vocês

não dormem e tomam remédio, estão se drogando, sabia? Isso também é dependência’.

[...] Tento viver essa ambiguidade [...]. Ninguém sabe se sou homem ou se sou mulher. ‘Como é possível uma existência dessa?’. Porque tenho dreads, sou maconheiro e aí, em campo, já vão colocando um baseado na minha boca e eu me saio dizendo que tou trabalhando. Quando digo: ‘não cara, não fumo, não bebo’, ninguém acredita. Tem toda uma cultura em torno do dread. Quem usa dread é tudo:

- ‘Você não é aquele cara que toca violão?’.

- ‘Não velho, mal toco’.

- ‘Você é hippie, né?’.

- ‘Hippie não é o cara que faz artesanato? Eu não faço artesanato, trabalho com psicologia e outras coisas’.

No questionamento, eu fico numa zona de incógnita, espaço de uma infinidade de possibilidades de ser, até a pessoa parar de gaguejar e conseguir formatar outra coisa. Criam-se vazios que as pessoas querem preencher de qualquer maneira, com alguma formatação. [...] Na medida em que já sabem o que a gente é, acabou o diálogo. Não se quer ver além daquilo que acham que a gente é.

Nessa direção de confinamento identitário, “quando as figuras estabelecidas são tomadas como identidades e seu abalo [...] interpretado como ameaça de desagregação, para manter-se no mesmo lugar, é-se capaz de fazer qualquer coisa, inclusive matar” (ROLNIK, 1998a, p. 66), basta pensarmos no que se tem feito em nome de identidades nacionais, religiosas, étnicas e raciais, mas também sexuais, de gênero, de sexualidade, em nome, enfim, da segurança da população identificada como cidadã de bem.

3) Diversidade, multiculturalismo. Por meio da veiculação de uma aceitação da diversidade e da tolerância à diferença, parece se dar um governo dos ‘diferentes’ por meio da justaposição de conjuntos homogêneos. Dessa forma, as tão proclamadas políticas de inclusão, com suas retóricas de cidadania, democracia, aceitação, pluralidade, seguem com o objetivo de “refazer a Unidade ou, pelo menos, administrar a Diversidade, mesmo que seja, isso sim, a partir do ponto de vista da vantagem do Capital e da ordem do Estado” (LARROSA; SKLIAR, 2001, p. 10). No interior de tais políticas, ainda identitárias,

[...] teríamos de aceitar e celebrar as diferenças, porém, isso sim, representando-as, desativando-as, ordenando-as, fazendo-as produtivas, convertendo-as em problemas bem definidos ou em mercadorias bem rentáveis; teríamos de produzir e canalizar os fluxos e os intercâmbios, porém, isso sim, de forma ordenada, vigiada e produtiva: teríamos de convocar toda alteridade possível, de permitir-se todas as comunicações, porém, isso sim, silenciando, dosando, ressignificando e harmonizando as vozes dissonantes, governando os silêncios dilacerantes e regularizando e rentabilizando os deslocamentos. (ibidem, p. 10).

A partir de tais considerações, pode-se dizer que, no CAPS ad, nesse espaço de assistência à saúde, atuam pedagogias institucionais, terapêuticas, corporais, ou seja, que o serviço funciona como um lócus educativo em que se investe, sobretudo, na produção de determinados sujeitos e corpos. Pautando-se na forma-Homem, seu projeto institucional, terapêutico e corporal tem como objetivo produzir cidadãos/ãs de bem, cuidadores/as de si, responsáveis e autônomos/as. Dessa forma, o serviço parece cumprir a função de pastor-polícia no governo das condutas de usuários/as de álcool e outras drogas, intervindo na organização de seus corpos e convocando-os/as à participação na sociedade.

Para que esse projeto funcione, o qual parece fazer parte de um projeto governamental mais amplo, é preciso que usuáři*s e profissionais acreditem, colaborem, participem, consumam ali seu tempo, seu espaço, sua vida e seus corpos de tal maneira, até levá-los ao cansaço, à apatia. Nesse momento, parecem estar prontos a serem policiais de si mesmos: sobrevidas.

3.2 O território CAPS: entre o ensino como formação do corpo e a (des)aprendizagem como sua abertura

Como que conformando um ato falho, numa roda de redução de danos⁸⁰ realizada num cemitério, espaço no qual algum*s usuáři*s – mort*s-viv*s, vidas nuas dispensáveis e capturáveis – fazem morada, afirmou-se *“Isso é falta de desemprego”*⁸¹, do que adveio a seguinte pista: em vez de coadunar-se com ‘reclamações’ sobre falta de emprego e educação, é preciso afirmar que o projeto governamental almeja, por meio da educação, do trabalho e da saúde prender corpos a identidades, formas e limites, a um rosto homogêneo e ideal: a humanidade. Com a finalidade, justamente, de garantir determinada e reta direção na construção dos corpos de homens e de mulheres, fez-se e faz-se imprescindível a produção continuada, constantemente atualizada e reiterada de uma determinada política

⁸⁰ Com redutor*s, profissionais do CAPS ad, estagiári*s, usuáři*s inserid*s e não inserid*s no serviço. Ressalte-se que, em 2008, profissionais do CAPS ad em estudo, redutor*s de danos, usuáři*s do serviço e estagiári*s realizaram o que se denominou oficinas itinerantes de redução de danos, embora, cabe dizer, essa experimentação mestiça teve vida curta. Tratava-se de uma atividade (rodas de conversa) que acontecia nas ruas, seguindo um mapeamento realizado pel*s própri*s usuáři*s de locais que el*s utilizavam para fazer uso de drogas. Nesses lugares, além dest*s usuáři*s, eram acessados outr*s que não frequentavam o CAPS. Ali, estratégias de redução de danos eram debatidas e experimentadas; mais do que isso, conversava-se sobre a vida dess*s usuáři*s, problemas enfrentados, aliança/amizade/laços entre *s mesm*s e entre el*s e pessoas da comunidade, tais como don*s de bares que auxiliavam, por exemplo, disponibilizando água. O cemitério foi o primeiro espaço indicado para realização dessa atividade e lá ela se iniciou.

⁸¹ Grifo meu.

de educação dos corpos, garantida por práticas pedagógicas formais e informais. Com o objetivo de organizar os corpos, veiculam-se práticas educativas, pedagogias corporais. Nesse sentido, apontou-se o CAPS como um território de ensino cujo objetivo é formatar corpos. Do mesmo modo, pode-se dizer que as práticas institucionais e terapêuticas presentes no CAPS funcionam como pedagogias, pedagogias corporais.

O corpo aparece, assim, como construto político-cultural, e o fazer em saúde, como instância pedagógica por meio da qual se imprimem marcas nos corpos, organizando-os. Nessa direção, Meyer (2009, p. 128) afirma que o corpo é produzido em redes de significação, na articulação entre nossas “heranças genéticas” e “aquilo que aprendemos quando nos tornamos sujeitos de uma cultura”, ao que Louro (2004, p. 89) complementa: “nomeados e classificados no interior de uma cultura, os corpos se fazem históricos e situados. Os corpos são ‘datados’, ganham um valor que é sempre transitório e circunstancial”. No interior de uma cultura, de um contexto histórico-político específico, os corpos são, então, produzidos por inúmeras marcações: de gênero, de sexualidade, de classe social, de raça/cor, de religião, de faixa etária, de região etc. Os corpos são montados, fabricados e organizados por tais “marcas de poder”. A partir delas, eles são classificados, hierarquizados, organizados, “indiciados”, “podem valer mais ou menos” num dado contexto (ibidem, p. 89).

Desse modo, torna-se evidente “o quão absurdo é nomear o corpo como se fosse um fetiche, isto é, omitindo [os homens e as mulheres] que o encarna[m]” (LE BRETON, 2007, p. 24), em contextos histórico-culturais-políticos específicos. “O corpo não é uma natureza incontestável objetivada imutavelmente pelo conjunto das comunidades humanas” (ibidem, p. 24). Não existe o objeto natural corpo, não existe ‘o’ corpo. “O corpo é uma falsa evidência” (ibidem, p. 26).

A direção é, então, a de problematização e desnaturalização da concepção de corpo como dado, evidência, objeto natural, substância, um corpo essencial, único e imutável, que pudesse condensar traços de tantos outros e, a partir dele, se pudesse almejar uma pretensa universalidade. Neste texto, trabalha-se mais com corpos que tendem ao singular, ou seja, que se constroem no interior de culturas específicas, submetidos a determinadas pedagogias corporais.

Pensa-se, pois, o corpo como se produzindo por efeitos de geração (certa idade, ou mais de uma idade, aquela biológica, aquela que os outros atribuem a ele etc.); certa

combinação de gênero (masculino e feminino, mas não de forma excludente, ou seja, não para simplesmente classificar o corpo como sendo de homem ou de mulher, mas para ver nele os efeitos da história relacional dos gêneros, que deixa marcas masculinas ou femininas, isso se pensarmos apenas em dois gêneros); certa disposição para o exercício da sexualidade (em geral chamada de orientação sexual, busca-se os efeitos da história daquele corpo em relação ao tema da sexualidade); inscrito numa religião (a adesão a religiões ou a construção de referenciais religiosos próprios, através da combinação de diversos elementos, marca os corpos); nação, região, deficiência ou não etc., tudo isso lhe conferindo marcas, a partir das quais ele é valorado.

Todavia os corpos sempre podem mais do que valem! Além de construto político-cultural, corpos são construções político-éticas. Ou seja, mais do que afeitos à submissão a determinadas pedagogias culturais e à toxicomania identitária que lhes organizam, lhes marcam, lhes ensinam ‘boas’ condutas, avaliam seu valor, os corpos tendem ao singular, ou melhor, à singularização. Situando-se em fendas do jogo do poder, corpos abandonam a adesão obediente às fôrmas subjetivas prescritas por tais pedagogias, recusam o que são e ensaiam a invenção de outros modos de existir, outras formas de subjetividade, abrindo-se para outras práticas de si que não as bioidentitárias pautadas pela sujeição a um ‘eu’ que, nos dias atuais, se expressa num ‘corpo’, conformando subjetividades exteriorizadas (FOUCAULT, 2010b; GUATTARI; ROLNIK, 2000; ORTEGA, 2008).

Corpos sempre vazam, porque sempre borram tais prescrições, tais marcas socioculturais, tais marcadores identitários, os corpos sempre estão aquém e vão além do que prescrevem as pedagogias político-culturais. Corpos sempre constroem o ‘outro’ do corpo, sempre resistem, sempre criam, sempre se criam, sempre podem mais do que o possível pré-estruturado para eles topografado, (re)existem; corpos sempre escapam às formas e às significações em voga. Alguns corpos, alguns ‘estados’, ou melhor, alguns movimentos de corpos não são passíveis de nomeação, de adestramento, de identificação. “Entre esse corpo do orgânico e da linguagem” (BARONE, 2009, s/p) nasce o ‘outro’ dos corpos, corpos intensivos germinados por vidas que insistem em expandir-se, pelo convite a uma vida que pode mais, pelo menos mais do que esta: vida fadada a um corpo esquadrinhado, circunscrito, colado às significações, aos mapas políticos da linguagem, afeito à normalização, à incorporação de boas condutas postas em ação e reiteradas pelas pedagogias político-culturais.

A partir da perspectiva aqui proposta, quando se analisa um corpo, não se busca ali uma origem, mas a formação de um corpo como efeito da história de seu tempo, no seu local de inscrição, marcas, rastros, traços, que vão configurando justamente isso que se denomina corpo. E isso que se denomina corpo sempre vaza, sempre pode mais, é um aberto de possibilidades inomináveis, impensáveis, imprevisíveis⁸². Daí se afirmar que o corpo sempre é maleável e disponível aos poderes, mas também lugar de disputa e afrontamentos (SANT'ANNA, 2000). Arranjos políticos diferentes, corpos diferentes, resistências diferentes, invenções, (re)existências; corpos marcados pela história e a história os arruinando (FOUCAULT, 2001b); ilimitados modos de produção do corpo.

É na confluência de tais posicionamentos que a indagação acerca dos processos que organizam corpos e formam sujeitos (profissionais e usuári*s) pode fazer sentido. Corpos organizados, sujeitos sujeitados, sobrevida, é só isso?

Espreitando-se mais um pouco o cotidiano das práticas que povoam o CAPS ad em que se desenvolveu a pesquisa, parecem explodir aqui e ali acontecimentos, produzindo o descaminho, ou pelo menos um caminho ainda por se construir para os corpos, para a vida, para a educação e para o cuidado ali produzido. Em outros termos, bem ali junto a processos que fazem desse serviço um território de ensino, de organização de corpos de profissionais e usuários/as, prescrevendo-lhes fôrmulas de ação, aprendizagens escapam ao governo das condutas, criando possibilidades de singularização, de recusa a determinados modos de condução obstinados pela fabricação de rostos e fixação de funções e identidades institucionais. Bifurcando essa busca pelo homogêneo que pauta o ensinar, corpos experimentam processos de aprendizagem que possibilitam sua abertura, corpos aprendem a desaprender. Nessa direção, Paraíso (2011, p. 147), assinala:

Aprender é abrir-se e refazer os corpos, agenciar atos criadores, refazer a vida, encontrar a diferença de cada um e seguir um caminho que ainda não foi percorrido. Aprender é abrir-se à experiência com “um outro”, com “outros”, com uma coisa qualquer que desperte o desejo. Por isso, para aprender é necessário “primeiro aprender a desaprender” (CAEIRO, 1986). Aprender a desaprender os sentidos constituídos, os significados produzidos e os pensamentos construídos para abrir em si próprio as diferenças. Aprender é, em síntese, deixar-se “afetar” (SPINOZA, 2007).

⁸² “Sobre o acontecimento basta dizer que ele é possível, pois ele só ocorre confundindo-se com nada e abolindo o real ao qual pretende. Só há existência possível. [...] o conjunto do possível confunde-se com Nada, do qual cada coisa é uma modificação. [...] brinca-se com o possível sem realizá-lo.” (DELEUZE, 2010, p. 69-70).

A partir de tais considerações, pode-se pensar o CAPS ad como um território de ensino e organização de corpos, mas também como um território onde se pode aprender a desaprender, a desnaturalizar todo um longo histórico de enlatadas aprendizagens sobre processos de cuidado, “desaprender o que uma educação enganosa nos inculcou” (GROS, 2006, p. 650). Dessa forma, podem-se experimentar processos de aprendizagem menos afeitos ao governo das condutas, à fixação identitária e à formatação subjetiva, mais interessados em abrir os corpos para a mestiçagem de encontros. Abrir-se a aprendizagens situadas no encontro sem bússolas com outros corpos e com o ‘outro’ do corpo. Esse ‘ensaio’ parece, assim, se configurar como

[...] tarefa ético-política irreduzível de qualquer tipo de intervenção que não se pretenda fascista: a prontidão à experiência de um encontro com a alteridade movente e, portanto, em estado de recomposição constante; encontro compreendido não como militância de uma causa transcendente qualquer, mas como prática intensificadora de uma arte geral de convívio marcado por nenhuma volúpia governamentalizadora e alguma porosidade à diferença e à variância que esse tipo de acontecimento pode nos provocar, ou ao que quer que a alteridade nos afete e nos faça descolar. Descaminhos da experiência de si, portanto. (AQUINO, 2011, p. 205).

Mas o que se (des)aprende no território do CAPS ad? O que a clínica, os corpos, as práticas, *s profissionais e *s usuáris desaprendem quando se expõem ao encontro com forças moventes? Abaixo, por entre um ir e vir pelos dados gerados em campo, a tentativa foi a de caçar falas, práticas, gestos “dispersos” (FERRERI; NOBRE, 2010; RODRIGUES, 2010) que digam desses acontecimentos, desses momentos propícios a desaprendizagens, à abertura dos corpos institucional, do cuidado, de profissionais e usuáris a outras rotas e possibilidades de relações, produzindo (re)existências insistentes...

1) “*Você é trabalhadora ou paciente?*”. Importa? Em momentos de festejos, como o carnaval e o São João de 2007, os habitantes do CAPS ad vão para a rua encontrar com pessoas da vizinhança, se fazem presentes, os invisíveis se mostram nos quarteirões e nas praças, experimentando a alegria mestiça do, pelo menos por alguns instantes, desfazer de identidades institucionais e da restrição à subjetividade drogadita.

Caminhar no sentido de uma dessegregação das relações atendente-atendido assim como das relações internas ao pessoal. [...] Essa atividade incessante de questionamento [...] único remédio para a rotina burocrática e para a passividade geradas pelos sistemas de hierarquia tradicionais. (GUATTARI, 2000, p. 187).

Caminhar também no sentido de uma dessegregação das relações normais-anormais

no espaço da cidade parece ser um remédio para a produção de outros modos de subjetivação e de relação com a discrepância e a variância.

2) *“Quando eu cheguei aqui, eu tomava não sei quantos litros de cachaça por dia, agora só tomo um. O que vocês querem mais?”*. Uma pesquisadora, ao entrar no serviço numa das primeiras vezes, ainda com medo nas pernas, é recebida pela mão por um usuário manco das pernas, com edemas aparentemente oriundos do uso abusivo e contínuo de álcool, tido como ‘problemático’: aquele que não adere às oficinas, que não tem documentação e, por isso, não gera APAC⁸³ (suspeita-se que veio a Aracaju foragido da polícia), aquele que aparece constantemente embriagado, aquele que ‘dá trabalho’. Com ele, ela se encontra, vincula, se afetam. Entre el*s, nenhuma igualdade, nenhuma fraternidade; tece-se uma política da amizade em interstícios institucionais habitados justamente pelo encontro entre corpos. Potência de afetação, uma amizade que não foi qualificada, “mas qualificante, geradora de qualidades” (PASSOS; BENEVIDES, 2006, p. 14), uma amizade entendida como espaço intersticial, “espaço *entre-dois*, [...] sempre entre um e outro” (ARAÚJO, 2006, p. 31), em que as produções de si retornam, produzindo descentramentos em um, em outro, em seus entornos. É ele quem se oferece para acompanhá-la em caminhadas pela cidade, encontrando outr*s usuári*s na rua, em suas casas.

3) Usuári*s sugerem a realização de oficinas de redução de danos em lugares da cidade em que se encontram amig*s que não vêm ao serviço. A primeira delas é realizada num cemitério perto do CAPS ad, no qual muit*s usuári*s costumam residir. Por meio da oficina, a clínica ocupa, então, o espaço da rua, ali onde a abordagem não precisa exigir o não uso de drogas. Vale ainda perguntar o que se (des)aprende das normas de gênero, quando lá se observa que uma usuária mantém relações afetivas e sexuais com vários outros usuários e que isso, para eles e para ela, é um modo possível de convívio, é a forma experimentada de relação e de cuidado entre pessoas⁸⁴?

4) *“Mataram dois fios meus”*. Em uma outra roda – roda de alcoolistas numa praça, onde usuários de álcool costumam se encontrar desde os anos 1980 –, um usuário que havia

⁸³ Autorização para Procedimento de Alto Custo.

⁸⁴ Nessa mesma direção, reivindicando “formas de aliança não centradas no Estado”, Butler (2003, p. 227) pontua que as alianças que “ultrapassam a esfera da santificante lei, tornam-se ilegíveis, ou pior, insustentáveis”. Diante disso, “a tarefa que temos em mãos é re-trabalhar e revisar a organização social da amizade, dos contatos sexuais e da comunidade para produzir formas de apoio e aliança não centradas no Estado” (ibidem, p. 231).

há alguns anos pulado o muro do serviço com cachaça, sobre o qual na ocasião se solicitava intervenção, já que o mesmo não se ‘vinculava’ ao CAPS ad e só vinha para ‘perturbar’, fala, com olhos espelhando água, da saudade que sentia de mim e de algum*s profissionais que já não estão mais no CAPS ad. Fala também de seu sofrimento por ter tido seus filhos assassinados e por não poder mais dar aulas de artes marciais por conta de seu analfabetismo, o que o fez ‘cair na cachaça’? Esse mesmo usuário, fala, ainda, do medo da morte, pois haviam acabado de perder um amigo que frequentava a praça, e de um sobreviver bebendo... “Eu bebo sim, estou vivendo. Tem gente que não bebe, está morrendo” (COSTA, 1972).

Parar de beber é atestado de óbito. Tem pessoas aqui que não podem parar de beber. Ele parou de vez, o irmão cortou a bebida dele de uma vez e aí ele enfartou. Não deu outra. [...] Como dizem os médicos, tem que desmamar, né? [...] Já tá organizado com o álcool como se fosse um remédio. Então quer dizer que se você parar de vez, aquele motor da gente para. Porque você já vem, já tá velho, o álcool é que te levanta. É igual a um carro, com gasolina. Um carro parado sem gasolina corre? Não, não sai do local. Então tem que ser nem que seja tomando uma, duas por dia.

O que se (des)aprende ao observar homens que frequentam uma praça e se encontram ali para beber juntos desde os anos 1980, mantendo entre si laços de amizade e cuidado?

É porque eles acham que as pessoas que ficam na praça, é... vagabundo. É um termo pesado, mas é a verdade. Acham que é a pessoa que não quer trabalhar, que só quer curtir e tal. Aí por isso, as pessoas discrimina.

Meu dia a dia, graças a Deus, é só comer e tomar cachaça.

Vocês vão para o céu, ficar aqui conversando com biriteiro. Tem umas bonitonas feito vocês que, acho que por medo, arroteiam a praça, não dão nem bom dia, acham que nós somos bichos.

5) O que se (des)aprende quando ‘biriteiros’ e ‘bonitonas’ se encontram para ‘desfazer o já feito’, as bonitonas falando que aprenderam a sentir medo de ‘biriteiros’ e os ‘biriteiros’ falando que talvez o fato de urinar e defecar ali mesmo na praça seja desagradável para morador*s e amplifique ainda mais o afastamento? “*Tem gente de frente, tem mãe de família, aí nego urina, aí nego faz coisa, e tira as coisas, só que passa gente de frente, afinal aqui é uma praça*”.

6) Num cenário em que ainda se costuma exigir abstinência para que usuáris frequentem o serviço, um técnico faz uma intervenção – ‘excêntrica’ aos olhos de muit*s profissionais que ficam a comentá-la – junto a um usuário que costumava chegar ao CAPS ad muitas vezes embriagado, atrapalhando o desenvolvimento das atividades e incomodando profissionais e usuáris. Esse técnico chama tal usuário para uma sala e o convida a fazer um relaxamento corporal, o usuário aceita e, conduzido a prestar atenção em partes de seu corpo, dorme por algumas horas. Algum*s técnic*s ficam a reclamar/estranhar a abordagem...

7) O vínculo produzido num dia a dia entre pessoas que, pelo menos por alguns instantes, esquecem – aquele esquecimento ativo, no sentido nietzscheano (1998) – de suas identidades institucionais, de seus lugares nitidamente demarcados e se misturam; esquecem que o ‘outro’ é perigoso, é para ser odiado ou socorrido e param, naquele lapso de tempo, de lutar por uma inserção social para sempre adiada de um ‘outro’ reformado numa sociedade que o expelle e o despreza e passam – num momento de ‘perda de mundo’ reduzido às redes do mercado e do Estado, redes moderadas por um capitalismo conexcionista que, pela via mesma da inclusão, despluga alguns muitos corpos – a abrir outras redes, compor outros mundos, outras vidas, outras possibilidades de convívio. Nesse sentido, está-se falando da experimentação de um singular modo de vinculação, que produz alianças sem a medida da homogeneização e unificação:

[...] usuários devem olhar pra gente assim ‘ah aquela menininha é muito assim, é muito assada’ e eu acho que é um trabalho mesmo de se aproximar, que é isso, a gente trabalha com vínculos mesmo, né?, de tá criando laços, de tá chegando perto, de tá desmistificando algumas coisas, tanto da gente com eles, quando deles a respeito da gente.

[...] é uma amizade, pra eu sentir uma certa liberdade, né? Mesmo com minha técnica, se eu não chegasse ao ponto de ter uma certa liberdade com ela, eu jamais falaria certas palavras com ela, mas quando se tem uma certa liberdade, uma certa amizade, um vínculo de amizade mesmo, a pessoa fala.

Nesses termos, o vínculo parece funcionar como estratégia clínico-político-afetiva de composição entre corpos, abrindo-os para experimentação de outras alianças, as quais agem na contramão da idealização e fixação do humano, das relações de poder, dos modelos e das práticas de cuidado instituídos, abrindo espaço para a interseção, para o encontro e o reencontro de “um máximo de conexões” (ESCÓSSIA, 2009, p. 692).

8) Num momento de formação, uma consultora pede para um técnico, o qual trabalha com teatro, que adentre a sala em que o processo formativo está ocorrendo, atuando como um usuário embriagado e que fuma dentro do serviço. Diante dessa ‘atuação’, o próprio técnico gagueja suas práticas de abordagem a usuári*s, repensando-as e transformando-as.

Uma das coisas que mais me marcou, eu lembrei agora, no CAPS, foi uma época em que a gente tava lá em planejamento e aí um dos facilitadores de planejamento sugeriu que eu entrasse, como eu trabalho com teatro e tal, que eu representasse um dependente né? E eu pensei assim, eu saí da sala pra pensar, né?, em como fazer, e eu pensei: pô, representar só por representar, não tem sentido. [...]. Mais um ator, mais uma personagem ou uma pessoa fingindo que é dependente. E a sala era fechada com ar-condicionado. E a primeira coisa que me veio na cabeça, eu peguei um cigarro, entrei na sala, acendi o cigarro e comecei a fumar compulsivamente o cigarro. Tragava e jogava, tragava e jogava. E como eu senti mesmo na pele aquilo, porque a primeira reação das pessoas que trabalhavam comigo, que conviviam comigo nesse tempo todo foi de se afastar de mim e ninguém dialogava, né? É... a única coisa que falaram era:

- Apague o cigarro e vamos conversar lá fora.

- Apague o cigarro, que tá me incomodando.

[...] E aí começaram a me chamar pelo nome [...]

- [...] apague aí.

[...] E aí como eu me senti mesmo um usuário, né?, assim, o como isso me fez... pensar. E isso pra mim mudou muito, principalmente meu posicionamento dentro do CAPS, sabe? De me ver como usuário, sabe?

9) Uma profissional passa meses escutando de um usuário que o mesmo deseja trabalhar e junto com ele constrói, como um dos objetivos-chave de seu projeto terapêutico, a retomada de atividades laborais. Ao conseguir um caminho para que isso se efetive, o usuário “some” do serviço e, um belo dia, é encontrado num rio pescando com amigos. “Fico pensando que ele apenas repetia o que, no fundo, eu queria escutar, mas agora fica claro para mim que ele não queria voltar a trabalhar e que tenho que repensar minha prática aqui dentro”.

10) O que se (des)aprende ao convidar um usuário para compor o grupo que acompanharia uma pesquisa de doutorado neste CAPS (o qual foi composto por técnic*s do CAPS ad e do PRD e por ele), na qual ele se engaja, espaçando o uso de crack entre o jogo de videogame e a escrita no caderno de campo e, no CAPS, todo mundo lhe perguntando o que ele tanto fazia com aquele caderno: “não larga mais desse caderno”. “Vai escrever um livro

é?”. “Outro dia veio um técnico perguntar pra mim o que eu tava fazendo pra cima e pra baixo com um caderno”.

11) No CAPS ad, o que se (des)aprende com a entrada de muit*s usuári*s de crack, a maioria jovens e que não ficam muito tempo, num serviço em que a maioria era de homens, adultos e idosos, usuários de álcool que costumavam (e ainda costumam) frequentar o serviço durante anos⁸⁵?

Às vezes, com usuários de crack, é trocar três palavras e dar a ideia. Tem que ser uma coisa rápida, uma abordagem que acompanhe a instantaneidade daquele corpo ali. O espaço-tempo é diferente. Um mês na fazenda parece uma eternidade. Tem uma mudança de cenário por conta do crack que requer novas formas de abordagem. Uma abordagem imediata faz toda diferença. Não é algo que se pode esperar e a lógica dos serviços de saúde, protocolar, tem toda uma demora, avaliar, passar por toda uma equipe. Mas também as intervenções parecem ser muito pontuais. O que fazer com essa dinâmica diferente? Não se sabe o que fazer.

“Trocar três palavras”. “Nessas experimentações verbais há também que exercitar um desfazer-se (outro verbo!) do já dado sobre a clínica, colocando-a em análise” (PASSOS; BENEVIDES, 2006, p. 14). As 11 situações acima destacadas compõem este texto justamente porque parecem assinalar essa abertura do corpo do próprio cuidado em ad. Elas falam de montagens e experimentações menores, circunstanciais, singulares, cotidianas. Elas dizem de práticas de cuidado que se tecem nas passagens, que se fazem sem local fixo, *settings* volantes. Uma clínica afeita aos encontros, a qual se tece “sempre em relação com uma paisagem da cidade, do sujeito, da subjetividade, do meio ambiente, da própria clínica” (ARAÚJO, 2006, p. 31-32).

As 11 situações descritas parecem dizer, pois, de arejamentos, de ventos trazidos por novas relações tecidas num espaço que tende a ser morno e tedioso. “É surpreendente constatar como, com as mesmas ‘notas’ microssociológicas⁸⁶, pode-se compor uma música institucional completamente diferente” (GUATTARI, 2000, p. 189). Ali no CAPS ad, emergem

⁸⁵ Em 2009, no grupo focal com usuários, de 10 usuários, nove usavam apenas álcool, o mais novo tinha 35 anos e o tempo de permanência num serviço que inaugurou em 2002 se dava entre um e sete anos. Apenas um era usuário de crack.

⁸⁶ Vale dizer que muitas dessas notas microssociológicas foram inventadas e disponibilizadas no seio do movimento da Luta Antimanicomial como um modo de fazer frente ao modelo asilar e, assim, produzir um ‘cuidado em liberdade’. A questão é que, no momento em que o movimento se institucionaliza, tais notas tendem a se transmutar em fôrmas institucionais. Como práticas da Reforma Psiquiátrica, tais notas tendem a perder sua força para produzir mudanças e qualificação no cuidado prestado, dado que foram capturadas pela automatização de rotinas assistenciais burocratizadas.

variações, marcas de singularidade aos mínimos gestos, aos mínimos encontros que advêm de um tal contexto institucional. Ali no CAPS, borrando o já feito e o já dado prescrito por certas pedagogias institucionais, terapêuticas e corporais, experiências se tecem no encontro entre corpos, desorganizando-os, forçando-os à (des)aprendizagem e à (des)subjetivação, abrindo-os. No convívio, na afetação entre corpos, no ‘não saber o que fazer’, outros modos de cuidado emergem, desestabilizando o ‘preto no branco’ de paisagens terapêutico-institucionais protocolares, colorindo-as, possibilitando a emergência de outras formas de vida para os corpos e para o cuidado por eles produzido:

[...] Cuidado recíproco. Uma zona de interferência. Mesmo que eu seja provedor do cuidado, o que vem de lá pra cá também produz, inclusive muda o modo de cuidado. Na margem de uma zona de existência, da existência de certas formas de cuidado, eu vejo se criando cuidados próprios, diferenciados que mexe com nossos cuidados padronizados e aí a gente passa a refletir sobre nossas práticas e às vezes sobre nossa vida.

‘Na margem de uma zona de existência, se criam cuidados próprios’, se agenciam outras práticas de si que não as que ensejam sujeição a determinadas formas de poder. Como indica Foucault (2006c, p. 306), parece não haver “outro ponto de resistência ao poder que não na relação de si para consigo”. Bem ali, “nas dobras do poder, encontra-se o cuidado e a preocupação consigo mesmo. Nas dobras de uma sociedade governada e governamentalizada, uma ética do cuidado de si pode ser o caminho da resistência” (GALLO, 2011, p. 389). “A ética do cuidado de si é a tomada da governamentalidade em outro aspecto: muda-se o foco do governo dos outros para o governo de si” (ibidem, p. 373).

Nessa mesma direção, Senellart (2008) afirma que Foucault, tecendo uma articulação entre política e ética, dá um terceiro sentido para a palavra sujeito. Além dos dois sentidos já citados no início deste capítulo – um sujeito sujeitado ao outro por meio da dependência e do controle e sujeitado à sua própria identidade através de certas práticas de si – a partir do estudo dos gregos clássicos, Foucault (2006c, p. 618) pensa “um sujeito verdadeiro, não mais no sentido de uma sujeição, mas de uma subjetivação”. O autor entende o sujeito como uma deriva, como um efeito, um produto de uma subjetivação⁸⁷, não apenas como efeito da verdade do poder, mas com poder da verdade. Ou seja, um sujeito com potência de inventar-se como sujeito por meio de práticas de si, não como técnicas de dominação, mas

⁸⁷ “O sujeito é o efeito de processos de subjetivação. O sujeito é o efeito de um endereçamento. O sujeito é o efeito de um posicionamento. O sujeito é o efeito da história. O sujeito é o efeito da *différance*. O sujeito é uma derivada. O sujeito é uma ficção. O sujeito é um efeito.” (CORAZZA; SILVA, 2003, p. 11).

como exercícios que faz sobre si mesmo, pondo-se à prova, entendendo a vida como prova, como espaço de experimentação, como lugar de possibilidade de transformação de si. Um dar forma à vida, um formar o eu, “uma prática de si e da verdade em que está em jogo a liberação do sujeito mais que seu aprisionamento em uma camisa de força da verdade” (ibidem, p. 618). Foucault aponta, pois, para um sujeito que emerge da resistência ao poder e ao fascínio da verdade nas relações de saber. Em outros termos, está-se construindo uma noção de sujeito não apenas “como o indivíduo sujeitado, mas a singularidade que se afirma na resistência ao poder – [...] as contracondutas” (SENELLART, 2008, p. 511), as subjetividades que dizem ‘não’ ao jogo da governamentalidade, subjetivações que brotam da ruptura com o jogo político.

3.3 (Re)existências de corpos

Quem tem a força de saber que existe
E no centro da própria engrenagem
Inventa a contra-mola que resiste

Quem não vacila mesmo derrotado
Quem já perdido nunca desespera
E envolto em tempestade decepado
Entre os dentes segura a primavera
(RICARDO; MENDONÇA, 1999).

Mas “de onde vêm essas resistências? [...] como transpor a linha, como ultrapassar as próprias relações de força? Ou será que estamos condenados a um face a face com o Poder, seja detendo-o, seja estando submetidos a ele?” (DELEUZE, 1992, p. 123). Deleuze, fazendo referência a “um dos textos mais violentos e também mais cômicos de Foucault”, qual seja, ‘A vida dos homens infames’ – texto norteador da escrita desta tese (FOUCAULT, 2006a) –, também vai na direção de indicar que a força de resistência ao exercício do poder governamental obstinado por tomar de assalto a produção de subjetividades reside justamente na produção e num embarcar em outros modos de subjetivação, outras formas de vida: “quando Foucault chega ao tema final da ‘subjetivação’, essa consiste essencialmente na invenção de novas possibilidades de vida” (DELEUZE, 1992, p. 114):

Transpor a linha de força, ultrapassar o poder, isto seria como que curvar a força, fazer com que ela mesma se afete, em vez de afetar outras forças: uma “dobra” segundo Foucault, uma relação da força consigo que nos permita resistir, furtar-

nos, fazer a vida ou a morte voltar-se contra o poder. [...] É o que Nietzsche descobria com a operação artista da vontade de potência, a invenção de novas “possibilidades de vida”. (ibidem, p. 123).

Governo de si por meio da produção de outras práticas de si que dão vazão a outras subjetivações, as quais descarrilam formas de ser já dadas, formatadas, enlatadas, desfazem o que foi feito de nós, inclusive por nós mesmos – esse parece ser um caminho frutífero de resistência ao biopoder. Nessa mesma direção, Fahir Neto (2010, p. 21), inspirado em Foucault, indica “a possibilidade da ética enquanto autoprodução de subjetividade”:

O sujeito do *último* Foucault é um sujeito por fazer, potencialmente capaz de estabelecer, em relação a si mesmo, uma diferença contínua. Sua única determinação, porém, é a potência de reconhecer, em si mesmo, um material ao qual pode ser dada uma outra forma. O que pré-existe, no sujeito ético de Foucault, não é a forma que ele é capaz de dar à sua própria materialidade, não é a forma que constitui a sua experiência, mas a simples capacidade de se experimentar sempre outro em relação a si próprio, à sua própria forma atual. (ibidem, p. 201).

Em última análise, entre biopoder e biopotência, entre poder sobre a vida e potências de vida (PELBART, 2003a, 2004), nesse espaço paradoxal, o corpo desliza entre minguar ao ser exposto à luz do poder – o qual vampiriza sua potência – e dobrar o poder, excedendo-o, vazando, criando a desmedida, produzindo outros modos de existência, outras subjetivações, outras formas de viver e conviver, alçando um governo de si ao invés de prosseguir governado por outros. Primavera nos dentes. Ensaio de existência, (re)existências dos corpos, do cuidado e da vida institucional, insurgências de um cuidado de si que se tece na relação com o outro, um cuidado como prova, como experiência que faz do mundo⁸⁸, “ocasião de transformação de si, o lugar de emergência de uma subjetividade” (GROS, 2006, p. 635). Cuidado de si como experimentação de modos de subjetivação aquém e além do Estado e do mercado. Corpos e sujeitos experimentando-se. Outras formas de vida, plantas em solos áridos de sertão, brotam no interior mesmo do CAPS...

‘No CAPS, voltei a ser homem, cidadão de bem, cuidador de mim mesmo, trabalhador inserido na sociedade, resgatei minha saúde e minha cidadania’. ‘No CAPS, promovo “o agenciamento de mim mesmo como polícia da vida no emprego, atuando em

⁸⁸ De acordo com Foucault (2006c), o cuidado de si não é uma exigência de solidão e de separação do mundo, é, sim, uma prática social, um intensificador das relações sociais. “O cuidado de si não tem por finalidade cortar o eu do mundo, mas prepará-lo, em vista dos acontecimentos do mundo” (GROS, 2006, p. 651). Não se trata, pois, de abster-se do mundo, mas de medir o lugar que se ocupa nele. Em outros termos, o cuidado de si é “aquilo que nos incita a agir bem, aquilo que nos constitui como o sujeito verdadeiro de nossos atos” (ibidem, p. 651).

políticas públicas” (PASSETTI, 2011, p. 134). ‘No CAPS, sobrevivo’. “*Game-over*, quem me ouviu? [...] Salto[s] quântico[s] na queda” (POLAYNE, 2010). O sobreviver dos sobreviventes, bem ali a resistência parece saltar: e “se entendermos os movimentos de resistência como afirmação de algo e não como negação ou reação a algo – uma re-existência?” (COIMBRA; LEITÃO, 2009, p. 75).

No cansaço, na apatia, na paralisia⁸⁹ aparente, no desgaste, reservas de vida e de morte surgem transfigurando corpos cansados em corpos esgotados que ousam almejar o inominável e o impossível⁹⁰. “A resistência passiva. Impossível ‘intimidar a sua imobilidade’” (PELBART, 2004, p. 140). Na exaustão dos corpos de profissionais que seguem apagando incêndios para depois sentar à mesa de suas salas com ar-condicionado e de usuári*s que passam o dia ali sem fazer nada em cima de outras mesas passando calor, por vezes, em vez de terem seus corpos tomados por afetos do ressentimento que se fazem acompanhados de reações à forma como o poder ilumina seus corpos⁹¹, a passividade e a paralisia transfiguram-se numa diminuição do metabolismo, na constituição de reservas de vida e de morte que parecem os preparar para ações intempestivas na escuridão.

Como que, ensaiando ocupar lapsos de tempo em pequenos espaços de destituição de identidades e funções institucionais, corpos ensejam outras peripécias, outros gestos, movimentos de recusa à sujeição ao governo da individualização, se formam novos modos

⁸⁹ Paralisia parecida com o que Nietzsche (1995, p. 30) denominou “fatalismo russo”: “Aquele fatalismo sem revolta, com o qual o soldado russo para quem a campanha se torna muito dura finalmente deita-se na neve. Absolutamente nada mais aceitar, acolher, engolir – não mais reagir absolutamente... A grande sensatez desse fatalismo que nem sempre é apenas coragem para a morte, mas conservação da vida nas circunstâncias vitais mais perigosas, é a diminuição do metabolismo, seu retardamento, uma espécie de vontade de hibernação. [...] Por que nos consumiríamos muito rapidamente se reagíssemos, não reagimos mais: essa é a lógica. E nenhuma chama nos devora tão rapidamente quanto os afetos do ressentimento. O aborrecimento, a suscetibilidade doentia, a impotência da vingança, o desejo, a sede de vingança, o revolver, venenos em todo sentido – para os exaustos é essa certamente a forma mais nociva de reação.

⁹⁰ “O esgotado é muito mais que o cansado. [...] O cansado apenas esgotou a realização, enquanto o esgotado esgota todo o possível. [...] Quando se realiza um possível é em função de certos objetivos, projetos e preferências. [...] Bem diferente é o esgotamento [...]. Não mais se realiza mesmo que se conclua algo [...] e não se é passivo: está-se em atividade, mas para nada. Está-se cansado de alguma coisa, mas esgotado de nada. [...] Apenas o esgotado pode esgotar o possível, pois renunciou a toda necessidade, preferência, finalidade ou significação. Apenas o esgotado é bastante desinteressado e escrupuloso. Ele é forçado a substituir projetos, por tabelas e programas sem sentido” (DELEUZE, 2010, p. 69-71).

⁹¹ Ressentidos parecem funcionar mobilizados pela procura por uma causa para o seu sofrimento, por um agente culpado, algum vivente em que possa descarregar seus afetos, algum lugar em que possa encontrar corpos disponíveis para tal descarga, “pois a descarga de afeto é para o sofredor a maior tentativa de alívio, de *entorpecimento*, seu involuntariante ansiado narcótico (NIETZSCHE, 1998, p. 116). Esse efeito sedativo, essa exigência de narcotização da dor por meio do afeto é a justificativa nietzscheana para esse processo reativo que ele intitula ressentimento: a má consciência que corrói e esvazia a potência dos corpos; reação contra a vida.

de existência, novos modos de relações entre esses corpos, novas formas de vida e de habitação daquele espaço, novos modos de cuidado, um ‘outro’ do corpo de profissionais e usuáři*s, um ‘outro’ do corpo do cuidado protocolar, um ‘outro’ do corpo do CAPS ad. Sopros de vida. Mesmo ali onde tudo parecia nada restar, corpos vergam, mas não quebram (POLAYNE, 2010), sempre desejam mais do que a apatia de uma sobrevivida codificada, corpos desejam uma vida como aventura sem bússolas, errância, descaminho, invenção, porque gente é para viver e não para seguir apenas vivo...

Ser homem, se isso não tiver como amarra de correspondência social. Ser homem, ser gente. E gente é mais que homem.

Mas você vai resgatar o quê? Você já teve isso mesmo? Você vai resgatar o que você nunca teve? Que cidadania é essa? É algo que você teve ou que as pessoas falam tanto que você acredita que perdeu? Para alguns usuários voltar a ser homem é voltar a trabalhar, a ter um convívio com a família, ficar com meninas, ter relações sexuais que não estava tendo... Ou a comunidade em torno dele voltar a olhar ele como cidadão. Devolver, resgatar o quê? O que os usuários, cada um entende por cidadania? O slogan carteira de trabalho, salário mínimo, voto, certidão de nascimento, sou cidadão. Ser cidadão é só isso? Você existe, então você é cidadão, mas o que você quer? Qual o seu plano de vida? Eu quero estar vivo, mas estar vivo como? Estar vivo é muito pouco.

Exaustão de corpos que, engajados no ‘modo de ser indivíduo’, se abateram no cansaço, na apatia, na passividade. Corpos cansados de profissionais e corpos maltrapilhos de usuáři*s, ambos seguem sobrevivendo. Mas “o pulso ainda pulsa, o corpo ainda é pouco” (ANTUNES, 1989). Bem ali no acúmulo do desgaste, no convívio entre esses corpos, vez por outra pululam surpreendentes reservas de vida que, ao ousar emergir a cena institucional do cuidado, singularizam, abrindo os corpos para a invenção, para um exercício de experimentação de outras formas de vida, de relação e de cuidado, forçando (des)aprendizagens, (des)subjetivações, “um agir pedagógico intenso” (CECCIM; MERHY, 2009), práticas pedagógicas de resistência que não são meramente reativas em relação a um determinado exercício de poder, mas afirmativas de outros modos de formação, outras formas de vida, (re)existências. Num contexto em que as formas de vida gestam-se encurraladas entre o Estado e o mercado, em que a sobrevivida, a vida nua, à zoé é razão do exercício de poder em voga, “como extrair da vida nua formas de vida quando a própria forma se desfez, e como fazê-lo sem reinvocar formas prontas, que são o instrumento da redução à vida nua?” (PELBART, 2004, p. 154).

Parece ser nessa direção que Foucault (2010b) fala em práticas de liberdade. Mas que fique entendido: a liberdade foucaultiana não é da ordem de um resgate ou de uma liberação, mas da ordem da constituição, de um movimento de constituição de si⁹². Todavia não se trata de uma produção de si como alma, como um eu dotado de uma interioridade de si e, sim, da transmutação da *zoé*, da sobrevida, em *bíos*. Transmutação esta que se dá por meio de uma experimentação de si como possibilidade de transvalorar (NIETZSCHE, 1998) de inventar modos de vida, de (re)existir, de dar espaço a processos de subjetivação com potência para abrir os corpos para outros valores, outra vida, outro mundo. E “num modelo político centrado nas ideias de segurança e de produção de seguridade, as práticas de liberdade são uma opção pelo risco, pelo instável, pelo heterogêneo” (GALLO, 2011, p. 389). Parece ser no risco, no perigo das misturas que a vida pulsa...

Atenção ao dobrar uma esquina
 Uma alegria, atenção menina
 Você vem, quantos anos você tem?
 Atenção, precisa ter olhos firmes
 Pra este sol, para esta escuridão
 Atenção
 Tudo é perigoso
 Tudo é divino maravilhoso
 (VELOSO; GIL, 2007).

Exercitando uma atenção rasteira, de rapina, experimentam-se e observam-se encontros alegres com força de dobrar a esquina de uma dada forma de poder. Ali mesmo no espaço do CAPS ad, borrando formatações institucionais, terapêuticas e corporais, vez por outra fagulhas saltitantes de vidas e corpos que insistem em se expandir para além de formatações e produzir novas formas de ação e de vida, emergem na cena, provocando vazamentos, (re)existências. Exercitando uma atenção cartográfica e flutuante (KASTRUP, 2008, 2009), posicionando-se à espreita de acontecimentos (FOUCAULT, 2001b), pode-se observar e experimentar no serviço um desprender-se dos empreendimentos governamentais de segurança e, desse modo, o acontecer de alianças fabulosas, monstruosas, que se desenrolam num espaço noturno, não identitário, produzido por corpos

⁹² “Aliás, a forma que o sujeito dá a si mesmo, na prática refletida de sua liberdade, não é anterior à experiência que ele faz de si mesmo, está à sua disposição, não na sua ‘interioridade’, mas no mundo do qual faz parte” (FAHIR NETO, 2010, p. 201). “O mundo é reconhecido como sendo aquilo através do que fazemos a experiência de nós mesmos” (FOUCAULT, 2006c, p. 590). Dissolve-se, assim, “o mito da interioridade. A interioridade é a expressão topológica, geográfica, do sujeito autônomo e soberano” (CORAZZA; SILVA, 2003, p. 11).

que ousam correr o risco e o perigo de se misturar, de se imiscuir no perigo de formar para si mesmos uma vida, um corpo, um cuidado.

A subjetivação sequer tem a ver com a “pessoa”: é uma individuação, particular ou coletiva, que caracteriza um acontecimento (uma hora do dia, um rio, um vento, uma vida...). É um modo intensivo e não um sujeito pessoal. É uma dimensão específica sem a qual não se poderia ultrapassar o saber nem resistir ao poder. (DELEUZE, 1992, p. 123).

“Se o homem foi uma maneira de aprisionar a vida, não será necessário que, sob uma outra forma, a vida se libere no próprio homem?” (DELEUZE, 1992, p. 114). No CAPS ad, vidas infames, nomes ameaçados de desaparecimento deixam rastros, afetam e fazem gaguejar modos de ser e de cuidar-educar muito afeitos à forma-Homem, ao modelo “do homem de saúde, de raça, de sexualidade, [...] do homem seguro, [...] do homem econômico” (FAHIR NETO, 2010, p. 195). A forma-Homem enfastia, cansa, por meio dela “o homem se tornou um verme medíocre, insosso [...]. O homem está doente, conclui Nietzsche, e sua doença se chama homem, essa forma reativa e impotente que lhe colou na pele (PELBART, 2003b, p. 32). Cansado dessa mediocridade, vez por outra, esse verme medíocre sai para passear, trilhando caminhos noturnos, como na canção repetida muitos dias e em muitos momentos do dia por João Batista no CAPS ad em que se desenvolveu a pesquisa:

Um grito de estrela
Vem do infinito
E um bando de luz
Repete o grito
Todas as cores e outras mais
Procriam flores astrais
Um verme passeia na lua cheia
(RICARDO; MENDONÇA, 1999).

“No interior do que se poderia parecer vida nua a que foram reduzidas pelos poderes sejam eles soberanos, disciplinares ou biopolíticos, [...] se expressa *uma vida*, singular, impessoal, [...] que se subtrai a todos eles, embora não pertença a um sujeito” (PELBART, 2004, p. 154). Em zonas de sombra, onde a luz do poder não alcançou, pelo menos ainda, sobre a borda do que se é, corpos habitantes do CAPS ad desorganizam-se, atualizam-se, desvencilham-se de armaduras identitárias, hibridizam-se, devêm:

Devir é a partir das formas que se tem⁹³, do sujeito que se é, dos órgãos que se possui ou das funções que se preenche, extrair partículas, entre as quais instauramos relações de movimento e repouso, velocidade e lentidão, as mais *próximas* daquilo que estamos em vias de nos tornarmos e através das quais nos tornamos. (DELEUZE; GUATTARI, 1997a, p. 64).

Como espaço de resistência, a vida nua é desnudada de qualquer transcendência e vestida de imanência e devir. Devir é dança, é agenciar-se com o caos, e “somente quem tem o caos dentro de si pode dar à luz uma estrela bailarina” (NIETZSCHE, 2008, p. 41). Por isso, “toquem a música bem alto, façam meu corpo dançar” (ANTUNES, 2002). Biopotência: “ao vivente apetece acima de tudo expandir sua própria força: a própria vida é vontade de potência” (NIETZSCHE, 2009, p. 23). E a vida “é o corpo ‘feito’, literalmente fabricado, ‘a vida é este corpo’, o corpo como força gênese que se liberta ‘daquilo que pesa sobre ele como determinação’.” (COCCO, 2009, p. 186). O autor continua: “Se a vida deve livrar-se de todas as suas amarras sociais, históricas, políticas, não será para reencontrar algo de sua animalidade desnudada”, com sua noite? (ibidem, p. 186). Em intervalos, em lapsos, em pausas, em interstícios do exercício de poder, o mandato de cuidar de corpos infames pode se transfigurar no desejo por um cuidado de si como “ética da imanência”, ou seja, como um exercício de “inscrever uma ordem na própria vida, mas uma ordem imanente, que não seja sustentada por valores transcendentais ou condicionada por normas sociais. [...] um fazer da própria existência, deste material essencialmente mortal, o lugar de construção de uma ordem” (GROS, 2006, p. 643), uma construção artesã. “Uma ética enquanto forma a ser dada à conduta e à vida” (ibidem, p. 642). Um cuidado de si como ética da escuridão, um movimento de (des)aprendizagem, de desarraigar-se do que já foi feito e abrir-se ao descaminho, ensaiando novas formas de vida. Essa experimentação dessa ética, desse cuidado, desse movimento convida os habitantes do CAPS a se imiscuir em paisagens noturnas, prenhes de vida. Bem ali no CAPS ad, corpos devêm lobos sedentos de vida.

Em outros termos, trata-se da persistência de corpos que insistem em viver, de movimentos de vida que insistem em resistir para (re)existir. Nessa resistência, nessa insistência, “há o corpo e o devir”, as dobras de um corpo que tecem uma vida

⁹³ “É necessário guardar o suficiente do organismo para que ele se recomponha a cada aurora; pequenas provisões de significância e de interpretação, é também necessário conservar, inclusive para opô-las ao seu próprio sistema, quando as circunstâncias o exigem, quando as coisas, as pessoas, inclusive as situações nos obrigam; e pequenas rações de subjetividade, é preciso conservar suficientemente para poder responder à realidade dominante.” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 23).

desconhecida, forte, obscura, obstinada (COCCO, 2009, p. 189). Se a vida é ‘corpo feito’, o corpo

[...] é uma grande razão, uma multiplicidade com um único sentido, uma guerra e uma paz, um rebanho e um pastor. Instrumento de teu corpo é também a tua pequena razão, meu irmão, à qual chamas ‘espírito’, pequeno instrumento e brinquedo da tua grande razão. ‘Eu’, dizes; e ufanas-te desta palavra. Mas ainda maior, no que não queres acreditar, é o teu corpo e a sua grande razão: esta não diz eu, mas faz o eu. (NIETZSCHE, 2008, p. 60).

Nas frestas do exercício de poder, corpos abrem-se a tortos e descompassados ensaios de existência. Uma vez que “as modalidades de resistência vital proliferam das maneiras as mais inusitadas”, é esta vida em cena que se intenta seguir, “‘vida por um triz’, não a vida nua e bruta, como diz Agamben, reduzida pelo poder ao estado de sobrevida, mas a vida em estado de variação, modos ‘menores’ de viver que habitam nossos modos maiores” (PELBART, 2003a, p. 150). Tais modos parecem ensejar possibilidades de reversão do poder sobre a vida em potência de vida, em potência política da vida que faz variar as suas formas, abrindo os corpos para outras rotas.

A partir dessa abertura-experimentação, pode-se desestabilizar a ideia de que produzir saúde é normalizar e humanizar demasiadamente corpos. Mas “qual saúde bastaria para libertar a vida em toda parte onde esteja aprisionada pelo homem e no homem, pelos organismos e gêneros?” (DELEUZE, 1997, p. 14). No encontro entre corpos e com o ‘outro’ do corpo, em vez de se prosseguir produzindo a saúde dos corpos obedientes dos/as cidadãos/ãs de bem e, assim, cerceando e acinzentando a vida, desejando sua verdade servil, sobrevivendo, pode-se ousar colorir a vida, buscando por seus movimentos de expansão, seguindo na escuridão a arte da feitura de corpos. É que “nós sonhamos com outras coisas mais clandestinas e mais alegres” (idem, 1992, p. 18). Em outros termos, o que interessa saber é que

[...] há encontros possíveis, acasos, casos fortuitos, e não alinhamentos, aglutinações, toda essa merda em que se supõe que cada um deva ser a má consciência e o inspetor do outro. [...] O problema nunca consistiu na natureza deste ou daquele grupo exclusivo, mas nas relações transversais, em que os efeitos produzidos por tal ou qual coisa (homossexualismo, droga etc.) *sempre podem ser produzidos por outros meios*. Contra os que pensam “eu sou isto, eu sou aquilo”, [...], é preciso pensar em termos incertos, improváveis: eu não sei o que sou, tantas buscas ou tentativas necessárias [...] – nenhuma bicha jamais poderá dizer com certeza “eu sou bicha”. O problema não é ser isto ou aquilo no homem, mas antes o de um devir inumano, de um devir universal animal: não tomar-se por um animal, mas desfazer a organização humana do corpo. (ibidem, p. 21).

Se o devir não é produção de um objeto transformado, mas uma aliança monstruosa, “o que é importante não são nunca as filiações, mas as alianças e as misturas; não são as heranças e as descendências, mas os contágios, a epidemia, o vento.” (DELEUZE; GUATTARI, 1997a, p. 291). *“Eu vagabundo, eu... Eu sou um invisível, um inútil. Não sei, eu sou o vento”*, experimentando o que fazer com minha liberdade.

[...] não há como preservar essa liberdade de ‘seres ainda por nascer’ [...] num corpo excessivamente musculoso, em meio a uma atlética autossuficiência, demasiadamente excitada, plugada, obscena. Talvez, por isso, essas personagens [...] precisem de sua imobilidade, esvaziamento, palidez, no limite do corpo morto. Para dar passagem a outras forças que um corpo “blindado” não permitirá. (PELBART, 2004, p. 142).

A grande razão do corpo, a sua feitura, parece, assim, ser a de inventar composições, fazer liga, agenciar-se: um corpo que se agencia a um caderno, um corpo que se faz pesquisa ao se agenciar a um andarilho infame, um corpo que se agencia com o vento, agenciamentos entre corpos de profissionais e de usuáři*s que borram tais fôrmas identitárias e as formas de vida institucional... Agenciar é justamente “estar no meio, sobre a linha de encontro entre dois mundos. Agenciar-se [...] é criar algo que não está nem em você nem no outro, mas entre os dois, neste espaço-tempo comum, impessoal e partilhável que todo agenciamento coletivo revela” (ESCÓSSIA, 2009, p. 692). A única unidade do agenciamento “é a de cofuncionamento, ligando estado de coisas, estado de corpos e enunciados em relações de vizinhança com limites móveis e sempre deslocados” (NEVES; HECKERT, 2010, p. 167). Fazer o corpo é também, nesse sentido, produzir um comum, entendendo-o como “um reservatório de singularidades em variação contínua” (PELBART, 2003a, p. 30), um “compartilhamento de uma separação dada pela singularidade” (ibidem, p. 141). “Um comum é sempre um fazer, um expandir-se, um excesso” (COCCO, 2009, p. 199).

Eis o paradoxo a ser habitado: redefinir o comum nos termos acima propostos, produzir ‘comuns’ partindo do “pathos de distância” nietzscheano (2009), nesses tempos em que os termos ‘coletivo’ e ‘comum’ não passam de clichês, de linguagens que funcionam como palavras de ordem, imagens pré-fabricadas que ditam nossa percepção (DELEUZE, 1992). Forjar ‘comuns’ num contexto em que o comum é sequestrado sob imagens consensuais espetacularizadas:

Perambulamos em meio a espectros do comum: a mídia, a encenação política, os consensos econômicos consagrados, mas realmente as recaídas étnicas e religiosas, a invocação civilizatória calcada no pânico, a militarização da existência para

defender a “vida” supostamente “comum”, ou, mais precisamente, para defender uma forma de vida dita “comum”. No entanto, sabemos que esta “vida”, esta “forma de vida” não é realmente “comum”, que quando compartilhamos esses consensos, essas guerras, esses pânicos, esses circos políticos, esses modos caducos de agremiação, ou mesmo essa linguagem que fala em nosso nome, somos vítimas ou cúmplices de um sequestro. (PELBART, 2003a, p. 140).

No CAPS ad, na pesquisa, experimentaram-se movimentos de composição, de mistura, de produção de comum. A partir desses movimentos, acontecem práticas de liberdade e de cidadania, sem que esses termos funcionem necessariamente para capturar vidas, ou seja, descolando-os do mandato de formatação de condutas e articulando-os ao movimento de dar forma à vida. Espreitando onde o poder se exerce sob esses nomes, mas também o da “técnica, o do saber, o da objetividade” (FOUCAULT, 2006a, p. 29), corpos parecem se abrir a outras experimentações: em vez de uma ‘cidadania da sujeição’, a qual requer (auto)policiamento das condutas, que organiza os corpos colando-os a um rosto homogêneo e transcendental de homem e humanidade, ensaia-se uma cidadania que brota não mais de identidades soberanas, mas imanente a processos singulares, num movimento associado às práticas cotidianas (CARVALHO, 2009; COIMBRA, 2001). Cabe assinalar algumas cenas pinçadas do diário de campo, na medida em que elas parecem dizer da experimentação no CAPS ad dessa ‘estranha’ produção de cidadania:

1) Em uma assembleia com usuáři*s, inicia-se com uma atividade corporal embalada ao som de Bezerra da Silva (2004) – “vou apertar, mas não vou acender agora”. O grande foco da discussão do dia era o enfrentamento de situações recorrentes de violência dentro do serviço. Na tentativa de ouvir muitas vozes, em grupos menores, profissionais e usuáři*s produzem, junt*s, estratégias de enfrentamento, registram-nas e elas passam a funcionar como norteadores de abordagem.

2) Numa oficina para desenvolver uma cartilha de redução de danos junto com usuáři*s, estes falam que reduzir danos para els seria: quando embriagado, não dormir na mesma cama que a companheira, pois corre o risco de urinar na cama, e essa situação é embaraçosa; algum amigo menos embriagado acompanhá-lo para casa, carregando sua bicicleta, pois são comuns “*aterrissagens forçadas*”, caírem, inclusive em bueiros. Alguns mostram cicatrizes e machucados recentes, sobretudo na face.

3) Em apresentações do coral do CAPS ad em pontos da cidade, observam-se gestos corporais preñes de vida: um corpo-percussão a tocar como nos tempos em que participava do primeiro trio elétrico da cidade, olhos brilhantes, sorrisos ‘de verdade’, vozes

entoando canções que gostam. *“Eu adoro um Caetano, acho as músicas de Gil agitadas demais”*.

As pessoas lá fora vê a gente com outros olhos.

- Outro ângulo.

- Porque eles não vê mais a gente como uns drogados, como uns alcoolista.

- É, aonde nós nos apresentamos.

O coral tá levando a gente à sociedade. A sociedade tá olhando nós com outra feição. Como mãe de usuário, chega pra nós quando a gente se apresenta: ‘Onde é esse CAPS? Me dê o endereço’. Isso é importante pro coral. [...] Então isso é maravilhoso.

Com o objetivo de expansão da vida, criar territórios comuns junto à vida de corpos ‘infames’, em vez de seguir desejando arrancar-lhes verdades: “vidas solapadas, do ontem e do agora, não apelariam à salvação ou à glória de serem vítimas exclusivas de agruras. Libertação e exclusividade [...] impedem essas existências de ultrapassarem suas bordas e nada dizem sobre a impessoalidade da dor” (BAPTISTA, 2010, p. 104-105). Recusam-se, pois, “as interpretações humanistas, repletas de sentido ou piedade a respeito de tais homens extraviados, com seus corpos imóveis e inertes, esvaziados e esquálidos” (PELBART, 2004, p. 141), com seus corpos suspensos sobre as mesas, fritando junto à pedra, corpos-narina junto ao pó, embevecidos em álcool, um corpo que *“já tá organizado com o álcool como se fosse um remédio. Então quer dizer que se você parar de vez, aquele motor da gente para”*. Corpos esfarrapados. “Pensemos na fragilidade desses corpos [...] em posturas que tangenciam a morte” (ibidem, p. 141). Esses corpos, algo neles, no entanto, parece também encarnar

[...] uma estranha obstinação, uma recusa inabalável. Nesses seres somos confrontados a uma surdez que é uma audição, uma cegueira que é uma vidência, um torpor que é uma sensibilidade exacerbada, uma apatia que é puro *pathos*, uma fragilidade que é indício de uma vitalidade superior. (ibidem, p. 141).

A direção parece ser, então, a de “retomar o corpo naquilo que lhe é mais próprio, sua dor no encontro com a exterioridade, sua condição de corpo *afetado* pelas forças do mundo” (idem, 2003a, p. 45). E, assim, em vez de seguirmos anestesiando, narcotizando a dor, esta pode ser inserida na imanência de uma vida que não precisa de redenção (idem, 2003a, 2004). Abandonar, sem olhar para trás, desfazer-se, destruir, esquecer ativamente o

[...] procedimento acolhedor de uma diferença liberada das trevas, [em que] a alma do pesquisador avoluma-se, engrandece-se, mas o olhar se mantém intacto como se o objeto da sua visada não perscrutasse ou atravessasse a sua carne. O corpo, após a pesquisa, continuaria ileso junto à alma robusta. Noite e luz permaneceriam

incompatíveis, à semelhança da lógica binária do bem e do mal. Sombras e restos de escuridão, ignorados por essa escuta acolhedora, persistiriam até a próxima captura. (BAPTISTA, 2010, p. 104).

Esquecer ativamente a altivez cientista e sua obstinação em funcionar como guia de rebanho, separando luz e noite, bem e mal. Em vez disso, tramar comuns, territórios compartilhados a partir do “pathos de distância”⁹⁴ parece despontar como modo de resistência: maquirar alianças no sentido de fortalecer a direção de considerar de modo afirmativo, ao invés de reativo, o sofrimento e os terrores da existência. Por meio de alianças entre singularidades, a vida pode expandir-se ao invés de apequenar-se diante de uma moral niveladora; podem-se alçar governos de si ao invés de seguir governados por outros.

Nesse sentido, tem-se muito a (des)aprender sobre práticas de pesquisa. Tem-se também muito a (des)aprender com a noite dos corpos – do serviço, das práticas de cuidado que ali se gestam, dos profissionais e usuári*s, da pesquisa, da escrita – espreitando-os nos espaços de pouca luz, nas zonas de sombreamento que se fazem presentes, basta olhar com mais ‘cuidado’. Aprendendo com Zarathustra o respeito ao corpo e à terra (NIETZSCHE, 2008), a carne mais barata do mercado desnuda-se das marcas de poder e veste-se de devir: seguindo o trem do desejo, ao penetrar a noite escura e abrir sem censura o ventre da morena terra, vira estrela e dança (LEE, 2009).

(Des)aprender como prática de si: a prática de si tem uma função crítica, “deve permitir desfazer-nos [...]. Desaprender é uma das importantes tarefas da cultura de si” (FOUCAULT, 2006, p. 602). Desarraigar-se de si, abrir o corpo, dar passagem para subjetividades nascentes, para um “corpo larvário sob um corpo subjetivado” (MACHADO, 2011, p. 98). Experimentação de formação, de feitura, de (des)aprendizagem. Nesse sentido, (des)aprender é resistir, é abrir-se à esfera da ética noturna do descaminho, abrir-se a gestos sem finalidade que se bastam, como numa dança. Ainda mais quando eles se dão “na conjunção impossível entre o moribundo e o embrionário” (PELBART, 2004, p. 141), acompanhados por uma espécie de vertigem:

[...] vertigem da possibilidade de um outro mundo, vertigem comparável ao estado que acompanha o fato de se debruçar na janela, vertigem da morte como tentação da Alteridade Absoluta, mas também vertigem da anorexia. É sempre a mesma questão: se colocar na tangente da finitude, brincar com o ponto limite. Kafka brincou com esse tipo de vertigem da abolição, relacionando a noite aos

⁹⁴ Desejo de diferenciação, de distanciamento e singularização, de superação de si e da moral predominante mediante esforço em suplantando condições adversas, utilizando, para isso, da potência que cada corpo possui de criar outras situações de existência (NIETZSCHE, 2009).

verdadeiros estados de transe ligados à fome, ao frio, à fadiga. (GUATTARI, 2000, p. 83).

Na borda desse limite, ali “onde a vida se encontra em estado mais embrionário, onde a forma ainda não ‘pegou’ inteiramente” (PELBART, 2004, p. 142), encontram-se larvas de resistência. Em paisagens noturnas, pode-se, assim, experimentar alianças monstruosas, perigosas, divinas, maravilhosas.

3.4 (Re)existências do cuidado

Nosso tempo, o “do sistema capitalístico⁹⁵ e da subjetividade do equivaler generalizado que se sustentam na tangente da morte e da finitude para, no último momento, reterritorializar o sistema, refundá-lo sobre identidades personológicas” (GUATTARI, 2000, p. 86). Nosso tempo, o da “cultura da iniciativa”, em que sujeitos se veem impelidos a

[...] distinguir-se por seus atos individuais, [...] a agir por sua própria conta. [...] O imperativo do agir a qualquer preço aliado a uma precariedade de referências subjetivas são elementos fundamentais na produção do homem contemporâneo, caracterizando, igualmente suas patologias. (GONDAR, 2003, p. 84).

Configuram-se, assim, “patologias do ato”, em que “o indivíduo dificilmente se sente à altura da *performance* que lhe é exigida” (ibidem, p. 84). Depressão e compulsão/adição são os dois extremos dessa patologia do empuxo ao ato. Nesses tempos de hiperprevenção, de controle de todos os riscos rumo à perfeição corporal, “bioascese e descontrole pulsional são dois lados da mesma moeda” (ORTEGA, 2008, p. 38).

Gondar (2003) afirma que, ainda que pela via do sofrimento, a compulsão pode ser entendida como um modo de resistência ao imperativo de modelização homogeneizante, de organização dos corpos. Ou seja, ela expressa algo que se furta à sujeição, dizendo de uma subjetivação, de uma tentativa de (re)composição de um território existencial, “repetição intensiva, lancinante afirmação existencial” (GUATTARI, 2000, p. 41), “função existencial que

⁹⁵ Em Guattari e Rolnik (2000, p. 15), Guattari acrescenta o sufixo “ístico” ao termo capitalista, para englobar não somente sociedades qualificadas como capitalistas, mas que vivem “uma espécie de dependência e contradependência do capitalismo”. Para ele, em tais sociedades também funciona uma forma de poder indexada na economia subjetiva, ou seja, centrada na tomada de poder sobre os modos de produção de subjetividades.

pode se encarnar segundo ritornelos⁹⁶ muito concretos” (ibidem, p. 72), como no uso compulsivo de drogas. Tentativa de singularização:

Não é difícil perceber, para aqueles que trabalham com alcoólatras e drogados – ou comedores compulsivos, ou anoréxicos – o quanto se insurge em seus atos [...] uma tentativa de se furtar às injunções sociais, familiares e/ou políticas em sentido amplo, por meio de um vetor destrutivo que retorna sobre o próprio indivíduo. (GONDAR, 2003, p. 89).

“O lado bom da droga é usar e mais nada. Não existe trabalho, não existe família, não existe nada: só é a droga. Ninguém quer saber de gaia, de amor, de nada, só a droga. Aí, quando você vai olhar, você tá no inferno”. Nesse sentido, pode-se dizer que ‘o corpo drogado’ diz da tentativa de configuração de um corpo intensivo, que Deleuze e Guattari (1996, p. 9) denominam “Corpo sem Órgãos”:

[...] de todo modo você faz um, não pode desejar sem fazê-lo – e ele espera por você, é um exercício, uma experimentação inevitável [...]. Não é tranquilizador, porque você pode falhar. Ou às vezes pode ser aterrorizante, conduzi-lo à morte. Ele é não desejo, mas também desejo. [...] é um limite.

É que “o desejo vai até aí: às vezes desejar seu próprio aniquilamento, às vezes desejar aquilo que tem o poder de aniquilar” (ibidem, p. 28). Os autores prosseguem (idem, 1996, p. 10) afirmando que “o CsO já está a caminho desde que o corpo cansou dos órgãos⁹⁷ e quer licenciá-los, ou antes, os perde”. Deleuze e Guattari iniciam o texto falando da “longa procissão” de corpos que falharam no empreendimento de fazer para si um CsO, do corpo hipocondríaco, do corpo paranoico, do corpo drogado, do corpo masoquista, de corpos esvaziados ao invés de plenos, corpos que tangenciam perigos que esvaziam o corpo sem órgãos em vez de preenchê-lo, de corpos derrotados no caminho. Os autores começam o texto dessa maneira para falar de uma prudência necessária: da “prudência como dose,

⁹⁶ Guattari (2000, p. 77), ao propor o conceito de “produção de subjetividade”, afirma a necessidade de “repensar aqui uma certa teorização sobre o caos”. Este, em vez de ser pensado como ameaça de dissolução, torna-se o “portador virtual de uma complexificação infinita”. O conceito de “ritornelo”, utilizado por Deleuze e Guattari (1997b, p. 116), vai nessa mesma direção de repensar o caos. São três aspectos simultâneos e misturados, três aspectos numa só e mesma coisa: o ritornelo. Ora, ora, ora. “Ora o caos é um imenso buraco negro, e nos esforçamos para fixar nele um ponto frágil como centro. Ora organizamos em torno do ponto uma ‘pose’ (mais do que uma forma) calma e estável: o buraco negro tornou-se um em-casa. Ora enxertamos uma escapada nessa pose, para fora do buraco negro.” (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, p. 117).

⁹⁷ “O CsO não se opõe aos órgãos, mas a essa organização dos órgãos que se chama organismo [...]. à organização orgânica dos órgãos”, processo de sedimentação que impõe ao corpo “formas, funções, ligações, organizações dominantes e hierarquizadas, transcendências organizadas [...]. fizeram-me um organismo! Dobraram-me indevidamente! Roubaram meu corpo! O juízo de Deus arranca-o de sua imanência, e lhe constrói um organismo, uma significação, um sujeito” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 21).

como regra imanente à experimentação⁹⁸ de um CsO que pode ser “pleno de alegria, de êxtase, de dança” (ibidem, p. 11). Diante de tais considerações, onde se diz:

Pare, reencontre o seu eu, seria preciso dizer: vamos mais longe, não encontramos ainda nosso CsO, não desfizemos ainda suficientemente nosso eu. Substituir a anamnese pelo esquecimento, a interpretação pela experimentação. Encontre seu corpo sem órgãos, saiba fazê-lo, é uma questão de vida e de morte. [...] é aí que tudo se decide. (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 11).

Nessa mesma direção, em vez de se seguir alegando que *usuári* precisa desejar o tratamento, que usuári*s de álcool e outras drogas tendem a não aderir ao CAPS ad, que a não adesão e o não desejo fazem parte da conduta d*usuári* ad, parece ser importante “descolar a esfera desejante de uma leitura estrutural do sujeito” (GONDAR, 2003, p. 88): “o CsO é o *campo de imanência do desejo, o plano de consistência* próprio do desejo (ali onde o desejo se define como processo de produção, sem referência a qualquer instância exterior, falta que viria a torná-lo oco, prazer que viria preenchê-lo” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 15). Desse modo, a finalidade das estratégias de cuidado parece ser a de seguir lampejos desejantes, na tentativa de descolá-las da dimensão autodestrutiva, suicidária em que se encontram na compulsão. Busca-se, assim, a construção, o alargamento de um território existencial, “fazendo ressoar e persistir os pequenos movimentos de singularização capazes de fornecer consistência ao desejar” (GONDAR, 2003, p. 89). Eis a função política de uma clínica em ad que se quer resistência: comprometer-se com a produção desejante. Novamente, está-se falando da composição de processos de subjetivação, da produção de outras formas de vida, espreitando fagulhas desejantes entre o moribundo e o embrionário, rastreando errâncias do desejo, “subjetividades nascentes” (GUATTARI, 2000), ali onde o empreendimento tende a ser suicidário.

Está-se, falando, pois, da clínica como “uma experiência do limite” (PASSOS; BENEVIDES, 2006, p. 13), da possibilidade de experimentação de uma prática clínica em que “não se trata, simplesmente, portanto, de uma remodelagem da subjetividade [...], tal como preexistia” ao uso prejudicial e abusivo de drogas, “mas de uma produção *sui generis*” (GUATTARI, 2000, p. 17). Uma clínica artesanal preocupada com a “constituição de complexos de subjetivação [...] que oferecem à pessoa possibilidades diversificadas de recompor uma corporeidade existencial, de sair de seus impasses repetitivos e, de alguma

⁹⁸ Uma vez que o desejo deseja seu próprio aniquilamento e também o que tem poder de aniquilar, “vigiar, inclusive, em nós mesmos o fascista e também o suicida” (DELEUZE; GUATTARI, 2009, p. 29).

forma, de se re-singularizar” (GUATTARI, 2000, p. 17). Uma clínica sobre drogas (e não antidrogas) como clínica da (re)existência, que deseja dobrar-se sobre si, desfazendo-se do seu legado tutelar, moralizante, asilar. Clínica, estratégias clínicas pensadas de modo não generalizável, experimentadas em suas especificidades. Clínica entendida como um arranjo que se faz como “bricolagem de fragmentos que ora se conectam produzindo uma figura, ora se desconectam desestabilizando figuras constituídas” (ARAÚJO, 2006, p. 21). Está-se falando, pois, de um dar forma à clínica, da formação de uma clínica, de uma clínica menor, da clínica como espaço de experimentação, de uma clínica comprometida com a constituição de outros processos de subjetivação, de outras formas de vida, ou seja, da clínica como uma *tékne tou bíou* (FOUCAULT, 2006c).

Vale dizer que o estreitamento do território subjetivo parece ser o maior dano a que estão submetidos algum*s usuári*s de drogas: “a subjetividade parece sufocar pelo movimento reiterado restrito ao elo usuári*/droga” (TEDESCO; SOUZA, 2009, p. 149)...

Tem uma hora que a gente procura uma saída e não tem mais saída.

[...] e a gente vai se entregando, se entregando e, quando a gente se dá conta, já tá totalmente tomado e a coisa fica complicada pra você fazer o caminho de volta.

Eu pensava: ‘nada, eu domino ela, eu domino ela, eu domino ela’, mentira, ela que domina você. [...] é a droga que domina sua vida, a droga me domina.

[...] só da vontade de fumar mais e mais nada.

[...] aí, quando tem cinco dias, a pessoa se levanta, bota assim a fumaça na lata, e depois ela não tem força de nada, de nada, só de ficar ali escorada no sofá, caindo...

Você tem nojo até de você mesmo [...] quando passa o efeito da droga, tem nojo. Tem gente que até se mata.

[...] o álcool destruiu minha vida. Na recaída, eu tentei me suicidar.

[...] você vê o cara usar, é [...] muito difícil. Dá aquela agonia no corpo, parece que o corpo vai explodir.

[...] tem todos os efeitos, efeitos físicos mesmo, na vida mesmo, nos laços que se faz, que aí eu acho que quando chega no ponto de tá danificando esses laços, essas relações... eu acho que esse rompimento com a sociedade, com o mundo, com a família.

A droga começou a trazer prejuízo pra mim quando eu me senti, assim, digamos que, vamos supor, sozinho, excluído da família, coisas materiais, coisas assim em casa. A sociedade exclui, né?, começando pela família.

É que um membro da família não entende esse movimento, então eles joga pedra e a gente se sente julgado.

Como indicam os fragmentos de fala acima, os prejuízos que a presença da droga ocasiona na paisagem subjetiva são considerados danos, como também o são “os vetores de existencialização territorial que reduzem a experiência com as drogas a uma subjetividade drogadita” e, assim, produzem estigmatização e segregação (TEDESCO; SOUZA, 2009, p. 149). Nesse sentido, ao participar do movimento de visibilizar *s usuári*s como ‘alcoolidas/alcoólatras’, ‘drogad*s/drogadit*s’, a própria inserção/exposição no CAPS ad pode incorrer em danos:

[...] a gente já teve caso assim de usuário achar que tava sendo marginalizado porque a vizinhança soube que ele era usuário do CAPS ad. Tem essas questões com ad [...]. O usuário de droga tem essas caracteristicazinhas, as pessoas têm medo, têm preconceito, acha que vai ser roubado, acha ‘ó, fulano tá se tratando, é usuário de droga’. Uma coisa é por trás de estigma mesmo, né?, é preconceito.

Todavia, vários usos da droga, do CAPS ad, do corpo e da vida podem ser experimentados por uma só pessoa: uso fascista em conformidade com o “desejo de dinheiro, [...] de polícia e de Estado”, com o desejo de aniquilar (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 28); uso suicida em conformidade com o desejo de seu próprio aniquilamento; mas também, em meio a dores, sofrimentos, posições ressentidas, “a possibilidade de um uso em conformidade com o plano” (ibidem, p. 29), que desfaz o organismo sem matar-se, que abre o corpo a intensidades e devires, a outras rotas e (des)aprendizagens.

“Desfazer o organismo nunca foi matar-se, mas abrir o corpo a conexões” (ibidem, p. 22). O empreendimento clínico-ético-político parece, então, se configurar como um movimento de abrir o corpo a um máximo de conexões (ESCÓSSIA, 2009), buscar “novas conexões nessa geografia subjetiva” (TEDESCO; SOUZA, 2009, p. 149). No lugar do/a usuário/a de drogas, do/a dependente químico/a, forma-Homem, “figura fechada sobre um si mesmo, tem-se um território, uma paisagem, enfim toda uma vida afirmada nas conexões aí realizadas” (ibidem, p. 149). A finalidade é, então, a de ampliar o território subjetivo. Para tanto, parece caber a essa clínica da (re)existência “mapear essa paisagem constituidora de subjetividade”, “traçar mapas, deslocamentos, e trajetos que passam por pontos de

referência que são, a um só tempo, geográficos, sociais e psíquicos” (ibidem, p. 149). Mapear as conexões institucionalmente formalizadas com família, escola, trabalho, bem como conexões de matilha, tais como laços de amizade, paixões, sensibilidades. Seguir, enfim, mapas-subjetividade.

Uma vez que o objetivo dessa clínica não se cola à individualização e biologização da problemática complexa do uso prejudicial e dependente de drogas, a produção do cuidado aparece, mais do que nunca, como territorial. “Estamos numa formação social; ver, primeiramente como ela é estratificada para nós, no lugar onde estamos; ir dos estratos ao agenciamento” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 24), ou seja, partir das “amarrações territorializadas idiossincráticas (territórios existenciais)” para mapear suas aberturas (GUATTARI, 2000, p. 14). Desse modo, na tentativa de produzir um cuidado que não tenha a droga como foco, como problema a ser extirpado, se podem desenhar práticas clínicas cujo objetivo norteador é o de seguir agenciamentos que são tecidos com as drogas, tomando-os como plano para outras produções de subjetividade (TEDESCO; SOUZA, 2009).

[...] isso me faz refletir hoje de que a gente pode conviver, sabe?, com a droga [...] e aí se você decidir depois, num dado momento, parar, tranquilo. [...]. Mas cortar de vez, existe todo um contexto, toda uma relação e aí uma relação existencial. [...] Várias relações que perpassam aí com essa relação de dependência.

Parece ser justamente sobre esse território empobrecido que as práticas de cuidado precisam intervir, na tentativa de fazer com que *s usuáris ampliemos suas relações, experiências e vínculos territoriais. Em vez de focalizar no interior do indivíduo (no biológico ou num interior psicológico) as causas para o uso abusivo e prejudicial de drogas, o objetivo é “cartografar causas imanentes ao próprio território existencial” (TEDESCO; SOUZA, 2009, p. 149). Em outros termos, a força terapêutica desse trajeto cartográfico multicomponencial reside no ponto de coexistência “com o processo de subjetivação” (GUATTARI, 2000, p. 24). O objetivo de intervenções clínicas desse tipo parece ser justamente o de construir relações, “empreender novos agenciamentos desejantes, a partir dos elementos ofertados nos diferentes territórios existenciais” (TEDESCO; SOUZA, 2009, p. 147), bem ali inventar “novos focos catalíticos suscetíveis de fazer bifurcar a existência” (GUATTARI, 2000, p. 30), de ampliar territórios existenciais “concernindo ao mesmo tempo o corpo, o eu, o espaço

vivido, a relação com o outro...” (ibidem, p. 203). O cuidado pode se constituir, assim, como um território de encontro e subjetivação:

De repente nós entramos na vida dessas pessoas sem vender drogas, sem usar drogas, sem fazer do uso de drogas o nosso carro-chefe. Nós somos pessoas com as quais elas se relacionam sem tirá-las do grupo onde estão, da vida em que vivem [...] a gente simplesmente se relaciona com elas. (SIQUEIRA, 2006, p. 59).

Ou seja, está-se falando de experimentações clínico-políticas que se traduzem como “inserções na experiência drogada [...] [que] abrem uma fenda no muro que separa os drogados dos não drogados” (LANCETTI, 2006, p. 82-83), permitindo pensar sobre drogas num contexto em que se vende a ilusão excludente de uma sociedade sem tais substâncias. Em última análise, desfocando o olhar e as intervenções centradas unicamente na demonização da droga – e, de maneira conseqüente, do ‘drogado’ – e na abstinência, essa clínica traz à baila o território existencial d*s usuári*s, abrindo espaço para a substituição dos protocolos de tratamento e das intervenções moralizantes de um cuidado que pretende governar os outros, inscrevendo condutas em suas peles, pela experimentação, pela relação, pelo encontro, pelo vínculo, pela (des)aprendizagem e abertura do corpo para outras peripécias, para outras formas de vida.

[...] Porque eu sou um dependente. Não necessariamente dependente químico, mas eu sou um dependente. E aí dependente do que seja: [...] dependência religiosa, afetiva, de costumes, dependência de modelo social, sabe? E uma das coisas que eu aprendi mesmo, assim, [...] eu venho fazendo muito minha... é que eu acho que a melhor pessoa pra experimentar as coisas e pra descobrir sou eu mesmo. [...] eu vou testar em mim, sabe? [...] Eu não preciso usar crack para saber o que o usuário passa, entendeu? [...]. Eu não preciso saber o que é que ele passa, mas... o fato de você sofrer alguma coisa na pele, é... vivenciar mesmo, faz com que você se aproxime do que ele vive. [...] não precisa ser um... um usuário de crack, mas você precisa ter a sensibilidade de entender o contexto, sabe? De... de tentar, que é difícil, mas tentar se desprender de todas, de todos esses costumes, de todas essas questões que você traz durante a vida, sabe? [...] Porque é um outro mundo. É... é um mundo dentro, né? [...] Porque você tá totalmente fora dos padrões que a sociedade prega, que a sociedade quer que você viva, que a sociedade lhe impõe, que o capitalismo quer que você engula de goela abaixo, que você aceite, né?

A finalidade é, então, a de traçar mapas, interferir, produzir deslocamentos, seguir trajetos geográficos, sociais, psíquicos. O uso da droga pode ser fascista, pode ser suicida, mas também em conformidade com o plano do CsO. Não há, de início ou *a priori*, como prever “se um agenciamento subjetividade-droga será criativo, paralisante ou mortífero. É

necessário cartografar os deslocamentos, acompanhar os movimentos [...] intervir nos mapas-subjetividade. Ofertar e produzir novos agenciamentos, traçar linhas de fuga do/no território” (TEDESCO; SOUZA, 2009, p. 150). O objetivo parece ser, então, o de pensar-experimentar aberturas, saídas, estratégias clínicas que possam transformar-se num “desvio que consiste em criar uma experimentação da vida ali onde o empreendimento é mortífero” (LANCETTI, 2006, p. 82), criar uma arte das doses bem no olho do perigo da overdose (DELEUZE; GUATTARI, 1996).

Mais uma vez, é nesse limite entre o moribundo e o embrionário, entre vida e morte que uma clínica menor em ad quer habitar. A finalidade é a de ampliar as conexões, as relações, o território existencial; contagiar, produzir novas formas de vida, criar redes de vinculação, alianças afetivas que façam aumentar a potência de vida de profissionais usualmente restringidos a peritos responsáveis pela condução de corpos rumo à ‘boa’ conduta e usuários/as geralmente individualizados/as, infantilizados/as, demonizados/as e segregados/as:

O conceito de ampliação da vida é uma ponta de lança para desbravar um campo extremamente complexo. Ele é vital para a sustentação da posição de terapeutas de casos-limites ou de casos quase intratáveis. Ele é vital para a elaboração de territórios existenciais inéditos, [...], ancorados na construção do *comum* e é vital também porque nos permite fugir da posição de derrota e impotência a que nos condenam as campanhas antidrogas e a ideologia da abstinência. Esse é o seu encanto. (LANCETTI, 2006, p. 85).

Nesse mesmo sentido, Guattari (2000) assinala:

Existe uma escolha ética em favor da riqueza do possível [...]. Uma escolha da processualidade, da irreversibilidade e da re-singularização. Esse redesdobramento pode se operar em pequena escala, de modo completamente cerceado, pobre [...], pode se anular no álcool, na droga, na televisão, na cotidianidade sem horizonte. Mas pode também tomar de empréstimo outros procedimentos, mais coletivos.

Em outros termos, “ao invés de se abandonar ao horizonte de morte capitalístico, uma política de vida é possível, [...] para produzir formas mutantes segundo coordenadas atualmente imprevisíveis” (ibidem, p. 87). Expandir, enfim, “formas coletivizadas de afirmação da vida, [...]. um verdadeiro contraveneno para a experiência narcísica e de dependência abjeta da droga” (LANCETTI, 2006, p. 82-83). Todavia, vale dizer, não se trata da afirmação de qualquer vida, sobretudo daquela vida formatada pelo governo das condutas, ensimesmada, apequenada. Trata-se, sim, da afirmação de uma vida qualquer, da potência de vidas que insistem em singularizar, mesmo ali onde tudo parecia nada restar.



4 MASCULINIDADES INFAMES

No capítulo anterior, apontou-se a governamentalidade como uma economia de produção de subjetividades e, desse modo, o problema do governo, o problema da condução das condutas, como um problema pedagógico (FOUCAULT 2006c, 2011). Na medida em que investimentos educacionais são fundamentais para formar corpos organizados e sujeitos governáveis, veiculam-se, então, pedagogias institucionais, terapêuticas, corporais. Dentre elas, destaquem-se as pedagogias de gênero e de sexualidade, que são aquelas que mais de perto interessam para o recorte desta pesquisa (BENTO, 2006; LOURO, 2004, 2007).

4.1 Pedagogias de gênero e de sexualidade

“Em alguma época do século XVIII, o sexo que nós conhecemos foi inventado” (LAQUEUR, 2001, p. 189). Ou seja, no então nascente cenário biopolítico moderno, criou-se a noção da ‘bi-sexualidade’ originária (diferenças sexuais radicais e naturalizadas entre homem e mulher). A partir daí, o sexo ‘biológico’ apareceu como evidência maior da identidade ‘humana’: “algo invasivo, que perpassava o caráter, amores, sentimentos e sofrimentos morais dos indivíduos” (COSTA, 1996, p. 86). “Despertaí jovens, de vossos gozos ilusórios; despojai-vos de vossos disfarces e lembrai-vos de que tendes apenas um verdadeiro sexo!”. “Não nos enganemos a respeito de nosso sexo!” “A ordem sexual é onde devemos procurar nossa verdadeira e definitiva identidade!” (FOUCAULT, 2006d, p. 85). “‘Regime de verdade’ foucaultiano, onde valores circulam como verdades, e cuja força reside em sua reafirmação constante” (SWAIN, 2002, p. 332).

Em outras palavras, uma vez que a biopolítica inaugura uma “época em que a verdade última das condutas deverá ser buscada no corpo” (BENTO, 2006, p. 109), é nessa arena que se constrói o dimorfismo sexual: ou se existe como um corpo-homem ou como um corpo-mulher. Com ele, estratégias de poder se articulam para veicular regimes de verdade que enunciam que a verdade derradeira dos corpos e sujeitos humanos encontra-se em seu sexo. Corpos humanos, corpos e sujeitos normalizados, sexuados e generificados. “Se a sociedade divide-se em corpos-homens e corpos-mulheres, aqueles que não

apresentam essa correspondência fundante tendem a estar fora da categoria do humano” (BENTO, 2006, p. 25).

Da naturalização do dimorfismo sexual como uma dimensão fundante da categoria do humano, decorre a necessidade de se saber logo o sexo do bebê, ter a certeza de que ele está seguro, abrigado em um dos lados da série binária instaurada. Caso essa diferenciação não ocorra, instala-se a urgência biomédica, representante da normalização, em interferir na ambiguidade e delimitar, sem vacilo, o sexo d* bebê. A angústia dos pais, da família, da comunidade, da sociedade encontra-se materializada nas intervenções precoces da equipe de saúde⁹⁹. Ressalte-se aqui o questionamento de Corrêa (2004) acerca do porquê, em nossas sociedades, dessa mutilação sexual não ser problematizada como o é pelas pessoas que a estudam nas ditas sociedades primitivas. “Convenções disciplinares [...] regem a discussão dessas intervenções sobre o corpo na nossa sociedade e em outras sociedades: convenções médicas, convenções jurídicas, convenções antropológicas, entre outras” (ibidem, p. 174). Desse modo, pode-se dizer que “o corpo já nasce maculado pela cultura” (BENTO, 2006, p. 89). “Os corpos já nascem operados. [...] todos estamos já mais ou menos operados(as) por tecnologias sociais precisas. Todos somos pós-operados” (ibidem, p. 89).

Nossos corpos se gestam e se organizam por meio de marcas político-culturais. Essa é a chave de compreensão deste texto, que se tece na contramão de posicionamentos fundamentalistas e substancialistas. Do mesmo modo como penso nesta escrita o corpo, entendo aqui sexo, gênero e sexualidade não como objetos naturais, mas como construções político-culturais (LOURO, 2004, 2007). Não pretendo, com isso, negar a materialidade dos corpos, mas entendê-la como “efeito do poder, como o efeito mais produtivo do poder” (BUTLER, 2007, p. 154). Ou seja, a ênfase aqui é no entendimento de que são práticas muito bem datadas, inclusive discursivas, que fazem com que determinados aspectos dos corpos – virtualidades ainda sem rosto, virtualidades que tomam forma a partir de determinadas práticas (VEYNE, 2008) – se convertam, por exemplo, em definidores de gênero e de sexualidade, funcionando como definidores dos próprios sujeitos e de seus corpos.

Os corpos não são, pois, tão evidentes como usualmente pensamos. Nem as identidades [sexuais, de gênero e de sexualidade] são uma decorrência direta das ‘evidências’ dos corpos. De qualquer forma, investimos muito nos corpos. De

⁹⁹ Mais informações a respeito de perspectivas e intervenções de profissionais de saúde em casos de “genitália ambígua”, ver Machado (2005).

acordo com as mais diversas imposições culturais, nós os construímos. (LOURO, 2007, p. 15).

No presente texto, já argumentei que práticas institucionais, terapêuticas, corporais são acionadas para organizar corpos. A organização dos mesmos é também constituída por práticas discursivas. A partir de tal entendimento, é possível pensar que a ‘simples’ e tão conhecida expressão ‘É um menino’ ou ‘É uma menina’ não dá nome a uma realidade dada de antemão, mas o próprio ato de nomear instaura “todo um processo de fazer desse corpo um corpo masculino ou feminino. Um processo que é baseado em características físicas que são vistas como diferenças e às quais se atribui significados culturais” (LOURO, 2004, p. 15-16). Ou seja, tal nomeação é “prescritiva, e não descritiva”, isto é, produz “uma invocação performativa [com] efeitos protéticos: faz corpos” e sujeitos (BENTO, 2006, p. 88). Tal nomeação opera no sentido de fixar uma “sequência sexo-gênero-sexualidade” (LOURO, 2004, p. 15) vista como ‘natural’ e, portanto, correta e única. As normas de gênero produzem, assim, corpos e sujeitos sexuados, generificados, sexualizados, normalizados. Os “corpos que importam”, os “sujeitos legítimos” (ibidem, p. 15) são aqueles que obedecem a essas normas regulatórias.

Registre-se que essas normas encontram-se inscritas no “dispositivo sexualidade” (FOUCAULT, 2001a). Por meio de tal dispositivo, o “homem da sexualidade” (FARHI NETO, 2010) acopla-se à forma-Homem. Ou seja, através de um conjunto heterogêneo de linhas de visibilidade e dizibilidade, opera-se uma função estratégica de dominação e sujeição: naturaliza-se e reitera-se o dimorfismo sexual (ou se existe como homem, ou como mulher) e a heterossexualidade (o único tipo pensável e possível de relação sexual, justificada pela reprodução), forjando um possível pré-estruturado para os corpos através da articulação naturalizada entre sexo, gênero e sexualidade. Por exemplo, o indivíduo que nasce com uma genitália masculina deve transformar-se em um homem no plano das expectativas e das identificações de gênero, manifestando ‘naturalmente’, no plano da sexualidade, desejos e práticas sexuais (BENTO, 2004, 2006; FOUCAULT, 2006d; LOURO, 2004).

Vale dizer que o sistema sexo/gênero/sexualidade polariza, hierarquiza e fixa identidades assimétricas, fundamentadas no sexo:

De um lado, o masculino, cuja genitália física e metafórica concede-lhe um local de poder e de autoridade enquanto sujeito universal: homem sinônimo de humano, sujeito dotado de transcendência. De outro, o feminino, o Outro inevitável,

marcado pela imanência de um corpo que lhe é destino, na maternidade e na sexualidade. (SWAIN, 2002, p. 328).

Homem ou mulher, masculino ou feminino, heterossexual ou homossexual. Operações de ordenamento naturalizadas, disfarçando relações de poder que se encontram na sua gênese. Operação de oposição por dicotomia, em que o resultado não é simétrico, pois cria, “de saída, dois elementos que guardam um diferencial entre si. Um diferencial que expressa [...] um poder que esteve ativo, que funcionou, que aconteceu no aparentemente simples ato de repartição” (VEIGA-NETO, 2001, p. 113). Dessa forma, por meio da assimetria de poder nessa operação de repartição, as identidades que compõem o segundo termo da série binária tendem a ‘valer’ menos. Além disso, mediante a fixação de termos binários, coloca-se entre parênteses, desautoriza-se a existência do nomadismo e hibridismo que ocorre no ‘entre’, no ‘meio’ desses polos, região habitada por intensidades que resistem à purificação e que trazem consigo a possibilidade de desestabilizar tais fronteiras identitárias.

Entendendo sexo, gênero e sexualidade como construções político-culturais, “a lógica que supõe o sexo como um ‘dado’ anterior à cultura e lhe atribui um caráter imutável, a-histórico e binário”, não está garantida de uma vez por todas: “um trabalho pedagógico contínuo, repetitivo e interminável é posto em ação para inscrever nos corpos o gênero e a sexualidade ‘legítimos’” e, mais ainda, para naturalizar as normas de gênero (LOURO, 2004, p. 16). Tais normas “têm, portanto, caráter performativo [...] de produzir aquilo que nomeiam”: corpos e sujeitos normalizados, sexuados, generificados e sexualizados (ibidem, p. 43-44). Nesse sentido, pode-se afirmar que “não existe uma história anterior à própria prática cotidiana das reiterações” (BENTO, 2006, p. 90).

Essa necessidade de reiteração aponta que “é por meio das práticas, de uma interpretação em ato das normas de gênero, que o gênero existe. O gênero adquire vida a partir das roupas que compõem o corpo, dos gestos, dos olhares, ou seja, de uma estilística definida como apropriada” (ibidem, p. 90). Desfaz-se, assim a dicotomia natureza (corpo) e cultura (gênero), na medida em “são esses sinais exteriores, postos em ação, que estabilizam e dão visibilidade ao corpo” generificado (ibidem, p. 90). Nesse mesmo sentido, Butler (2003, p. 25) problematiza o conceito de gênero:

[...] o gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado [...]; o gênero não está para a cultura, assim como o sexo está para a natureza; ele também é o meio discursivo cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido

como pré-discursivo. Colocar a dualidade do sexo em um domínio pré-discursivo é uma das maneiras pelas quais a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo são eficazmente asseguradas.

Na medida em que o gênero é aqui pensado como uma construção político-cultural, o desafio é justamente “romper a equação na qual a colagem de um determinado gênero a um sexo anatômico que lhe seria ‘naturalmente’ correspondente resultava em diferenças inatas e essenciais” (MEYER, 2008, p. 15), estilizar a ideia de um corpo “naturalmente dismórfico, como uma folha em branco, esperando o carimbo da cultura que, por meio de uma série de significados culturais, assume o gênero” (BENTO, 2006, p. 31). Em outros termos, “não se pode de forma alguma conceber o gênero como constructo cultural que é simplesmente imposto sobre a superfície da matéria – quer se entenda essa como o ‘corpo’, quer como um suposto sexo” (BUTLER, 2007, p. 154).

Dito de outro modo, gênero é aqui entendido como uma norma, “uma prática regulatória, que produz os corpos que governa, ou seja, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir [...] os corpos que ela controla” (ibidem, p. 153-154). Nesse sentido, a materialidade do corpo não pode ser pensada separadamente da materialidade da norma regulatória: o sexo é então pensado como

[...] um construto ideal que é forçosamente materializado através do tempo. Ele não é um simples fato ou a condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o ‘sexo’ e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada dessas normas. (ibidem, p. 154).

Tal norma regulatória de gênero tem caráter performativo, ou seja, “para produzir e naturalizar o feminino e o masculino necessita ser permanentemente citada e constantemente reiterada” (PARAÍSO, 2011, p. 157). A partir da reiteração das normas de gênero, “nos constituímos como homens ou mulheres, num processo que não é linear, progressivo ou harmônico e que também nunca está finalizado” (MEYER, 2008, p. 16). A partir desse processo regulatório, são os modos como “se re-conhece e se distingue feminino de masculino, aquilo que se torna possível pensar e dizer sobre mulheres e homens que vai constituir, efetivamente, o que passa a ser definido e vivido como masculinidade e feminilidade em uma dada cultura, em um dado momento histórico” (ibidem, p. 14).

Os corpos que se materializam mediante sujeição às normas de gênero são “corpos que pesam” (BUTLER, 2007). Contudo, ainda que sejam tomadas todas as precauções, apesar da reiteração constante das normas de gênero, corpos escapam, colocando em xeque

a pretensa naturalidade de tais normas, bem como a fixidez das extremidades dicotômicas. Tais corpos e seus movimentos tendem a ser logo capturados, identificados como corpos ilegítimos, imorais, patológicos, impróprios, “corpos abjetos” (LOURO, 2004; BUTLER, 2007; PARAÍSO, 2011) em relação às condutas de gênero, indicando o limite que não pode ser ultrapassado. Em outros termos, aqueles que oscilam, hesitam, inventam caminhos outros e ousam trilhá-los são tidos como ameaças, suspeitos, “alvos privilegiados de pedagogias corretivas” (LOURO, 2004, p. 16) voltadas para puni-los, salvá-los, curá-los, reabilitá-los, reeducá-los, reinseri-los sob o rótulo de identidades ‘dissidentes’.

Dessa forma, se “as forças momentaneamente sujeitadas, porém virtualmente livres, agem”; se a hibridação e a monstruosidade são a regra de corpos que sempre se atrevem a vazar, “essa infinita monstruosidade (o devir-monstro)” deve ser submetida continuamente a dualismos binários (COCCO, 2009, p. 227-228). Dessa forma, a captura do devir-monstro, do trânsito e de hibridações “não funciona por meio de uma redução simples, mas por meio *do desdobramento dos dualismos em escolhas sucessivas*”: se você não é homem, nem mulher, se você não é heterossexual ou homossexual, algo você há de ser: uma identidade. Por meio do império identitário do verbo ser,

[...] somos capturados pelo território ou territórios que adotamos como essência. [...] por medo da marginalização na qual corremos o risco de ser confinados quando ousamos criar qualquer território singular, acabamos reivindicando um território do edifício das identidades reconhecidas. (ROLNIK, 2006, p. 207).

Disso parece derivar a persistência, ainda que de forma modulada, em se erigir, se fortalecer e se fechar as fronteiras/identidades de grupos tais como travestis, transexuais, transgêneros, bissexuais, homossexuais. Dentro deste último grupo, ainda cabe uma subdivisão: lésbicas e gays e deste, uma outra: sapatas ‘machonas’ e lésbicas discretas ‘femininas’; bichas passivas, efeminadas, nada discretas e bofes/gays plantados, ativos, másculos e masculinos etc. Reforçando-se a adesão a um sistema classificatório, proliferando-se siglas e multiplicando-se categorias, constitui-se uma “sopa de letrinhas” (FACCHINI, 2005) e, assim, reifica-se a viabilidade de uma biopolítica identitária, em que todos/as seguem crendo, participando, expondo seus corpos à mesa do poder.

É desse modo que, no espaço marginal, outras identidades naturalizadas florescem, dessa vez, como já se apontou, identificadas como ‘dissidentes’: a ‘verdadeira lésbica’, a ‘verdadeira travesti’, a ‘verdadeira transexual’, o ‘verdadeiro homossexual’, identidades fixas

no sexo e pelo sexo: gays que se dividem em masculino e feminino, em ativos e passivos; transexuais que desejam fazer cirurgia para exercer a (hetero)sexualidade 'normal', com o órgão sexual apropriado etc. Desse modo, ao mesmo tempo em que se reiteram certas identidades, subordinando outras, apagam-se movimentos de corpos que colocam em questão os modelos hierárquicos, duais, identitários. O desejo de esquadramento intercepta, então, o nomadismo e, assim, o "espaço ilocalizável" (ROLNIK, 2006) pulsante, que se dá 'entre' o que é nomeado normal e anormal, é como se não existisse: "identidades múltiplas, porém domesticadas pela rede de sentidos na qual estão inseridas" (SWAIN, 2002, p. 332). E, assim, "o híbrido é sempre resolvido em novos e desdobrados mecanismos identitários" (COCCO, 2009, p. 227-228).

Por meio de estratégias identitárias, todos os sujeitos que se querem humanos, em suas práticas cotidianas, veem-se obrigados a atualizar performances "para serem reconhecidos como membros legítimos do gênero com o qual se identificam" (BENTO, 2006, p. 11). "Se o corpo é instável, flexível, retocável, plástico, será uma estética apropriada ao gênero identificado que lhe conferirá legitimidade para transitar na ordem dicotomizada dos gêneros" (ibidem, p. 24).

Em linhas gerais, pode-se dizer que o "dispositivo sexualidade" (FOUCAULT, 2001a), com suas "pedagogias de gênero e da sexualidade" (LOURO, 2004, 2007), articula-se com inúmeros outros dispositivos e pedagogias que compõem a trama biopolítica e objetivam formar sujeitos e organizar corpos, de forma a indexá-los à economia de poder, fazendo de suas vidas o sustentáculo de tal economia.

Em arenas biopolíticas, onde o lema é "mostre seu corpo, que ele dirá quem és", dentre tantos marcadores identitários, marcas de gênero e sexualidade tentam fincar nossos pés em uma "relação retilínea do tipo mulher-feminino, homem-masculino" e todos/as compulsoriamente heterossexuais (BENTO, 2006, p. 16). Normas de gênero, ao repetirem continuamente que "somos o que nossas genitálias nos informam" (ibidem, p. 13), veiculam e naturalizam uma correspondência sem frestas entre gênero, sexualidade e corpo biológico. "O sexo é uma das normas pelas quais 'alguém' simplesmente se torna viável, que qualifica um corpo para a vida inteligível" (ibidem, p. 89). Para produzir corpos, sujeitos e condutas sexuadas, acionam-se pedagogias de gênero e de sexualidade. Nesses termos, tais pedagogias compõem um quadro de pedagogias corporais (tais como as pedagogias da boa forma corporal que prescrevem práticas corporais bem delimitadas como o *fitness*, o uso de

alguns medicamentos, alimentação ‘adequada’) postas em operação a fim de governar condutas humanas.

Nesse sentido, ainda cabe salientar que, no cenário biopolítico atual, os investimentos corporais realizados por tais pedagogias não têm “mais a forma de controle-repressão, mas de controle-estimulação: ‘fique nu, mas seja magro, bonito, bronzeado’” (FOUCAULT 2001a, p. 147). Seja homossexual, mas seja discreto, fiel, monogâmico, tenha o corpo bonito, tenha dinheiro e endereço fixo! Todos/as podem ficar nus/nuas e ter relações com pessoas ‘do mesmo sexo’, mas não de qualquer jeito! Todos/as podem ser diferentes e devem respeitar-tolerar diferenças, desde que circunscritas a um calhamaço de formas pré-fabricadas de existir. Todos/as são cidadãos/ãs livres e de direitos, desde que tenham poder de consumo e sejam empresários/as de si, governáveis! Desse modo, produz-se um fechamento, atualizando cisões dentro-fora que se articulam com as políticas de corpo que compõem a economia de poder em voga. Mesmo que de forma modulada, tais políticas e pedagogias corporais ainda se pautam num padrão modelizante – muito embora, um padrão móvel, movente –, hierarquizando, segregando e alijando aquel*s que a ele não se enquadram. E tudo isso é ‘válido’ e ‘verdadeiro’ tanto para *s ‘homo’ como para *s ‘hetero’!

4.2 O CAPS ad como território de ensino em que se praticam pedagogias de gênero e de sexualidade

Conforme já registrado, entendo neste texto o CAPS ad como território de ensino, em que práticas pedagógicas são postas em circulação, inscrevendo certas condutas nos corpos de profissionais e de usuári*s. No CAPS, práticas terapêuticas muitas vezes parecem se traduzir como pedagogias de correção, cuja finalidade seria a de (re)formar condutas. Se as novas figuras de anormalidade parecem se fixar em corpos que tendem a escapar do governo (neo)liberal, o objetivo do exercício de poder vai na direção de, por meio de tais pedagogias, intervir em corpos e sujeitos que não se assumem ou ‘falharam’ no empreendedorismo de si (DUARTE, 2009).

Em outros termos, “uma ‘política de correção’ é criada para corrigir aquilo que outras práticas não conseguiram fazer” (PARAÍSO, 2011, p. 150). “O anormal é justamente esse que não incorpora as proibições das leis e das normas e que, por isso, precisa ser colocado em um meio de correção apropriado” (ibidem, p. 151). Nesse meio, é realizado “um

investimento estratégico para conduzir as condutas daqueles considerados como necessitando ser melhor governados” (ibidem, p. 157). Nesse sentido, as pedagogias institucionais, terapêuticas e corporais desenvolvidas no espaço do CAPS parecem funcionar como “tecnologias de governo” (PARAÍSO, 2011) e, assim, práticas de correção, ou melhor – utilizando uma nomenclatura politicamente correta –, práticas de reabilitação parecem ser projetadas como práticas de cuidado. A fim de mapear, demarcar, controlar, conduzir a conduta de corpos e sujeitos usuários de álcool e outras drogas, no CAPS, parece ser acionada uma terapêutica corretora. Desse modo, projetos terapêuticos figuram como projetos pedagógicos.

Processos de ensino-aprendizagem de gênero e de sexualidade parecem compor tais pedagogias transfiguradas em terapêuticas. Ou seja, “um sistema de raciocínio generificado” (ibidem, p. 148) e sexualizado parece se inscrever nos projetos institucionais, terapêuticos e corporais do serviço, dividindo, hierarquizando, assegurando a formação de um tipo específico de corpos e sujeitos sexuados, generificados e sexualizados. Em outras palavras, “partilhando das normas de gênero estabelecidas pela vontade de uma ordem sexual vigente” (VASCONCELOS, 2010, p. 292), o CAPS, seus projetos institucional e terapêuticos, parecem ser tecidos acoplados a pedagogias de gênero e de sexualidade.

A seguir, serão apresentadas situações da pesquisa de campo, pinçadas na medida em que parecem dizer desse acoplamento entre projetos institucional e terapêuticos com pedagogias de gênero e sexualidade. No CAPS ad, o que se ensina sobre gênero quando:

1) Observa-se a organização espacial de um serviço que, por exemplo, dispõe de banheiros masculinos e femininos¹⁰⁰ e de salas de observação também separadas por gênero? O que se ensina sobre gênero quando, a partir da regra de “*não poder namorar dentro do serviço*”¹⁰¹, se separam *s namorad*s, delimitando dias diferentes de frequência ao CAPS, “*mesmo que goste das oficinas em que estava antes*”? O que se ensina sobre gênero quando, “*por conta de namoros, tiraram o tapetinho e a estante de livros*” da entrada do serviço, um espaço construído em oficina junto com usuári*s?

¹⁰⁰ Vale dizer que a divisão entre banheiro masculino e feminino é algo que tende a passar despercebido, dado que, numa cultura do dimorfismo sexual, a generificação da arquitetura aparece como algo óbvio, ‘natural’, inclusive nos serviços de saúde.

¹⁰¹ É importante registrar novamente que, nesta tese, o uso de grifo em itálico indica fragmentos de fala retirados do campo de pesquisa.

2) Discute-se o ‘caso’ de uma usuária que *“tem doze filhos e não cuida de nenhum, não sabe nem o nome dos filhos. Pra mim, isso é um caso extremo de abandono maternal. Você acredita que existe uma pessoa que não sabe o nome dos próprios filhos?”*. A partir da discussão desse ‘caso’, parece que no projeto terapêutico inscreve-se uma pedagogia de gênero e de maternidade: a mulher usuária precisa retomar uma determinada feminilidade em que a feitura desse gênero se faz pela naturalização do acoplamento mulher-mãe-cuidadora¹⁰². Nesse mesmo sentido de reificação de uma determinada feminilidade, fala-se do cuidado prestado por profissionais mulheres: *“as mulheres são mais carinhosas e sabe tratar, cuidar da gente melhor que homem”*. Mulheres:

[...] são pessoas inteligentes, têm autoridade pra isso [...] têm autoridade, têm palavra: ‘fulano você quer os meus conselhos [...] per aí, vamos aqui, vamos aqui, aí você vai se resolver. Mulher não trata só com nham nham porque é mulher não. Mulher tem respeito, tem autoridade, tem que ter carinho, carisma e respeito.

[...] é que a mulher tem mais a característica do cuidado, né?, pela própria criação das mulheres. Os outros falam, né?, o homem é mais racional e a mulher é mais coração. [...] tinha uma pessoa aqui que diziam que ela tinha o comportamento muito de mãe [...] e aí eu acho que tá implementando a figura da mulher aqui como cuidadora.

- [...] a mulher é mais cuidadora, a mulher é mais preocupada, tem essa coisa do mais emocional.

Tem, tem, tem, a questão maternal é de lascar, né? Questão maternal, não tem nem como, a gente traz.

“Tem que ter carinho”. *“A mulher é mais coração”*. Paraíso (2011, p. 157) assinala uma “tecnologia do afeto” investindo condutas de cuidadoras, ou seja, o afeto como “uma tecnologia de governo que é generificada”. Para assumir a tarefa de dar afeto e re-formar sujeitos, autoriza-se o sujeito feminino, isto é, cuidadoras mulheres e mães. E assim homens idosos costumam afirmar que cuidadoras, em sua maioria mais novas que eles, são *“uma mãe pra gente”*. *“A mulher tem autoridade”*, *“como mães, as mulheres são necessárias para produzir o tipo correto de cidadãos democráticos”* (ibidem, p. 158). É justamente *“a mãe que é considerada ajudante imprescindível no processo de produção do sujeito ‘bem-sucedido’”* (ibidem, p. 158). E, assim, trabalhadoras tendem a assumir a posição de sujeito afetivo-responsável na produção do cuidado. Cuidadoras são tidas como mães e o CAPS como uma família, no seio da qual se (re)formam sujeitos, que voltam a ser cidadãos de

¹⁰² Para mais detalhes sobre essa discussão, ver Meyer (2003).

direitos e, sobretudo, de deveres, “porque quando eu cheguei aqui, eu não era um cidadão, não queria nada com a vida, nem me lembrava mais em trabalhar e hoje eu tou me lembrando de trabalhar. Não tou curado do álcool, mas já voltei a ser cidadão”. Entretanto, na produção do cuidado ofertado no CAPS, homens também se fazem necessários e mulheres são testadas:

Eu acho e também concordo, mulheres trabalham bem, são legal com a gente, mas aqui é um local que deveria realmente, que luta com álcool e outras drogas, deveria ter mais homens porque [...] pra separar uma briga.

Eu acharia, assim, na minha opinião, cada equipe¹⁰³, em cada equipe devia ter um homem. [...] às vezes eu acho que um homem pra se abrir com outro seria mais fácil. Às vezes tá a fim de extravasar, de xingar um palavrão, aí eu ficaria constrangido de chegar e xingar na frente dessa garota aí. Com homem, a gente xinga mesmo, pra desabafar, a gente chora.

[...]

- Quando a técnica não estiver, tem o técnico que é melhor que ela. Porque eu acho assim, que cada equipe tem mais força [...] porque tem dois técnicos, um homem e uma mulher.

- Eu acho que seria legal, né? Porque o homem ia conversar os casos mais fortes, né?

[...]

- Aí seria machismo da gente né?

- Realmente é... como você coloca, tá entendendo? Mas é assim que funciona.

[...] também tem essa coisa que eu pensei que não é incomum uma mulher que chega aqui num serviço como esse e fique preocupada porque só tem homem, assim... e aí o homem vai e coloca ela em teste, o homem... o usuário homem vai lá e vai testar pra ver até onde pode ir. Porque também ele deve ter essa concepção de que a mulher deve ser um pouco mais frágil, né?

3) Ao se perguntar o porquê de o CAPS ad, ao contrário da maioria dos serviços de saúde, ser frequentado por uma grande maioria de homens, se responde:

[...] os homens se acham mais liberal que as mulheres, é mais liberto. Eles acham que pode fazer o que quiser e, quando ele cai na gandaia, ele não tá nem pensando na permissão. E a mulher é mais retraída. Ela se guarda mais. E o homem não. O homem vai de corpo e alma. Não tá nem ligando o que vai acontecer amanhã.

- Pegando o gancho [...], eu acho mais fácil o homem vir se tratar, seja lá o problema dele, se for álcool ou outras drogas. [...] Porque a mulher, ela se

¹⁰³ Vale novamente registrar que, sobretudo a fim de fortalecer a vinculação com *s usuáris e produzir continuidade no cuidado, a equipe do CAPS divide-se em miniequipes multiprofissionais de referência, as quais costumam ser compostas levando-se em consideração áreas adstritas da cidade. Ou seja, as mesmas são divididas com base no território geográfico em que residem *s usuáris.

sente mais retraída, se sente mais envergonhada e principalmente, quando chega aqui.

- [...] Eu, por exemplo, tenho na minha família pessoas que é doente, mulher, mas diz: eu não sou cachaceira não, você quem é.

Eu acho que elas não procuram o CAPS por acanhamento, por medo de alguém lá fora dizer: 'ói ali no CAPS, ela é alcoólatra'. Eu sinto isso.

Ela recebe muita pressão, ela fica com medo também, né? Só tem homem aqui dentro, só cheio de homem, aí ela fica com medo.

Aqui é um ambiente muito masculino e às vezes acho pouco atrativo pra usuárias mulheres.

[...] eu imagino que deve ser mais complicado do que para as técnicas, porque a gente tá, queira ou não, a gente chega aqui um tanto empoderado. E aí a gente tem o suporte de uma equipe que a gente sabe que tá ali. Então por mais que algumas pessoas cheguem e fiquem receosas 'ah, porque eu sou mulher e eles são muitos homens', mas tem essa segurança, essa confiança, sei lá... Uma mulher que chega no serviço, que vai circular nesse mundo de homens deve ser um tanto mais complicado pra elas...

4) No CAPS ad, o que se ensina sobre sexualidade quando um profissional, levantando a camisa e mostrando o peito, aborda um usuário perguntando-lhe se é para depilá-lo ou se prefere cabeludo e depois, por entre esboços de sorrisos e cochichos com outro técnico e outra técnica, quando indagado sobre o que eles/a conversavam, responde que: “Não é nada não, é a perversidade desses usuários [...]. Este aí, quando está bêbado, a traseira é de todo mundo”. O que essa cena ensina sobre sexualidade?

Ói, só se eu tiver muito chapadão, sabe?, pra tirar um beregedê com homem.

[...] uma oficina que eu tava, onde quase virou conflito mesmo, é físico mesmo, [...] agressão física, porque um dizia que o outro 'que nada, você quer dá de homem, você... todo mundo sabe o que acontece quando você tá chapado. [...] E aí 'oxente, cê tá me chamando de quê? Cê tá me chamando de viado, é?'. Então a postura, assim, bem colocada de que acha que é uma coisa uma agressão se eu digo que você é gay.

O homem ideal não pode usar drogas, não pode ser, é... homossexual [...] tem que ter personalidade.

Minha querida, é o seguinte: porque o homossexual tem muita gente que tem vergonha dele, tem vergonha dele por causa do... do... do jeito dele, dele, dele fazer, dele viver. Agora o negro não, é homem igual a qualquer outro.

É porque o homossexual, eu enquanto eu tô do lado dele lá, pra mim tanto faz, ele não vindo me bulinar, eu respeito o lado dele, entendeu? Eu não

quero que ele venha pra mim do meu lado que aí eu não aceito de jeito nenhum.

[...] Tem um usuário que é homossexual, mas não se assume aqui de jeito nenhum e fica se retraindo. Então, porque essa retração? Tem um motivo, né? [...] Então esse coletivo, ele repele. [...] Então já vi, por exemplo, um usuário aqui, era usuária, era gay, era lésbica. Qual? Era aquela Maria macho. Então é um termo agressivo.

Vale dizer também que, nas discussões ocorridas em oficinas de sexualidade, observaram-se falas preconceituosas e estigmatizantes a respeito de práticas homoeróticas¹⁰⁴, principalmente entre homens e por homens. O tema das relações homoeróticas tende, assim, a permanecer velado, como que separado por um muro invisível, eclodindo apenas nos espaços de acolhimento bipessoal ou, se nos espaços coletivos, de modo ainda estigmatizado. A expressão homoerótica, por sua vez, tende a habitar o terreno do CAPS de forma subterrânea e quando ousa lograr a superfície persistem a exclusão e o estigma, como no caso das narrativas supracitadas ou quando ‘homossexuais’ não discretos aventuram-se a procurar o CAPS ad e, após acolhimento inicial, mesmo com perfil de inserção, tendem a não mais retornar. Isso quando não ficam a esperar pelo acolhimento inicial fora do portão da entrada do serviço.

*Porque perôbo não querem vir pra aqui. Querem é ficar na rua.
- E também pensa que vai ser humilhado.*

Já vi funcionário humilhar [...] como vi usuário humilhar também.

[...] ele é homossexual declarado, né? Aí muita gente criticou, sabe? [...] queriam bater nele porque ele é homossexual.

[...] normalmente esses gays assumidos que vêm assim, eles não ficam muito tempo aqui não.

Eu acho que é até mais complicado se você chegar sem ser assumido, mas com os trejeitos, deve ser muito complicado ficar nesse grupo, [...] porque eles realmente cobram.

- Inclusive, assim, tem um usuário que ele chegou aqui com muito mais trejeitos femininos e hoje ele é muito mais masculinizado.

- Masculinizado, esse ambiente mesmo. [...] Porque não é a parte sexual, não é a sexualidade, aí é questão de sobrevivência mesmo.

5) O que se ensina no processo de acolhimento a travestis que ousam adentrar as portas do serviço?

¹⁰⁴ Vide nota 12.

Na minha opinião, é uma desmoralização pro homem, pro homem direito, o travesti desmoraliza o homem. [...] mas quando um elemento se faz de mulher, toma aquele... aquele remédio pra... criar os seios, pra crescer os seios e veste roupa de mulher, e gosta de namorar com homem. Isso não é um homem.

Uma vez, eu me lembro muito bem dessa técnica, ela recebeu uma travesti, né? Menina, mas foi uma dificuldade, assim, foi um... o corpo fala, né?, de num, de não querer mesmo. E aí veio conversar comigo das doenças que provavelmente poderia ter, da necessidade de, como é o lugar? Faz esse monte de exame... o CTA, da necessidade do CTA. De como a primeira demanda pra essa pessoa, a primeira demanda, vamos dizer, o primeiro trabalho que ela ia fazer com a pessoa era isso, sabe?

- A verificação, passar o raio X.

- É, do corpo, entendeu?

‘Mostre seu corpo, que ele dirá quem você é’: “*isso não é um homem*”, é um anormal, alguém que burlou pelo menos duas regras de conduta: falhou na feitura de gênero e na feitura empresarial do corpo. Dessa forma, é preciso “*passar o raio X*”, mapear, adoecer, classificar, intervir nesse corpo, (a)normalizando-o, para que ele, assim identificado, também esteja na norma. Fixado, ele funciona assinalando o limite da normalidade que não pode ser transpassado (VEIGA-NETO, 2001). O CAPS é um “*ambiente masculinizado*”, ou seja, ele prescreve uma determinada direção para corpos que, ali marcados como masculinos, devem encarnar, materializar uma determinada e reta direção (im)posta por normas regulatórias de gênero, as quais citam uma heterossexualidade compulsória¹⁰⁵ (LOURO, 2004, 2007).

A partir dos fragmentos de fala destacados, pode-se afirmar que o CAPS funciona como um território de ensino, em que pedagogias de gênero e de sexualidade parecem inscrever determinadas condutas nos corpos de profissionais, de usuáři*s, bem como na montagem do corpo do próprio cuidado. Nesse sentido, ele é um ambiente que prescreve determinados arranjos de masculinidades e de feminilidades, barrando a possibilidade de outros trajetos. No entanto, bem ali, nas brechas do exercício de poder, experiências do invivível e do impossível (FOUCAULT, 2010a) acontecem, abrindo esses mesmos corpos para (des)aprendizagens de gênero e de sexualidade, para “um agir pedagógico intenso” (CECCIM; MERHY, 2009). “*Há cuidados diferentes dentro do CAPS*”, ensaios, respiros, caminhos sem bússolas, encontros com o inusitado, encontros alegres de corpos, por meio

¹⁰⁵ Funcionando em torno do serviço, parecem existir outras prescrições compulsórias que não só a internação.

dos quais se abrem brechas, possibilidades de transvaloração do gênero humano (NIETZSCHE, 1998).

4.3 Vibrações do conceito de gênero

Agonizo se tento
Retomar a origem das coisas
Sinto-me dentro delas e fujo
Salto para o meio da vida
Como uma navalha no ar
Que se espeta no chão

Não posso ficar colado à natureza como uma estampa
E representá-la no desenho que dela faço
Não posso
Em mim nada está como é
Tudo é um tremendo esforço de ser
(RICARDO; MENDONÇA, 1999).

A essa altura, cabe perguntar: daria para pensar a categoria gênero funcionando não em prol da organização humana do corpo em suas classificações binário-dicotômicas, mas como um operador de análises preocupadas em seguir intensidades, os afetos que atravessam e transformam o corpo? Daria para pensar em outros modos de pensar gênero que não acoplados à sequência corpo humano-sexo-genitália-gênero-sexualidade? A partir do conceito de gênero, poderíamos pensar em outras rotas, outros trânsitos, hibridações e não em conformações identitárias? Qual é a força do conceito de gênero para as nossas pesquisas e análises?

A essa altura, parece ser importante afirmar a historicidade do feminismo e do conceito de gênero gestado em seu bojo. A esse respeito, Corrêa (2001, p. 24) assinala a “clara articulação entre o feminismo dos anos setenta e a emergência dos estudos de gênero dos anos noventa”. Nesse mesmo contexto, passou-se a utilizar gênero como sinônimo de mulheres, a fim de se “obter reconhecimento político deste campo de pesquisas [...], pois ‘gênero’ parece se ajustar à terminologia científica das ciências sociais, dissociando-se, assim da política (supostamente ruidosa) do feminismo” (SCOTT, 1995, p. 75). Corrêa (2001, p. 25), discutindo o cenário brasileiro, aponta que analisar a articulação entre feminismo e formulação do conceito de gênero é importante porque,

[...] na visão maniqueísta que separa militantes e pesquisadoras naquele momento, perde-se de vista que nós, pesquisadoras, éramos também militantes e que, se nos desiludimos com algumas das crenças inscritas em nossas palavras de ordem, não

foi porque nosso compromisso maior era com fazer ciência social, mas sim porque nosso compromisso maior era com a tentativa de compreender a sociedade brasileira, para mudá-la.

A desilusão parece advir da prática de uma militância identitária, uma vez que, nesse cenário, ambos, feminismo e gênero, “ao agir em nome das mulheres, invocam a mesma diferença que pretendem negar” (MELO, 2008, p. 557): a diferença sexual. Desse modo, por meio da prática de tal militância, a afirmação da diferença se traduz em reificação de dicotomias, separações e segregações. Desse modo, o jogo de poder permanece o mesmo ao qual, a partir da militância, se tenta contrapor: não apenas rejeição do diferente, mas, sobretudo, “obsessão pela diferença” (VEIGA-NETO, 2001, p. 107) para, no final, traduzi-la, subsumi-la, identificá-la, torná-la conhecida, igual, universal, humana, construindo e petrificando, nesse caso, o sujeito mulher. Dessa forma, subsiste o primado do uno, do ser, que deve supostamente tornar-se ‘múltiplo’: mulheres¹⁰⁶. No que se refere ao movimento feminista, Butler (2003, p. 34-35) aponta que “a insistência sobre a coerência e a unidade da categoria mulheres rejeitou efetivamente a multiplicidade das interseções culturais, sociais e políticas em que é construído o espectro concreto das ‘mulheres’”. A autora prossegue problematizando:

[...] que espécie de política exige esse tipo de busca prévia da unidade? Talvez as coalizões devam reconhecer suas contradições [...] a aceitação de divergências, rupturas, dissensões e fragmentações, como parcela do processo frequentemente tortuoso de democratização. [...] É a ‘unidade’ necessária para a ação política efetiva? Não seria precisamente a insistência prematura no objetivo de unidade a causa da fragmentação cada vez maior e mais acirrada das fileiras? [...] Não implica a ‘unidade’ uma norma excludente de solidariedade no âmbito da identidade, excluindo a possibilidade de um conjunto de ações que rompam as próprias fronteiras dos conceitos de identidade, ou que busquem precisamente efetuar essa ruptura como um objetivo político explícito? Sem a pressuposição ou o objetivo da ‘unidade’ [...], unidades provisórias podem emergir no contexto de ações concretas que tenham outras propostas que não a articulação da identidade. (ibidem, p. 35).

A partir de tais considerações, parece que um caminho frutífero rumo à ampliação e complexificação das análises empreendidas diz respeito a:

1) Desfazer a sinonímia gênero-mulher, a partir da qual se tende a focalizar os estudos exclusivamente sobre condições de vida das mulheres. Ao invés disso, analisar processos, estratégias e práticas político-culturais que, de forma articulada, “produzem e/ou

¹⁰⁶ Uma vez que o sexo é entendido aqui como construído mediante materialização de normas de gênero, ou seja, como uma objetivação de práticas determinadas, a mulher “não é um, nem múltiplo [...] pela simples razão de que não existe; existem, unicamente, múltiplas objetivações. [...] Só a ilusão de objeto natural cria a vaga impressão de unidade” (VEYNE, 2008, p. 256-257).

educam indivíduos como mulheres e homens de determinados tipos” (MEYER, 2008, p. 18). Ou seja, pensar o gênero como categoria relacional, como “elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 86) e, assim, como categoria analítica de poder, um campo “no interior do qual o poder é articulado (SCOTT, 1995, p. 88);

2) Afastar-se de abordagens que reduzem gênero a papéis e funções de homens e mulheres. Em vez disso, partir do entendimento de que o gênero atravessa a constituição e o funcionamento de instituições, símbolos, normas, leis, serviços assistenciais, políticas sociais, corporais e de subjetivação de uma sociedade (MEYER, 2008);

3) Considerar a relevância em se articular a categoria ‘gênero’ a outros marcadores socioculturais, uma vez que “cada uma dessas articulações produz modificações importantes nas formas pelas quais as feminilidades ou as masculinidades são, ou podem ser, vividas e experimentadas” (ibidem, p. 17). Desse modo, afirma-se a existência de “muitas e conflitantes formas de definir e viver a feminilidade e a masculinidade” (ibidem, p. 17). A esse respeito, a autora continua:

[...] quando nos dispomos a discutir a produção de [...] desigualdades de gênero, considerando-se todos estes desdobramentos do conceito, também estamos, ou devemos estar, de algum modo, fazendo uma análise de processos sociais mais amplos que marcam e discriminam sujeitos como diferentes em função tanto de seu gênero quanto em função de articulações de gênero com raça, sexualidade, classe social, religião, aparência física, nacionalidade etc. E isso demanda uma ampliação e complexificação não só nas análises que precisamos desenvolver, mas, ainda, uma reavaliação profunda das intervenções sociais e políticas que devemos, ou podemos, fazer. (ibidem, p. 19).

4) Pensar o gênero como categoria plural. Ainda na direção de complexificação das análises de gênero e entendendo por fazer intervenção, entre outras coisas, a operação de um movimento de “articular lacunas, ver relações onde só se percebiam elementos coerentes e homogêneos, comprovar um problema onde se julgava existirem soluções” (LOURAU, 1995, p. 15), cabe discutir que, quando se pensa gênero como uma categoria relacional, tende-se a subsumi-lo a “um ‘relacional de dois’ calcado no referente dos sexos” (BENTO, 2006, p. 77), referente que tende, assim, a seguir naturalizado. Dessa forma, o binarismo entre dois sexos, dois gêneros e duas sexualidades permanece indicando o limite para análises e intervenções. Nessa direção, mesmo que se aponte que os desenhos de gênero se fazem por meio de caminhos singulares em que vários marcadores sociais (de gênero, de sexualidade, de raça/etnia, de religião, de nacionalidade, de região, faixa etária

etc.) se entrecruzam, o limiar desse tipo de análise parece ser o de fincar os corpos aos definidores socioculturais. Tende-se, assim, a partilhar da mesma lógica dicotômica que classifica, hierarquiza, naturaliza, fixa, produz identidades como modo de sujeição. Lembremos que o espaço corporal é conflitivo, ou seja, se, por um lado, o corpo é produzido por meio de ensinamentos, prescrições, marcações socioculturais, por outro, ele é afeito à insubmissão, à mestiçagem, ao borramento das fronteiras dos marcadores socioculturais, à produção de formas para as quais não se tem moldes.

Nesse sentido, este texto se engaja com análises que vão na contramão de perspectivas que estudam o gênero como categorial universal ou relacional de dois termos. Ao invés disso, pensa-se gênero como categoria plural (BENTO, 2006) e, nesse sentido, almeja-se segui-lo ali onde ele se desfaz (BUTLER, 2007): no meio, nos interstícios, nas pegadas dos fluxos que atravessam os corpos, desfiguram as formas humanas dadas e constroem o 'outro' do corpo. Nesse plano, gestam-se "novas modalidades de insubmissão, de rede, de contágio" (PELBART, 2003, p. 84), inscrevem-se as afetações, a produção de laços e a inventividade. Bem aí se pode descompor a guerra entre os sexos e "levar uma guerra dos habitantes dos devires contra os viciados em gênero, inclusive e antes de mais nada, na arena de nossa própria subjetividade" (ROLNIK, 1998b, p. 68).

Em outros termos, se a categoria gênero foi utilizada para apontar no CAPS ad processos de formatação corporais, a mesma também foi usada para rastrear montagens corporais brincantes que, ousando habitar zonas fronteiriças, parecem funcionar debochando de tais formatações, ao mostrar que elas também não passam de montagens que não têm nada a ver com 'naturezas' e 'essências'. Como se trata de fabricações corporais, tais formatações podem ser desfeitas. Em outros termos, o corpo pode ser abertura ao devir e à encarnação de formas originais, inclusive em suas feitura de gênero, bem ali em terrenos afeitos ao cerceamento de tais formas, como o do cuidado produzido no seio de políticas públicas.

Nessa mesma direção, parece ser preciso "dedicar uma atenção especial às performances que provocam fissuras nas normas de gênero" (BENTO, 2006, p. 78), fazendo vacilar o imperativo dicotômico: um sexo, macho ou fêmea, um corpo, masculino ou feminino, uma sexualidade, 'hetero' ou 'homo'. Tais performances – contracondutas, diria Foucault (2008a) – trazem consigo a possibilidade de desafiar o sistema binário de gênero e a traçar caminhos outros que não os restritos a filiações em um dos lados das extremidades

e à reivindicação por legitimidade de ‘uma’ identidade de gênero para corpos e sujeitos ‘dissidentes’, trajetos que não se conformam em simplesmente lutar pelo reconhecimento de uma identidade de gênero diferente da ‘natural’. Nessa direção, Téllez (2001, p. 59) afirma:

Não se trata só de incluir no nexó político a reivindicação da diferença, das diferenças, pretendendo com isso a substituição do Mesmo pelo Outro. A tarefa torna-se mais complexa, porque está em jogo, entre outras questões fundamentais, liberar-se do princípio de identidade que estabelece o Mesmo e o Outro, desconstruir a lógica *identidade-diferença* que funciona na autoidentificação e na identificação do outro, cuja diferença se situa em uma ordem não alheia à regulada por tal princípio. Trata-se, pois, do questionamento radical de tal lógica.

Em outros termos, talvez seja preciso lutar, isso sim, pela habitação de zonas de fronteiras, do espaço híbrido do ‘entre’ extremidades, situar as análises e experimentações logo ali onde se encontram forças em tensão, as quais fazem o corpo vibrar. Bem ali onde se gestam subjetividades nascentes, embrionárias, corpos em criação, brigar para que trânsitos não sejam barrados, identificados, trânsitos corporais, inclusive entre gêneros (BENTO, 2004, 2006; LOURO, 2004). Na região fronteira dos trânsitos, o que importa não é mais o verbo ser, com toda sua carga identitária e de filiação em um dos lados das dicotomias criadas, mas o que conta é a conjunção ‘e’:

O *E* não só desequilibra todas as relações, ele desequilibra o ser, o verbo... etc. O *E*, “e...e...e...”, é exatamente a gagueira criadora [...]. Certamente, o *E* é a diversidade, a multiplicidade, a destruição das identidades. [...]. O *E* não é nem um nem o outro, é sempre entre os dois, é a fronteira, sempre há uma fronteira, uma linha de fuga ou de fluxo, mas que não se vê porque ela é o menos perceptível. E no entanto é sobre essa linha de fuga que as coisas se passam, os devires se fazem, as revoluções se esboçam. [...] sempre serão encontradas linhas que vão desviar os conjuntos, [...] “ver as fronteiras”, isto é, fazer ver o imperceptível. [...]. Toda uma micropolítica das fronteiras contra a macropolítica dos grandes conjuntos. (DELEUZE, 1992, p. 59-61).

Numa micropolítica das fronteiras, não se buscaria “por origens mesmo perdidas ou rasuradas, mas pegariamos as coisas onde elas crescem” (COIMBRA; LOBO; NASCIMENTO, 2009, p. 39), ou seja, no meio: “o devir está sempre ‘entre’ ou ‘no meio’” (DELEUZE, 1997, p. 11). Desse modo, aposta-se em análises que se tecem focalizando o povoamento das fronteiras, lugar do devir, onde a potência de vida se engendra...

Ao situar as análises nas regiões fronteiriças, noturnas, nesse espaço virtual onde a vida se desdobra em potência, parece que “o gênero continua sendo uma ferramenta conceitual, política e pedagógica central, quando se pretende elaborar e implementar

projetos que coloquem em xeque tanto algumas formas de organização social vigentes quanto as hierarquias e desigualdades delas decorrentes” (MEYER, 2008, p. 10-11). Em última análise, parece ser preciso assinalar que o gênero é construído por práticas sociais muito bem datadas, as quais o produzem como objeto, assim como as subjetividades e os saberes a ele articulados. Nesse sentido é a partir “das experiências de cada um de nós na coletividade, na imanência das nossas práticas e das lutas de nosso tempo histórico” (COIMBRA; LOBO; NASCIMENTO, 2009, p. 39) as quais incidem em problematizações e atualizações do conceito de gênero. Em última análise, para que tal conceito funcione como intercessor (DELEUZE, 1992), ou seja, para que por meio dele se possa interceptar, derivar, desviar, correlacionar, intervir – no sentido lorauniano (1995) acima exposto –, ele não pode pesar na bagagem. Ao contrário, precisa servir de norte para se entrar onde se quiser, desde que as entradas apontem múltiplas saídas, para adentrar mesmo que sejam regiões ainda por vir (DELEUZE; GUATTARI, 1995).

4.4 Desterritorializações e (des)aprendizagens de gênero e sexualidade no CAPS ad

O que se deve entender por ‘acontecimentalização’? Uma ruptura absolutamente evidente, em primeiro lugar. Ali onde se estaria bastante tentado a se referir [...] a uma evidência se impondo da mesma maneira para todos, trata-se de fazer surgir uma ‘singularidade’. Mostrar que não era tão necessário assim. (FOUCAULT, 2006e, p. 339).

O objetivo foi – e ainda é – o de encontrar os corpos bem ali onde eles dizem do “acontecimento e não mais a sua essência” (DELEUZE, 1992, p. 37), seguir (re)existências de corpos. Como? Pergunta-leme, eis como um corpo se fez pesquisa e escrita com outros: na tentativa de se posicionar na contramão de moldes fenomenológicos que pretendem “desdobrar todo o campo de possibilidades ligadas à experiência cotidiana” (FOUCAULT, 2010a, p. 291). Ao invés disso, buscou-se – e busca-se – a experiência que lança ao descaminho. Em vez de, com um olhar reflexivo sobre um objeto do cotidiano, no caso desta pesquisa sobre as relações de gênero e de sexualidade, a fim de lhes tirar algumas significações, “a experiência é tentar chegar a um certo ponto da vida que seja o mais perto possível do não passível de ser vivido” (ibidem, p. 291).

Aquele corpo da cena-acontecimento narrada já no segundo capítulo, corpo que ‘ousa’ barrar a conduta de uma auxiliar de enfermagem, trabalhadora, mulher, mãe, com residência fixa e poder de endividar-se, empresária de si, cidadã, esse corpo senão foi alvo de uma coerção disfarçada de cuidado, é alvejado por repressão policial. O coronel adentra o CAPS ad e intervém sobre tal corpo, ameaçando-o, contendo-o, coagindo-o. Por meio da dupla função de sujeito zelador da segurança da população e marido protetor, ele parece proteger-se a si mesmo do risco de ser tentado por devires, tornando-se outro, abrindo-se ao outro de seu ‘próprio’ corpo, muito bem delimitado, diga-se de passagem.

Bermudas e camisetas largas, correntes de metal e anéis adornam o corpo d* usuári* da cena-acontecimento; o rap é o estilo musical de sua preferência; cabelos curtos, voz grave e rouca, sorriso malandro misturado a um ar sisudo; palavras poucas e contundentes; olhar altivo, andar gingado mesclado a um mancar permanente; sandálias e pés ‘gastos’, que fazem lembrar os pés de tantos outr*s usuári*s do CAPS ad. Um ingrediente a mais ‘revela’ que esse corpo usuário de drogas e de CAPS, de periferia, desempregado, sem poder de endividamento, esse corpo que se revolta contra a fala da auxiliar de enfermagem é um “anormal” (FOUCAULT, 2001c), um “*homo sacer*” (AGAMBEN, 2002), um corpo “abjeto” (BUTLER, 2007), um “infame” (FOUCAULT, 2006a), que não existe para outra coisa senão para assinalar o limite do humano, para delimitar a fronteira de vidas dignas de serem vividas; um corpo desviante que precisa de tutela a fim de desligar-se de sua animalidade e trilhar caminhos humanos. Além de todas as características citadas acima, esse corpo é identificado como um corpo de mulher: uma usuária. Uma usuária com ‘trejeitos’ masculinizados e gosto pelas mulheres como parceria sexual. Mas um corpo-mulher não é para ser feminino – um feminino essencializado, diga-se de passagem – e para desejar sexualmente corpos-homens? Não é este o caso. Se não o é, a ousadia desse corpo, e de outros que figuram ali no serviço, de ter se ‘apropriado’, ter se feito a partir de elementos de masculinidades não precisaria ser contida? Precisaria?

Porque [...] é sapatona.

- Tem o pezão grande.

- Agora, ela é declarada, não tem vergonha de dizer a ninguém. E é uma ótima menina.

- E anda comigo pra cima e pra baixo.

- Ela é tão legal, eu acho bacana conviver.

Como é que vocês [mulheres] se sentem no meio deles?

- *Eu me sinto um traveco no meio deles.*
- *Eu fico à vontade. Se eles falarem de cabelo, falo de cabelo, eles me tratam igual. Só quero que me respeitem.*
- *Eu também. Eu me sinto igual a qualquer outro homem. O que eles conversarem, a gente conversa, sobre tudo.*
- *Conversa sobre cabelo, sobre sexo, sobre tudo.*
- [...]
- *No começo a gente fica um pouco recolhida [...].*
- *Aí depois é que eles vê a gente como homem, né? Amizade...*
- *A amizade chega ao ponto de falar qualquer coisa e nem lembrar com quem tá falando.*
- [...]
- *Lá fora, eu tenho mais amizade com homem do que com mulher.*
- *Eu também.*
- *E por também efeito do meu trabalho, né? Eu trabalho mais com homem do que com mulher. [...]. Sempre foi assim, eu tinha um lava-jato de carro. Então, a maioria das minhas amizades é masculina. É tanto que me chamam de moleque macho, mas...*
- *Você se incomoda?*
- *Não, não me incomodo não, me sinto guerreira, porque é raro encontrar uma mulher com uma profissão masculina.*
- [...]
- *Às vezes a amizade deles é melhor que de mulher. [...] É porque só sabe falar que você tá acabada e homem sabe falar um elogio, uma palavra que você se levante.*

‘Questão de sobrevivência’: “masculinidades sem homens” (BENTO, 2006, p. 85), usuárias com características tidas como masculinas, seja pela profissão que têm, pelo tipo de conversa ou pelos trejeitos, parecem ter mais facilidade de se manterem inseridas no serviço. Híbridos, paródias de gênero, “citações descontextualizadas de um referencial biológico (BENTO, 2006, p. 85), confusão de fronteiras que, desde muito cedo, antes mesmo de esses corpos florescerem no útero, tenta-se reiteradamente e obstinadamente demarcar. Mais uma vez, o sobreviver dos sobreviventes, (re)existências: o trajeto de suas vidas pede por ensaios, pela trama de arranjos de masculinidades que parecem compor outras marcas que não só as de sujeição.

Sim, eu sou um deles
 E gosto muito muito de sê-lo
 Porque faço coleção
 De lacinhos cor-de-rosa
 E também do sapatão

Mas o que eu quero mesmo
 É por os meus pés do chão
 É só questão de gosto
 Lacinhos cor-de-rosa ficam bem
 Num sapatão

Eu nasci descalça
Pra que tanta pergunta?
(LEE, 2012).

Por entre ‘rostos verdadeiros’ de masculinidades e feminilidades, essas masculinidades sem homem que habitam o ambiente ‘masculinizado’ do CAPS ad se tecem como masculinidades infames: esse masculino que subverte um corpo que careceria ser feito feminino, que necessitaria tecer-se reiterando a sina de um determinado feminino que deveria ser seu destino, ali deixa rastros que trazem consigo a força de desfazer o já feito e o já dado pelas normas regulatórias de gênero (PARAÍSO, 2011), de interferir na paisagem humana instituída como única, legítima, caminho reto e universal, mostrando com o seu corpo que “há muitas possibilidades de se fazer gênero” (BENTO, 2006, p. 16).

Nessa direção, Butler (2007, p. 154) afirma que a materialização dos corpos feitos por meio de normas de gênero “nunca é totalmente completa, que os corpos não se conformam nunca completamente às normas pelas quais sua materialidade é imposta”. Os corpos são, assim, entendidos como “espaços de luta e de experimentação [...] como espaços conflituos de submissão e de subversão” (PARAÍSO, 2011, p. 149).

Somos [...] personagens [...], uma infinidade de *os*, *as*, de artigos definidores de sucessivos cortes já feitos em nossa cultura [...], mas somos também forças em tensão. Mais ou menos em tensão, dependendo da situação e do quanto ela coloca em xeque a resistência de nossas carapaças, de nossas armaduras, fazendo, como diz Rolnik [...], o corpo vibrar (ROCHA; AGUIAR, 2010, p. 80).

Em outros termos, corpos se tecem encarnando normas regulatórias de gênero, mas também (re)existem, lançam-se numa aventura sem bússolas, ensaiam outras formas, experimentam o descaminho de se fazer em outros lugares, mais noturnos. “São as instabilidades, as possibilidades, as aberturas dos processos de subjetivação que fazem com que o gênero seja ‘performático’: reiterativo e citacional. [...] é aí que podemos subverter esses atos performáticos, abrir os corpos” para (des)aprendizagens (PARAÍSO, 2011, p. 165). Na noite trazida por tais instabilidades e aberturas, o corpo do cuidado também encontra brechas. Experimenta, gagueja o que faz em termos de prescrições de gênero e sexualidade, ensaia outras formas, outros (im)possíveis.

A errância desses pés que não se deixam fincar no território das normas de gênero, o descaminho desses corpos e dessas masculinidades faz com que os sinos da gente comecem a badalar (POLAYNE, 2009b), incitando devires: “o que há de grande, no homem, é ser

ponte, e não meta: o que pode amar-se, no homem, é ser uma *transição* e um *ocaso*. [...]. Amo os grandes desprezadores, porque são os grandes veneradores e flechas do anseio pela outra margem”, para além do homem, e a corda dos seus arcos aprenderam a vibrar (NIETZSCHE, 2008, p. 38). No encontro com o ‘outro’ do corpo, o canto de um devir-animal convida a flamejar a chama há muito represada, berrar o grito dos animais sufocados, dançar, devindo estrelas bailarinas a procriar flores astrais (NIETZSCHE, 2008; FOUCAULT, 2006a; RICARDO; MENDONÇA, 1999): “num devir-animal estamos sempre lidando com uma matilha, um bando, uma população, um povoamento, em suma, uma multiplicidade” (DELEUZE; GUATTARI, 1997a, p. 19).

Nesse espaço-tempo, corpos se fazem vermes, passeiam sob a lua cheia e se procriam por autofagia. Nele, “os dois sexos remetem a múltiplas combinações moleculares, que põem em jogo não só o homem na mulher e a mulher no homem, mas a relação de cada um no outro com o animal, a planta etc.: mil pequenos sexos” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 91). Em outros termos, para desenvolver a análise de corpos também fronteiriços, está-se apontando a habitação de um outro plano, também fronteiriço, em vez de situado nas extremidades já dadas: plano de composição de afetos, região virtual¹⁰⁷ do ‘entre’, onde se podem captar “as pegadas dos fluxos do mundo no corpo” e perturbar as figuras e formas vigentes (ROLNIK, 1998a, p. 63). Nesse plano:

Estamos longe da produção filiativa, da reprodução hereditária, que só retém como diferenças uma simples dualidade dos sexos no seio de uma mesma espécie, e pequenas modificações ao longo das gerações. Para nós, ao contrário, há tantos sexos quanto termos em simbiose, tantas diferenças quanto elementos intervindo num processo de contágio. Sabemos que entre um homem e uma mulher passam muitos seres, que vêm de outros mundos, trazidos pelo vento, que fazem rizoma em torno das raízes, e não se deixam compreender em termos de produção, mas apenas de devir. (DELEUZE; GUATTARI, 1997a, p. 23).

Em outras palavras, em vez de se seguir submetendo corpos que ousam outras performances masculinas a práticas pedagógicas e análises que tendem a identificá-los e fixá-los como anormais, ou seja, como corpos que precisam ser conduzidos a fim de recompor o caminho da retidão dos humanos sexuados, encontros noturnos com esses corpos trazem bem ali no CAPS a possibilidade de (des)aprendizagem, de abertura de corpos – inclusive o corpo institucional, do cuidado e da pesquisa. A partir desses encontros

¹⁰⁷ No pensamento deleuziano, o virtual diz respeito a “algo real, por mais que não esteja atualizado em estados de coisas” (RODRIGUES, 2010, p. 195).

noturnos, os corpos podem, assim, se despir do que foi aprendido por normas regulatórias e ensaiar outras performances mais mestiças, mais afeitas à hibridação, à aventura de outras experimentações corporais. “Com efeito sobre os corpos, um encontro ocorre entre corpos. [...] Algo passa entre os corpos que se encontram. Não se trata de ver, ter consciência ou muito menos pegar. Caçar este entre dos encontros é seguir a subjetivação” (MACHADO, 2011, p. 77). Está-se, pois, falando de uma experiência que “já não é aquela que funda o sujeito, mas como forma de dessubjetivação” (CASTRO, 2009, p. 161). Bem ali nas zonas escuras, de brechas, bem ali onde se escapa das normas regulatórias, parece haver possibilidade de composição de outras formas de vida e de feitura dos corpos, as quais se produzem sem quaisquer parâmetros, performances que não se deixam nominar, acontecem articuladas à vida em toda sua potência de criação. Experimentações do invivível: “o que é requerido é o máximo de intensidades e, ao mesmo tempo, de impossibilidade” (FOUCAULT, 2010a, p. 291) na tessitura de corpos que, quem sabe, podem “desfazer o gênero” (BUTLER, 2007), desarranjar suas divisões e hierarquizações, lançar-se em outras performances, abrir-se para “um mundo pós-gênero” (PARAÍSO, 2011, p. 167). Deslocamentos existem, insistem, persistem, subvertendo a paisagem corporal, genital, sexuada, generificada e sexualizada.

Buscando experimentar tecer com a pesquisa uma habitação dessas regiões noturnas dos mil pequenos sexos, na reiterada tentativa de não pactuar com o desejo de colocar corpos infames sob a mesa do poder e ali iluminá-los para, logo em seguida, descartá-los como refugio, a finalidade foi seguir esses pés ‘gastos’ em suas sandálias, em suas errâncias, espreitar a força de corpos maltrapilhos que parecem definhar, o movimento de composição de formas e de potência de vida bem ali onde muitas vezes parece estar tudo acabado, mirar a noite de corpos infames habitantes do CAPS ad, encontrá-los. O rastreio, as experimentações e os encontros mais alegres parecem acontecer ali mesmo na escuridão, na noite, sob a lua, onde corpos devêm lobos-homens sedentos de vida, onde Joaquins transmutam-se em Quincas...

4.5 Quincas...¹⁰⁸

Escrita-corpo. É sempre do corpo que se trata, é sempre do suportar o encontro com outros corpos e com o devir do próprio corpo. Essa escrita parece ir acontecendo – e aqui o gerúndio não é cacoete porque o que importa mesmo é “a coisa acontecendo” (TESSLER, 2010, p. 297) – por meio de e se tecer por entre encontros com corpos. Um “encontro-acontecimento” diz da entrada e saída de um território, de desestabilizações, de experimentações de desconforto, de um vergar-se, de um experimentar-se, da exigência de invenção, da constituição de um corpo de sustentação. Para que se possa suportar a dor, as flechas dos fluxos no corpo sentidas por meio desses encontros noturnos, às vezes parece ser preciso pedir ajuda à arte (MACHADO, 2011). Nesse mesmo sentido, Pelbart (2004, p. 139) afirma que

[...] a literatura e o pensamento também fazem experimentos, tal como a ciência. Mas enquanto a ciência visa provar a verdade e a falsidade de uma hipótese, a literatura e o pensamento têm outro objetivo. São experimentos sem verdade. [...] é preciso deixar-se levar por tais experimentos. Através deles, arriscamos menos nossas convicções do que nossos modos de existência.

Nessa direção de (des)subjetivação, de ensaios da existência, parece ser também necessário compor uma habitação por entre ciência e literatura, uma vez que o que se quer é forçar um pensamento intempestivo. Morada entre ciência e literatura, fabricação de um corpo de sustentação, corpo-suporte para se fazer do estranhamento produzido por encontros noturnos uma experimentação dessa potência de diferir que todo corpo flechado pela afetação é palco (LAZZAROTTO, 2009).

¹⁰⁸ Este item foi desenvolvido a partir do artigo escrito com Fernando Seffner chamado ‘Do que pode para o que vale: corpos de Quincas Berro D’água’ (VASCONCELOS; SEFFNER, 2011). Além disso, cabe dizer que, levando-se em consideração o próprio percurso da pesquisa, as análises tenderão aqui a focalizar usuários que fazem uso prejudicial de álcool. Nessa direção, vale assinalar novamente que o levantamento dos cadastros realizado em agosto de 2007 indicava que: dos 187 usuári*s cadastrad*s, 174 eram homens e 13 mulheres, o que dava uma porcentagem de 93% e 7%, respectivamente. Além disso, dos 187 usuári*s inserid*s, 150 (80,22%) tinham como principal droga utilizada o álcool. Assinale-se, ainda, que 44,38% dest*s estavam na faixa etária dos 35 aos 50 anos. Já entre dezembro de 2007 e janeiro de 2008, começou a se acompanhar um redimensionamento mais significativo desse perfil de admissão de uma maioria de usuários de álcool: dos 44 acolhimentos realizados no CAPS ad, 24 foram de usuári*s de crack, sendo que apenas três mulheres procuraram o serviço. No grupo focal com usuári*s de 2009, somente homens participaram e apenas um estava ali pelo uso prejudicial de outras drogas, a saber, uso de crack. Em 2012, acompanhou-se a intervenção de uma redutora de danos numa roda de homens usuários de álcool e outras drogas, que se reúnem diariamente para beber numa praça da cidade. Desse grupo, apenas um usava outras drogas, a saber, cocaína.

Essa experiência e essa aliança com as linguagens estranhas podem estar a serviço [...] dessa contaminação positiva e criativa que toda linguagem sofre quando busca traduzir, ou se aliar, a outras linguagens – e é o que o autor brasileiro João Guimarães Rosa chama de ‘fecundante corrupção das nossas formas idiomáticas de escrever’. (GOLDMAN, 2006, p. 169).

Aqui, a escrita se faz corpo agenciando-se com a literatura de Jorge Amado e o personagem Quincas. Em ‘A morte e a morte de Quincas Berro D’água’ (2008)¹⁰⁹, tem-se duas vidas e duas mortes. Duas masculinidades, dois jeitos de ‘ser’ homem, em dois momentos históricos distintos.

No primeiro momento, Joaquim Soares da Cunha, com uma carreira como servidor público, uma vida com economia de palavras, homem “jamais visto num botequim, de cachaça caseira e comedida”, “bom, tímido e obediente esposo e pai: basta levantar a voz e fechar o rosto para tê-lo cortado e conciliador”. Esposa e filha portadoras de ‘atributos masculinos’, mulheres que mandam nos maridos. Lembremos da esposa Otacília, com quem não adianta discutir, pois “ela acaba sempre por impor suas opiniões e seus desejos”. Parece não ser possível conviver, no mesmo casamento, duas masculinidades. Desta forma, se a esposa é masculina, a ele cabe a função feminina.

Segundo momento: “um dia ele arribou [...] apenas um dia Joaquim largou tudo e ganhou o mundo”. “Naquele dia absurdo, depois de ter tachado Leonardo [seu genro] de ‘bestalhão’, fitou Vanda [sua filha] e Otacília e soltou-lhes na cara inesperadamente: – Jararacas! E, com a maior tranquilidade desse mundo, como se estivesse a realizar o menor e mais banal dos atos, foi-se embora e não voltou”. Aparece, então, Quincas, duplo de Joaquim faz dez anos, “um pai sem consciência de seus deveres”, bebedor, cachaceiro, falastrão, mulherengo, homem por todas desejado, amigo dos outros homens, herói e referência na roda social, “o rei dos vagabundos”, “o filósofo esfarrapado da rampa do mercado”, algumas vezes “preso por vagabundagem”, “o patriarca da zona do baixo meretrício”, “homem bom”, “o pai da gente”.

Se antes se tinha a domesticação do gênero e da sexualidade pelo sistema trabalho-emprego-família-serviço público, ou seja, um Joaquim traduzido numa masculinidade ‘encurralada’, depois se vê Quincas vivendo uma masculinidade não domesticada, ‘de rua’. No primeiro momento, o privilégio de uma moral do trabalho, da seriedade, do homem provedor, sisudo. Num segundo momento, o privilégio do riso, do gozo, da bebida, das rodas

¹⁰⁹ Para deixar o texto mais fluido, optou-se por retirar, no início e no final desse item, as referências, esclarecendo-se que todas as citações sem referência dizem respeito justamente a este livro de Jorge Amado.

de botequim, a ausência de trabalho, as redes de amizade provendo o sustento, o gosto da amizade. Antes e depois, Joaquim e Quincas. No homem provedor, a lógica individualista e articulação por dependência e filiação. No Quincas bebedor, a vida no coletivo, com amigos de bar, com ‘mulheres da vida’, com o povo da noite soteropolitana, articulação por contágio, constituição de matilhas afetivas, mecanismos de ajuda mútua e de composição de comuns, flechas de afeto. Morador alegre de ruas alegres, homem dono de seus pés, corpo vestido de errância, senhor da rua *versus* pai de família, inválido por sua validade, homem entristecido, homem privado de seu próprio corpo organizado para servir ao Estado e ao mercado.

“Um homem que pensa no trabalho, que pensa em ter família, sempre foi casado e vive direito como um homem correto, isso eu chamo de um homem”. Corpos que encarnam posições de sujeito mães e pais de família, algumas vezes, acabam por não suportar a clausura de tal organização e as hierarquias e fixações de gênero a ela acopladas. Tentam se lançar em outros movimentos, singularizar, muitas vezes o uso da rua e do álcool compõe esse ensaio desesperado de corpos que estão a sufocar. *“Cheguei a casar, é?, e tal, pra ver se me controlava mais, aí foi pior [...] Passei uns três meses fora de casa, dormindo nas praças, aí foi se agravando, sabe?”.* Esse uso tende a se dar acoplado à ‘tara do agora’ contemporânea, ao imperativo do agir a qualquer preço e a qualquer custo (GONDAR, 2003), configurando, pois, uma patologia do ato: compulsão. A compulsão de beber diz de uma subjetivação, de uma tentativa de (re)compor um território existencial, de respiro desse corpo organizado. Não se pode desejar sem fazer um CsO, de todo modo se faz um. Esse é seu jogo fascinante e ao mesmo tempo aterrorizante: na tentativa de fazê-lo, se pode fracassar, esse corpo intensivo pode conduzir à morte (DELEUZE; GUATTARI, 1996)...

A mulher, a primeira morreu, morreu de desgosto. [...], porque logo quando eu peguei ela, ela tinha dois filhos, um casal, eu saía pra trabalhar e ficavam dentro de casa. [...] Eu digo: ‘ói, fulana... toma conta do do, da menina, que o garoto, se faz alguma malcriação, quando eu chegar eu resolvo’. A menina foi crescendo, crescendo, ficou com 14 anos, começou a namorar e nisso parece que defloraram ela. [...] Ela namorando com um e outro, com um e outro e tal, defloraram ela. Pra ela não condenar o rapaz, me condenou. Disse que tinha sido eu. [...] Eu fiquei com aquela mágoa, eu digo: ‘ói, por causa disso, vou lhe deixar, vou me separar’ [...]. Ela já tinha um filho meu. [...] Aí eu peguei o garoto e aí fui embora, deixei ela. [...] Ela o que fez? Foi negociar com frutas no mercado. Aí quando ela pegava o lucro, ela ia beber pinga, mas tem gente que não se dá com álcool. [...] E resultado: atacou o fígado, [...] num se tratou, não procurou remédio, nada

e pinga, pinga, pinga. Resultado: morreu. [...] Pegue a segunda mulher, a gente vivia bem, direitinho. Com certos anos, base de uns dez anos mais ou menos, ela deu pro mesmo, deu pra beber. E ela maltratava muito o meu filho. Moramos 16 anos, meu filho naquele sofrimento e eu também. [...] tinha que levar a feira para casa e no fim da semana, no meio da semana tinha que fazer outra feira que era dividido pros pais dela. Então, não deu pra mim. Ela deu pra se embriagar demais, porque o irmão dela tinha uma vendinha assim que vendia cachaça. [...] tinha noites de eu chegar em casa, que ela tava totalmente embriagada, [...] eu ficava capaz de morrer. [...] Na época, eu era maneiro com a bebida. Eu era controlado. [...] Tinha que abastecer, ó ó ó, a geladeira. 'Meu Deus, o que é que eu tou fazendo?'. E eu, a mesma coisa, a mesma coisa continuava. Resultado: 16 anos nessa luta. [...] Vim embora, vim embora com tudo que era meu, [...] eu já tava preparado com outra lá me esperando. [...] O meu filho veio comigo já rapazinho. [...] Peguei a terceira mulher, consegui a terceira mulher depois que eu deixei ela. [...] Era gente do interior, ignorante. Só vim conhecer depois que tava dentro de casa. Num sabia ler, num sabia escrever, nada, outra cabeçada. Mas cuidou de mim direitinho e tal, eu fiquei com ela, mas também só 12 anos. Só fiquei com ela 12 anos por causa da ignorância. [...]. Ela não bebia, ela brigava comigo quando eu chegava em casa embriagado. Deixei por causa da ignorância, queria me dominar. Eu não sou de..., não sou que nem canoa. Ela queria me dominar e eu não aceitei. 'Faça isso, faça aquilo. Vá ali, vá aqui' [...] 'O homem da casa sou eu, não é você. Você tem suas obrigações pra fazer, você mesmo faça. Eu faço a minha, você faça a sua'. [...]. Foram 12 anos, deixei. Não peguei mais mulher pra morar. Sofrimento demais que eu passei.

Bom, quando eu entrei na droga que foi o álcool. Eu nunca usei outro tipo de droga, só o álcool... foi, é... eu tive problema com, de família. [...] eu era guia de turismo e caminhoneiro. Minha esposa, eu praticamente criei. Ela tinha 17 anos quando eu casei com ela, porque eu já tinha 26. E depois de 14 anos de casado, eu botei uma empregada. [...] e a empregada era lésbica. [...] então, eu na época tava trabalhando na Bonfim, era motorista de ônibus, [...] quando voltei [...] quando cheguei a empregada tava beijando na boca dela [...] da minha esposa. [...] eu trabalhava na Bonfim e tinha uma oficina de geladeira [...]. Mas quando eu cheguei em casa, eu tava com esse problema. Aí eu larguei e comecei a beber demais. E até hoje eu não consegui parar. Então o problema foi esse: a separação. [...] de cara, eu me revoltei e comecei a beber demais [...]. eu ia dormir bêbado pra esquecer o problema.

[...] a gente se separou por humilhação da família. Ela tem uma irmã que é engenheira da Petrobrás, a outra é odontóloga [...], tem o tio dela coronel do exército. [...] e que ela era formada, né?, assistente social e eu... um alcoólatra e soldado vigilante. Então, ela me humilhava muito, a família, né? 'Você mora com esse soldado, um motorista, um alcoólatra?' [...] então, eu sinto revolta dentro de mim.

No nordeste, na capital do menor estado do Brasil, a pesquisa abordou esses corpos que falharam na tentativa de composição de corpos intensivos de Quincas. Esses corpos

identificados como “dependentes de álcool” são compostos por “marcas de poder” (LOURO, 2004) que os fazem valer muito pouco. Valem alguma coisa? Para quem? Para quê? O que podem esses corpos?

Num contexto de capitalismo financeiro, em que drogas e corpos, em que tudo e todos/as são tidos/as como mercadoria, em que os corpos são valorizados por sua capacidade de empreendimento, como capital humano, o corpo desses homens e mulheres consumidos/as pela compulsão do álcool e tudo que tal compulsão reflete tende a ser apagado, tornado invisível, posto que dispensáveis mortos-vivos. Uma vez que suas performances não espelham a humanidade, é melhor que fiquem aí no escuro. Se aparecerem é justamente para serem iluminados pelo poder, marcados como o limite do humano, anormais, infames, vidas indignas de serem vividas.

Mas é preciso intervir sobre os falsos vivos, convocá-los a participar da economia de poder em voga, em que todos os corpos precisam mostrar que estão vivos (AGAMBEN, 2002; PASSETTI, 2003). Desse modo, os corpos desses/as homens e mulheres consumidos/as pelo uso de álcool e outras drogas despontam, em cenários como os das políticas públicas, como alvos de pedagogias corretivas. Corpos a serem corrigidos, situando-se em suas extremidades que advêm do mesmo funcionamento do exercício de um poder que inclui para excluir: vítimas a serem socorridas ou demônios rotulados de vilões, vagabundos, criminosos, drogados, traficantes e ladrões (mesmo sem sê-lo), tarjas que distanciam o pensar-inventar, o fabular outros (im)possíveis com os mesmos.

Nossa época: de uma governamentalidade (neo)liberal em que a lógica que rege o controle dos corpos e de suas condutas não é mais a do comedimento, da conformidade, de um ‘estar na média’ de um padrão corporal fixado. O controle faz-se, sim, mediante incitação da procura sem fim pela saúde perfeita, de um ‘mais saúde’. Ou seja, num contexto em que saúde é metamorfoseada no ideário da aptidão, do *fitness*, a busca é por um corpo que precisa ser modificado e modelado todo tempo até infinito e além (BAUMAN, 2001). Nesse contexto, solicita-se que tudo desincorpore, há que se “diminuir o peso do corpo. O corpo deve ser diluído no ritual, deve passar despercebido, fundir-se nos códigos” (LE BRETON, 2007, p. 50), e cada pessoa deve encontrar na outra o espelho de si mesma.

Se, por algum motivo, não há possibilidade de identificação com o corpo do outro, instaura-se o estigma: as pessoas que têm alguma deficiência física ou sensorial tendem a

não passar despercebidas e a serem catalogadas. E assim os ‘alcoólatras’ compõem uma lista interminável de catalogações.

[...] e é sério, eu sou alcoólatra, dependente.

[...] sei que álcool é uma doença.

O alcoolismo é uma doença incurável e uma doença progressiva.

A crise se chama delírio, [...] você vê até bicho na parede. A primeira vez que eu tive isso foi o conhecimento de que eu era alcoólatra [...]. Foi além do meu limite, da minha mente, que eu comecei a ver bicho, delirar, delirar mesmo, é coisa séria, precisou um bombeiro vir me pegar. Eu fui levado pelos bombeiros e internado.

Eu não sou doido, mas eu tenho problemas mentais por causa do álcool.

Como ‘doentes mentais’, ‘drogados’, os corpos desses usuários de álcool denunciam sua anormalidade. “Quando os limites de identificação somática com o outro não mais ocorrem, o desconforto se instala. O corpo estranho se torna corpo estrangeiro e o estigma social ocorre com maior ou menor evidência conforme o grau de visibilidade da deficiência” (LE BRETON, 2007, p. 50) ou das dimensões, dos sabores, odores, vapores que emanam do corpo. A esse respeito, saliente-se o ‘mau’ cheiro d*s usuári*s do CAPS ad: cheiro de sujeira, cheiro de álcool, de urina, de cocô¹¹⁰, bafos, cheiros que lembram que somos de carne e osso, apesar do ‘pavor da carne’ em tempos em que as imagens de um corpo ideal-inorgânico-imaterial veiculam para serem consumidas, apesar de nunca encarnarmos-desencarnando tal corpo. Num momento em que “ansiamos pela perda de suporte carnal” (PELBART, 2004, p. 146), corpos que fedem, que não ‘disfarçam’ seus odores, incomodam¹¹¹. O cheiro também é indício de um corpo desleixado, que não se engajou no empreendimento bioascético de busca pela saúde e pelo corpo ativo. Em uma cultura somática, em que a aparência física desempenha uma função importante na constituição da identidade, o corpo, o fedor que dele exala, é onde se inscreve e se delata sua anormalidade:

¹¹⁰ Numa aula no estágio docente na disciplina ‘Educação, saúde e corpo’ (2009/2), discutia-se sobre redução de danos, quando um aluno narrou uma cena por ele presenciada em que um morador de rua ‘cagado’ debochava da pressa e da ‘cara amarrada’ dos/as cidadãos/ãs trabalhadores/as e limpinhos/as.

¹¹¹ A esse respeito, é importante apontar que ficar numa sala fechada com ar-condicionado, povoada de usuári*s é um empreendimento difícil. Recordo agora que, ainda em 2002, no estágio em psicologia institucional, se discutia que um dos critérios para se trabalhar em saúde mental é suportar os odores que exalam dos corpos.

Eu tava aqui pensando num usuário que eu acompanho. Ele sempre vive sujo, com roupas sujas, rasgadas. Ele está apaixonado e começou a cuidar mais da aparência. Fiquei bem feliz em ver ele arrumadinho, limpinho, tomado banho. Mas o que seria mesmo a melhora? Isso dele estar deixando de ser invisível, se visibilizando, se tornando gente de novo?

Corpos institucionalizados, contemplados e incluídos pela política de saúde, corpos de homens e mulheres que frequentam o CAPS são marcados por uma série de ‘tarjas pretas’ – usuários/as de drogas, pobres, feios/as, fedorentos/as, moradores/as de rua, desempregados/as, moradores/as da periferia, anormais, abjetos, infames – e, assim, tornam-se alvo de uma correção. Os efeitos dessa correção devem aparecer nesses corpos, remodelando-os:

Porque as pessoas não percebem os ganhos do trabalho sem ser uma coisa muito, é... como posso dizer?, de produto, tipo: ‘Ah, ele voltou agora a trabalhar, então, ele tá bem, né? Ah, mas tá vendo como o usuário tá vestidinho, limpinho, ele está bem’. A cabeça do cara pode estar a mil, mas ‘olhe, ele tá bem’.

Incluídos, “uma série de estratégias e técnicas poderá ser acionada para recuperá-los: buscando curá-los, por serem doentes, ou salvá-los, por estarem em pecado, re-educando-os nos serviços especializados, reabilitando-os em espaços que os mantenham a salvo das más companhias” (LOURO, 2004, p. 88).

Eu me sentia, eu me sentia um defunto, na época, quando eu tava bebendo junto com aquela raça [...]. Eu não era um homem, eu era um defunto e eu vim praqui, melhorei uns oitenta, noventa por cento por aí. Hoje eu me sinto um homem.

Conforme já indicado, os projetos institucionais, terapêuticos e corporais do serviço tendem a se traduzir em projetos pedagógicos articulados com o objetivo de conduzir condutas, organizar corpos mediante materialização de hábitos e valores que possam dar suporte à sociedade mais ampla, entendida como corpo social; projetos que possam preparar esses homens e mulheres moral e fisicamente, tendo por base uma educação de seus corpos, uma educação eficiente na produção de corpos capazes de expressar, exibir normas e marcas corporais das sociedades capitalísticas nas quais devem ser (re)inseridos (LOURO, 2004). As marcas de gênero e de sexualidade devem compor tal exposição, ou seja, devem ser montados corpos de homens e mulheres ‘de verdade’. A rotina de um CAPS parece funcionar articulada a essa tentativa de produzir tais corpos a partir de normas regulatórias de gênero. E homens de verdade fazem uso controlado das drogas, são pais de

família, trabalhadores, sustentam suas casas, não perambulam pelas ruas da cidade, não têm ‘tempo livre’, uma vez que o mesmo deve ser dividido entre o trabalho e a gestão de sua casa. E mulheres ‘de verdade’ são femininas, mães, boas cuidadoras dos filhos, maridos e lares, nem que para isso tenha de sacrificar o cuidado consigo mesmas, não indo para o CAPS, por exemplo:

Essas mulheres, todas elas têm filhos. Pode ver, é muito difícil cê encontrar uma mulher aqui que não tenha filhos. Você ter filho, você é cobrada de alguma forma. [...] Você normalmente não tem esse tempo disponível de estar aqui porque você tem outras coisas pra dar conta, mesmo que seja você ter que fazer programa, e você ter que, entendeu?, assim, que aí o CAPS acaba é... não vindo. [...] E porque muitas fazem uso e no outro dia têm de passar o dia em casa, lavando, é..., organizando a casa, os menino, mesmo que seja malcuidado, mas tem que dar alguma resposta que os homens [...] normalmente eles se descomprometem muito da coisa da família.

Existem muitos Quincas. Esses muitos homens (e mulheres) estão prestes a morrer ou já morreram. Talvez por isso, ali no CAPS, mais do que em qualquer outro lugar destinado à assistência à saúde, eles costumam chegar sozinhos, almas-vivas: “*eu vim pra cá com as minhas próprias pernas*”. Ou chegam acompanhados de membros da família que, em sua maioria, os trazem com o objetivo de tentar “*apagar as horas intensamente vividas por Quincas Berro D’água*” (AMADO, 2008, p. 14) e resgatar a memória limpa e reluzente de seus homens-Joaquins, ou, já desiludidos, vêm apenas para depositar aquela “*cruz que transformara suas vidas num calvário*” (AMADO, 2008, p. 27-8), desfazer-se de um corpo que vai morrer daqui a pouco...

[...] e até hoje eu ainda tou machucando um pouquinho minha família, sabe? Que é minha mãe, meu pai.

[...] tem problema na minha vida que eu enfrento na minha própria casa. Vou resumir: minha mãe, minha irmã, né?

[...] Ser abandonado por todos na vida, né? Irmão, irmã, mulhé [...] por causa do que eu fiz.

- Eu fui abandonado por minha mãe. [...] eu roubei dentro de casa, roubei meu cunhado pra comprar droga mesmo, aí ela não me queria lá dentro.

A sociedade exclui, né?, começando pela família.

Essas famílias não estão chorando pela morte, choram pela atual vida de seus homens (e mulheres): cidadãos/ãs transmudados/as em vagabund*s, em marginais, por

causa da cachaça, d*s amig*s, da rua, da jogatina, do diabo¹¹². Para el*s, só resta a morte: a morte familiar e social. Ao decretá-l*s mort*s para a sociedade, falam del*s no passado e, mesmo assim, quando as circunstâncias obrigam a el*s se referir. Na verdade, a morte, a derradeira, seria – e é, porque ela costuma vir logo para el*s – um alívio para a família: de agora em diante já não seria mais a memória dos homens, cidadãos, bons trabalhadores, bons filhos, bons maridos, bons pais, “perturbada e arrastada na lama pelos atos inconsequentes do vagabundo” (AMADO, 2008, p. 19) e do marginal em que eles se tornaram, dentro em pouco retornariam, ao menos na memória, a ser os pacatos homens-Joaquins.

Parecem enganar-se os que dizem, de maneira simplista, que o sofrimento desses homens decorre da ‘dependência química’, da droga, da pinga, da pedra-noventa, da cachaça, do álcool, desse mal, desse diabo líquido. Ou dos diabos em folha (maconha), em pó (cocaína), em pedra (crack), injetável, às vezes esses diabos se encontram articulados... “Aí eu entrei no crack e na cachaça, só”. “A minha droga é todas. Total flex, dois ponto zero”. “O CAPS tava me ajudando com o álcool e as drogas, [...] pra indicar esse sofrimento da sociedade”. O sofrimento desses homens parece ser, sobretudo, ético-político (SAWAIA, 2004), tecido na trama desse apagamento, desse processo de mortificação social, de estigmatização que passa a acompanhar suas experiências, depois da metamorfose do homem em bêbado (drogado) animal, aliado de sua família, de sua casa, de seu trabalho, de sua cidadania, de sua vida, de uma suposta masculinidade.

[...]. Minha família é toda equilibrada, mas... e tem vergonha de mim porque... às vezes eu me reúno assim com a galera pra beber, às vezes a manhã toda, e minha família passa e não fala comigo.

Esses empregos meus, a maior parte eu perdi tudo por causa da cachaça. [...] e foi se agravando, entendeu? Aí piorou quando eu me separei da minha esposa.

De agora em diante, são esses homens flagelos humanos, ‘humanos’? Algum*s d*s usuári*s tendem a frequentar e até mesmo a fazer de morada um cemitério que se localiza próximo ao CAPS, sob a justificativa de que ali é um lugar ‘seguro’, em que el*s se veem ‘livres’ de batidas policiais, as quais, segundo el*s, eram comuns quando ficavam nas

¹¹² Registre-se que o atravessamento da moral religiosa é tema importante de se problematizar quando o que se quer é pensar sobre modos de cuidado em ad, embora não o seja central nesta tese.

imediações da orla da praia. Ali no cemitério, nas rodas da oficina de redução de danos¹¹³, eram comuns falas que pontuavam que o uso prejudicial de drogas associa-se ao desemprego, à falta de vínculos familiares e sociais. Num momento histórico-político caracterizado pela estetização da realidade, a qual vem acompanhada pela estetização do corpo (BAUMAN, 2001), os sujeitos humanos tendem a ser valorizados pela condição de serem empresários de seus próprios corpos, seu capital. Nesse cenário em que se exalta a beleza e a relevância social do corpo sadio – corpo em forma –, comendo com a justificativa de que o cemitério é um lugar seguro, parece que os próprios ‘donos’ destes “corpos abjetos” (BUTLER, 2007) – corpos que não importam a não ser para marcarem sua indignidade e a dignidade de se seguir o caminho rumo à perfeição corporal –, atestaram sua morte social.

*[...] a gente não tá se enxergando, que acha que tá abafando sendo que é a gente que tá sendo abafado.
- Cai a ficha, aí nêgo com dor de cabeça, pulmão, fígado, pés...*

A morte física costuma vir logo em seguida, regada a comorbidades não ‘tratadas’, até mesmo porque não é fácil para ess*s usuári*s terem acesso a outros serviços assistenciais, inclusive de saúde.

O usuário de ad é CAPS [...]. Só o CAPS e o PRD acabam absorvendo o usuário enquanto objeto seu, os outros, é... jogam pra gente. [...] Tudo é o CAPS, gente! Ninguém enxerga outra coisa sem ser o cuidado, sem ser o CAPS. Mas o CAPS não é tudo.

Como já foi dito, é comum ao desejo desejar o próprio aniquilamento ou aquilo que tem o poder de aniquilar, ou seja, o uso da droga pode ser fascista, pode ser suicida (DELEUZE; GUATTARI, 1996). Nesse sentido, aliada a essa dificuldade de acesso, numa espécie de adeus ao corpo, muit*s usuári*s, esfarrapad*s mort*s-viv*s, parecem não desejar, inclusive o tratamento.

Esses homens parecem habitar um paradoxo, bem ali entre a feitura de corpos de Joaquins e de Quincas: por um lado, ratificam cotidianamente o desejo de voltar para a família, sobretudo o desejo de voltar a trabalhar, voltar a ser ‘homem’, cidadão trabalhador

¹¹³ Como já foi dito, tratou-se de uma atividade (roda de conversa) que acontecia nas ruas, a partir do mapeamento desenvolvido pel*s própri*s usuári*s de locais que el*s utilizavam para fazer uso juntamente com outr*s usuári*s que não frequentavam o CAPS ad, o que era visto como importante, na medida em que as intervenções da equipe poderiam alcançar também usuári*s não inserid*s.

e de família. Por outro, como se escapassem sem querer, falam de seu desejo de ficar assim como estão, nessa zona indigna se de viver, posto que espaço de borramento da imagem-clichê naturalizada do homem-trabalhador-pai de família: “*Sabe qual é o problema? É falta de desemprego¹¹⁴, da sociedade que não nos dá uma oportunidade, da família que nos abandonou*”. A sociedade, a família devem mesmo abandonar esses desertores, devem mesmo corrigi-los e/ou matá-los, antes que eles próprios o façam. Para corrigir de um modo politicamente correto, tem-se um remédio: se não mais, pelo menos não sempre, o internamento em hospitais psiquiátricos e as camisas de força químicas que substituem a química da droga, a reabilitação em CAPS.

Nesses nossos tempos biopolíticos, conforme já assinalado, tem-se um Estado mínimo social e máximo penal, um modo de funcionamento estatal em que ‘tudo’ vai para as malhas da justiça, em que o judiciário vai tomando conta das vidas humanas. Não é à toa que, para aquel*s que são pegos usando drogas no meio da rua, a justiça costuma instituir o tratamento no CAPS como punição. Institui-se a punição-tratamento sem levar em conta o desejo d* usuári* de ser cuidad* em CAPS e, mais do que isso, sem levar em conta a necessidade mesma de tratamento desses homens e dessas mulheres. Afinal, quem deveria fazer a análise dessa demanda: a justiça ou a saúde? Questão de difícil resposta, em tempos em que a judicialização da vida avança. Vale dizer ainda que algu*s usuári*s vinham oriund*s de presídios. Acompanhados de policiais, ficavam nos corredores algemados a esperar o acolhimento inicial ou algum atendimento:

[...] coisas que eu já vi aqui é chegar algemado com policial, na hora que for, né? Aqui dentro fica meio complicado a pessoa, né?, de repente você tá num tratamento, chegar um, né? Tá certo, num presídio é uma coisa. [...] eu recebi um choque, porque, peste, eu tou num presídio, é? O cara chega algemado... Eles deveriam ficar sem algema, sem nada.

- [...] eu acho que antes daqui ele já deveria tirar a algema do jovem.

- Foi um choque do cabrunco, quando eu fui pro médico e vi o cara algemado¹¹⁵.

Desde muito tempo, nas sociedades ocidentais, a culpa de nossas imperfeições é depositada no corpo, as sujeiras na alma advêm do corpo (LE BRETON, 2007). Nos tempos de

¹¹⁴ Grifo utilizado para ressaltar a ambiguidade de uma fala proferida como que em ato falho. Para esta escrita, a análise de tais falas dispersas em campo, falas que habitam paradoxos importantes, parece fundamental.

¹¹⁵ Lembremos que assim como jalecos, figuram no CAPS ad algemas invisíveis. A pergunta persiste: no contexto da Reforma Psiquiátrica, quais algemas estão postas, cerceando o corpo de sujeitos envolvidos com a produção da assistência?

hoje, sujeiras, culpas e imperfeições são ainda mais atributos dos corpos, ou parecem ali se apresentar de forma visível, é ali que os sujeitos são interpelados, seus corpos devem ser vigiados. Em tempos biopolíticos:

Todos nós estamos cumprindo pena: a pena de subsumirmos nossos corpos a uma existência normalizada. Nossos corpos, virtualmente, são culpados. O corpo é um aberto de possibilidades e a culpa advém dos nossos corpos insistirem, na maioria das vezes de forma inconsciente, em extravasar as fronteiras desse possível pré-estruturado, dessa campânula de vidro em que nos colocaram. (MENDONÇA FILHO; VASCONCELOS, 2010, p. 141).

Esses homens usuários de álcool e outras drogas estão cumprindo pena: ao ousarem borrar e interrogar o ideal de limpidez, do ‘tudo está sob o controle’, dos corpos normais, corpos sãos, corpos fortes, corpos aptos, os corpos desses homens tornam-se corpos identificados, corpos abjetos, que oferecem o limite de humanidade. Como? Limitando-os. Esses corpos não cidadãos devem cumprir a pena de voltar a ser homens, cidadãos de bem, pais de família, mesmo que tenha sido ali no seio da família, junto aos seus pais, que tenham iniciado o caminho junto à bebida, afinal o álcool parece fazer parte de um processo de aprendizagem, do ritual de montagem do masculino¹¹⁶.

Eu comecei a usar bebida com 12 anos de idade, com meu pai. Aí, quando eu sentava na mesa, em vez dele me dar guaraná, ele me dava cerveja. [...] Uma coisa que eu tive sempre foi raiva do meu pai, em vez dele me dar guaraná, dava cerveja.

Alguns desses homens, agora consumidores de políticas públicas, veem no CAPS uma possibilidade de retorno a essa cidadania da sujeição (CARVALHO, 2009) dos corpos, e muito no CAPS parece funcionar nesse sentido: acoplado a pedagogias corporais, dentre as quais as de gênero e de sexualidade. Ali no CAPS, eles comem, bebem, dormem de dia, o que não podem muitas vezes fazer de noite. Lá, como que não querendo perder alguns ganhos que vêm com esse consumo e essa submissão, muitos fingem, até para si mesmos, querer voltar a ser ‘homem’, trabalhador, homem honrado e digno, bom filho, bom marido e bom pai. Lá, eles podem cumprir a pena normalizadora da reabilitação de seus corpos. Lembremos que, em nossos tempos e nossas culturas, ainda se articula homem-heterossexualidade-paternidade-trabalho. Além disso, acrescentam-se uma pitada de músculos torneados, três

¹¹⁶ Sete usuários, de 10 que fizeram parte do grupo focal de 2009, levantaram a mão em afirmação à pergunta se tiveram pais que também usavam álcool de modo recorrente e prejudicial: “*ele bebia e espancava minha mãe, que teve dez filhos com ele*”.

colheres de muita iniciativa e uma ideia na cabeça: a do homem empreendedor de si mesmo. Esses são os ingredientes que devem conter na *performance* esperada para o corpo de um homem 'de verdade'. Esses homens, esses corpos fingem para adequarem suas condutas a tal *performance* e, assim, valerem mais, ou pelo menos, valerem um pouco mais do que nada.

Uma cena: um usuário, ao longo de um ano, afirmava recorrentemente para uma profissional seu (seu?) desejo de voltar a trabalhar. Eles dois, juntos, como parte de seu projeto terapêutico, traçaram, então, possibilidades para alcançar tal objetivo e, quando, por muitas vezes, estava tudo arranjado, ele escapava. Depois de passar muitos dias 'sumido' e tido sido visto pescando com amigos, numa conversa entre os dois, ele conta para ela que o negócio dele é fazer de todas as suas tardes uma pescaria, é continuar pescando ali no rio. Numa conversa entre mim e ela, ela diz que entendeu ali que o desejo dele (dele?) de voltar a trabalhar era dela, como representante da sociedade, como agente de saúde, responsável direta pela correção daquele corpo. Ele apenas mimetizava esse desejo de Estado para conseguir com ela se vincular. Naquele dia, naquele dia sim, eles tinham se vinculado. Esse mesmo usuário, num evento de uma das semanas da luta antimanicomial, pega o microfone e, como que com orgulho de poder dizer pelo menos ali, pergunta: "*quem aqui não tem vergonha de dizer que é cachaceiro?*". Na plateia, se erguem mãos e gritos: "*Eu!!!!*".

Mas essas mãos e gritos são constantemente abafados, sufocados dentro e fora do CAPS ad, no cotidiano desses homens, inclusive por esses próprios homens que, tendo seus corpos e suas subjetividades também submetidos à lógica capitalística, desenvolvem com a droga e com o CAPS um uso fascista, aniquilante e aniquilador. Ressalte-se aqui uma conversa com os facilitadores da oficina de música sobre a importância das apresentações do coral em outros CAPS, serviços de saúde, instâncias sociais e espaços comunitários, no sentido de dar visibilidade ao cuidado oferecido no CAPS ad, bem como a*s própri*s usuári*s, na tentativa de desconstruir estigmas e discriminações. Essa oficina é frequentada por muit*s usuári*s, que se apresentam, muitas vezes, sob efeito de drogas. Entretanto, ess*s mesm*s usuári*s solicitaram cobrir as latinhas de cerveja com um papel para que não *s associassem ao uso de álcool. O que isso indica?

Esse paradoxo de ode e ódio à cachaça é sempre entendido como um problema e como um problema desses/as homens e mulheres, só deles e delas: um problema individual,

moral, de malandragem, de vagabundagem, el*s é que escolheram cravar em seus corpos essa mácula e esse sofrimento, el*s que decidiram por essa vida imunda e devem pagar por isso, *“eu tenho tanto problemas, minha vida não é fácil e nem por isso eu bebo, fumo, uso drogas”*. Um problema de justiça, um problema criminal, muitas vezes mesmo em se tratando de drogas lícitas. Ou um problema de saúde pública, porém resumindo-se *s que fazem uso abusivo de drogas a doentes e, como tais, incapazes de decidir sobre seu próprio corpo e destino¹¹⁷, o que, muitas vezes, incorre na articulação entre doença – tutela – isenção de direitos e nem é preciso recordar que, muitas vezes, sob o nome de cuidado, tutelam-se corpos. Como já mencionado, Guattari e Rolnik (2000) assinalam que as duas estratégias biopolíticas fundamentais para a tomada de poder sobre as subjetividades são justamente a culpabilização, muitas vezes, camuflada em responsabilização – que no contemporâneo vem recheada do discurso ‘autoajuda’, do *‘só você pode se ajudar, só depende de você’* – e infantilização: *‘você não sabe o que faz, então precisa que alguém o diga’*.

No CAPS ad pesquisado, é comum a presença dessas práticas discursivas, as quais se desdobram em outras práticas, como a de suspender/responsabilizar/culpabilizar um* usuári* que foi peg* usando drogas dentro do serviço, para que el*, num sentido de *‘faça você mesmo/a’*, de *‘botar de castigo para pensar’*, se autopolicie, funcione como perito/a de si mesmo/a. E, nesses tempos da fugacidade do agora ou nunca, pensar, atualizar a vida que foi e a vida que tem sido, a vida que poderia ser, a não vida; pensar é constatar a morte nesses tempos dos corpos perfeitos em busca da imortalidade; pensar é invadir a vida com outras forças do fora; pensar é perturbar; e, desse modo, para ordeiros que somos todos/as, pensar é sempre um castigo. El*s saem do CAPS e pensam? Pensar é um tormento, é tormenta, força a bifurcar. El*s querem? Queremos? Por que, em vez de simplesmente *‘ir para casa pensar’*, não se pensa com el*s sobre o que aconteceu, sobre o que está acontecendo do uso que fazem da droga, do uso que se tem feito do serviço, do uso que se tem feito da vida, profissionais e usuári*s? Para que o CAPS ad funciona?

¹¹⁷ Num cenário nacional em que se desponta um mandato de enfrentamento da dita ‘epidemia crack’, ressaltem-se posicionamentos de profissionais, governantes e sociedade civil de modo geral a favor de internações compulsórias de usuári*s de álcool e outras drogas, sobretudo, de crack. Vê-se, assim, atualizado o desejo de segurança traduzido pelo afastamento dessas pessoas do convívio social, reificando-se estigmas em nome de uma pretensa ‘sociedade sem drogas’ e alertando todos os corpos ‘sãos’ do perigo que correm de terem seus corpos tomados de assalto caso os exponham ao uso abusivo de álcool e outras drogas.

Na direção de feitura de homens e mulheres dignos/as, cidadãos/ãs ‘de bem’, no CAPS tende-se a se falar em resgate de laços familiares e sociais, laços esses que muitas vezes foram de sujeição e adoecimento. Por que não se falar de invenção de novas relações, inclusive com os mesmos membros familiares? Por que não considerar as novas relações feitas ‘na rua’, não apenas, não todas e não em todos os momentos, como sugadoras de vida, mas potencializadoras de vida? E como ser homem ‘de verdade’ num tempo de escassez de trabalho? Por que *usuári* não pode dormir no serviço de dia, se passou a noite toda na rua, alerta, ‘trabalhando’? Por que não pode vir e não fazer nada? Por que el*s não podem vir sob abuso? Por que, quando vêm, são punid*s, mesmo que com olhares discretos? Por que *s trabalhador*s sentem-se culpad*s quando isso acontece? Por que o CAPS ad pesquisado se transformou de um centro ‘carcerário’ num centro de convivência, e não de atenção? Por que, em vez de simplesmente afirmar que usuári* de álcool e outras drogas têm dificuldade de aderir ao tratamento e às atividades, não se pensar em arejar atividades tediosas e prescritivas, na possibilidade de desfazer os moldes institucionais e empreender um dar vida coletivo, atingindo o cerne de um serviço automatizado?

Esse CAPS precisa funcionar enquanto CAPS [...]. Porque, quando eu penso no CAPS, penso no CAPS que tem um quadro de oferta interessante, uma oferta de atendimento individualizada, uma oferta de oficinas, as oficinas não pra ocupar espaço e tempo, mas ocupando, é... possibilidade de cuidado, uma oferta pensada, planejada coletivamente.

Guattari (1992, p. 189) contribui para a reflexão:

Nossa massa de modelar é a ‘matéria’ institucional que é engendrada através do emaranhado dos ateliês, das reuniões, da vida cotidiana. [...] A palheta de expressão não é dada de antemão, pois um grande lugar é reservado à inovação, à improvisação de atividades novas.

“Então, assim, é... não percebe que nesse vai e vem, vai e vem que é do ser humano mesmo, é onde as coisas acontecem”. Por que não utilizar o CAPS ad como território de experimentação? Por que não, no encontro com corpos infames, pensar coletivamente projetos que não sejam o de retomar uma vida anterior ‘produtiva’ interrompida, mas o de inventar vidas, de abrir os corpos para habitação de outros lugares menos sufocantes, ainda por vir? Essas são perguntas que algum*s profissionais e usuári*s se fazem. Muito em nós é captura, mas algo em nós pulsa e pede por novos territórios existenciais e de cuidado...

Por que esses homens devem morrer, mais do que isso, por que devem sobreviver? No percurso desses homens, permanece certa confusão acerca e em torno de suas mortes. Como Jorge Amado (2008, p. 15), “não sei se esse mistério da morte ou das sucessivas mortes pode ser completamente decifrado. Mas eu o tentarei, [...], pois o importante é tentar, mesmo o impossível”. Tentar, bem ali onde o empreendimento parece ser mortífero (LANCETTI, 2006), avistar o ensaio de outras performances, a montagem de corpos intensivos, prenhes de vida.

Jorge Amado (2008, p. 17-18) afirma que, “quando um homem morre, ele se reintegra em sua respeitabilidade a mais autêntica, mesmo tendo cometido loucuras em sua vida. A morte apaga, com sua mão de ausência, as manchas do passado”. Se, para a família, é melhor dar esses homens como mortos, no CAPS é o seu passado que parece morrer. Lembrar do passado sempre enche os olhos desses homens de lágrimas, como se, em certa medida, compartilhassem com suas famílias desse saudosismo pelo homem que eles foram um dia, bem como das agruras que experimentaram ao tecer os Joaquins que morreram. Lembrou do passado? Quando alguns desejam revisitá-lo, eles choram e pedem para mudar de assunto. Os prontuários também indicam esse apagamento do passado. Neles, encontram-se registros vagos e pouco consistentes em qualidade e quantidade de informações, sobretudo no que se refere ao registro dos acolhimentos iniciais, em que se deveria fazer um levantamento do ‘histórico’ da pessoa, registrando/produzindo dados sobre seus vínculos familiares, vida escolar e laboral, vínculos sexuais-afetivos, histórico de internações clínicas e psiquiátricas, projetos de vida etc. O prontuário e, em decorrência, *s profissionais, parecem pactuar com essa necessidade de não mexer com a memória do morto: “a memória do morto, como se sabe, é coisa sagrada, não é para estar na boca pouco limpa de cachaceiros, jogadores ou contrabandistas de maconha” (AMADO, 2008, p. 17).

A memória do morto é coisa sagrada e, em nome do Estado, por meio de práticas especialistas, ousa-se aí mexer, para daí extrair algum nexos causal e generalizável, na tentativa de recuperar, corrigir, reabilitar, normalizar condutas de cachaceiros, alcoólatras, alcoolistas, drogados, drogaditos... “Por que se entregara ele aquela vida de vagabundo? Algum desgosto? Devia ser com certeza!” (AMADO, 2008, p. 21). Brigou com a mãe, com a mulher, se separou? Perdeu o trabalho, não conseguiu o trabalho que disse que viria? Foi desrespeitado, discriminado? Quis esquecer o passado? Nessa direção, é importante assinalar que é comum descrições de usuários de álcool apontarem que a dependência foi

desencadeada após terem sido traídos por suas mulheres, como que maculando a imagem de “homem honrado” (MACHADO, 2004): *“por causa de mulher, eu já vi muitos homens, muitos companheiros meus, muitos colegas meus na sarjeta”*. No mundo da ordem, da moral e dos bons costumes, atualizados na moral contemporânea do espetáculo de se ter um corpo ativo e limpo para mostrar, não se admite que não se tenha uma causa, a ser encontrada num dito interior do indivíduo (no biológico ou no psicológico), para esse destino:

Assim é o mundo, povoado de céticos e negativistas, amarrados como bois na canga, à ordem e à lei, aos procedimentos habituais, ao papel selado. Exibem eles, vitoriosamente, o atestado de óbito assinado pelo médico quase ao meio-dia e com esse simples papel – só porque contém letras impressas e estampilhas – tentam apagar as horas intensamente vividas [...] até sua partida. (AMADO, 2008, p. 14).

Alguém ousaria arriscar a dizer que há vida depois dessa morte social, que há vida nesse esquecimento ativo, sedativo de uma má consciência ressentida, presa às agruras de seu passado? Alguém se aventuraria a anunciar que há vida, há prazer no uso e até no abuso e até na ‘dependência’ do álcool? A sociedade, a cultura, a comunidade, a família do morto, os/as agentes de saúde, os/as agentes de Estado, os/as responsáveis diretos/as pelos corpos dess*s usuári*s, os/as próprios/as usuários/as, nós com nossos corpos organizados afirmaríamos outra coisa a não ser não passar toda essa história de prazer, “de grossa intrujice, invenção de bêbados inveterados, patifes à margem da lei e da sociedade, velhacos cuja paisagem deverá ser as grades da cadeia e não a liberdade das ruas” (AMADO, 2008, p. 14-15), ou os muros físicos dos hospitais psiquiátricos, ou ainda os muros mentais dos CAPS, daqui, de lá e de qualquer lugar?

Nesse sentido, não podemos perder de vista o ‘fato’ de que a droga é um objeto a que se atribuem significados atrelados a um dado tempo histórico e contexto sociocultural, no caso do nosso tempo e da nossa morada: concentração de renda, exclusão, preconceito, estigma, omissão, extermínio. Enfocando-se apenas no indivíduo, perdendo de vista a importância de se colocar em análise essa construção social e, de modo mais amplo, todo movimento e produções sociopolíticas com relação à problemática complexa das drogas, mascaram-se as relações de poder que estão em jogo e trabalha-se apenas com as ‘consequências’, demonizando-se a droga como causa de todos os males, mantendo-se estigmas e segregações. Nas sociedades e culturas ocidentais contemporâneas, partilhando-se de uma cultura proibicionista e de um discurso sanitarista – dos quais as próprias pessoas

que compõem os serviços substitutivos tendem a corroborar, inclusive as/os usuárias/os –, tende-se a pensar a droga como um vírus que precisa ser extirpado, e extirpado do interior desses indivíduos, erradicado de uma vez por todas da vida humana rumo a uma sociedade sadia, ou seja, sem drogas.

Eu choro de dar raiva porque usei.

[...] muitas pessoas fazem uso e vêm pra cá, se alimentam, passam o dia, vão pra rua e usam de novo, voltam tudo sequelado. Aí, não serve! O que é que tá fazendo aqui dentro? Se enganando, né?

Ou pior: é preciso erradicar esses homens, porque eles são o vírus que infecta uma sociedade supostamente sadia. Corpos criminosos, cujo destino é a prisão, corpos doentes, cujo destino é o hospital, corpos cidadãos, cujo destino é o CAPS. Não importa, o objetivo tende a ser o mesmo: dissecar o corpo em órgãos, (de)limitar o corpo, adoecê-lo, sujeitá-lo pelo adoecimento, fabricar um corpo “limitado a seus órgãos e aos modos de evoluir da doença como uma história natural” (CECCIM; MERHY, 2009, p. 536). Esses “corpos apacientados” (BARONE, 2009) costumam sofrer, à revelia de seus desejos, inúmeras intervenções assépticas de equipes de saúde, intervenções centradas, única e exclusivamente, em curar-corriger, “produzir um sujeito saudável e funcional que consiga eliminar suas doenças” (BARONE, 2009, s/p), neste caso, parar de usar drogas. Mas e quando esses corpos enfermos ousam habitar uma espécie de limbo, um entre vida e morte? Quando eles não morrem, mas também não vivem, pelo menos essa vida funcional a que estamos habituados a chamar de vida (que vida!)? Não são corpos funcionais os corpos desses homens, não são corpos orgânicos em funcionamento, tampouco morrem; sobrevivem.

Algo em seus corpos tende a não se dobrar nem à forma corpo-vivo nem à forma corpo em recuperação, tampouco à forma corpo-morto. Corpos irrepresentáveis, impensáveis, corpos sobreviventes, corpos que produzem uma espécie de fissura nas representações – ainda insistimos no platônico entendimento de que somos cópias defeituosas, de que nossos corpos, ‘isso’, representam um corpo ideal saudável e funcional, habitante de um transcendental ‘aquilo’ – de corpo e de saúde-doença-cuidado em voga: um corpo dissecado em órgãos ou, em sua versão ‘pós-moderna’, um corpo sem órgãos e sem doenças, ou melhor, um corpo digitalizado, com órgãos virtualizados, passível de

adoecimentos, se não capturado por estratégias de controle sobre os modos de cuidar de si. (CECCIM; MERHY, 2009). Ceccim e Merhy (2009) ainda apontam que não é desse CsO que Deleuze e Guattari (1996) afirmavam a potência.

Ao lado do funcionamento moribundo desses corpos, suas *performances* parecem dar espaço para que novas forças entrem em cena, desnaturalizando tais representações, desestabilizando paisagens instituídas, dando passagem para novos sentidos, novas práticas, novas relações, novas subjetivações, ali mesmo no contexto da 'saúde'. Esse 'estado de entre', nem na vida, nem na morte, tende a produzir nas vidas desses corpos e seus arredores um estado de suspensão, um tempo em suspenso, uma tensão que parece produzir uma brecha, uma desaceleração, outra dimensão do tempo, mobilizando-se afetos, perturbando ambientes higienizados, moralizados, imobilizados e interrompendo o imperativo de se fabricar corpos funcionantes, corrigindo-lhes os defeitos (BARONE, 2009). Em outros termos, ali mesmo no CAPS ad, na contramão do objetivo de formação de corpos de homens e mulheres 'de verdade', governáveis empresários/as de si, produz-se e experimenta-se uma zona de hiato, um outro plano, um outro tempo. Para suportar habitar esse tempo em suspenso entre vida e morte, tempo da desordem de subjetividades nascentes que podem abrir o corpo do cuidado, outros recursos precisam ser acionados além de equipamentos, procedimentos, intervenções técnicas e medicamentosas e relações assépticas mediadas pela rotina institucionalizada desses serviços. Como profissionais e usuáris podem acionar esses outros recursos do vínculo, da amizade, do contágio, da aliança? Essa pergunta tem possibilitado (des)aprendizagens, alimentando práticas instituintes e agires pedagógicos intensos no espaço do CAPS pesquisado. *"Eu adoro o contato com os usuários [...], você tá acompanhando [...]. Eu acho que é muito bacana essa troca [...], ambiente propício pra haver quebra de estereótipos, porque tá todo mundo compartilhando"*.

Cabe aqui um ditado popular: 'é melhor ser bêbado conhecido que alcoólatra anônimo'. Para além de uma generalização, para além do estigma de alcoolista, aquém e além da morte social, preservando a memória desses homens, cidadãos do e somente no passado, se sabe muito pouco de suas histórias. No percurso desses homens, permanece certa confusão acerca e em torno de suas mortes e, mais do que isso, acerca e em torno de suas vidas, de como eles vivem atualmente, se eles podem menos ou mais do que antes, e em que sentidos. Se não sabemos se esse mistério da morte ou das sucessivas mortes desses

homens pode ser completamente decifrado, tampouco sabemos quanto ao mistério de suas vidas, mas o importante ainda continua sendo “tentar, mesmo o impossível” (AMADO, 2008, p. 15).

Pra mim, o que tá me ajudando é saber as histórias das outras pessoas.

[...] é bom a pessoa desabafar... os companheiros que... é bom a pessoa [...] saber de novas histórias que acontecem, isso também fortalece muito a gente.

No CAPS ad são contadas histórias de velhos marinheiros do reino de Yemanjá. Corpo de marinheiros, agora organizado, “sem barco e sem mar, desmoralizado em terra, mas não por culpa sua. Porque para o mar nascera, para içar velas e domar o leme de saveiros, para domar as ondas em noites de temporal. Seu destino fora truncado”. Como fora “desencarnar numa cama? Não proclamara peremptório, e tantas vezes, Quincas Berro Dágua, com voz e jeito capazes de convencer ao mais descrente, que jamais morreria em terra, que só um túmulo era digno de sua picardia: o mar banhado de lua, as águas sem fim?”. Então, Quincas “fazia seu solene juramento: reservara ao mar a honra de sua hora derradeira, de seu momento final. Não haviam de prendê-lo em setes palmos de terra, ah, isso não! Exigiria, quando a hora chegasse, a liberdade do mar”.

Ao ver seu pai no caixão, a filha sentia como se tivesse novamente posto as rédeas naquele corpo. Porém Quincas preservava o sorriso, “sorriso cínico, imoral”, que nenhum paletó, nenhum sabão, nenhum procedimento para maquiagem e retirar a sujeira daquele corpo malandro conseguiu desfazer: o vagabundo não desaparecera. À noite, os familiares retiraram-se do velório, e os amigos de copo do velho Quincas ficaram para velar o corpo. “Pela janela aberta, o ruído da rua entrou, múltiplo e alegre, a brisa do mar apagou as velas e veio beijar a face de Quincas, a claridade [da lua] estendeu-se sobre ele, azul e festiva. Vitorioso sorriso nos lábios, Quincas ajeitou-se melhor no caixão”. Retiraram-lhe do caixão e do paletó apertado, deram-lhe cachaça, seu sorriso alargou-se. Bebiam e cantavam, puseram Quincas de pé. “Vambora, paizinho”. E ganharam as ruas iluminadas de prata. A lua os guiava até o mar, Quincas olhava o céu, sorria sob o luar. Ancoraram no barco de Mestre Manoel e sua moqueca de arraia. No meio da festa, tempestade. “Pedacos de mar lavavam o barco, o vento tentava romper as velas”, mulheres e homens gritavam. Quincas de pé na frente do barco, ninguém sabe como, “cercado pela tempestade, impassível e majestoso, o

velho marinheiro”, atira-se ao mar e ouve-se sua frase derradeira, que “segundo um trovador do mercado, passou-se assim”:

Me enterro como entender
 Na hora que resolver
 Podem guardar seu caixão
 Para melhor ocasião
 Não vou deixar me prender
 Em cova rasa no chão

Existem muitos Quincas. Devires de vento e mar. Jogo de espelhos, várias versões da morte e da vida, várias dobras. Entre a comédia e a farsa, o drama e a tragédia, o escravo e o nobre, entre capturas e resistências, eles vão tecendo vida e uma vida que não é só de restrição, de sofrimento, de apatia, de ressentimento, de rendição, de desespero, de solidão. Mas como acionar um corpo em sua potência, a potência de um corpo já tão esfarrapado, maltrapilho, moribundo? Como, diante do sofrimento, não paralisar? Ou, como, na paralisia, como no fatalismo russo nietzschiano, compor uma linha de fuga? Como fomentar um agir que não impeça o sofrer, mas que potencialize o coro do corpo que sofre via experiência do sofrimento, já que o sofrimento faz parte da cena da vida? “Como pensar uma diferença, uma maneira outra de estar, ali onde tudo parecia definitivamente consumado” e consumido? (PELBART, 2003a, p. 195). Há sempre uma reserva desejante para um deslocamento, uma reviravolta... Como habitantes das margens, desertores das fronteiras, suas vidas são também potência, prazer, resistência...

*[...] Agora o crack, quando você começa a usar ele, você se isola, você se esconde das pessoas. [...] Você gosta de quê? De crack. Mas eu acho que existe, eu acho que a cocaína é uma droga mais sociável.
 - [...] eu fumo crack e converso de boas, converso de boas, converso com clientes, olho os carros de boas, me defendo, de boas. Não existe droga mais sociável [...], não existe droga que vai fazer você bater numa mãe. [...] fecho o meu cigarro, eu fumo na rua, andando e ninguém percebe. [...] eu desmanchava o cigarro no papel e esfarelava a pedra de crack. [...] porque os policiais, também o pessoal num via a pessoa com uma lata, né?*

Figura maravilhosa é essa do vagabundo Quincas, de tantas mortes e tantas vidas, história tão inventada e tão ‘verdadeira’, convidou – e convida – a acompanhar essas vidas e essas mortes noturnas não nos caixões da razão, do Estado, dos especialismos, mas no ambiente de uma iluminação em ‘meia luz’, que se tece num outro lugar que não os das fôrmas oriundas de um reiterado exercício de poder, vidas à luz do luar, “morada na qual a diferença, afirmando a sua intensidade, escapa do encarceramento identitário. [...] no

prelúdio de uma ética inspirada no inacabamento de existências noturnas” (BAPTISTA, 2010, p. 104). E assim fui arrastada a uma roda de homens que bebem todos os dias, sob o clarão e a quentura de um sol nordestino, numa praça de um bairro da cidade...

Eis o malandro na praça outra vez
Caminhando na ponta dos pés
Como quem posa nos corações
Que rolaram dos cabarés

Entre deusas e bofetões
Entre dados e coronéis
Entre parangolés e patrões
O malandro anda assim de viés

Deixa balançar a maré
E a poeira assenta no chão
Deixa a praça virar um salão
Que o malandro é o barão da ralé
(BUARQUE, 2007).

Nesse percurso sem bússolas de seguir mapas-subjetividade de tantos Quincas viventes da terra e do mar, do dia e da noite, talvez se possa assistir a volta da malandragem e da alegria de criar às ruas de nossas vidas. “Criar é resistir, a vida é invenção” (PELBART, 2003a, p. 175), e “inventar é uma grande alegria” (ibidem, p. 113). Em noites de lua cheia, nos encontros alegres com vermes que passeiam, essa “ambiguidade do ‘entre lugares’” (LOURO, 2004, p. 8), esse devir-minoritário que em nós hiberna, que todos nós carregamos, transborda e se esparrama, faz sentir no corpo o inacabamento das nossas próprias existências. Que a poesia da vida e do corpo dessas masculinidades infames nos arraste até o mar (POLAYNE, 2009a), bem ali sobre as ondas de subjetivações, de corpos embrionários ainda sem forma, bem ali onde se pode ensaiar o existir...



ARRASTADA¹¹⁸

A gente não tem mais dinheiro pra comprar sapato novo
 E, de chinelo, não corro...
 Querem me tentar subtrair para me fazer submeter
 Para me envolver, sem libertar
 Para não gozar, submeter
 Já vale o sol daqui desse sertão...
 Que de tão forte queima a razão

Querem me forçar, fazer sorrir com o que passa na televisão
 Querem me arrancar, sem me pedir
 E eu não tenho mais dinheiro, não...
 Um bocadinho só...

O sino da gente começou a badalar!
 Dos badulaques que trago comigo, eis meu canto: logo, insisto.
 Começar um tempo, um movimento o que será?
 Me diga: o que temos de emprestado? E o que podemos dar?

Salve esse progresso dentro dessa bandeira!
 Abra mão do destaque e vem pro chão sambar
 Chamar um carrego pra ajudar a levar a feira
 Queira dividir o peso mesmo que pra aliviar...
 Um bocadinho só...

O sino da gente começou a badalar!
 Dos badulaques que trago comigo, eis meu canto: logo, insisto
 (POLAYNE, 2009a).

Tantos pés em suas sandálias¹¹⁹ gastas, pés itinerantes, arrasta-pés no espaço do CAPS ad e em seu entorno convocavam e convocam a demorar um pouco mais, a olhar uma, duas, três vezes a ‘mesma’ paisagem, a prestar atenção aos relevos que vão nela se tecendo e ali encontrar centelhas de uma vida corporal que não se deixa submeter. Essas fagulhas saltitantes abrem espaço para a problematização e desestabilização de certas cenas instituídas, as quais dizem da necessidade de pôr esses pés em sapatos novos, de pararem com a itinerância e darem seu futuro de presente ao empreendimento do capital. Mas é do destino de tais pés o descaminho.

¹¹⁸ Polayne (2009b).

¹¹⁹ Num certo momento, comecei a prestar atenção que usuári*s do CAPS ad, em sua esmagadora maioria, usam sandálias ‘de dedo’: chinelos de borracha ou sandálias de couro.

A insistência na errância, eis o canto que parece exalar e sair pelos pés desses corpos, vidas vestidas de errância, vidas infames, vidas de *hominis sacri* que insistem em viver, mesmo que sobrevivendo. Tais pés andarilhos, pés que sorriem, pés de pano que devêem vento, fazem pensar que não se trata apenas da sobrevivência de farrapos humanos. Variados usos da droga, do CAPS, do corpo e da vida podem ser experimentados por uma só pessoa: uso fascista em consonância com o desejo de mercado, de Estado, de polícia, com o desejo de aniquilar; uso suicida em concordância com o desejo de seu próprio aniquilamento; mas também um uso que se faz em conformidade com um plano afeito à decomposição do organismo, ali onde o corpo sofrido, dolorido, moribundo se debate, podendo experimentar um desfazer sem matar-se, abrindo-se a intensidades, conexões, devires, lançando-se na aventura de (des)aprender a desenhar novas formas, lama grossa a brotar lentamente (LISPECTOR, 2009). Aqui me permitam trazer Simone Paulon, no parecer do projeto de qualificação desta tese: em tempos de bio(*tanathos*)política, “parece ser mesmo necessário arregimentar forças que brotam da crueza da vida, ali mesmo onde ela se pauperiza. Garimpar o processo da tragicidade do cotidiano, ali mesmo em meio à imundície, ‘a flor que brota do pântano’, como nos ensinou Nietzsche”.

Esta escrita se fez, pois, em consonância com uma ética do descaminho e do inacabamento dos corpos (BAPTISTA, 2010). A montagem do corpo desta escrita - que se traduz num canto de insistência que sopra como vento de pés andarilhos em composição - se fez justamente ali onde a experimentação poderia ser inócua, ao constatar o que parece óbvio, ou seja, a inoperância de uma política de saúde em suas práticas de cuidado; ou mortífera, ao ousar se compor por entre encontros com corpos maltrapilhos habitantes de um lugar que, à primeira vista, parecia com eles convalescer. Mas pude ver insurgir, no bojo dessa paisagem moribunda, subjetividades nascentes, forjando (re)existências.

Para fazer desse ‘entre’ o moribundo e o nascente um território possível de habitação, de observação e de escrita, foi preciso também fincar os pés na errância, ensaiar o desapego a certezas científicas, produzir uma espécie de aliança com a literatura, com a música, com a poesia, com linguagens outras, fabuladoras de uma saúde frágil, porém preta de vida, de uma vida que não se deixa dizer (DELEUZE, 2006), assim como pensar o corpo como a grande razão (NIETZSCHE, 2008), num espaço em que não se diz ‘eu’, faz-se o eu. Dessa forma, criou-se o desejo coletivo de acompanhar um mapa movente de construção de corpos de profissionais e usuáři*s habitantes de um CAPS ad, bem como o

processo de construção do próprio corpo institucional, do cuidado e do próprio corpo da pesquisa e da escrita, em suas formatações e (re)existências. Nesse processo, foi preciso ousar itinerar. E assim foi que precisei, mesmo que por alguns instantes, em lapsos de tempo, deixar-me arrastar até o mar...

E a poesia
 (Vai me arrastar até o mar)
 E a navegação
 (Vai me arrastar)
 O sonho que sonhei é outro
 (Vai me arrastar até o mar)
 A vida que criei é minha
 (Vai me arrastar)
 (POLAYNE, 2009a).

No encontro com essas vidas nuas, infames, em vez de seguir marcando-as como “vidas precárias”, posto que ousam sair da rota do ‘humano’ (BUTLER, 2011), aventurar, sim, a partir desse encontro, navegar mares desconhecidos, bem ali onde “o sonho que sonhei é outro [e] a vida que criei é minha”. Em outros termos, a ousadia anunciada com esta escrita ensaística foi a de experimentar e fabular formas de vida, a de nos arrastar em paisagens noturnas, como vermes que passeiam na lua cheia e, assim, devirmos-outr*s menos encouraçad*s por identidades e mais prenhes de uma vida que não se deixa nominar. O encontro com *hominis sacri*, vidas infames, corpos abjetos pareceu, pelo menos em alguns instantes mesmo que fortuitos, funcionar como meio de abertura para descaminhos corporais: de profissionais e usuári*s, do cuidado, da pesquisa, da escrita...

Tracejos de outros modos de produção corporais. Abertura para o descaminho de pensar e experimentar o corpo antes de ter forma, antes de ser ele homem ou mulher, masculino ou feminino, onde se podem ousar novas montagens, inclusive terapêuticas. Nesse plano, a clínica pode se desfazer do mandato de engajamento com pedagogias corporais de formatação do homem ou da mulher conforme as prescrições das normas regulatórias de gênero e se compor por entre experimentações de vários modos de masculinidades e feminilidades. Em outras palavras, pensando corpo como uma montagem, como uma feitura realizada num espaço de tensão entre formas de sujeição e forças de experimentação, pude entender a própria clínica como um corpo. Clínica-corpo que se tece por entre desejos de formatação, mas também uma clínica que (re)existe, mais afeita à abertura dos corpos, inclusive o seu.

Retomando o alerta da necessidade de uma dose de prudência nesse empreendimento de montagem corporal junto às forças do desejo (DELEUZE; GUATTARI, 1996), distanciando-se de uma apologia à produção de farrapos humanos, o que se pensa com a clínica em ad aqui esboçada é na constituição de habitações corporais que sejam menos restritivas que um modo de subjetivação colado apenas à droga e a uma subjetividade drogadita e que, ao ousar desterritorializações, consigam materialidade de expressão, compondo novas formas. Para tanto, a partir do que o campo em confluência com a abordagem teórico-metodológica iam apontando, essa clínica foi aqui pensada como a clínica do encontro entre corpos e com o 'outro' do corpo, como uma clínica da (des)aprendizagem, da abertura dos corpos para outras rotas, uma clínica experimentada como passagem para outras formas corporais. Um cuidado que habite o espaço conflitivo entre formatação e experimentações corporais, um cuidado que, ao se desligar, pelo menos um pouco, pelos menos por alguns instantes, do mandato de formatação de corpos, pode agenciar paisagens corporais singulares. Uma clínica que arraste os corpos para o mar, aquele mesmo mar em que o corpo de Quincas foi jogado, pois o sonho que ele sonhou foi outro e a vida que ele criou foi sua. Odoya!

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. Cogitus interruptus: diálogo entre Juan Goytsolo e Michel Foucault sobre o estatuto histórico do presente ou sobre onde veio dar as Luzes. In: BRANCO, G. C.; VEIGA-NETO, A. (org.). **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 111-126.
- ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 131-149.
- AMADO, J. **A morte e a morte de Quincas Berro Dágua**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AMARANTE, P. **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.
- ANITELLI, F. (Compositor). **A fé solúvel**. [Teatro Mágico]. São Paulo, 2003.
- ANTUNES, A. (Compositor). **O pulso**. Em *Õ blesq blom* [Titãs, artista]. São Paulo, 1989.
- ARAÚJO, F. **Um passeio esquizo pelo acompanhamento terapêutico: dos especialismos à clínica da amizade**. Niterói: editoração eletrônica, 2006.
- AUGUSTO, A. Política e polícia. In: BRANCO, G. C.; VEIGA-NETO, A. (org.). **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 19-36.
- AVELINO, N. Apresentação: Foucault e a anarqueologia dos saberes. In: FOUCAULT, M. **Do governo dos vivos**. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2011. p. 17-38.
- BAGRICHEVSKY, M. et al. Discursos sobre comportamento de risco à saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, Supl. 1, p. 1699-1708, 2010.
- BAPTISTA, L. A. Noturnos Urbanos. Interpelações da literatura para uma ética de pesquisa. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**, n. 1, 1º sem. 2010, p. 103-117.
- BARONE, L. **Intervenções Possíveis na Clínica Hospitalar**. Texto não publicado, apresentado na mesa de abertura da V Jornada de Psicologia Hospitalar do Grupo Hospitalar Conceição. Porto Alegre, 2009.
- BARROS, L. P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA (org.). **Pistas do método cartográfico: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 52-75.
- BARROS, M. E. Desafios ético-políticos para a formação dos profissionais de saúde: transdisciplinaridade e integralidade. In: PINHEIRO, R.; CECCIM, R. B.; MATTOS, R. A. (org.).

Ensinar saúde: a integralidade e o SUS nos cursos de graduação na área da saúde. Rio de Janeiro: IMS/UERJ: CEPESQ: ABRASCO, 2005. p. 131-152.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. Saúde mental: a importância de se assegurarem direitos. In: RAUTER, C; PASSOS, E.; BENEVIDES, R. (org.). **Clínica e política:** subjetividade e violação dos direitos humanos. Rio de Janeiro: Editora TeCorá, 2002. p. 171-178.

BENEVIDES, R. Reforma Psiquiátrica Brasileira: resistências e capturas em tempos neoliberais. Loucura, ética e política: escritos militantes. **Revista do Conselho Federal de Psicologia**, p. 196-206, 2003.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo:** sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUARQUE, C. (Compositor). **A volta do malandro.** Em *Noites de gala, sambas na rua* [M. Salmaso, artista]. São Paulo, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação Nacional de DST e AIDS. **A política do Ministério da Saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas.** Brasília: MS, 2003.

_____. Ministério da Saúde. **Legislação em saúde mental:** 1990-2004. 5. ed. Brasília: MS, 2004a.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Saúde Mental no SUS:** os centros de atenção psicossocial. Brasília: MS, 2004b.

BICHO de sete cabeças. Direção: L. Bodansky. Roteiro: L. Bolognesi. Intérpretes: Rodrigo Santoro; Othon Bastos; Cassia Kiss; Gero Camilo. Columbia Pictures do Brasil, 2001. 1 DVD. (84 min).

BUTLER, J. O parentesco é sempre tido como heterossexual? **Cadernos Pagu**, n. 21, p. 219-260, 2003.

_____. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 151-172.

_____. Vidas precárias. **Contemporânea**, p. 13-33, 2011.

CAMELO, M. (Compositor). **Ô ô.** Em *Toque dela*. São Paulo, 2011.

CANDIOTTO, C. Cuidado da vida e dispositivo de segurança: a atualidade da biopolítica. In: BRANCO, G. C.; VEIGA-NETO, A. (org.). **Foucault:** filosofia & política. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 81-96.

CARVALHO, S. R. Reflexões sobre o tema da cidadania e a produção de subjetividade no SUS. In: CARVALHO, S. R.; BARROS, M. E.; FERIGATO, S. (org.). **Conexões**: saúde coletiva e políticas da subjetividade. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009. p. 23-41.

CASTIEL, L. D. Saúde, riscos e hiperprevenção. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 24, n. 4, p. vii-viii, 2011.

CASTRO, E. Soberania e exceção. In: CASTRO, E. **Introdução a Giorgio Agamben**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. p. 57-100.

CAZUZA; REBOUÇAS (Compositores). **Não me conte seus problemas**. Em *Banda Eva – 25 anos ao vivo* [Banda Eva, artista]. São Paulo, 2005.

CECCIM, R. B.; MERHY, E. E. Um agir micropolítico e pedagógico intenso: a humanização entre laços e perspectivas. **Interface Comunicação, Saúde Educação**, p. 531-542, 2009.

COCCO, G. **Mundo Braz**: o devir-mundo do Brasil e o devir-Brasil do mundo. Rio de Janeiro: Record, 2009.

COIMBRA, C. L.; NASCIMENTO, M. L. A invenção do humano como modo de assujeitamento. In: MENDONÇA FILHO, M.; NOBRE, M. T. **Política e afetividade**: narrativas e trajetórias e pesquisa. Salvador: EDUFBA; São Cristóvão, SE: EDUF, 2009. p. 31-42.

_____. **Operação Rio**: o mito das classes perigosas. Rio de Janeiro: Intertexto, 2001.

_____; BRASIL, V. V. Exumando, identificando os mortos e desaparecidos políticos: uma contribuição do GTNM-RJ para o resgate da memória. In: MOURÃO, J. C. (org.). **Clínica e política 2**: subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas. Rio de Janeiro: Abaquare; Grupo Tortura Nunca Mais, 2009. p. 45-62

_____; LEITÃO, B. S. Fluxos de utopia ativa: movimento zapatista, direitos humanos e psicologia. In: MOURÃO, J. C. (org.). **Clínica e política 2**: subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas. Rio de Janeiro: Abaquare; Grupo Tortura Nunca Mais, 2009. p. 71-84.

_____; NASCIMENTO, M. L. Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político? In: ARANTES, E. M.; NASCIMENTO, M. L.; FONSECA, T. M. G. **Práticas PSI inventando a vida**. Niterói: EdUFF, 2007. p. 27-38.

CORAZZA, S. M. Labirintos de pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, M. V. (org.). **Caminhos investigativos I**: novos olhares na pesquisa em educação. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 103-128.

CORAZZA, S.; SILVA, T. T. Manifesto por um pensamento da diferença na educação. In: _____. **Composições**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2003. p. 9-18.

CORRÊA, M. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 13-30, 2001.

_____. Fantasias corporais. In: PISCITELLI, M.; GREGORI, M. F.; CARRARA, S. **Sexualidade e saberes**: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 173-182.

COSTA, J. F. O referente da identidade homossexual. In: PARKER, R.; BARBOSA, R. M. (org.). **Sexualidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996. p. 63-89.

COUTO, E. S. Corpos dopados, medicalização e vida feliz. In: RIBEIRO, P. R.; SILVA, M. R.; GOELLNER, S. V. (org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: composições e desafios para a formação docente. Rio Grande: Editora da FURG, 2009. p. 43-53.

DELEUZE, G. **Conversações (1972-1990)**. São Paulo: Editora 34, 1992. (Coleção Trans).

_____. O que é um dispositivo. In: _____. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Ed. Vega-Passagens, 1996. s/p.

_____. A literatura e a vida. In: _____. **Crítica e clínica**. São Paulo: Ed. 34, 1997. p. 11-16.

_____. O esgotado. In: _____. **Sobre o teatro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010. p. 65-111.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. v. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

_____; _____. 28 de novembro de 1947 - Como criar para si um corpo sem órgãos. In: _____. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. v. 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. p. 9-32.

_____; _____. Devir-intenso, devir-animal, devir-imperceptível. In: _____. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. v. 4. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997a. p. 11-114.

_____; _____. 7000 A.C. – Aparelho de captura. In: _____. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. v. 5. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997b. p. 111-177.

DUARTE, A. Foucault e as novas figuras da biopolítica. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (org.). **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 35-50.

DUSCHATZKY, S.; SKLIAR, C. O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação. In: LARROSA, J.; SKLIAR, C. (org.). **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. p. 119-138.

ESCÓSSIA, L. O coletivo como plano de criação na Saúde Pública. **Revista Interface – comunicação, saúde e educação**, v. 13, supl. 1, p. 689-694, 2009.

FACCHINI, R. Mulheres, diversidade sexual, saúde e visibilidade social. In: RIOS, L. F. (org.). **Homossexualidade**: produção cultural, cidadania e saúde. Rio de Janeiro: ABIA, 2004. p. 34-43.

_____. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FARHI NETO, L. **Biopolíticas**: as formulações de Foucault. Florianópolis: Cidade Futura, 2010.

FÉLIX, J. **“Quer teclar?”**: aprendizagens sobre juventudes e soropositividades através de bate-papos virtuais. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FERREIRA NETO, J. L. Subjetividades contemporâneas: algumas contribuições de Deleuze. **Revista Plural**, v. 6, n. 13, p. 105-113, 2000.

FERRERI, M.; NOBRE, M. T. A festa dos canos e a noite das facadas: a pesquisa etnográfica e o estatuto das falas dispersas no campo. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, p. 264-280, 2010.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos).

_____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001a.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001b.

_____. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001c.

_____. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003a.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2003b.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2004a.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2004b.

_____. A vida dos homens infames. In: MOTTA, M. B. (org.). **Ditos & Escritos IV**: estratégia, saber-poder. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a. p. 203-222.

_____. "Omnes et Singulatim": uma crítica da razão política. In: MOTTA, M. B. (org.). **Ditos & Escritos IV**: estratégia, saber-poder. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b. p. 355-385.

_____. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006c.

_____. O verdadeiro sexo. In: MOTTA, M. B. (org.). **Ditos & Escritos V**: ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006d. p. 82-91.

_____. Mesa-redonda em 20 de maio de 1978. In: MOTTA, M. B. (org.). **Ditos & Escritos IV**: estratégia, saber-poder. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006e. p. 335-351.

_____. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. Conversa com Michel Foucault. . In: MOTTA, M. B. (org.). **Ditos & Escritos VI: repensar a política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a. p. 289-347.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b. p. 273-295.

_____. Michel Foucault entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010c. p. 296-327.

_____. **Do governo dos vivos**. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

GALLO, S. Do cuidado de si como resistência à biopolítica. In: BRANCO, G. C.; VEIGA-NETO, A. (org.). **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 371-391.

GASTALDO, D. Pesquisador/a desconstruído/a e influente? Desafios da articulação teoria-metodologia nos estudos pós-críticos. In: MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. (org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 9-14.

GEERTZ, C. Os usos da diversidade. In: _____. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 68-85.

GERÔNIMO (Compositor). **Agradecer e abraçar**. Em *Agô. Cantos sagrados de Brasil e Cuba*. Havana, 2007.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

GOLDMAN, M. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. **Etnográfica – Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social**, v. 10, n. 1, p. 161-173, 2006.

GONDAR, J. A sociedade de controle e as novas formas de sofrimento. In: ARÁN, M. (org.). **Soberanias**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003. p. 81-90.

GROS, F. Situação do curso. In: FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 611-661.

GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUESSER, A. H. A etnometodologia e a análise da conversação e da fala. **EmTese**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 149-168, ago./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/download/13686/12546>>. Acesso em: 8 ago. 2012.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Multidão: guerra e democracia na era do Império**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

KASTRUP, V. A aprendizagem da atenção na cognição inventiva. In: KASTRUP, V.; TEDESCO, S.; PASSOS, E. (org.). **Políticas da cognição**. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 156-176.

_____. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 32-51.

KHALIL, M. M. Teorias e alegorias da interpretação: no theatrum de Michel Foucault. In: SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. **Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 217-230.

KNIJNIK, L. Fala corpo! A teimosia dos sonhos que não se deixam calar. In: MOURÃO, J. C. (org.). **Clínica e política 2**: subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas. Rio de Janeiro: Abaquar: Grupo Tortura Nunca Mais, 2009. p. 63-70.

LANCETTI, A. **Clínica peripatética**. São Paulo: Hucitec, 2006.

LAQUEUR, T. A descoberta dos sexos. In: _____. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. p. 189-240.

LARROSA, J.; SKLIAR, C. Babilônios somos. A modo de apresentação. In: _____; _____ (org.). **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. p. 7-29.

LAZZARATO, M. Enunciação e política: uma leitura paralela da democracia - Foucault e Rancière. In: BRANCO, G. C.; VEIGA-NETO, A. (org.). **Foucault**: filosofia & política. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 299-318.

LAZZAROTTO, G. **Pragmática de uma língua menor na formação em Psicologia**: um diário coletivo e políticas juvenis. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

LE BRETON, D. **A sociologia do corpo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

LEE, R. (Compositora). **De pés no chão**. [Márcia Castro, artista]. Bahia e São Paulo, 2012.

LEE, V. (Compositor). **Estrela**. Em *Encanteria* [Maria Bethânia, artista]. Rio de Janeiro, 2009.

LENINE; QUEIROGA, L. (Compositores). **A ponte**. [Lenine, artista]. Em *Acústico MTV*. São Paulo, 2006.

_____. (Compositor). **Isso é só o começo**. [Lenine, artista] Em *Chão*. Rio de Janeiro, 2011.

LISPECTOR, C. **A paixão segundo G.H.**: romance. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

LOBOSQUE, A. M. **Clínica em movimento**: por uma sociedade sem manicômios. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

LOPES, M. C. Norma, inclusão e governamentalidade neoliberal. In: BRANCO, G. C.; VEIGA-NETO, A. (org.). **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 283-298.

LOURAU, R. **A análise institucional**. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. Implicação e sobreimplicação. In: ALTOÉ, S. **René Lourau: analista institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 186-198.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

_____. Pedagogias da sexualidade. In: _____. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007. p. 7-34.

MACHADO, D. **Movimentos na educação física: por uma ética dos corpos**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MACHADO, P. S. “Quimeras” da ciência: a perspectiva de profissionais de saúde em casos de intersexo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 20, p. 67-80, 2005.

MELO, É. Feminismo: velhos e novos dilemas. Uma contribuição de Joan Scott. **Cadernos Pagu**, n. 31, p. 553-564, 2008.

MENDONÇA FILHO, M. Tortos humanos e seus direitos. In: _____. (org.). **Educação, violência e polícia: direitos humanos?**. Aracaju: Ed. UFS; Salvador: EDUFBA, 2004. p. 255-286

_____; VASCONCELOS, M. F. F. Questões de método e pesquisa dos dispositivos institucionais de confinamento do presente. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 10, n. 1, p. 134-150, 2010.

MEYER, D. E. Educação, saúde e modos de inscrever uma forma de maternidade nos corpos femininos. **Movimento**, v. 9, n. 3, p. 33-58, 2003.

_____. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 9-27.

_____. Corpo, violência e educação: uma abordagem de gênero. In: JUNQUEIRA, R. D. (org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Saúde; Unesco, 2009. p. 213-233.

MOSKA, P. (Compositor). **A seta e o alvo**. Em *Através do espelho* [Paulinho Moska, artista]. São Paulo, 1997.

NEVES, C. A.; HECKERT, A. L. Micropolítica do processo de acolhimento em saúde. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 10, n. 1, p. 151-168, 2010.

NIETZSCHE, F. **Ecce Homo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Genealogia da moral: uma polêmica**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Assim falou Zaratustra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Além do bem e do mal**. Petrópolis: Vozes, 2009.

NUNES, M. et al. **Articulando experiências, produzindo sujeitos, incluindo cidadãos: um estudo sobre as novas formas de cuidado em saúde mental na Bahia e em Sergipe, Brasil**. Salvador: Instituto de Saúde Coletiva (ISC)/UFBA, 2006.

OLIVEIRA, J.; PASSOS, E. A implicação de serviços de saúde mental no processo de desinstitucionalização da loucura em Sergipe: um problema clínico-político. **Revista Vivência**, n. 32, p. 259-274, 2007.

ORTEGA, F. **O corpo incerto: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

PARAISO, M. A. Raciocínios generificados no currículo escolar e possibilidades de aprender. In: LEITE, C. et al. (org.). **Políticas, fundamentos e práticas do currículo**. Porto: Porto Editora, 2011. p. 147-160.

PASSETTI, E. **Anarquismos e sociedade de controle**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

_____. Foucault-antifascista, São Francisco de Sales-Guia e atitudes de parresiasta. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (org.). **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 117-134.

_____. Ecológica: procedências e emergência. In: BRANCO, G. C.; VEIGA-NETO, A. (org.). **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 127-142.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 17-31.

_____; BENEVIDES, R. Prefácio. In: ARAÚJO, F. **Um passeio esquizo pelo acompanhamento terapêutico: dos especialismos à política da amizade**. Niterói: editoração eletrônica, 2006. p. 13-14.

PAULON, S. A desinstitucionalização como transvaloração. Apontamentos para uma terapêutica ao niilismo. **Athenea**, n. 10, p. 121-136, 2006.

_____; ROMAGNOLI, R. C. Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 10, n. 1, p. 85-102, 2010.

PELBART, P. P. **Vida capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2003a.

_____. Subjetividade e pós-modernismo. In: ARÁN, M. (org.). **Soberanias**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003b. p. 31-40.

_____. O corpo, a vida, a morte. In: PASSETTI, E. (org.). **Kafka, Foucault: sem medos**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. p. 139-156.

PIOVEZANI FILHO, C. Entre vozes, carnes e pedras: a língua, o corpo e a cidade na construção da subjetividade contemporânea. In: SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. (org.). **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 133-158.

PLACER, F. G. O outro hoje: uma ausência permanentemente presente. In: LARROSA, J.; SKLIAR, C. (org.). **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. p. 79-90.

POLAYNE, P. (Compositora). **Arrastada**. Em *O circo singular* [Patrícia Polayne, artista]. Recife, 2009a.

_____. (Compositora). **Sapato novo**. Em *O circo singular* [Patrícia Polayne, artista]. Recife, 2009b.a

_____. (Compositora). **Game-over**. [Patrícia Polayne, artista]. Maceió, 2010.

RAMALHO, Z. (Compositor). **Admirável Gado Novo**. Em *Brasil Nordeste*. [Zé Ramalho, artista]. São Paulo, 1991.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Editora 34, 1996.

RAUTER, C. Oficinas pra quê? Uma proposta ético-estético-política para oficinas terapêuticas. In: AMARANTE, P. (org.). **Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p. 267-278.

RICARDO, J.; MENDONÇA, P. (Compositores). **Medo mulato**. [Secos e Molhados, artista]. Seattle, 1973-1974.

ROCHA, M. L.; AGUIAR, K. F. Entreatos: percursos e construções da psicologia na rede pública de ensino. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 10, n. 1, p. 68-84, 2010.

RODRIGUES, H. C. Quando Clio encontra Psyche: pistas para um (des)caminho formativo. **Cadernos transdisciplinares do Instituto de Psicologia da UERJ**, v. 1, p. 3-69, 1998.

_____. Formação 'psi': reforma psiquiátrica, atenção psicossocial, desinstitucionalização. In: MOURÃO, J. C. (org.). **Clínica e política 2: subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas**. Rio de Janeiro: Abaquar; Grupo Tortura Nunca Mais, 2009. p. 201-206.

_____. A história oral como intercessor - em favor de uma dessujeição metodológica. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 10, n. 1, p. 190-203, 2010.

ROLNIK, S. Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempo de globalização. In: LINS, D. (org.). **Cultura e subjetividade: saberes nômades**. Campinas: Papyrus, 1997. p. 19-24.

_____. Tristes gêneros. In: D. LINS (org.). **A dominação masculina revisitada**. Campinas: Papyrus, 1998a. p. 63-68.

_____. Machos & fêmeas. D. LINS (org.). **A dominação masculina revisitada**. Campinas: Papyrus, 1998b. p. 69-71.

_____. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2006.

SALIH, S. Por que Butler? In: _____. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. p. 9-30.

SANT'ANNA, A. (Compositor). **Engolindo sapo**. [Alex Sant'Anna, artista]. Brasil, 2010.

_____; LITINHA, M. D. (Compositores). **Cansado**. [Alex Sant'Anna, artista]. Brasil, 2010.

SANT'ANNA, D. Descobrir o corpo: uma história sem fim. **Educação e Realidade**, v. 25, n. 2, p. 49-58, 2000.

_____. Dietética e conhecimento de si. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (org.). **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 83-94.

SAWAIA, B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: _____. (org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 97-118.

SCHEINVAR, E. Biopolítica e judicialização das práticas de direitos: conselhos tutelares em análise. In: BRANCO, G. C.; VEIGA-NETO, A. (org.). **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 143-152.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-100, 1995.

SENEILLART, M. Situação dos cursos. In: FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 495-537.

SILVA, B. da (Compositor). **Malandragem dá um tempo**. Em *O partido-alto do samba* [Bezerra da Silva, artista]. São Paulo, 2004.

SIQUEIRA, D. Conversa com Domiciano Siqueira sobre redução de danos. In: LANCETTI, A. **Clínica Peripatética**. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 53-76.

SOARES, C. L. Escultura da carne: o bem-estar e as pedagogias totalitárias do corpo. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (org.). **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 63-82.

SWAIN, T. N. Identidade nômade: heterotopias de mim. In: RAGO, M.; ORLANDI, L. B.; VEIGA-NETO, A. (org.). **Imagens de Foucault e Deleuze**: ressonâncias nietzschanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 325-342.

TEDESCO, S.; SOUZA, T. Territórios da clínica: redução de danos e os novos percursos éticos para a clínica das drogas. In: CARVALHO, S. R.; BARROS, M. E.; FERIGATO, S. (org.). **Conexões**:

saúde coletiva e políticas da subjetividade. São Paulo: Aderaldo&Rothschild, 2009. p. 141-156.

TÉLLEZ, M. A paradoxal comunidade por-*vir*. In: LARROSA, J.; SKLIAR, C. (org.). **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. p. 45-78.

TESSLER, E. S. Habitar o silêncio, esculpir o tempo. In: COSTA, L. B.; FONSECA, T. M. G. (org.). **Vidas do fora**: habitantes do silêncio. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010. p. 281-298.

VAN GOGH, B.; TOM, R. (Compositores). **Beijar na boca**. Em *Ao Vivo em Copacabana*. [Cláudia Leite, artista]. Rio de Janeiro, 2008.

VASCONCELOS, M. F. F. **Loucos e homossexuais: consumidores como outros quaisquer**. Um estudo sobre modos de subjetivação de relações homoeróticas em um CAPS de Aracaju-SE. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

_____; BARBOSA, S.; MORSCHEL, A. Problematizando a saúde coletiva. Produção de subjetividade no campo da saúde mental. **Revista Vivência**, n. 32, p. 61-70, 2007.

_____; MENDONÇA FILHO, M. Por uma genealogia das políticas de saúde mental contemporâneas: da produção de políticas identitárias e de modos variados de confinamento. In: MENDONÇA FILHO, M.; NOBRE, M. T. (org.). **Política e afetividade**: narrativas e trajetórias de pesquisa. Salvador: EDUFBA; São Cristóvão, SE: EDUFS, 2009. p. 181-210.

_____; MORSCHEL, A. O apoio institucional e a produção de redes: do desassossego dos mapas vigentes na Saúde Coletiva. **Interface: comunicação, saúde, educação**, v. 13, supl. 1, p. 729-738, 2009.

_____; SEFFNER, F. Do que vale para o que pode: corpos de Quincas Berro Dágua. **Educação e Realidade**, v. 36, p. 883-910, 2011.

_____; PAULON, S. M. Instituição militância em análise: a sobreimplicação dos trabalhadores na Reforma Psiquiátrica brasileira. **Psicologia e Sociedade** (no prelo), 2012.

VEIGA-NETO, A. Incluir para excluir. In: LARROSA, J.; SKLIAR, C. (org.). **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. p. 105-118.

_____. Coisas do governo... In: RAGO, M.; ORLANDI, L. B.; VEIGA-NETO, A. (org.). **Imagens de Foucault e Deleuze**: ressonâncias nietzschianas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 13-34.

_____. Governamentalidades, neoliberalismo e educação. In: BRANCO, G. C.; VEIGA-NETO, A. (org.). **Foucault**: filosofia & política. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 37-52.

VELOSO, C.; GIL, G. (Compositores). **Divino maravilhoso**. Em *Inclassificáveis* [Ney Matogrosso, artista]. São Paulo, 2007.

VEYNE, P. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

YUKA, M.; JORGE, S.; CAPPELLETI, U. (Compositores). **A carne**. Em *Do cóccix até o pescoço* [Elza Soares, artista]. São Paulo, 2002.

APÊNDICE A – Roteiros dos grupos focais

1 Grupo focal com usuáři*s

Solicitar exemplos concretos e que as pessoas se posicionem face a eles. Descrevam situações vivenciadas no serviço onde aparecem as temáticas abordadas. Como se lidou com tais situações, como elas foram conduzidas? Como acham que as mesmas poderiam ter sido conduzidas?

Indicar que, para a discussão, serão utilizadas falas de profissionais e usuáři*s bem como cenas pinçadas ali mesmo no CAPS ad ao longo dos meus anos de inserção no CAPS ad, no sentido de, junt*s, pensá-las, analisá-las.

Pedir para que falem um* de cada vez, para conseguirmos uma boa qualidade de gravação e para produzirmos as falas a partir também da escuta d*s demais.

a) Apresentação d*s participantes

Nome, idade, há quanto tempo frequenta o serviço.

b) Bloco uso de álcool e outras drogas e cuidado em ad

Quando vocês começaram a usar drogas? Que drogas usam ou já usaram?

Quando vocês começaram a achar que o uso de drogas estava trazendo danos para a vida de vocês? Vocês lembram o que estava acontecendo em suas vidas?

Por que, como e onde vocês começaram o tratamento relacionado à dependência de drogas? Por quais lugares vocês passaram? Que percurso percorreram?

Como vocês chegaram até o CAPS?

Descreva como é desenvolvido o tratamento no CAPS.

O que vocês acham que contribui para a sua melhora?

Vocês sabem quais as áreas/questões da vida estão (ou deveriam estar) incluídas no dia a dia do tratamento?

Quais são as atividades que vocês costumam participar?

O que vocês acham que poderia ser feito para melhorar o atendimento em ad em Aracaju e no CAPS em particular?

c) Bloco desdobramentos do uso de drogas e relações de gênero no espaço do CAPS

Quais são o lado bom e o lado ruim de fazer uso de drogas?

A dependência de drogas trouxe alguma mudança no comportamento, nas relações e na vida de vocês (em casa, no trabalho, nas relações com companheiro/a, com filhos/as, vizinhos/as, colegas de trabalho, pais e irmãos/ãs)?

Uma coisa interessante no CAPS é a presença maciça de homens fazendo tratamento. A que vocês atribuem esse fato? Por que será que há tão poucas mulheres inseridas?

Outra coisa interessante é que a grande maioria de profissionais que oferecem a vocês tratamento são mulheres. Como é isso para vocês?

d) Bloco cenas e falas

1. *Eu já fui nesse CAPS ad aí, ali era um mercado de carnes. O povo fica lá tudo amontoado e não acontece nada, o povo fica lá.*

Hoje não teve oficina. Passamos o dia todinho só sentindo calor. De oito às 11, todo mundo aqui sem fazer nada.

2. *De vez em quando a gente fica se sentindo até humilhado. As pessoas passam e não falam... Achar que porque somos dependentes químicos somos monstros.*

3. *Eu sempre tinha essa lógica da abstinência, né? De achar, de acreditar, que o melhor caminho era a abstinência, apesar de... de respeitar quem use... e acreditava muito nisso, que se você não conseguia, que a melhor forma era ficar longe e não usar. Né? E aí uma das coisas que muda muito em mim é que a abstinência é o caminho mais... complexo, né? Pra um dependente químico, né? Em que sentido? É... eu costume, toda fala que vou fazer, assim, que eu sou chamado pra fazer fora do CAPS, né?, eu costume começar com um exemplo, assim, de perguntar por que existe relações de casamento onde um homem e uma mulher, né?, apanha, né?, é humilhado, né? E continua anos e anos nessa relação e eu sempre começo com essa pergunta. Falo esse exemplo e pergunto a eles: "Por quê?", né? Aí alguns, aí sempre sai uma resposta: "Ah, porque a pessoa gosta, ah, porque ama, ah, porque tem medo de ficar só". E eu pergunto, né? "E faz bem?" Não, não faz. "Ah, então a pessoa é dependente dessa relação?". É. "Então é uma droga". É. Então, né? Então eu começo muito com esse exemplo, assim, em que a gente costuma discriminar o dependente químico, né? A dependência química, mas a gente não vê seu tipo de dependência. De dependência afetiva, financeira, que faz mal do mesmo jeito, que prejudica, né? Que mata, né? E isso me faz muito refletir hoje, de que a gente pode conviver, sabe?, com a droga, fazer o uso seguro, da droga, né? E aí se você decidir, depois, num dado momento, parar, tranquilo, porque, é claro que a droga faz mal, né? Que prejudica, né? Mas cortar de vez, existe todo um contexto, toda uma relação e aí uma relação existencial, uma relação de... de poder e aí você já, né? Varias relações que perpassam aí com essa questão da dependência. Então isso fez muito mudar, sabe? Minha visão em relação ao uso de drogas mesmo.*

4. *Eu era um lixo. E hoje eu sou um homem porque eu era uma pessoa derrubada. Derrubada, totalmente. Agora vou resumir. Todo esse tempo que tenho, eu acho que é seis anos de CAPS ou é, ou sei lá, pouco importa, mas tudo que eu sei, tudo que eu aprendi, através de ser homem, eu aprendi dentro do CAPS. Ser cidadão, correr atrás dos meus direitos, né? Correr atrás dos meus direitos, sabendo...*

5. *Tinha um usuário lá [...] todo mundo dizia que ele era homossexual, né? [...]. E aí uma certa vez, ele, tinha um bom tempo que ele já tava bem e a gente já vinha trabalhando a alta dele, né? Porque ele vinha há um tempo sem usar mais, né?, de forma compulsiva, tava controlado. [...]. Ele tava bem, então, né?, [...] Ele chegou um dia lá e começou a agredir um auxiliar de enfermagem. Eu tava num grupo, né? [...] e aí chegaram lá na porta e pediram que eu fosse lá ajudar e aí fui até a porta e aí ele tinha jogado a cadeira no técnico, tava todo agressivo e aí, quando eu cheguei, ele disse: 'ah, lá vem ele'. [...] Ele tava sob efeito de álcool, né? Bom, aparentemente só de álcool, não tem como saber se... Então, ele começou a gritar que eu tinha o cabelo, que eu tenho o cabelo grande, que eu era viado e aí que eu usava brinco porque eu era gay e aí começou a... né?, a discriminar mesmo e a me ameaçar, né? [...] Eu tentei conversar [...] e ele me ameaçando, dizendo que ia me matar, que sabia onde eu andava, né?, e que eu tomasse cuidado e que eu era viado. [...] E aí eu, bom, por questão de cuidado mesmo, de integridade minha, a gente nunca sabe, aí foi quando eu prestei uma queixa. [...]. Aí eu cheguei lá na polícia pra prestar queixa na delegacia, aí tou eu lá prestando queixa e aí o cara chega pra mim e diz assim: - 'E você é o quê lá?'. Eu digo: - 'Não, sou trabalhador. Eu trabalho lá'. Aí ele disse: - 'Peraí, posso lhe perguntar uma coisa?'. - 'Pooode'. - 'Você com esse cabelão, de brinco, não acham que você é usuário não? Que é drogado também?' E aí o auxiliar que também tinha sido agredido e também foi prestar queixa comigo, ele é negro, né? Aí, eu disse a ele:- 'É interessante. Você então quer dizer que meu amigo é escravo? Por conta dele ser negro, por conta de um estereótipo que a gente tem na sociedade? Então você tá me discriminando e isso é crime, né?' E aí comecei a puxar essa discussão com ele e ele [...] pediu desculpa, tal. Então, assim, é curioso isso, né? Essa coisa do usuário, ou... por você ter, né?, algum... ou cabelo grande, ou optar por fazer uso disso, né?, você, você é discriminado. Um exemplo: agora, tem uma coisa [risos] interessante acontecendo. Tem um mês, eu botei dreads no cabelo, né? [...]. aí os usuários chega pra mim e diz que eu resolvi...- 'Agora você não engana ninguém, você fuma maconha'. [...] E aí eu aproveito muito disso, justamente pra trabalhar essa coisa da discriminação, né? Eu vou dizer:- 'Ah, porque eu... eu tenho cabelo grande, eu sou viado, porque eu uso dread, eu sou maconheiro? Eu acho que não é por aí as coisas'. E aí eu acabo usando muito dessas questões... dessas questões ao meu favor, assim eu digo no sentido de estar buscando a discussão, né?*

2 Grupo focal com profissionais do Projeto de Redução de Danos

Solicitar exemplos concretos e que as pessoas se posicionem face a eles. Descrevam situações vivenciadas no serviço onde aparecem as temáticas abordadas. Como se lidou com tais situações, como elas foram conduzidas? Como acham que as mesmas poderiam ter sido conduzidas?

Indicar que, para a discussão, serão utilizadas falas de profissionais e usuáři*s bem como cenas pinçadas ali mesmo no CAPS ad ao longo dos meus anos de inserção no CAPS ad, no sentido de, junt*s, pensá-las, analisá-las.

Pedir para que falem um* de cada vez, para conseguirmos uma boa qualidade de gravação e para produzirmos as falas a partir também da escuta d*s demais.

a) Apresentação d*s participantes

Nome, idade e profissão.

b) Bloco cuidado em ad

Descreva que componentes devem compor o cuidado em ad.

Descreva como é desenvolvido o tratamento em ad em Aracaju, SE. Limites e desafios.

O que vocês acham que contribui para a melhora d* usuári*?

O que vocês acham que poderia ser feito para melhorar o atendimento em ad (CAPS, território, rede)?

Vocês acreditam no cuidado em ad que está sendo desenvolvido?

Vocês seriam usuári*s desse cuidado? Do cuidado produzido por vocês? E do cuidado ofertado pelo CAPS ad?

c) Bloco trabalho no PRD e relação PRD-CAPS ad

Histórico do PRD em Aracaju.

Como vocês chegaram até essa função de Redutor* de Danos.

Como é desenvolvido o trabalho no cotidiano. Limites e desafios.

Se não aparecer, perguntar da relação com o CAPS ad.

d) Bloco cenas e falas

1. *Eu já fui nesse CAPS AD aí, ali era um mercado de carnes. O povo fica lá tudo amontoado e não acontece nada, o povo fica lá.*

Hoje não teve oficina. Passamos o dia todinho só sentindo calor. De oito às 11, todo mundo aqui sem fazer nada.

2. *Esse é um trabalho de enxugar gelo.*

3. *De vez em quando a gente fica se sentindo até humilhado. As pessoas passam e não falam... Acham que porque somos dependentes químicos somos monstros.*

Dois técnicos estavam realizando uma intervenção junto a um usuário recém-inserido que havia feito uso de substância dentro do CAPS. A intervenção focou-se na alegação de que ele havia sido influenciado por uma “alma sebosa”, que “no CAPS não se deve confiar em ninguém”. Um desses técnicos, inversamente, em momento anterior de assembleia com usuári*s, havia dito que o CAPS era “uma grande família”, que, por isso, “devemos ser solidários uns com os outros”.

Me chamaram pra direção e me orientaram, né? Eu não andar com colegas que fazem parte aqui do, do CAPS, usuários, pra eu evitar de andar com usuários que frequentam aqui o CAPS também, né? Fui chamado atenção. [...] Não sabe que a pessoa é viciado, e vê que a pessoa vacilou? Acho que poderia mais... conversar numa boa sem tá olhando com olho feio, sem tá, sem tá humilhando, desfazendo, né? Deveria ter outra forma dele se expressar, conversar, né? Sem humilhar, sem tá olhando com a cara feia, sem desfazer da pessoa.

4. Eu sempre tinha essa lógica da abstinência, né? De achar, de acreditar, que o melhor caminho era a abstinência, apesar de... de respeitar quem use... e acreditava muito nisso, que se você não conseguia, que a melhor forma era ficar longe e não usar. Né? E aí uma das coisas que muda muito em mim é que a abstinência é o caminho mais... complexo, né? Pra um dependente químico, né? Em que sentido? É... eu costumo, toda fala que vou fazer, assim, que eu sou chamado pra fazer fora do CAPS, né?, eu costumo começar com um exemplo, assim, de perguntar por que existe relações de casamento onde um homem e uma mulher, né?, apanha, né?, é humilhado, né? E continua anos e anos nessa relação e eu sempre começo com essa pergunta. Falo esse exemplo e pergunto a eles: “Por quê?”, né? Aí alguns, aí sempre sai uma resposta: “Ah, porque a pessoa gosta, ah, porque ama, ah, porque tem medo de ficar só”. E eu pergunto, né? “E faz bem?” “Não, não faz.” “Ah, então a pessoa é dependente dessa relação?” “É.” “Então é uma droga?” “É.” Então, né? Então eu começo muito com esse exemplo, assim, em que a gente costuma discriminar o dependente químico, né? A dependência química, mas a gente não vê seu tipo de dependência. De dependência afetiva, financeira, que faz mal do mesmo jeito, que prejudica, né? Que mata, né? E isso me faz muito refletir hoje, de que a gente pode conviver, sabe?, com a droga, fazer o uso seguro, da droga, né? E aí se você decidir, depois, num dado momento, parar, tranquilo, porque, é claro que a droga faz mal, né? Que prejudica, né? Mas cortar de vez, existe todo um contexto, toda uma relação e aí uma relação existencial, uma relação de... de poder e aí você já, né? Varias relações que perpassam aí com essa questão da dependência. Então isso fez muito mudar, sabe? Minha visão em relação ao uso de drogas mesmo.

5. Eu era um lixo. E hoje eu sou um homem porque eu era uma pessoa derrubada. Derrubada, totalmente. Agora vou resumir. Todo esse tempo que tenho, eu acho que é seis anos de CAPS ou é, ou sei lá, pouco importa, mas tudo que eu sei, tudo que eu aprendi, através de ser homem, eu aprendi dentro do CAPS. Ser cidadão, correr atrás dos meus direitos, né? Correr atrás dos meus direitos.

6. Um profissional me pergunta se é melhor ser amado ou odiado. Ele prossegue relatando que um usuário, sempre que bebe, chega lhe fazendo declaração de amor, de admiração. Ele diz: “Ainda por cima, na frente de [verbaliza o nome de um outro profissional]”. Minutos depois, ele levanta a camisa, mostrando o peito para um usuário, perguntando-lhe: “Você acha que devo depilar ou prefere peito cabeludo?”. O usuário irrita-se, diz que não é do “babado” e sai resmungando. O técnico fica, então, cochichando com outra profissional. Eu lhes indago sobre o que estão conversando e ele responde: “Não é nada não, é a perversidade desses usuários. [...] Este aí, quando está bêbado, a traseira é de todo mundo”.

Tinha um usuário lá [...] todo mundo dizia que ele era homossexual, né? [...]. E aí uma certa vez, ele, tinha um bom tempo que ele já tava bem e a gente já vinha trabalhando a alta dele, né? Porque ele vinha há um tempo sem usar mais, né?, de forma compulsiva, tava controlado. [...]. Ele tava bem, então, né?, [...] Ele chegou um dia lá e começou a agredir um auxiliar de enfermagem. Eu tava num grupo, né? [...] e aí chegaram lá na porta e pediram que eu fosse lá ajudar e aí fui até a porta e aí ele tinha jogado a cadeira no técnico, tava todo agressivo e aí, quando eu cheguei, ele disse: 'ah, lá vem ele'. [...] Ele tava sob efeito de álcool, né? Bom, aparentemente só de álcool, não tem como saber se... Então, ele começou a gritar que eu tinha o cabelo, que eu tenho o cabelo grande, que eu era viado e aí que eu usava brinco porque eu era gay e aí começou a... né?, a discriminar mesmo e a me ameaçar, né? [...] Eu tentei conversar [...] e ele me ameaçando, dizendo que ia me matar, que sabia onde eu andava, né?, e que eu tomasse cuidado e que eu era viado. [...] E aí eu, bom, por questão de cuidado mesmo, de integridade minha, a gente nunca sabe, aí foi quando eu prestei uma queixa. [...]. Aí eu cheguei lá na polícia pra prestar queixa na delegacia, aí tou eu lá prestando queixa e aí o cara chega pra mim e diz assim: - 'E você é o quê lá?'. Eu digo: - 'Não, sou trabalhador. Eu trabalho lá'. Aí ele disse: - 'Peraí, posso lhe perguntar uma coisa?'. - 'Pooode'. - 'Você com esse cabelão, de brinco, não acham que você é usuário não? Que é drogado também?' E aí o auxiliar que também tinha sido agredido e também foi prestar queixa comigo, ele é negro, né? Aí, eu disse a ele:- 'É interessante. Você então quer dizer que meu amigo é escravo? Por conta dele ser negro, por conta de um estereótipo que a gente tem na sociedade? Então você tá me discriminando e isso é crime, né?' E aí comecei a puxar essa discussão com ele e ele [...] pediu desculpa, tal. Então, assim, é curioso isso, né? Essa coisa do usuário, ou... por você ter, né?, algum... ou cabelo grande, ou optar por fazer uso disso, né?, você, você é discriminado. Um exemplo: agora, tem uma coisa [risos] interessante acontecendo. Tem um mês, eu botei dreads no cabelo, né? [...]. aí os usuários chega pra mim e diz que eu resolvi...- 'Agora você não engana ninguém, você fuma maconha'. [...] E aí eu aproveito muito disso, justamente pra trabalhar essa coisa da discriminação, né? Eu vou dizer:- 'Ah, porque eu... eu tenho cabelo grande, eu sou viado, porque eu uso dread, eu sou maconheiro? Eu acho que não é por aí as coisas'. E aí eu acabo usando muito dessas questões... dessas questões ao meu favor, assim eu digo no sentido de estar buscando a discussão, né?

3 Grupo focal com Profissionais do CAPS ad

Solicitar exemplos concretos e que as pessoas se posicionem face a eles. Descrevam situações vivenciadas no serviço onde aparecem as temáticas abordadas. Como se lidou com tais situações, como elas foram conduzidas? Como acham que as mesmas poderiam ter sido conduzidas?

Indicar que, para a discussão, serão utilizadas falas de profissionais e usuáři*s bem como cenas pinçadas ali mesmo no CAPS ad ao longo dos meus anos de inserção no CAPS ad, no sentido de, junt*s, pensá-las, analisá-las.

Pedir para que falem um* de cada vez, para conseguirmos uma boa qualidade de gravação e para produzirmos as falas a partir também da escuta d*s demais.

a) Apresentação d*s participantes

Nome, idade e profissão.

b) Bloco cuidado em ad

Como vocês chegaram no CAPS ad? Estão aqui há quanto tempo?

Descrevam que componentes devem compor o cuidado em ad.

Como é desenvolvido o cuidado em ad em Aracaju, SE? Limites e desafios.

Como é desenvolvido o trabalho de vocês no cotidiano? Limites e desafios.

Se não aparecer, perguntar da relação com o PRD.

O que vocês acham que contribui para a melhora d* usuári*?

O que vocês acham que poderia ser feito para melhorar o atendimento em ad (CAPS, território, rede)? Em particular, no CAPS ad?

Como vocês se sentem trabalhando no CAPS ad? Trabalhar aqui trouxe alguma mudança na forma como vocês entendem o que é cuidar e na vida profissional vocês?

Vocês acreditam no cuidado que está sendo desenvolvido? Vocês seriam usuári*s do cuidado prestado pelo serviço? Do cuidado prestado por vocês?

c) Bloco desdobramentos do uso de drogas e relações de gênero no espaço do CAPS

Quais são o lado bom e o lado ruim de fazer uso de drogas?

Uma coisa interessante no CAPS é a presença maciça de homens fazendo tratamento. A que vocês atribuem esse fato? Por que há tão poucas mulheres inseridas?

Outra coisa interessante é que a grande maioria dos profissionais que oferecem a vocês tratamento são mulheres. Como é isso para vocês?

d) Bloco cenas e falas

1. *Eu já fui nesse CAPS ad aí, ali era um mercado de carnes. O povo fica lá tudo amontoado e não acontece nada, o povo fica lá.*

Hoje não teve oficina. Passamos o dia todinho só sentindo calor. De 8 às 11, todo mundo aqui sem fazer nada.

2. *Esse é um trabalho de enxugar gelo.*

3. *De vez em quando a gente fica se sentindo até humilhado. As pessoas passam e não falam... Acham que porque somos dependentes químicos somos monstros.*

Dois técnicos estavam realizando uma intervenção junto a um usuário recém-inserido que havia feito uso de substância dentro do CAPS. A intervenção focou-se na alegação de que ele havia sido influenciado por uma “*alma sebosa*”, que “*no CAPS não se deve confiar em ninguém*”. Um desses técnicos, inversamente, em momento anterior de assembleia com usuáři*s, havia dito que o CAPS era “*uma grande família*”, que, por isso, “*devemos ser solidários uns com os outros*”.

Me chamaram pra direção e me orientaram, né? Eu não andar com colegas que fazem parte aqui do, do CAPS, usuários, pra eu evitar de andar com usuários que frequentam aqui o CAPS também, né? Fui chamado atenção. [...] Não sabe que a pessoa é viciado, e vê que a pessoa vacilou? Acho que poderia mais... conversar numa boa sem tá olhando com olho feio, sem tá, sem tá humilhando, desfazendo, né? Deveria ter outra forma dele se expressar, conversar, né? Sem humilhar, sem tá olhando com a cara feia, sem desfazer da pessoa.

4. *Eu sempre tinha essa lógica da abstinência, né? De achar, de acreditar, que o melhor caminho era a abstinência, apesar de... de respeitar quem use... e acreditava muito nisso, que se você não conseguia, que a melhor forma era ficar longe e não usar. Né? E aí uma das coisas que muda muito em mim é que a abstinência é o caminho mais... complexo, né? Pra um dependente químico, né? Em que sentido? É... eu costume, toda fala que vou fazer, assim, que eu sou chamado pra fazer fora do CAPS, né?, eu costume começar com um exemplo, assim, de perguntar por que existe relações de casamento onde um homem e uma mulher, né?, apanha, né?, é humilhado, né? E continua anos e anos nessa relação e eu sempre começo com essa pergunta. Falo esse exemplo e pergunto a eles: “Por quê?”, né? Aí alguns, aí sempre sai uma resposta: “Ah, porque a pessoa gosta, ah, porque ama, ah, porque tem medo de ficar só”. E eu pergunto, né? “E faz bem?” “Não, não faz.” “Ah, então a pessoa é dependente dessa relação?” “É.” “Então é uma droga?” “É.” Então, né? Então eu começo muito com esse exemplo, assim, em que a gente costuma discriminar o dependente químico, né? A dependência química, mas a gente não vê seu tipo de dependência. De dependência afetiva, financeira, que faz mal do mesmo jeito, que prejudica, né? Que mata, né? E isso me faz muito refletir hoje, de que a gente pode conviver, sabe?, com a droga, fazer o uso seguro, da droga, né? E aí se você decidir, depois, num dado momento, parar, tranquilo, porque, é claro que a droga faz mal, né? Que prejudica, né? Mas cortar de vez, existe todo um contexto, toda uma relação e aí uma relação existencial, uma relação de... de poder e aí você já, né? Varias relações que perpassam aí com essa questão da dependência. Então isso fez muito mudar, sabe? Minha visão em relação ao uso de drogas mesmo.*

5. *Eu era um lixo. E hoje eu sou um homem porque eu era uma pessoa derrubada. Derrubada, totalmente. Agora vou resumir. Todo esse tempo que tenho, eu acho que é seis anos de CAPS ou é, ou sei lá, pouco importa, mas tudo que eu sei, tudo que eu aprendi, através de ser homem, eu aprendi dentro do CAPS. Ser cidadão, correr atrás dos meus direitos, né? Correr atrás dos meus direitos.*

6. Um profissional me pergunta se é melhor ser amado ou odiado. Ele prossegue relatando que um usuário, sempre que bebe, chega lhe fazendo declaração de amor, de admiração. Ele

diz: “Ainda por cima, na frente de [verbaliza o nome de um outro profissional]”. Minutos depois, ele levanta a camisa, mostrando o peito para um usuário, perguntando-lhe: “Você acha que devo depilar ou prefere peito cabeludo?”. O usuário irrita-se, diz que não é do “babado” e sai resmungando. O técnico fica, então, cochichando com outra profissional. Eu lhes indago sobre o que estão conversando e ele responde: “Não é nada não, é a perversidade desses usuários. [...]. Este aí, quando está bêbado, a traseira é de todo mundo”.

Tinha um usuário lá [...] todo mundo dizia que ele era homossexual, né? [...]. E aí uma certa vez, ele, tinha um bom tempo que ele já tava bem e a gente já vinha trabalhando a alta dele, né? Porque ele vinha há um tempo sem usar mais, né?, de forma compulsiva, tava controlado. [...]. Ele tava bem, então, né?, [...] Ele chegou um dia lá e começou a agredir um auxiliar de enfermagem. Eu tava num grupo, né? [...] e aí chegaram lá na porta e pediram que eu fosse lá ajudar e aí fui até a porta e aí ele tinha jogado a cadeira no técnico, tava todo agressivo e aí, quando eu cheguei, ele disse: ‘ah, lá vem ele’. [...] Ele tava sob efeito de álcool, né? Bom, aparentemente só de álcool, não tem como saber se... Então, ele começou a gritar que eu tinha o cabelo, que eu tenho o cabelo grande, que eu era viado e aí que eu usava brinco porque eu era gay e aí começou a... né?, a discriminar mesmo e a me ameaçar, né? [...] Eu tentei conversar [...] e ele me ameaçando, dizendo que ia me matar, que sabia onde eu andava, né?, e que eu tomasse cuidado e que eu era viado. [...] E aí eu, bom, por questão de cuidado mesmo, de integridade minha, a gente nunca sabe, aí foi quando eu prestei uma queixa. [...]. Aí eu cheguei lá na polícia pra prestar queixa na delegacia, aí tou eu lá prestando queixa e aí o cara chega pra mim e diz assim: - ‘E você é o quê lá?’. Eu digo: - ‘Não, sou trabalhador. Eu trabalho lá’. Aí ele disse: - ‘Peraí, posso lhe perguntar uma coisa?’. - ‘Pooode’. - ‘Você com esse cabelão, de brinco, não acham que você é usuário não? Que é drogado também?’ E aí o auxiliar que também tinha sido agredido e também foi prestar queixa comigo, ele é negro, né? Aí, eu disse a ele:- ‘É interessante. Você então quer dizer que meu amigo é escravo? Por conta dele ser negro, por conta de um estereótipo que a gente tem na sociedade? Então você tá me discriminando e isso é crime, né?’ E aí comecei a puxar essa discussão com ele e ele [...] pediu desculpa, tal. Então, assim, é curioso isso, né? Essa coisa do usuário, ou... por você ter, né?, algum... ou cabelo grande, ou optar por fazer uso disso, né?, você, você é discriminado. Um exemplo: agora, tem uma coisa [risos] interessante acontecendo. Tem um mês, eu botei dreads no cabelo, né? [...]. aí os usuários chega pra mim e diz que eu resolvi...- ‘Agora você não engana ninguém, você fuma maconha’. [...] E aí eu aproveito muito disso, justamente pra trabalhar essa coisa da discriminação, né? Eu vou dizer:- ‘Ah, porque eu... eu tenho cabelo grande, eu sou viado, porque eu uso dread, eu sou maconheiro? Eu acho que não é por aí as coisas’. E aí eu acabo usando muito dessas questões... dessas questões ao meu favor, assim eu digo no sentido de estar buscando a discussão, né?

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Meu nome é Michele de Freitas Faria de Vasconcelos, sou aluna do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), participo do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE) da referida universidade e sou orientada pelo Professor Doutor Fernando Seffner. A pesquisa por mim desenvolvida se propõe a investigar a interface entre usos de álcool e outras drogas e arranjos de masculinidades.

Assim, solicito, através deste documento, o consentimento de vocês para contribuir com o estudo, por meio da participação em rodas de conversa e/ou grupos focais que poderão ser gravados e posteriormente transcritos, estando cientes de que essas informações serão utilizadas unicamente para fins de pesquisa. Solicito, ainda, o consentimento de vocês para gravação e utilização de imagens também para fins de pesquisa.

A participação é voluntária e não lhes incorre nenhuma despesa financeira. A não participação no estudo não lhes causará qualquer prejuízo, e vocês poderão desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem qualquer risco de penalização.

Não é necessário que vocês se identifiquem e, caso desejem, será garantido o anonimato das informações por ocasião da divulgação dos resultados da pesquisa, em eventos e publicações. Vocês receberão uma cópia assinada deste termo.

Agradeço as suas contribuições e colaboração e coloco-me à disposição.

Michele de Freitas Faria de Vasconcelos

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, nós,

dispusemo-nos a participar desta pesquisa.

**ANEXO A – Documentos da Secretaria Municipal de Saúde de Aracaju,
quanto à realização da pesquisa no Caps ad**



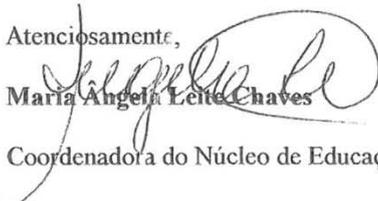
Memorando nº: 347/ 2012	Aracaju (SE), 25 de ABRIL de 2012.
DA: NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE	ASSUNTO: SOLICITAÇÃO
PARA: REAPS	

Senhor (a) Coordenador (a),

Após análise do projeto de pesquisa “Masculinidades infames: Corpos que re-existem em tempos de biopolítica” de Michele Vasconcelos aluna do doutorado da UFRGS que tem como objetivo pensar relações de gênero no terreno da saúde mental, sobretudo a produção de arranjos de masculinidade tramados pelos corpos usuários do CAPS AD de Aracaju-SE, estudar a relação entre arranjos de masculinidade e uso de drogas bem como entre jogos de masculinidade e o uso do serviço CAPS, nada temos a opor considerando que o resultado da pesquisa contribuirá para o planejamento de ações para a REAPS.

Solicito parecer.

Atenciosamente,


Maria Angeli Leite Chaves

Coordenadora do Núcleo de Educação da Saúde.

À Coordenação do NEPS,

A partir de discussões em
Coletivo Gestor da REAPS, ficou
acordado o aceite para realização
da pesquisa.

Resaltamos, como outrora,
que o pesquisador resguarde cui-
dados na aproximação com os
serviços, buscando agendar com
o coordenador do serviço a sua
primeira visita e, então, as requisi-
tes.

Att.

Aju, 02/ maio /12.

Smabarbosa
Simone Maria de A. Barbosa
Referência em Educação
Permanente da REAPS
SMS/ARACAJU/SE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE

AUTORIZAÇÃO

Autorizo para fins acadêmicos a aluna Michele Vasconcelos da UFRGS a realizar a pesquisa Masculinidade infames: corpos que re-existem em tempos de biopolítica no CAPS AD.

A realização da mesma só terá início após pactuação com a coordenação do CAPS AD com relação a agenda das visitas.

Aracaju, 15 de maio de 2012


MARIA ANGELA LEITE CHAVES
Coordenação
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE